



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

UIÁ FREIRE DIAS DOS SANTOS

**A prática nos sertões na capitania de Porto Seguro: paulistas e indígenas na
(trans)formação da sociedade colonial (1585-1701)**

Salvador, 2023

UIÁ FREIRE DIAS DOS SANTOS

**A prática nos sertões na capitania de Porto Seguro: paulistas e indígenas na
(trans)formação da sociedade colonial (1585-1701)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Hilda Baqueiro Paraíso

Coorientador: Prof. Dr. Francisco Eduardo Torres Cancela

Salvador, 2023

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S237

Santos, Uiá Freire Dias dos. A prática nos sertões na capitania de Porto Seguro: paulistas e indígenas na (trans) formação da sociedade colonial (1585-1700). Uiá Freire Dias dos Santos. - Salvador, 2023.

240 fls. il. anexos

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Hilda Baqueiro Paraíso

Co-Orientador: Prof^o Dr. Francisco Eduardo Torres Cancela

Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

1. Capitania de Porto Seguro 2. História indígena 3. Sertões I. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas II. Título

CDD: 981.03



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO	MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
UIÁ FREIRE DIAS DOS SANTOS	217121475	Doutorado
TÍTULO DO TRABALHO A prática nos sertões na capitania de Porto Seguro: paulistas e indígenas na (trans) formação da sociedade colonial (1585-1700).		
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF
Maria Hilda Baqueiro Paraíso (UFBA - orientadora)		125.613.985-87
Fabrcio Lyrio Santos (UFRB)		070.383.697-84
Francisco Eduardo Torres Cancela (UNEB)		007.935.955-84
Bartira Ferraz Barbosa (UFPE)		478.073.344-87
André de Almeida Rego (UFRB)		805.612.255-91
Pablo Antonio Iglesias Magalhães (UFOB)		835.893.255-34

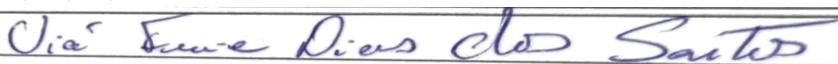
ATA

Aos quatro dias do mês de julho do ano de 2023, de forma remota, foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por UIÁ FREIRE DIAS DOS SANTOS, do curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora Maria Hilda Baqueiro Paraiso, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando as demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado (forma remota), resolveu APROVAR o aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

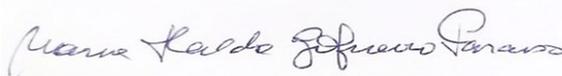
PARECER GERAL

A banca, por unanimidade, considerando a profundidade e qualidade da pesquisa realizada que abrange aspectos pouco referenciados na historiografia tradicional e a competência na elaboração do texto apresentado, deliberou pela aprovação com louvor.

SSA, 04/07/2023: Assinatura do aluno:



SSA, 04/07/2023: Assinatura da orientadora:



*Aos povos indígenas do Brasil, ao povo de
Porto Seguro e aos marginalizados pela
História oficial.*

*À minha família, amigos, professores, alunos e
colegas.*

*À João Vicente Souza Freire, meu filho, e Porto
Segurense.*

AGRADECIMENTOS

*A mim me choca muito esse
ambiente
Essa música, essa dança
Parece que todos dizem sim.
Sim a quê?
Sim a quem?
Por que concordar tanto
Se o que se tem que dizer é agora
É NÃO!
NÃO à morte da família
NÃO à perda da terra
NÃO ao fim da identidade.*
(Eliane Potiguara, Desilusão, 2004)

Diante da realidade que se apresentou ao Brasil a partir do ano de 2016, após uma série de conquistas sociais da década e meia anterior, o sentimento de coletividade e esperança se fizeram mais necessários. Pessoalmente, a potência dos dois elementos (coletividade e esperança) sempre foi um Norte para uma vida que precisou muito de força, fé, coragem e vontade de vencer desafios sob todas as forças contrárias a um trajeto regular.

Se chegar ao doutorado foi difícil, iniciar o curso propriamente dito logo após um golpe de Estado que teve como efeito o caos econômico e o ataque às políticas sociais, sobretudo ao fomento à educação, a universidade e seus pilares básicos de ensino, pesquisa e extensão, foi como mover montanhas.

Primeiramente, como morador de Arraial d’Ajuda (Porto Seguro – BA) e trabalhador da educação básica (docente do ensino fundamental 2), a primeira grande barreira foi dar conta de ministrar 28 aulas por semana e cursar disciplinas de forma presencial a mais de 700 quilômetros de distância da residência e local de trabalho. Essa realidade me inseriu em uma rotina dura, cansativa, mas realizadora e esperançosa.

Diante disso, devo agradecer a Jânua Oliveira, diretora da unidade de ensino em que sou lotado, por toda a compreensão e iniciativa de ajustar o meu horário às segundas, terças e sextas-feiras para que pudesse cursar as disciplinas obrigatórias às quartas e quintas-feiras na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia em Salvador. Muito obrigado! Estendo os agradecimentos à equipe de gestão da escola (Angelica, Marta, Maria Luísa, Deise, Lidiane, Regiane e Wiliam, vice-diretoras e coordenadoras, respectivamente) bem como aos demais colegas e alunos.

Contudo, nada disso seria possível sem o acolhimento, incentivo e confiança da professora doutora Maria Hilda Baqueiro Paraíso que aceitou me orientar e acreditou no meu projeto de pesquisa. O mesmo posso dizer do professor doutor Francisco Cancela, que mesmo não compondo o quadro docente do PPGH/UFBA é o mais competente estudioso da temática tratando-se da Capitania de Porto Seguro. Por isso, não há palavra suficiente que dê conta da tamanha gratidão que tenho pelos dois mais brilhantes professores que encontrei em minha vida.

Para dar conta de custear as viagens semanais, foi indispensável o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, ainda que o valor da bolsa algumas vezes não cobrisse integralmente as despesas com transporte e alimentação em Salvador. Infelizmente, os graves cortes orçamentários que atingiram diretamente o financiamento de pesquisas científicas no Brasil implicou na drástica redução de bolsas e favoreceu o surgimento de um ambiente de competição pouco saudável, desconfiança e denunciamento entre alguns colegas da pós-graduação. De fato, a manutenção de viagens semanais para cumprir a carga horária de disciplinas, dois semestres de estágio e das pesquisas em arquivos resultou em maior despesa do que receita. Ademais, as responsabilidades financeiras para a manutenção da família com filho em idade escolar tornam a ideia de um possível acúmulo pecuniário uma fantasia maldosa de alguns pouquíssimos colegas insatisfeitos. Tudo isso seria mais leve com cooperação, união e esperança em dias melhores.

Aos professores Maria Hilda Paraíso, Antônio Guerreiro de Freitas, Maria José Rapassi Mascarenhas, Maria de Fátima Novaes Pires, Gabriela Sampaio e Ana Paula Médici, com os quais tive a oportunidade de cursar disciplinas no Programa de Pós-graduação em História Social da UFBA, agradeço a oportunidade em aprender muito sobre quase tudo que realizei.

Em função da realização do período sanduíche no Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa – CHAM, devo agradecer imensamente à professora doutora Guida Marques por aceitar acompanhar a minha pesquisa, orientar a busca por documentos nos arquivos de Lisboa (Torre do Tombo e Biblioteca da Ajuda), indicar bibliografia, ler e comentar o nosso texto.

Ainda no CHAM, contei com o aval do professor doutor Pedro Cardim que assinou a carta de aceite e viabilizou a realização dos trabalhos em Portugal.

Em Lisboa contei com amizade e parceria de Alexandre Pelegrino, Frederik Matos, Renata Freitas, Pablo Ibanez Bonillo, do professor doutor Rafael Chamboleyron,

da professora doutora Ângela Domingues, da professora doutora Roberta Stumpf e de Patrick Figueiredo.

Contudo, os encontros mais potentes, renovadores e inspiradores foram, são e sempre serão responsabilidade dos colegas do GT de História Indígena da Bahia. Assim, devo muito aos encontros, sugestões, críticas e permuta de material com Jamille Oliveira, Rafael Barros, Renata Oliveira, Solon Natalício, André Rego, Aldemir, Rafael Xukuru-Kariri, Halysom Gomes da Fonseca, Gleyka Telles e da professora doutora Teresinha Marcis.

A coordenação, professores e secretaria do PPGH-UFBA, sobretudo, a Gilvan Santos, por todo o apoio, gentileza e prestatividade.

Agradeço à professora doutora Bartira Ferraz (UFPE), o professor doutor Evergton Salles (UFBA), ao professor doutor Francisco Cancela (UNEB), a professora Guida Marques (EHESS-CHAM) e a professora doutora Maria Hilda Baqueiro Paraíso (orientadora), que compuseram a banca de qualificação. Apesar das críticas duras, a precisão nos comentários e sugestões me ajudaram a acertar, refazer a tese e obter mais êxito com a produção de um texto muito diferente do apresentado, porém, mais assertivo.

Aos meus colegas da turma de 2017: Cléber (*in memoriam*), Caio Fernandes, Alan, Moisés Frutuoso, Elizeu Silva, Alex, João Reis Novais, Poliana Moreno, Napoliana, Cristian, Cristiane, Daniel Silva, Jorge Luz e Wanessa Dócio. Muito obrigado por dividir o início de uma aventura fantástica!

Devo agradecer muito a todos os funcionários e arquivistas de todos os arquivos e bibliotecas que visitei em busca de bibliografia e documentos fundamentais para o desenvolvimento do trabalho. O auxílio e orientação ao pesquisador faz toda a diferença nos resultados da realização do trabalho de pesquisa e produção acadêmica na área de história.

Em Arraial d'Ajuda, contei com a amizade, incentivo, diálogo e contribuições dos amigos Tharles Silva, Pablo Antunha Barbosa, Camila Moguilansky, Ana Carneiro, Maria Aparecida, Alexandre Capatto, João Veridiano e tantos outros amigos que fiz em meu lugar de morada.

Finalmente, agradeço e dedico este trabalho aos meus familiares: Márcia Maria Freire Dias, mãe; Carlos Alberto dos Santos, pai; Dali Freire Dias dos Santos, irmão e João Vicente, meu filho. A João Vicente deverei sempre a paciência que uma criança não costuma ter, compreensão e a minha ausência por alguns períodos.

Sou grato a todos que caminharam comigo até o final da jornada, os que me deixaram pelo caminho e os que não contribuíram porque não puderam ou não quiseram.

A rejeição, o desprezo ou qualquer falta de consideração foram ativadores de forma, resiliência e superação. Por isso, muito obrigado!

Devo ressaltar que outra questão dolorosa enfrentada por nós foi a pandemia da SARS-CoV-2 que ceifou vidas que talvez pudessem ser evitadas caso o país não estivesse sob um governo negligente com questão tão grave. Nesse contexto, devo lembrar o falecimento do colega Cléber durante a pandemia. Cléber era dedicado, participativo, inteligente e colaborador e, infelizmente, não concluiu sua jornada. Esteja onde estiver, que esteja mais leve e feliz.

Universo, vida, obrigado!

RESUMO

A tese que ora apresentamos se propôs analisar a experiência histórica da Capitania de Porto Seguro no período entre os conflitos que causaram a expulsão dos jesuítas, nos anos finais do século XVI, até a fundação da Vila de Santo Antônio do Rio das Caravelas, em 1701. Como chave interpretativa ou fio condutor da análise nos valem as experiências e processos históricos que puseram em evidência a continuidade e dependência da exploração das diversas formas de recrutamento e exploração do trabalho dos indígenas como meio de manutenção de uma colonização pouco expressiva e de limitado desenvolvimento. Através de um variado conjunto de fontes, depositadas em arquivos e fundos diversos, buscamos entender a condição precária da presença portuguesa na Capitania de Porto Seguro em contraposição à massiva e resistente presença indígena no território recortado. Evidenciamos que o pouco sucesso econômico da capitania teve como resultado a mobilização e deslocamento de grupos indígenas variados por meio do uso abusivo do recurso à violência que provocou a reiteração da exaustão de populações acompanhada da busca pela recomposição de mão de obra nas povoações coloniais e aldeamentos. Finalmente, a análise pôs em evidência que a exaustão dos grupos que habitavam o litoral, pela intensa exploração do trabalho, guerras e doenças infectocontagiosas forçou descimentos de grupos que habitavam regiões cada vez mais distantes do litoral tendo como resultado o crescimento da ocupação dos núcleos coloniais de indígenas do grupo Macro-Jê nas povoações portuguesas da Capitania de Porto Seguro. Para tanto, operamos de forma crítica com o conceito de sertão e seus múltiplos significados objetivando evidenciar o recurso à sua circulação praticado pelos agentes bem como pelos indígenas. Todo o processo foi acompanhado por uma leitura e interpretação crítica das leis oriundas da política indigenista da Coroa portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Capitania de Porto Seguro, História indígena, Escravidão, Resistência, Política Indígena, Política indigenista, Sertão, Sertanismo.

ABSTRACT

The thesis presented here proposed to analyze the historical experience of the Captaincy of Porto Seguro in the period between the conflicts that caused the expulsion of the Jesuits, in the final years of the 16th century, until the foundation of Vila de Santo Antônio do Rio das Caravelas, in 1701. As an interpretative key or guiding principle of the analysis, we used the experiences and historical processes that highlighted the continuity and dependence of the exploitation of the different forms of recruitment and exploitation of indigenous labor as a means of maintaining an insignificant colonization and limited development. Through a varied set of sources, deposited in archives and various funds, we seek to understand the precarious condition of the Portuguese presence in the Captaincy of Porto Seguro as opposed to the massive and resistant indigenous presence in the cut territory. We evidenced that the little economic success of the captaincy resulted in the mobilization and displacement of varied indigenous groups through the abusive use of the resource to violence that provoked the reiteration of the exhaustion of populations accompanied by the search for the recomposition of labor in the colonial settlements and villages. Finally, the analysis showed that the exhaustion of the groups that inhabited the coast, due to the intense exploitation of labor, wars and infectious diseases, forced the descent of groups that inhabited regions increasingly distant from the coast, resulting in the growth of occupation of colonial centers of indigenous people from the Macro-Jê group in the Portuguese settlements of the Captaincy of Porto Seguro. To do so, we operate critically with the concept of sertão and its multiple meanings, aiming to highlight the use of its circulation practiced by the agents as well as by the indigenous people. The entire process was accompanied by a critical reading and interpretation of the laws arising from the Portuguese Crown's indigenist policy.

KEYWORDS: Captaincy of Porto Seguro, Indigenous history, Slavery, Resistance, Indigenous Policy, Indigenous policy, Sertão, Sertanismo.

LISTA DE MAPAS, TABELAS, FIGURAS E QUADROS

Mapa 1 – Região Extremo Sul da Bahia

Figura 1 – Localização dos sítios de sambaqui na região de Porto Seguro

Mapa 2 – Sítios de tradição Aratu compulsados de bibliografia de referência

Mapa 3 – Território recortado e localização da Capitania de Porto Seguro

Imagem 1 – Costa da Capitania de Porto Seguro por Reimão

Imagem 2 – Missões por Berthius

Imagem 3 – Costa da Capitania de Porto Seguro desde o Rio das Caravelas até o Rio dos Frades

Imagem 4 - Destaque do território da Capitania de Porto Seguro com representação e marcação de territórios indígenas

Mapa 4 – Etno-histórico com destaque à região de Porto Seguro

Tabela 1 – Entradas partindo da Capitania de Porto Seguro – Finais do século XVI

Gráfico – Número de engenhos nas principais capitanias do Brasil colonial

Tabela 2 – Despesas da nau que se fizeram com a descarga desta nau Santo Antônio de Aveiro da Coroa Vermelha para esta Vila de Porto Seguro

Mapa 5 – Demonstração dos afluentes do São Francisco

Mapa 6 – Localização dos Araraó

Mapa 7 – Deslocamento dos Kamakã-Meniã

Mapa 8 – Localização da aldeia dos Kamakã-Meniã na barra do rio Grande

LISTA DE SIGLAS

AAPEB – Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

AN – Arquivo Nacional

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BA – Biblioteca da Ajuda - Lisboa

BN – Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro

BNE – Biblioteca Nacional de Espanha

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

BRAH – Biblioteca Real Academia de História

DHBN – Documentos Históricos da Biblioteca Nacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 – DEFININDO O ESPAÇO: A CAPITANIA DE PORTO SEGURO - REGIÃO, LUGARES E PERSPECTIVAS.....	31
1.1 – Lugar, região e paisagens.....	40
1.2 – A Capitania de Porto Seguro: formação e colonização.....	45
CAPÍTULO 2 – SERTÃO/SERTÕES: CONCEITO, EXPERIÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES.....	57
2.1 – Os “sertões ínvios” é produto de um litoral pouquíssimo conhecido: marcadores e povoações em alguns registros cartográficos.....	60
2.2 – O Sertão é uma “fronteira do medo”	69
CAPÍTULO 3 – A “CENTRALIDADE” DA MÃO DE OBRA INDÍGENA NA CAPITANIA DE PORTO SEGURO.....	85
3.1 - Trabalho compulsório indígena: breve síntese de algumas questões historiográficas.....	85
3.2 - Apesar da lei, os descimentos: a manutenção de uma prática que manteve a capitania.....	90
3.3 - A Bula Comissum Nobis (1639): entre a lei e as práticas coloniais.....	108
CAPÍTULO 4 - O PÓS-RESTAURAÇÃO DE 1640: AS PRESSÕES E A ATUAÇÃO DOS PAULISTAS.....	115
4.1 - O contexto do pós-restauração portuguesa no Atlântico: produção e crise de mão de obra.....	115
4.2 - “Pagando-lhes o seu trabalho conforme o uso e costume da terra”: a política indigenista de D. João IV na Capitania de Porto Seguro.....	122
4.3 - Os “paulistas” na Capitania de Porto Seguro: sertanismo, escravidão e administração.....	133

CAPÍTULO 5 – A FRONTEIRA SUL: OS ARARAÓ E A ELEVAÇÃO DA VILA DE CARAVELAS.....	140
5.1 - A “frecha” dos Carijós.....	140
5.2 - Caravelas: localização, colonização e sertanismo.....	161
5.3 - “E se por aquele sertão tem eles notícia de haver prata, ouro, ou pedraria alguma”: das campanhas ao sertão à elevação a Vila	170
CAPÍTULO 6 – OS KAMAKÃ-MENIÃ E O ALDEAMENTO DO PADRE FRANCISCO BARJÓN	185
6.1 – O rio Grande: Fronteira, via fluvial em disputa e vazio demográfico.....	185
6.2 - Acossados pelos sertanistas: o deslocamento dos Meniãs para o rio Grande	189
6.3 - O “Regimento que aonde fizeres administradores das Aldeias dos Índios deste Estado”: diferenças, semelhanças e continuidades da regulação da exploração do trabalho indígena.....	197
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	202
ANEXOS.....	214
REFERÊNCIAS.....	218

INTRODUÇÃO

Esta tese, sobretudo, tratou do fracasso. O fracasso, a falência, a atrofia e a pobreza foram dominantes em manuscritos produzidos por atores que viveram no período colonial, habitaram ou estiveram na Capitania de Porto Seguro em diversos contextos.

Pode-se afirmar o mesmo da produção historiográfica clássica ou da mais recente em que foi possível identificar a mesma condição da porção da América portuguesa que esteve sob análise de historiadores importantes e dedicados à temática.

Desde a chegada dos primeiros jesuítas à capitania houve a produção de relatos acerca das dificuldades da colonização com indicação das principais razões para a realidade enfrentada. Segundo o missionário Ambrósio Pires, aquela “terra [era] muito estéril do lado do mar; porque os cristãos (que [eram] poucos) não se anima[va]m a penetrar no interior, e a terra uma vez lavrada, depois de dois annos ou tres de colheita, deixa[va]m-na estéril e inabil”¹.

Conforme Pires, uma das causas para o pouco desenvolvimento da capitania esteve relacionada a fatores de ordem natural, como afirmou de forma mais contundente no trecho a seguir:

[as formigas] que tem na boca umas como tenazes, com as quais talam todo o plantio e, o que é pior, fá-lo murchar; e assim os lavradores se arremedeiam dando-lhes comida para que não estraguem a tudo com o veneno das bocas e nem façam secar as plantas de cuja raiz fazem o pão: principalmente porque dão cabo em uma noite do que custa muitos dias a muitos homens, cousa que só se acredita vendo; não se faz uma horta que não fique logo perdida. As vides dão bem e duas vezes por ano e com abundancia; mas faz-se preciso que o dono durma ao pé dela, porque, doutro modo, hoje está cheia e amanhã só servirá para por-se ao fogo. Não poucas vezes vem a lagarta que chamam gafanhoto, que estraga tudo quanto existe, de maneira que si há aqui pecados, também não faltam castigos.²

Na década de 1580, Fernão Cardim, em sua *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica*, fez a seguinte descrição da Capitania de Porto Seguro:

[...] dista da Bahia 60 léguas: a vila está situada entre dois rios caudais em um monte alto, mas tão chão, e largo que pudera ter uma grande cidade. A barra [era] perigosa, toda cheia de arrecifes e [tinha] quarenta vizinhos com seu vigário. [...] A gente [era] pobre, por estar a terra já gastada, e est[avam] apertados dos Guaimurés: as vacas lhe morr[ia]m por causa de certa erva, de que h[avia] cópia, e comendo-a, logo arrebenta[va]m. T[inha] um engenho de

¹ CARTA do Padre Antônio Pires aos padres e irmãos de Coimbra. Pernambuco, 2 de agosto de 1551. Cartas Avulsas. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988, p. 81.

² Idem.

açúcar; foi fértil de algodão e farinhas, mas também estas duas lhe vão já faltando, pelo que se despovo[av]a a terra.³

Adentrando aos seiscentos, outro relato, desta vez anônimo, forneceu informações sobre um cenário muito próximo aos descritos acima. Conforme o relato,

[a] terra [era] pobre e per si se defend[ia]. Antigamente tinha sete vilas povoadas com alguns engenhos, hoje apenas [tinha] quarenta moradores; porque os **Aimorés** a destruíram pouco e pouco e os moradores dela vivem hoje de farinhas de mandioca que ali lavra[va]m e alguns legumes.⁴

Saindo das fontes primárias, os trabalhos no campo da história – ainda que em um contexto de produção teórico e metodológico frágil – do século XIX reafirmaram os relatos dos atores que estiveram na capitania. Segundo Varnhagen, “Porto Seguro ficou sempre pobre, e nem sequer constitu[iu] uma província, apesar de ter para isso território”.⁵ Ademais, o mesmo autor ainda reforçou que a Capitania de Porto Seguro “seguiu em decadência; e muitos povoadores dela se passaram para Pernambuco, que prosperava”.⁶

Ainda no século XIX, Francisco Vicente Vianna, um memorialista em visita à região, destacou que a vila de Porto Seguro, “não obstante [as] vantagens naturais e os fatos que [a ligavam] ao seu descobrimento, [era], infelizmente, pobre e decadente, balda, como [tinha] sido, de proteção para melhorar sua sorte”.⁷

Do mesmo modo, o “enquadramento” da capitania enquanto experiência de fracasso da colonização constou na historiografia do início século XX. Capistrano de Abreu, por exemplo, sentenciou que as capitanias de Ilhéus e Porto Seguro “vegetavam mofinas”.⁸ O mesmo pode ser observado em Sergio Buarque de Holanda⁹ e Caio Prado Júnior. Para Prado Júnior, ao se referir às capitanias de Porto Seguro, Ilhéus e Espírito Santo postulou que esses núcleos “vegetaram [...] formando pequenos compartimentos estanques, com saída unicamente para o mar, e cuja vida precária se sustentava com a produção de alguns gêneros que se exporta[va]m para a Bahia e o Rio de Janeiro”.¹⁰

³ CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980, pp. 148-149.

⁴ **RELAÇÃO** das capitanias do Brasil. Biblioteca da Ajuda. Códice 51-IX-25, fol. 132.

⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História geral do Brasil**. Tomo primeiro. Rio de Janeiro: em casa de E. e H. Laemmert, 1854, p. 154.

⁶ Idem.

⁷ VIANNA, Francisco Vicente. **Memória sobre o Estado da Bahia**. Bahia: Typographia e encadernação do Diário da Bahia, 1893, p. 206.

⁸ ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Rio de Janeiro: M. Orosco & C. 1907, p. 45.

⁹ HOLANDA, **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 95.

¹⁰ PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 48.

É possível notar ainda em Caio Prado Júnior, de forma radical, outro elemento importante que fundamentou a sentença do fracasso da Capitania de Porto Seguro, marcado no trecho a seguir:

Acresce ainda um óbice ao desenvolvimento desta infeliz região: a hostilidade do gentio. A serra e mata que a perlongam a pouca distância serviram de abrigo e são o último reduto dos indígenas, que não se submeteram, nesta parte da colônia, ao avanço e ocupação dos brancos.¹¹

A mesma constatação acompanhou trabalhos de historiadores das gerações posteriores, ao menos, até final do século XX. Em grande parte dos trabalhos, a experiência administrativa, o perfil geográfico e a resistência indígena justificaram a elaboração de quadro vegetativo para a Capitania de Porto Seguro.¹² Contudo, nenhum dos trabalhos citados dedicaram-se a analisar profundamente ou eleger como objeto central de suas análises a experiência e os processos históricos da Capitania de Porto Seguro.

Não obstante, para fins de maior compreensão do “enquadramento” dado aos historiadores e até mesmo das considerações presentes nas fontes primárias, a ideia de fracasso só fez sentido por se comparar a experiência da Capitania de Porto Seguro à das capitanias em que houve progresso da produção açucareira. Assim, o referencial de sucesso econômico e funcionamento tradicional postulado por estudos clássicos em que se pôs em evidência uma colônia assentada sob o latifúndio, a monocultura da cana de açúcar e a escravidão africana não correspondia à realidade do nosso objeto. Nesse sentido, o referencial de riqueza baseado nas “sociedades do açúcar” produziu o contraste entre o que era riqueza e pobreza entre as capitanias. O principal exemplo disso pôde ser percebido em trabalhos dedicados a regiões que foram grandes produtoras e exportadoras do que hoje se classifica como *comoditie*, em que se comparou a evolução das capitanias da América portuguesa a partir do número de engenhos em cada uma delas ao longo de determinado período. Logo, ao se valer desse referencial, quanto mais engenhos uma capitania possuía mais próspera ela era por sua capacidade de produzir mais riqueza e ter maior inserção na economia mundo.¹³

¹¹ Idem.

¹² Cf. CARRARA, Ângelo Alves. Fiscalidade e estruturas agrárias: Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, séculos XVI-XVIII. In: DIAS, Marcelo Henrique e CARRARA, Ângelo Alves (orgs.). **Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau**. Ilhéus: Editus, 2016, pp. 15-46; RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial: Brasil, c. 1530 – c. 1630**. São Paulo: Alameda, 2009.

¹³ Cf. JOHNSON, H.B. **La colonización portuguesa del Brasil, 1500-1580**. In: BETHEL, Leslie (editor). *História de América Latina – Vol 1 – América Latina Colonial: La América Precolombina y la conquista*. Barcelona: Editorial Crítica, 1990; SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste**

Tal formulação esteve consoante a tentativa de interpretar o significado ou “sentido da colonização” europeia definida com mais propriedade por Fernando Novais. Conforme Novais, a colonização esteve inserida em um sistema mercantil que deu forma e determinou não somente a exploração econômica, mas definiu também a organização social da colônia. Assim,

Efetivamente, ao se transitar do comércio para a colonização, passava-se da comercialização de bens produzidos por sociedades já estabelecidas para a produção de mercadorias e montagem de uma sociedade nova. Engajava-se, assim, a ocupação, povoamento e valorização de novas áreas, e sua integração nas linhas da economia europeia. A exploração ultrapassava dessa forma o âmbito da circulação de mercadorias, para promover, a implantação de economias complementares extra-europeias, isto é, atingia propriamente a órbita da produção. E não obstante tais diferenças fundamentais, e as dimensões novas que assumia a atividade colonizadora ao transcender a exploração do comércio ultramarino, a colonização guardou na sua essência o sentido de empreendimento comercial donde proveio; a não-existência de produtos comercializáveis levou à sua produção, e disto resultou a ação colonizadora. Assim se ajustavam as novas áreas aos quadros da necessidade de crescimento da economia europeia. A *colonização moderna*, portanto, como indicou incisivamente Caio Prado Jr., tem uma natureza essencialmente *comercial*: produzir para o mercado externo, fornecer produtos tropicais e metais nobres à economia europeia – eis, no fundo, o “sentido da colonização”.¹⁴

Tal definição nos ajudou a pensar e compreender, em perspectiva historiográfica sob bases econômicas, o significado do fracasso atribuído a Capitania de Porto Seguro. Nesse sentido, a dificuldade de implantar um sistema produtivo voltado para a exportação, ou seja, assentado na agroindústria do açúcar, desabilitou a experiência da capitania de um significado regular em favor do “enquadramento” enquanto uma atrofia no processo de colonização.

Malgrado os aspectos limitadores sob bases de condicionantes geográficos e de administração, a condição refratária da população local às imposições do processo de colonização, pautados sobretudo no estabelecimento de relações violentas e desarticuladoras dos códigos sociais dos nativos, mereceu destaque.

Nesse ínterim, após os primeiros contatos e estabelecimento de relações comerciais mais simétricas, baseadas na troca e com pouca presença efetiva dos europeus que marcou as três primeiras décadas após a passagem da esquadra de Pedro Álvares Cabral, a ocupação efetiva e mais massiva de portugueses teve efeito desestabilizador.¹⁵

colonial. São Paulo: Brasiliense, 1998; PINHO, Wanderley. **História de um engenho do Recôncavo**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zélio Valverde S.A, 1946.

¹⁴ NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989, p. 68.

¹⁵ MARCHANT, Alexander. **Do escambo a escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980, p. 16.

O início efetivo da colonização veio acompanhado da necessidade de se implantar um sistema produtivo que viabilizasse e justificasse o investimento de conquistar e dominar um novo território. Assim, a agroindústria do açúcar foi eleita como motor para impulsionar o processo devido à experiência anterior nas Ilhas mais próximas à costa atlântica do continente africano. A produção do açúcar foi fundamental para forçar a sedentarização, a transferência e manutenção de colonos e efetivar a ocupação das terras a conquistar.

Ademais, a manutenção de uma força de trabalho que exigia um grande número de trabalhadores enfrentou dificuldades em função da pouca disponibilidade de braços adaptados para o regime nos moldes europeus na colônia. Por outro lado, a baixa capacidade de atração somada aos números da demografia portuguesa não proporcionou a transferência de volume considerável de trabalhadores para a América. Assim, o trabalho compulsório, utilizado largamente, atingiu a população que ocupava o território. A partir desta realidade, a violência, os efeitos dissociativos para as sociedades ameríndias, as doenças infectocontagiosas promoveram cenários de intensos conflitos de resistência e causando drástica redução demográfica no litoral, como demonstrou Stuart B. Schwartz.¹⁶

Contudo, a inserção cada vez mais massiva de escravos importados do continente africano também pode ter relação com a ideia de fracasso. Assim, a ideia de progresso também se valeu da referência ao número de africanos que ingressaram em determinada capitania e, por sua vez, a de sua inserção no tráfico. Em certa medida, a consideração de que o tráfico precedeu à escolha pelo regime de trabalho baseado na escravidão significando que o comércio de escravos fora um dos importantes braços e sustentáculos do sistema colonial, tributário da economia mundo, também colaborou para desencorajar análises acerca da continuidade da exploração do trabalho indígena e de regiões que sobreviveram em função de outras atividades produtivas, a exemplo da produção de víveres para abastecimento local e regional.¹⁷

Nessa perspectiva, a influência da análise de Celso Furtado foi de muita importância. Conforme Furtado,

a ideia de utilizar a mão de obra indígena foi parte integrante dos primeiros projetos de colonização. O vulto dos capitais imobilizados que representava a importação de escravos africanos só permitiu que se cogitasse dessa solução

¹⁶ Schwartz, Stuart B. **Segredos internos**. Op. cit.

¹⁷ CF. PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**, ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

alternativa quando o negócio demonstrou que era altamente rentável. Contudo, ali onde os núcleos coloniais não encontravam uma base econômica firme para expandir-se a mão de obra indígena desempenhou sempre um papel fundamental.¹⁸

A análise de Furtado foi precisa para esta análise por descortinar uma chave importante para compreender a experiência histórica da capitania em tela. À distância da agroindústria do açúcar e, por sua vez, com quase nenhum acesso a escravos africanos, as definições sobre os processos históricos que envolveram a donataria contaram com grande fôlego argumentativo em função destes dois elementos que condicionavam o progresso ou fracasso da colonização. Assim, a condição de estagnação desencorajou a elaboração de pesquisas que buscassem evidenciar de forma profunda a trajetória da Capitania de Porto Seguro, mesmo sob a condição de precariedade.

Entretanto, no ano de 2012, a tese defendida pelo Prof. Dr. Francisco Cancela trouxe luz a um espaço esquecido, parcamente analisado ou classificado através de olhares viesados e desinteressados em observar os processos históricos com mais detalhe. Em sua análise, Cancela demonstrou possibilidades de pesquisas em diversos contextos do período colonial e, de forma competente, analisou e lançou luz acerca da inserção dos povos indígenas nos processos históricos da capitania e suas experiências. Ademais, comprovou a inserção econômica e importância da Capitania de Porto Seguro como um centro de produção de víveres para abastecimento local e regional de acuidade para suprir as necessidades das capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro.¹⁹ Sem dúvidas, o trabalho do Prof. Dr. Francisco Cancela foi um divisor de águas devido à profundidade e abrangência da análise, além do grande fôlego documental.

Nesse sentido, o principal objetivo desta tese foi o de analisar a experiência histórica da Capitania de Porto Seguro tendo como foco principal o recorte temporal que compreendeu o século XVII, período apontado como o de maior crise e decadência do espaço em questão. Procuramos demonstrar que a manutenção da colonização portuguesa na capitania foi viabilizada pela exploração das diversas modalidades de trabalho de recrutamento de indígenas, desde o trabalho a jornal até o compulsório e escravo.

Assim, perseguimos responder a uma pergunta muito simples: diante de todos os percalços, como foi possível manter a ocupação portuguesa na Capitania de Porto Seguro?

¹⁸ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003, p. 12.

¹⁹ CANCELA, FET. **De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808)**. Tese. (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

Para responder à pergunta supracitada foi necessário reunir, mesmo que privilegiando alguns aspectos em detrimento de outros, boa parte dos elementos já apresentados anteriormente. Contudo, a questão que mais se impôs enquanto definidora do processo foi a agência indígena acompanhada, por outro lado, da intensa e dependente exploração da mão de obra dos indígenas.

Contudo, qualquer estudo no campo da história indígena requer o diálogo com diversos campos da disciplina. Logo, foi preciso dialogar com a história econômica, política, administrativa e analisar os aspectos da legislação indigenista da Coroa portuguesa. Ademais, a análise das políticas indígenas precisou enfrentar a carência de manuscritos produzidos diretamente pelos indígenas, além da diminuta produção no campo da história indígena na Capitania de Porto Seguro referente ao século XVII.

Felizmente, para todo o território que compreendia o atual Estado da Bahia, há importante produção resultado do trabalho de orientação da Prof^ª. Dr^ª. Maria Hilda Baqueiro Paraíso no âmbito do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. As dissertações de mestrado e teses de doutorado investigaram diferentes regiões do atual Estado da Bahia em diversos períodos históricos, desde o século XVI até o XX.²⁰

²⁰ MARCIS, Teresinha. **A hecatombe de Olivença**: construção e reconstrução da identidade étnica. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2004, SOUZA, Telma Miriam Moreira de. **Entre a cruz e o trabalho**: a exploração de mão de obra indígena no Sul da Bahia (1845-1875). Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2007, BRUNET, Luciano Campos. **De aldeados a súditos**: viver, trabalhar e resistir em Nova Abrantes do Espírito Santo. Bahia (1758-1760). Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2008, NEVES, Juliana Brainer Barroso. **Colonização e resistência no Paraguaçu-Bahia**, 1530-1678. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2008, SIERING, Friedrich Câmara. **Conquista e dominação dos povos indígenas**: resistência no Sertão dos Maracás (1650-1701). Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2008, MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias. **Equus Rusus**: a Igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624-1654). Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2010, pp. 38-72. FERREIRA, David Barbuda Guimarães de Meneses. **Entre contatos, trocas e embates**: índios, missionários e outros atores sociais no sul da Bahia (século XIX). Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2011, SANTOS, Solon Natalício Araújo dos. **Conquista e resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas**: Tapuias, Tupis, colonos e missionários (1651-1706). Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2011, CANCELA, Francisco Eduardo Torres. **De projeto a processo colonial**: índios, colonos, e autoridades régias na colonização reformista da Antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808). Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2012, OLIVEIRA, Renata Ferreira de. **Índios paneleiros do Planalto da Conquista**: do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2012, MARCIS, Teresinha. **A integração dos índios como súditos do rei de Portugal**: uma análise do projeto, dos autores e da implementação na Capitania de Ilhéus. 1758-1822. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2013, REGO, André de Almeida. **Trajetórias de vidas rotas**: terra, trabalho e identidade indígena na Província da Bahia (1822-1862). Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2014, ANDRADE, Kelly

John Monteiro, citando os estudos de Karen Spalding (1972) sobre o “indígena colonial” na América espanhola, traçou um paralelo importante entre os limites e possibilidades do estudo da história indígena na América portuguesa e no caso da América espanhola. Segundo Monteiro, para além de privilegiar o papel ativo e criativo dos indígenas diante da realidade do contato, para o caso da América espanhola uma outra característica importante era:

A exploração de testemunhos nativos, abrangendo desde as crônicas e as genealogias escritas por índios e mestiços aos relatos mais prosaicos que figuram em registros territoriais, em documentos dos *cabildos* das comunidades indígenas, em testamentos, em processos da Inquisição, em investigações criminais e em litígios de todos os tipos, entre tantos outros. Uma quantidade impressionante de manuscritos em línguas nativas – nahuatl, quiche, quíchua, aimará e mesmo guarani – permitiu aos historiadores atribuírem voz própria aos índios. Para além da escrita, as representações pictóricas elaboradas por artistas indígenas também têm alimentado uma interpretação mais compreensiva das maneiras pelas quais diferentes populações indígenas vivenciaram a conquista e seus dramáticos desdobramentos.²¹

Em seguida, a realidade dos estudos em história indígena no Brasil foi analisada. Infelizmente, como apontou o historiador, os estudos sobre a América portuguesa apresentaram um contraste radical em função da imensa dificuldade de acessar fontes textuais e iconográficas produzidas por indígenas. Esse elemento impôs uma grande restrição à produção de estudos históricos nesse campo de estudo. Todavia, “o maior obstáculo impedindo o ingresso mais pleno de atores indígenas no palco da historiografia

Silva Prado. **Trocadilhos étnicos**: a política indigenista, suas resistências e interpretações no Sul da Bahia (1926-1938). Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2014, SANTANA, Pedro Abelardo de. **Os índios em Sergipe oitocentista**: catequese, civilização e alienação de terras. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2015, SANTOS, Jamille Oliveira. **Ecos de liberdade**: a Santidade de Jaguaripe entre os alcances e limites da colonização cristã. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2015, BARROS, Rafael dos Santos. **Da letra da lei às práticas coloniais**: arranjos e conflitos nas sesmarias dos jesuítas, 1700-1750. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2015, JESUS, Zeneide Rios de. **Indígenas no Brasil**. As visões de Afonso Arinos (1930-1940). Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2016, SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **Província dos trabalhadores tutelados**: trabalhadores indígenas diante do poder político e econômico na província das Alagoas (1845-1872). Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2016, BEZERRA, Edmundo Cunha Monte. **Os índios Xukuru e a Serra do Ororubá**: história, natureza e o trabalho indígena no universo agroindustrial em Pesqueira/PE (1940-1960). Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2020, BARROS, Rafael dos Santos. **Os sertões em movimento**: sertanistas, indígenas e escravidão na Bahia colonial (1651-1720). Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2021, SANTOS, Jamille Macêdo Oliveira. **Entre aldeamentos, vilas e engenhos**: etnogêneses, e reconfigurações sociais indígenas no Recôncavo da Bahia (1580-1640). Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2021.

²¹ MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores**: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese (livre docência). Campinas, 2001, p. 2.

brasileira parec[eu] residir na resistência dos historiadores ao tema”.²² Essa tarefa, por muito tempo, foi quase que exclusividade dos antropólogos. Normalmente, o Século XIX é considerado como o marco temporal constitutivo dessa ausência de interesse nos estudos que tem o indígena como objeto principal.

Esse século marca, também, o início da elaboração de uma História nacional e um dos seus grandes representantes é Francisco Adolfo de Varnhagen, escritor da primeira *História Geral do Brasil*. No tocante aos índios “ditou Varnhagen: ‘de tais povos na infância não há história: há só etnografia’. Esta afirmação ecoava, sem dúvida, algumas visões já francamente em voga no ocidente do século XIX”. Completando esse quadro Carl Friedrich Von Martius escreve: “não há dúvida: o americano está prestes a desaparecer”.²³ Estava aí as bases da configuração de uma morte anunciada. Assim, o sumiço dos indígenas era só uma questão de tempo.

Passando ao século seguinte, e pelo menos até a década de 1980, a história indígena resumia-se a análise e a descrição da extinção a partir de uma abordagem que vitimizava os índios frente ao histórico de destruição deixado pela conquista europeia. O problema dessa abordagem é que elas tendem a paralisar as sociedades indígenas no tempo, impossibilitando-as de qualquer tipo de iniciativa de negociação, adaptação e resistência frente aos contextos e experiências históricas. Nesse caso, os índios não aparecem enquanto sujeitos ativos.²⁴

Outra versão da história viria a entrar em cena a partir do crescimento de um movimento indígena atuante a partir do final da década de 1970, trazendo mudanças importantes de natureza prática e teórica. Assim, a antropologia, até então muito influenciada por estudos estruturalistas baseados em análises mais cristalizadas, de perfis que se enquadram em grandes estruturas, passa a incorporar influências de trabalhos pós-estruturalistas. Como destaca John Monteiro,

a etnologia brasileira passava a integrar a seus repertórios as discussões pós-estruturalistas de autores como Renato Rosaldo e Marshall Sahlins, entre outros, cujas abordagens davam um papel dinâmico para a história na discussão das culturas, das identidades e das políticas indígenas.²⁵

O trabalho assentado sob essas bases buscava reverter a ideia de que o contato de indígenas e europeus representou, necessariamente, o extermínio histórico e cultural

²² Idem.

²³ Ibidem.

²⁴ Levando em conta o contexto, sobretudo, conferir. HEMMING, **O ouro vermelho**: a conquista dos índios brasileiros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007 e NEVES, Luís Felipe Baeta. **O combate dos soldados de cristo na terra dos papagaios**: colonialismo e repressão cultural. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

²⁵ MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores...** op. cit., 2001, p.4

indígena. Passou-se a considerar a cultura como processo histórico, valorizando a historicidade da cultura na qual os processos históricos figuram como elementos explicativos e transformadores das culturas dos povos. Na história, a influência da história social inglesa e das contribuições de E. P. Thompson foram importantes. Nesse contexto Thompson associa cultura e classe como processo, formados pela experiência. Nesse sentido, para Thompson, cultura é um produto histórico e dinâmico forjada no processo histórico das experiências e condicionamentos que os sujeitos são submetidos.²⁶ Esse olhar para a cultura descortina possibilidades de análise que objetivam diminuir a relação de oposição entre aculturação e resistência permitindo analisar estratégias de sobrevivência a partir da reelaboração de identidades e costumes.

As identidades, a partir dessas reflexões, não mais são consideradas como algo paralisado e um elemento inato dos sujeitos. Do contrário, “permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’”.²⁷ Temos então identidades múltiplas e, respeitando a complexidade humana, os contextos mudam e as identidades se reconfiguram a partir de sua influência. Assim, a partir dessa perspectiva pode ser possível colocar os indígenas como sujeitos da sua própria história na medida em que são capazes de reformular suas identidades e rearticular sua cultura se inserindo num novo mundo em (trans)formação. Não obstante, o desafio para essa nova abordagem é construir análises que pensem a possibilidade de rearticulação e adaptação indígena sem atenuar os conflitos.

O mesmo processo de dispersão e fragmentação de informações nas fontes precisou ser enfrentado para descortinar os processos históricos referente ao século XVII na Capitania de Porto Seguro. Tal condição exigiu esforços para desenvolver a pesquisa em diversos arquivos e fundos na Bahia, no Brasil, em Portugal e na Espanha.²⁸ Nesse sentido, a experiência histórica da capitania no período em tela esteve em relação direta com a produção e, conseqüentemente, a disponibilidade de documentos para a análise e produção historiográfica. Logo, como estratégia metodológica para a viabilização do estudo – que reputamos necessário e inédito – alargamos a escala espacial nos distanciando um pouco do espaço específico, forçando algumas generalizações, ainda que em poucos momentos do texto. Assim, na falta de manuscritos que nos proporcionasse

²⁶ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp. 182-183.

²⁷ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 38.

²⁸ Consultamos documentos no Arquivo Público do Estado da Bahia, na Biblioteca Nacional (a partir das bases de dados online), no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Biblioteca da Ajuda (Belém/PT), Biblioteca Real Academia de História (ES) e Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate e presencialmente). Ademais, contamos com a generosidade do Prof. Dr. Francisco Cancela por ter compartilhado cartas de sesmaria custodiadas pelo Arquivo Nacional no Brasil.

descrições amplas e detalhadas dos processos históricos que envolveram a capitania, relatos pontuais em contextos inseridos em outros espaços coloniais, como na Capitania da Bahia, por exemplo, nos facultou um olhar mais distante, porém, viabilizador da compreensão da experiência da Capitania de Porto Seguro no contexto em tela.

Por se tratar de fontes que em sua imensa maioria eram de caráter administrativo – como cartas patente, denúncias e correspondências entre oficiais da administração colonial – a quase única alternativa metodológica foi se valer do método indiciário. Assim, a partir do não dito, da leitura atenta às entrelinhas buscamos conectar informações fragmentárias, dos detalhes negligenciáveis até que, partindo dos indícios, fosse possível remontar uma narrativa mais complexa sobre determinada realidade.²⁹ Ademais, foi necessário um esforço gigantesco de cruzamento de fragmentos de dados para montar, como numa colcha de retalhos, narrativa inteligível sobre a experiência histórica da Capitania de Porto Seguro, na medida do possível.³⁰

Em alguns e poucos momentos nos valem de formulação de listas onomásticas para identificar e sistematizar alguns personagens que circularam pelos sertões e desceram grupos de indígenas para o litoral. Nesse sentido, o método onomástico foi, em alguma medida, ferramenta importante para compreender alguns processos em meio ao imenso “papalório” de cartas patente e autorização de entradas.³¹ O sentido foi buscar entender através de alguns nomes uma trama maior que envolveu contextos de entradas e descimentos de indígenas que habitavam os sertões da capitania em tela.

Finalmente, foi preciso ajustar também um dos termos e conceito chave para este trabalho que foi a ideia de sertão, sertanismo ou sertanejo. Entendemos o sertão como um conceito polissêmico e que, portanto, pode ser ajustado a diversos contextos e perspectivas de análise. Para Rafael Bluteau, sertão é uma “região, apartada do mar, e por todas as partes metida entre terras”.³² Contudo, ao longo do tempo, o significado variou a depender do contexto, ou seja, atendeu a perspectiva de quem o enunciou incorporando desde a ideia de oposição entre os territórios costeiros e os de interior do continente até definições mais amplas e móveis quanto a correspondência a todo território ainda não

²⁹ GIZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 143-181.

³⁰ GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

³¹ GIZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 7-17.

³² BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino**. (Volume 07: Letras Q-S). Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1720, p. 613. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/002994-07#page/45/mode/1up>.

colonizado, independente da distancia ou proximidade do litoral.³³ No século XIX, todavia, a construção de um ideal de nação e, por sua vez, das suas diferenças regionais encontrou terreno fértil entre o pensamento sociológico onde a categoria de sertão foi simplificada e transformada em sinônimo de uma determinada região associada e pobreza, a seca e a miséria, representada pelo sertão semiárido nordestino.³⁴

Da organização e divisão dos capítulos

A primeira parte deste trabalho teve como objetivo definir o espaço a ser analisado e entender a sua ocupação antes da chegada dos europeus. Ademais, a partir da mobilização de conceitos como os de território, lugar e região, “enquadrar” o espaço e seus processos históricos para além da delimitação institucional após o advento das capitâneas hereditárias. Todo esse procedimento foi realizado no capítulo primeiro do trabalho que ora apresentamos.

Ainda na primeira parte, o segundo capítulo se ocupou de explorar o conceito de sertão, suas representações a partir da experiência dos sujeitos históricos que vivenciaram o contexto abordado. Destacamos também seus usos e significados no passado, no presente, nas fontes, bem como na historiografia. Além da perspectiva geográfica, analisamos os aspectos históricos e antropológicos envolvidos, enfocando os interesses dos agentes colonizadores e a agência indígena. No entanto, a experiência histórica do nosso objeto, após a leitura das fontes, não nos permitiu abordar o sertão a partir da constituição de núcleos de povoamento permanente a Oeste do território da Capitania de Porto Seguro e sim a partir da prática do sertanismo como realidade contumaz dos sujeitos que a habitou ou colonizou. Ainda assim, o sertanismo não fora praticado por uma população sertaneja, que residia permanentemente nos sertões e passou a dominá-lo produzindo, compartilhando e absorvendo uma cultura dos sertões, um *modus vivendi* e um domínio relacionado ao compartilhamento de uma vida imersa enquanto habitantes

³³ Cf. AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 15, 1995; Serafim Leite definiu sertão como “lugar inculto, distante de povoado, o interior das terras”. LEITE, Serafim. **Monumenta Brasiliae**, v. 1, p. 186. Em comentário a carta do Padre José de Anchieta, a definição aproximou-se da de Bluteau: “terras do interior, longe da costa”. LEITE, Serafim. **Monumenta Brasiliae**, v. 3, p. 23; GALINDO, Marcos. **O governo das almas: a expansão colonial no país dos tapuias (1651-1798)**. São Paulo: Hucitec, 2017, p. 45; KOK, Maria da Glória Porto. **Sertão itinerante: Expedições da Capitania de São Paulo no Século XVIII**. São Paulo: HUCITEC, 2004; FERRAZ, Socorro; BARBOSA, Bartira Ferraz. **Sertão: fronteira do medo**. Recife: Editora UFPE, 2015, p. 35;

³⁴ VAINFAS, Ronaldo. O sertão e os sertões na história luso-brasileira. **Revista de história da sociedade e da cultura**. Centro de História da Sociedade e da Cultura. Imprensa da Universidade de Coimbra: Coimbra, 2019.

daquele espaço, na perspectiva analisada por Sérgio Buarque de Holanda.³⁵ Apesar das semelhanças nos meios e no desenvolvimento de habilidades para a circulação no litoral, tanto as populações quanto os povoados da Capitania de Porto Seguro foram eminentemente litorâneos. Porém, a permanência das povoações da Capitania de Porto Seguro, ainda que concentradas no litoral, dependeu da exploração dos recursos naturais dos sertões e de grupos indígenas que viviam na hinterlândia em regiões muito distantes da Costa. Assim, o significado dos sertões para a experiência histórica da Capitania de Porto Seguro teve um sentido prático, definida não pelo lugar de origem ou de morada dos indivíduos, mas de um sentido relacionado a “experiência e conhecimento que dele tem”.³⁶ Finalmente, a prática dos sertões assumiu um sentido dialético em que a experiência, o conhecimento e a circulação nos sertões se reverteu na sobrevivência e continuidade de uma experiência de colonização litorânea, tendo em vista a ausência da constituição de assentamentos permanentes a Oeste da capitania.

Na segunda parte nos dedicamos à análise da “centralidade” da mão de obra indígena na Capitania de Porto Seguro confrontando o vivido com a política e a legislação indigenista da Coroa portuguesa. Ademais, realizamos a confrontação da realidade apresentada pelas fontes com o debate historiográfico acerca da permanência da escravidão e outras formas de recrutamento da mão de obra indígena como elemento central da experiência histórica da Capitania de Porto Seguro.

Finalmente, no quarto capítulo, analisamos o contexto após a Restauração portuguesa de 1640 e os indícios da continuidade do comportamento da política indigenista da Coroa portuguesa. Apesar das limitações empíricas, teóricas e metodológicas, tentamos analisar também as possíveis agências indígenas e dos colonos no mesmo contexto.

Na última parte, também dividida em dois capítulos, tratou-se de dois estudos de caso. Assim, o capítulo quinto desenvolveu a descrição e análise da colonização da povoação do Rio das Caravelas, as investidas violentas de captura e escravização que marcaram a segunda metade do século XVII. Finalmente, abordamos as alianças, ou tentativas delas, entre indígenas descidos e colonos a partir do caso dos Araraó que se estabeleceram na povoação.

O último capítulo, por fim, apresentou e analisou a migração de um grupo Kamakã-Meniã para a barra do rio Grande (atual Jequitinhonha). Como exemplo da

³⁵ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017 e HOLANDA, Sergio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014

³⁶ CHAMBOULEYRON, Rafael. A prática dos sertões na Amazônia Colonial (século XVII). IN: **Outros tempos**, vol. 10, n. 15, 2013, p. 803

agência indígena e do conhecimento por parte dos indígenas da legislação indigenista da Coroa portuguesa, os Kamakã-Meniã solicitaram serem aldeados e administrados por um Padre, Francisco de Barjón.

O caso dos Kamakã-Meniã gerou uma documentação importante que transcendeu ao nosso recorte temporal. Contudo, dentro da baliza temporal estabelecida neste trabalho, foi precioso a exposição e análise da política indigenista a partir da leitura do Regimento que se passou aos administradores de aldeias, datado da década de 1680.

Assim, o trabalho buscou evidenciar que a exploração predatória da mão de obra indígena foi o principal elemento condicionante para a permanência de colonos e, por sua vez, da continuidade da colonização da Capitania de Porto Seguro. Finalmente, o quase extermínio da população tupinikin do litoral impulsionou entradas cada vez mais distantes em direção ao interior da capitania. Tal realidade determinou a presença cada vez maior de grupos Macro-Jê nas povoações e vilas da capitania. A continuidade da presença massiva de grupos Jê no litoral da capitania foi comprovada por fontes e estudos anteriores ao que ora apresentamos e por todo o período posterior (séculos XVIII, XIX, XX e XXI).

CAPÍTULO 1 – Definindo o espaço: a Capitania de Porto Seguro - região, lugares e perspectivas.

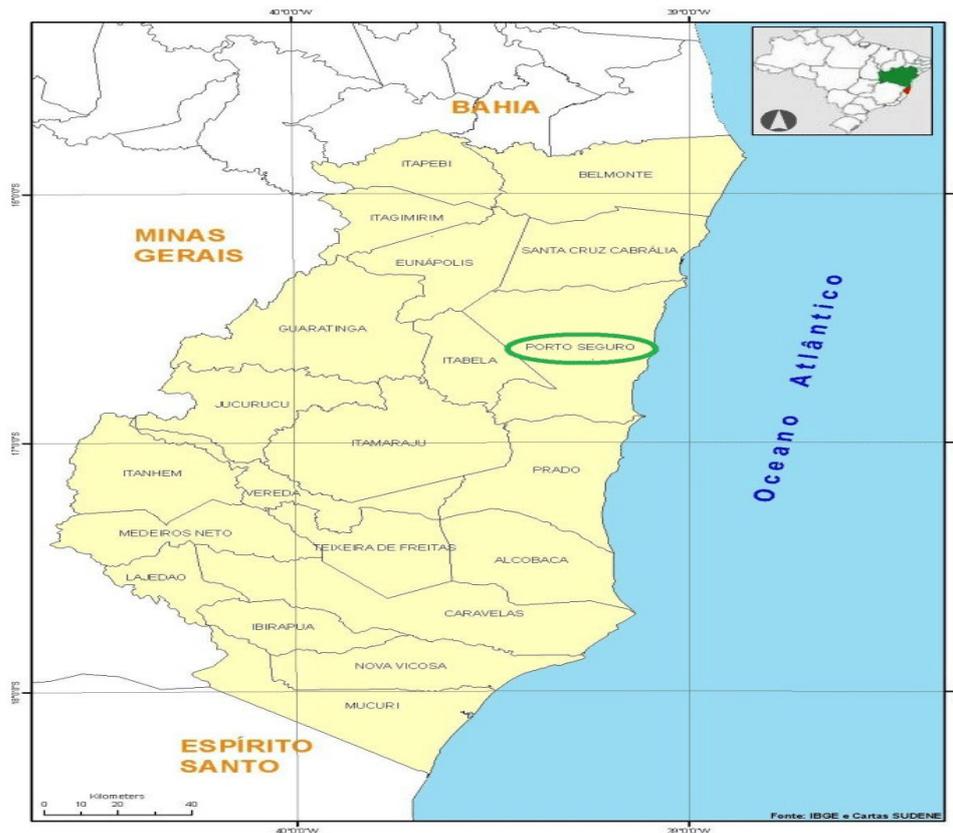
Atualmente o Estado da Bahia é composto por 417 municípios, divididos em 27 Territórios de Identidade e 7 mesorregiões.³⁷ De modo geral, para efeito de síntese, o território da Unidade Federativa do Brasil foi formado a partir de uma experiência histórica de longo período de exploração colonial portuguesa. Após a divisão do território em capitanias hereditárias no século XVI, a partir da segunda metade do século XVIII, a Capitania da Bahia anexou os territórios das Capitanias de Ilhéus e Porto Seguro dando forma ao que se delimitou enquanto território atual do Estado da Bahia.

De toda essa porção territorial, o espaço que é objeto desta tese corresponde aos atuais Territórios de Identidade do Extremo Sul e da Costa do Descobrimento. Conforme mapa a seguir, a região é composta por 21 municípios e por uma população aproximada de 846,2 mil habitantes, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.³⁸

³⁷ Os Territórios de Identidade são os seguintes: Bacia do Jacuípe, Bacia do Paramirim, Bacia do Rio Corrente, Bacia do Rio Grande, Baixo Sul, Chapada Diamantina, Costa do Descobrimento, Extremo Sul, Irecê, Itaparica, Litoral Norte e Agreste Baiano e Litoral Sul. As mesorregiões dividem-se da seguinte maneira: Centro Norte Baiano, Centro Sul Baiano, Extremo Oeste Baiano, Metropolitano de Salvador, Nordeste Baiano, Sul Baiano, Vale Sanfranciscano da Bahia. Os dados e as referências territoriais se basearam na classificação da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI. A Mapoteca Digital da SEI foi acessada on-line. Conferir: [Mapoteca Digital - Mapas Regionais \(sei.ba.gov.br\)](http://sef.ba.gov.br). Data do acesso: 01/09/2022.

³⁸ Fontes: IBGE e SEI. Conferir em: [Porto Seguro \(BA\) | Cidades e Estados | IBGE](http://sef.ba.gov.br), [Slide 1 \(sei.ba.gov.br\)](http://sef.ba.gov.br) e [Slide 1 \(sei.ba.gov.br\)](http://sef.ba.gov.br). Data do acesso: 01/09/2022.

Mapa 1 – Região Extremo Sul da Bahia



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística–IBGE.

Contudo, no início da colonização portuguesa efetiva, o território era um pouco mais alargado e incorporava uma parte da região Norte do atual Estado do Espírito Santo. O perfil atual do território, diverso, bem povoado e economicamente ativo se desenhou recentemente registrando maior densidade populacional há poucas décadas, sobretudo após a construção da rodovia BR 101 na década de 1970.

As referências à ocupação do território antes da chegada de Europeus são escassas, porém, pesquisas arqueológicas, ainda que diminutas, puderam oferecer elementos básicos para a compreensão da presença de grupos, datações, dinâmica espacial e características gerais de suas organizações sociais. Assim, as pesquisas mais relevantes na área já indicaram a presença humana no continente há pelo menos 10.000 anos.³⁹

³⁹ GUIDON, Niède. As ocupações pré-históricas do Brasil. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992, pp. 37-52; NEVES, E G. Índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. In: **Temática indígena na escola: novos subsídios para professores de primeiro e segundo graus**. Brasília: Mec-Mari/Grupo de Educação Indígena da Usp/Unesco, 1995.

Em Porto Seguro, estudos arqueológicos apresentaram evidências da presença humana no baixo curso do atual rio Buranhém de pouco menos de 3.000 anos.⁴⁰ A datação foi produto do estudo de sambaquis⁴¹ encontrados na região em pesquisas realizadas por equipes distintas e em períodos distintos.

Segundo Frederico Tofani, os primeiros estudos de sambaquis na região foram produzidos pelo arqueólogo Valentin Calderón na década de 1960.⁴² As 16 estruturas foram localizadas no rio João de Tiba, município de Santa Cruz Cabrália. Entretanto, o material coletado foi de superfície e apesar de se identificar como sendo produzidos por reprodutores da tradição Periperi demandou mais de três décadas para se realizar pesquisas mais profundas. Assim, somente após o projeto de mapeamento dos sítios arqueológicos proposto pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia e executado pelo Núcleo Avançado de Pesquisas Arqueológicas (NAPAS/UFBA), que ocorreu entre os anos de 1997 e 2000, as pesquisas se ampliaram um pouco mais. Nesse contexto, foram identificados dois sambaquis na Terra Indígena Pataxó Aldeia Velha, na margem direita do Rio Buranhém, e mais um localizado na zona rural de Santa Cruz Cabrália, no vale do rio João de Tiba.⁴³

Contudo, a datação mais antiga de um sambaqui na região de Porto Seguro foi alcançada em 2004, após a descoberta de mais uma estrutura às margens do rio Buranhém. De acordo com Tofani:

Localizado na altura da fazenda Buranhém, esse sambaqui foi estudado com maior profundidade, teve seu material arqueológico datado e forneceu a evidência mais antiga que dispomos sobre a presença humana no Extremo Sul da Bahia: 2.850 BP⁴⁴. Demonstrou-se assim que a sua construção foi ao menos parcialmente contemporânea à do [...] sambaqui da Pedra Oca em Salvador e, principalmente, obra de grupos sambaqueiros ceramistas que também eram (re)produtores da tradição Periperi.⁴⁵

⁴⁰ MORALES, W. F. Análise e curadoria do material cerâmico do sítio Terravista, Porto Seguro, Bahia. In: **XIII Seminário de Iniciação Científica e 9ª Semana de Pesquisa e Pós-graduação da UESC em Ciências Sociais Aplicadas, 2007, Ilhéus**. Anais do 13 Seminário de iniciação científica e 9ª Semana de Pesquisa e Pós Graduação da UESC em Ciências Sociais Aplicadas, 2007.

⁴¹ Do ponto de vista arqueológico, um sambaqui é um sítio formado pela acumulação de moluscos marinhos, fluviais ou terrestres produto da ação humana em que também se encontram ossos humanos, objetos de pedra ou cerâmica. Constituem referencial de análise para estudos do homem pré-histórico no Brasil.

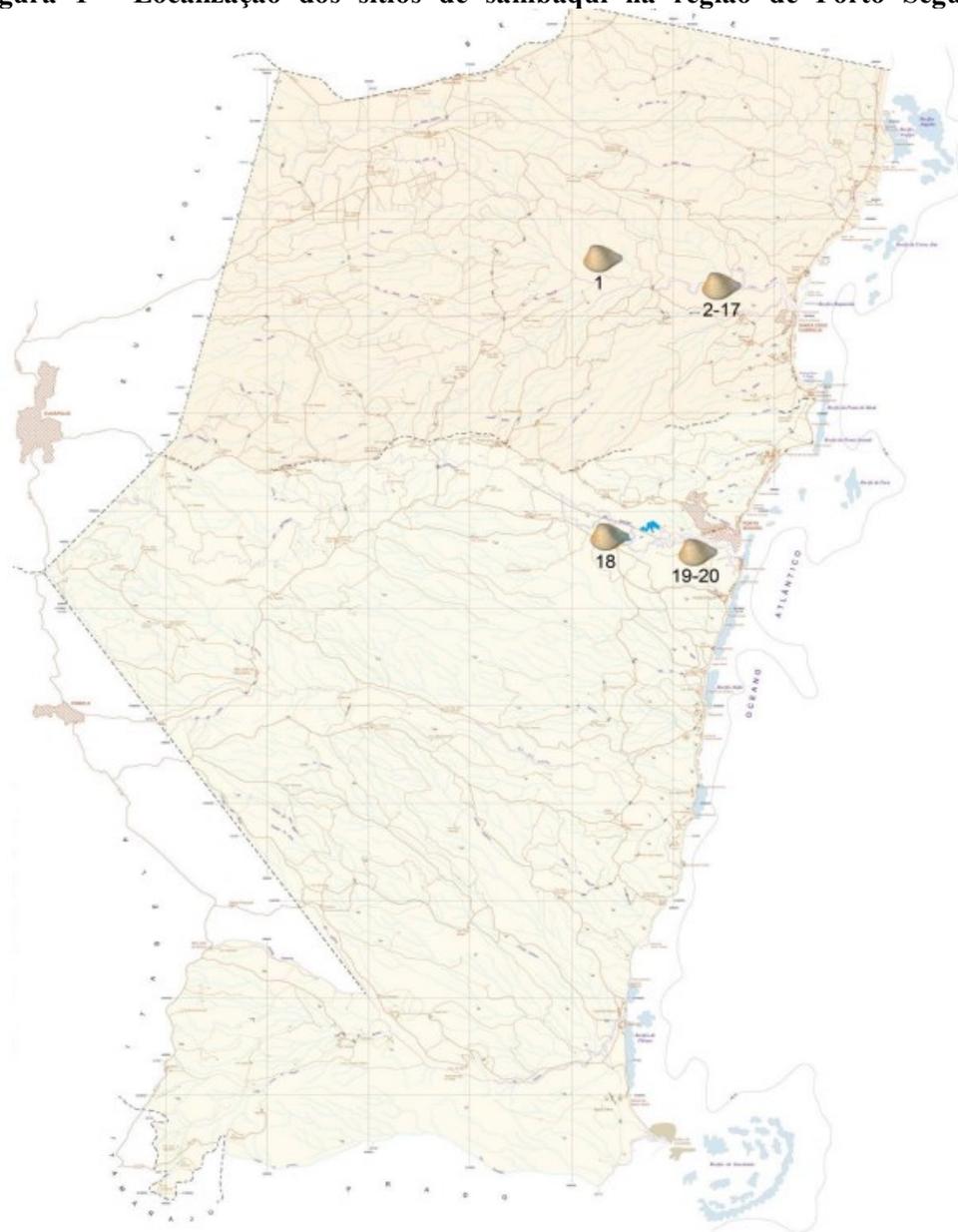
⁴² TOFANI, Frederico de Paula. Erejakasó piáng?: as culturas sambaqueira, aratu, tupi-guarani e portuguesa e a produção do espaço do Extremo Sul da Bahia, Brasil. 2008. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008, p. 102.

⁴³ TOFANI. Op. Cit. p. 138.

⁴⁴ Before Presente, sigla que é utilizada como referência a medida de tempo na arqueologia e geologia e toma como marco zero o ano de 1950. A adaptação se deu em função do impacto dos testes nucleares da segunda metade do século XX causadores de desajustes nas curvas de isótopos radiativos presentes na camada atmosférica.

⁴⁵ TOFANI, 2008, op. cit., p. 142.

Figura 1 - Localização dos sítios de sambaqui na região de Porto Seguro.



Fonte: TOFANI, 2008.

As investigações arqueológicas também registraram sítios com material pertencente a tradição aratu em diversas localidades da região. Diferente dos grupos produtores dos sambaquis, as referências culturais aratu dão conta de se tratar de “um conjunto de etnias agricultoras ceramistas que, não obstante algumas diferenças regionais e cronológicas, constituíram sociedades complexas, grandes e densos assentamentos, adaptaram-se a uma ampla diversidade de ecossistemas e lograram ocupar um vasto espaço”.⁴⁶

A tradição Aratu é a denominação de uma macro unidade cultural. Desse modo, é um recurso metodológico para identificação, classificação e compreensão de grupos

⁴⁶ TOFANI, 2008, op. cit., p. 154.

sociais a partir de vestígios materiais com certo grau de coerência. Entretanto, a aplicação destas categorias classificatórias em sítios coloniais pode ser um risco. De acordo com Carlos Echevarne, as categorias “nem sempre estão determinando limites étnicos precisos”. Segundo o arqueólogo,

No que se refere ao Nordeste brasileiro existem duas grandes unidades pré-coloniais, ou tradições arqueológicas, que foram denominadas Aratu e Tupi. Ambas estão associadas a grupos sociais demograficamente numerosos, isto é, de grandes aldeias, com conhecimento de cultivos de algumas espécies como parte essencial da dieta alimentar e, ainda, produtores de cerâmica com múltiplas funções e com aspectos tecnológicos adequados à utilização doméstica e ritualística. Em nenhum dos dois casos faziam uso de metais e os instrumentos para o tratamento dos vegetais e animais eram, em grande parte, em pedra lascada ou polida.⁴⁷

No atual Extremo Sul da Bahia, a primeira descoberta de um sítio da tradição Aratu se deu no município de Itanhém, no final da década de 1960. A partir da década de 1990 a ampliação de estudos arqueológicos na região dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, em função da realização de grandes obras de estrutura, sobretudo as de tratamento de água e esgoto, resultaram na descoberta de outros sítios vinculados à mesma tradição.

Nesse contexto, o primeiro conjunto foi encontrado em 1998 no distrito de Trancoso, próximo ao mirante localizado aos fundos da Igreja de São João Batista. O segundo grupo de vestígios foi encontrado no distrito de Arraial d’Ajuda a cerca de 1.500 metros do centro, nas imediações da Praça São Pedro. Nos anos 2000, um grupo de moradores da Aldeia Pataxó Barra Velha entregou o terceiro grupo de achados a técnicos do núcleo de arqueologia da Universidade Federal da Bahia que estavam em visita à região. O último conjunto, ainda nos atuais limites do município de Porto Seguro, foi encontrado sobre o tabuleiro localizado entre a foz do rio Taípe e onde se localiza atualmente o Club Med Trancoso. Nos sítios, os principais artefatos encontrados foram urnas piriformes, vasos de cerâmica, lâminas de machado e rodela de fuso.⁴⁸

Segundo Tofani,

Um aspecto desses quatro conjuntos de material Aratu que [...] chama atenção – para além, é claro, da sua grande relevância cultural – são as características naturais comungadas pelos sítios onde foram evidenciados. Em primeiro lugar, todos estão localizados onde ocorre ou ocorria a confluência de algumas das principais categorias de ecossistemas terrestres, fluviais e marinhos da região. Esses sítios estavam circundados por Florestas Ombrófilas de Tabuleiro, Várzeas, Brejos, Manguezais e formações recifais conformando um ambiente

⁴⁷ ECHEVARNE, Carlos. O sítio de tradição Aratu de Água Vermelha, Reserva Indígena Caramuru Paraguaçu, e suas implicações arqueológicas e etno-políticas. **Cadernos de Arte e Antropologia** [online], Vol. 1, Nº 1, 2012. Posto online no dia 01 de abril de 2012, consultado em 15 de setembro de 2022. URL: <http://journals.openedition.org/cadernosaa/721>; DOI: <https://doi.org/10.4000/cadernosaa.721>.

⁴⁸ TOFANI. Op. cit. 2008, p. 169.

com grande diversidade e quantidade de recursos naturais próprios para o consumo humano. Em segundo lugar, os sítios arqueológicos Aratu em Arraial d’Ajuda, Terravista, Trancoso e Barra Velha estão localizados sobre tabuleiros da Formação Barreiras com cotas altimétricas por volta de, respectivamente, 45, 40, 35 e 20 metros. Desses tabuleiros é possível avistar muitos de seus limites, os vales fluviais que os ladeiam, grande parte dos tabuleiros vizinhos e muitas dezenas de quilômetros da linha de costa. Em terceiro lugar, esses sítios estão sempre a menos de 200 metros de algum curso d’água perene onde a coleta de água potável é fácil e abundante. Em quarto lugar, eles se encontram juntos ou próximo as fozes de grandes rios com cabeceiras muitos quilômetros a Oeste e que permitem um acesso relativamente fácil a terras no interior da região e, em alguns casos, na porção nordeste de Minas Gerais.⁴⁹

O material arqueológico identificado em sítios classificados como pertencentes a tradição Aratu encontrado em Trancoso “foi resgatado por técnicos do NAPAS/UFBA, a pedido do IPHAN, e enviado posteriormente para datação pelo método de termoluminescência. O resultado obtido apontou que seu enterramento ocorreu entre os anos de 1285 e 1415”.⁵⁰ Carlos Echevarne, por sua vez, alertou que, cronologicamente, os grupos da tradição Aratu foram os primeiros a se instalarem no Nordeste, em relação aos da tradição Tupi. Conforme o professor de arqueologia da UFBA, as datações tanto de Carbono 14 quanto de Termoluminescência “os insere em uma faixa temporal que abarca um lapso entre 1.200 anos BP e 600 anos BP aproximadamente (isto é, do século IX ao século XV d.C.)”.⁵¹ Em contrapartida, os dados arqueológicos correspondentes aos grupos Tupi estimaram que as primeiras ocupações se efetivaram entre os séculos X ao século XVI em contexto de domínio de grande parte do litoral quando da chegada dos europeus.

Além da identificação da ocupação e das características dos aspectos naturais dos territórios privilegiados pelos grupos para a fixação, a abrangência e possibilidade de circulação entre a costa e regiões mais ao interior é de fundamental importância (como indicado por Tofani a partir da localização de sítios como o de Itanhém). Outro ponto importante é a existência de contatos entre as duas tradições, conforme indicou Echevarne. Para o arqueólogo, “o fato de existirem aspectos decorativos sobre parte das superfícies alisadas das urnas pode estar indicando alguma interação com grupos não Aratu”. Assim, ainda segundo Carlos Echevarne, “as datações mencionadas colocam os sítios arqueológicos no cenário de um panorama sócio-histórico regional em que sobressaia forte penetração dos grupos Tupi”.⁵²

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ *Idem*.

⁵¹ ECHEVARNE, Carlos. Op. cit. 2012.

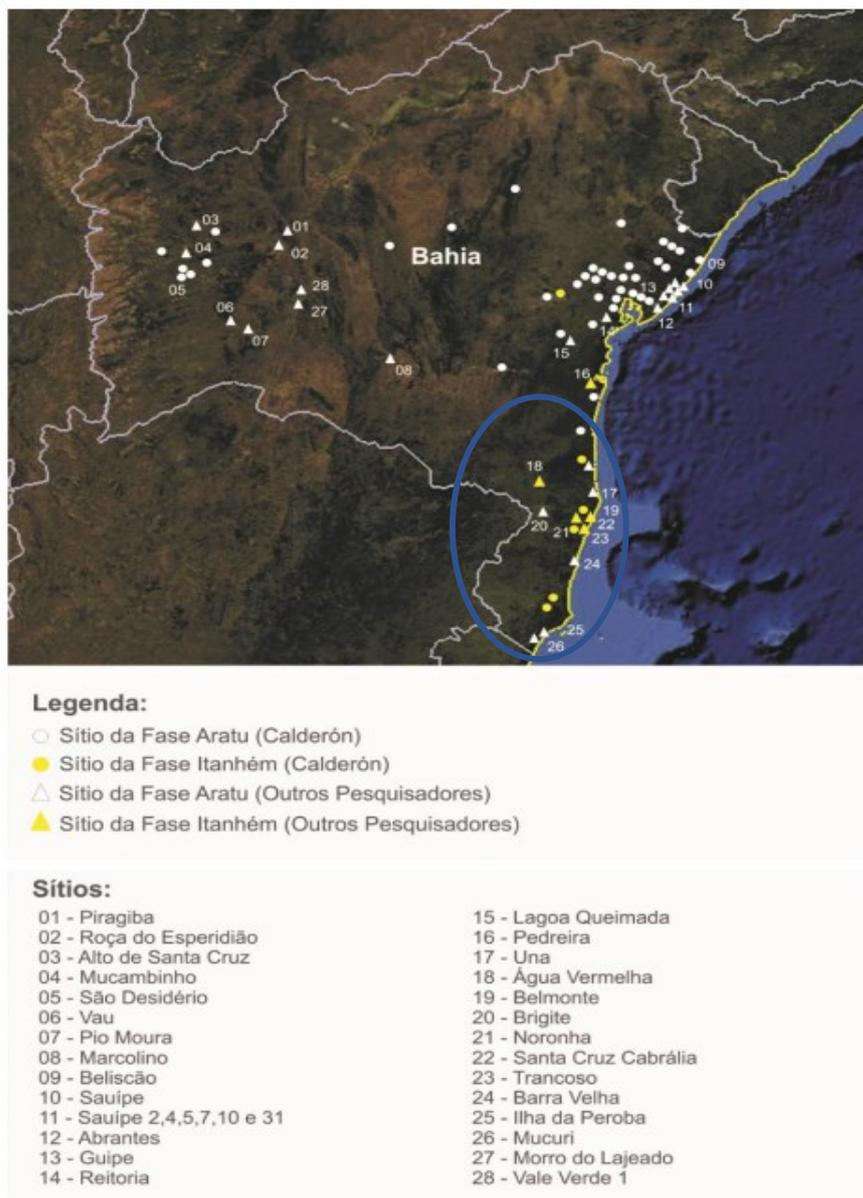
⁵² *Ibidem*.

Ainda que os indicadores não atestem firmemente que os grupos Aratu tenham sido contactados pelos colonizadores,⁵³ é importante notar a ocupação de grupos horticultores e ceramistas sedentários na região. Ademais, as possíveis influências Tupi em partes do conjunto material analisado forneceu pistas para perceber a formação de um território de ocupação antiga, diversa e de circulação material e cultural.

Por fim, a presença de sítios em vales de rios como o Jequitinhonha abriu espaço para a percepção de território de circulação não somente a jusante, mas adentrando alguns vales de rios como meio de acesso a regiões mais ao interior. O recurso a essas referências arqueológicas teve como objetivo esboçar os caminhos que seriam trilhados por séculos e perceber a recorrência da circulação a montante dos rios Doce, Caravelas e Jequitinhonha (sob denominação de rio Grande no século XVI e XVII).

⁵³ FERNANDES, L. Uma revisão da tradição Aratu na Bahia. **Revista Clio arqueológica**. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Vol. 27, n. 1, 2012.

Mapa 2 - Sítios Aratu compulsados da bibliografia de referência.



Fonte: Fernandes, 2012.

Se as bases materiais se mostraram sensíveis a certo nível de comprovação e identificação étnica, foi possível certo consenso acerca de marcadores étnicos e seus processos de trânsito e reelaborações ao longo do tempo e do espaço. Nesse sentido, os estudos da etnolinguística tomaram como base a análise das diversas línguas e dialetos falados no território que corresponde ao Brasil atual para estabelecer comparações, similaridades em palavras e fonemas, e posteriormente distinguir e classificar grupos e subgrupos.

Assim, foi possível dividir os diversos grupos indígenas em alguns subgrupos que, por sua vez, ocupavam (alguns ainda ocupam) determinado território. Conforme Greg Urban, os grupos que habitavam a região em análise se enquadravam em dois troncos

linguísticos: o Macro-Jê e o Tupi ou Macro-Tupi. Segundo Urban, “toda a rede de línguas geneticamente filiadas ao tronco Macro-Jê está concentrada na parte oriental e central do planalto brasileiro. [...] Se considerarmos as línguas Macro-Jê em conjunto, veremos que formam um anel em torno do Brasil central-oriental”.⁵⁴

Os Tupi, no contexto da chegada dos europeus, ocupavam o litoral. Conforme Júlio César Melatti, é a família “que abrange maior número de línguas e a que se dispersa por maior extensão geográfica”.⁵⁵ Todavia, “a área geral de dispersão dos povos Macro-Tupi, que teria ocorrido entre 3 e 5 mil anos atrás, situa-se provavelmente entre o Madeira e o Xingu”.⁵⁶ Assim, a dispersão fora seguida pelo deslocamento ao Sul, em direção ao Paraguai, ocorrendo outra cisão que se completou por volta do ano mil, quando ocuparam quase toda a faixa litorânea com presença de alguns grupos do tronco Macro-Jê.⁵⁷

Logo, a realidade social que abarcava o território foi caracterizada por grande diversidade sociocultural que não se isolou ou se estagnou no tempo. O mais coerente é buscar entender de forma dinâmica a interação conflituosa ou não de diferentes etnias ao longo do tempo impulsionadoras de trocas, de alianças e guerras. Conforme Manuela Carneiro da Cunha, “[havia] um contato mediatizado por objetos, machados, miçangas, capazes de percorrerem imensas extensões e de gerarem uma dependência à distância”.⁵⁸ Assim, concordando com a antropóloga, “o que é hoje o Brasil indígena, são fragmentos de um tecido social cuja trama, muito mais complexa e abrangente, cobria provavelmente o território como um todo”.⁵⁹

Desse modo, a análise em tela tomou como referência o território da Capitania de Porto Seguro, todavia, como marco principal de uma zona de circulação mais ampla, explorada e conhecida desde antes da chegada dos europeus tendo como bases alguns estudos apresentados anteriormente. Esta região, para além do espaço político-administrativo da capitania, procurou ser compreendida incorporando também os acessos ao interior pelas diversas vias fluviais e parte importante destes territórios até as proximidades dos montantes dos rios Jequitinhonha, Doce e São Francisco.⁶⁰ Desse

⁵⁴ URBAN, Greg. A História da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da [org.]. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, pp. 90-91.

⁵⁵ MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 61.

⁵⁶ URBAN, Greg. Op. cit. p. 92.

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma História Indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da [org.]. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p. 12.

⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁰ O espaço ao qual nos referimos surge em uma transcrição com a denominação de “Sertão dos Araraó” em LEME, Luiz Gonzaga da Silva. **Genealogia paulistana**. São Paulo: Casa Duprat, 1903.

modo, os marcadores geográficos da ocupação colonial seguiram os territórios indígenas enfrentando a resistência dos ocupantes tradicionais. A necessidade do enquadramento em uma escala mais alargada, em alguns momentos do estudo, atendeu ao imperativo analítico de perceber a continuidade/descontinuidade do uso dos caminhos, a limitação da conquista colonial e a movimentação de alguns grupos indígenas por força das ações dos sertanistas na segunda metade do século XVII.

1.1 – Lugar, região e paisagens

A exposição inicial foi inserida para esboçar aspectos da constituição de um espaço que resultou em uma paisagem de um lugar pretérito ao início da colonização portuguesa. Entender as categorias de paisagem e lugar contemplando não só aspectos físicos, mas como derivação da interação da natureza e ação humana foi importante para perceber de maneira mais ampla o ponto e suas interações com uma trama forçada por uma força externa. Para Milton Santos,

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. [...] Sistemas de objeto e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.⁶¹

Para o geógrafo, “a paisagem pode ser no máximo um todo de representação, mas não é a representação de um todo. A paisagem é por definição fragmentária [...] é um fragmento tanto na sua percepção quanto na sua realidade”.⁶² A paisagem é o que eu vejo. O que eu vejo que varia o meu horizonte e que varia de acordo com a posição diante dos objetos que se quer observar. Todavia, a paisagem nos traz uma totalidade já dada e que se cristalizou no momento anterior ao contato (observador e objeto).

Outra categoria importante para lançar luz à análise em tela é a de lugar. Nesse sentido, a problematização mais pertinente também será a postulada pela geografia crítica. Assim, *lugar* desloca o seu significado atribuído à localização e o entende mais como um processo de identidade, de vivência em um determinado espaço. Logo, “o lugar, aliás, se define como funcionalização do mundo, e é por ele (lugar) que o mundo é

⁶¹ SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p. 39.

⁶² SANTOS, Milton. Op. Cit. 2006, p. 67.

percebido empiricamente”.⁶³ Frente ao mundo, sobretudo em função da imposição de uma economia mundo, o lugar acolhe uma intensidade maior ou menor das redes globais significando, também, a produção propriamente dita enquanto que a referência global diz respeito a outros aspectos como os de circulação e distribuição.

Contudo, a exposição a uma economia global implica a imposição de regras estranhas ao sistema local que se superpõe, desafia e desestrutura à realidade forjada localmente. Assim, “esse conflito entre trabalho particular e local e trabalho geral e global é a base de um choque entre a cultura objetiva, imposta de fora e obediente aos constrangimentos da produção direta, suas técnicas e normas, e a cultura subjetiva”.⁶⁴ Assim, conforme Milton Santos:

O lugar é a oportunidade do evento. E este, ao tornar-se espaço, ainda que não perca as suas marcas de origem, ganha características locais. É como se a flecha do tempo se entortasse no contato com o lugar. O evento é, ao mesmo tempo, deformante e deformado. Por isso, fala-se na imprevisibilidade do evento, a que Ricouer (1986) chama de **autonomia**, a possibilidade, no lugar, de construir uma história das ações que seja diferente do projeto dos atores hegemônicos.⁶⁵

Embora Milton Santos se refira a possibilidades de projeções para o que ele considerava para o futuro, as categorias ora analisadas sob sua perspectiva também foram úteis para analisar o objeto desta tese delimitado em tempo pretérito. Portanto, a abordagem espacial pôde ser construída levando em consideração a interação histórica entre os sistemas de objetos e sistemas de ações formadores de um espaço com características técnicas de produção da sobrevivência humana que era mais amplo e, portanto, diferente dos contornos estabelecidos após o advento da colonização portuguesa.

Por outro lado, a imposição das regras da colonização, estranhas àquela realidade, ao tempo que quebrou estruturas daquela conjuntura também superpôs códigos diferentes. Tais diferenças, à medida que desestruturaram o que existia, também elaboraram outras realidades em que o sistema local que já era dado se inseriu ou repeliu.

Contudo, os limites de acesso ao passado (dentro dos métodos de investigação histórica) pautados na evidência escrita, dado o recorte temporal, superestimaram o olhar dos colonizadores refletindo a compreensão da realidade local a partir de sua perspectiva. Assim, se uma paisagem é uma totalidade já dada e já cristalizada no momento anterior

⁶³ SANTOS, Milton. O lugar: encontrando o futuro. In: **RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2008, p. 35. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/view/3113>. Acesso em: 19 abr. 2023.

⁶⁴ *Ibidem*.

⁶⁵ SANTOS, Milton. Op. Cit. 2008, p. 39.

ao contato ao mesmo tempo em que é fragmentária e reflete um fragmento da percepção determinada pelo lugar de quem vê, os contornos expressos nas fontes deformaram o sistema espacial constituído no pretérito e que fora contactado por eles.

Nesse sentido, o que muito se expressou através dos manuscritos foi o espaço de alcance colonial tomando como referência os valores europeus. Porém, nas entrelinhas e “à contrapelo”, os rastros da paisagem anterior ao contato se revelaram em muitos pontos sobretudo a partir da contraposição do que se inseriu ou não no sistema colonial. Diante do exposto, a delimitação espacial que constituiu o objeto desta tese extrapolou os limites político-administrativos da Capitania de Porto Seguro, embora as situações extraterritoriais (a Porto Seguro) tenham confluído para perceber a experiência histórica do espaço colonial em questão.

De acordo com Ciro Flammarion Cardoso, em perspectiva antropológica, o lugar “caracteriza-se por garantir simultaneamente identidade, relações e história aos membros do grupo cuja cultura o construiu”. Nesse sentido,

O lugar define-se como a construção ao mesmo tempo concreta e simbólica do espaço, servindo de referência para todos aqueles que são destinados por esse lugar a uma posição – não importa se central, intermediária ou periférica – no sistema dos valores, da hierarquia, do poder. O lugar assim definido é uma base de sentido para os que nele vivem; e torna-se fundamento da inteligibilidade para a pessoa de outra cultura interessada em observar e entender aquela comunidade em que o lugar em questão foi construído.⁶⁶

Assim, escapando a concepção baseada unicamente nos referenciais institucionais da colonização portuguesa, a perspectiva tomada para a região no presente trabalho é a que se apropria da referência enquanto “expressão da realidade social, com sua particularidade histórica”.⁶⁷

José D’Assunção Barros buscou definição com recorte mais historiográfico e segundo o historiador,

Grosso modo, uma região é uma unidade definível no espaço, que se caracteriza por uma relativa homogeneidade interna com relação a certos critérios. Os elementos internos que dão uma identidade à região (e que só se tornam perceptíveis quando estabelecemos critérios que favorecem a sua percepção) não são necessariamente estáticos. Daí que a região também pode ter sua identidade delimitada e definida com base no fato de que nela pode ser percebido um certo padrão de interrelações entre elementos dentro dos seus limites. Vale dizer, a região também pode ser uma porção do espaço organizada de acordo com um determinado sistema ou identificada através de

⁶⁶ CARDOSO, C. F. S. REPENSANDO A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO. *Revista de História Regional*, [S. l.], v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2050>. Acesso em: 15 out. 2022.

⁶⁷ BACH, ACMB. *Estudo sobre o conceito de região*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Rio Grande do Sul, 1986, p. 74.

um padrão, a região quase sempre se insere ou pode se ver inserida em um conjunto mais vasto”.⁶⁸

Assim, a região – não necessariamente institucional, todavia, referenciada pela Capitania de Porto Seguro – foi recortada levando em consideração o perfil econômico, político e social em comum. Dentre os diversos pontos de atenção na definição da região, o trabalho e a política indigenista precisaram de atenção especial. Logo, o perfil de pouca inserção na indústria do açúcar, o baixo nível de produção e acumulação de riqueza, o intenso uso da mão de obra indígena livre ou escrava foram os elementos definidores do recorte espacial.

Nesse caso, o espaço compreendido entre o sul da Capitania de Ilhéus e o norte da Capitania do Espírito Santo, incluindo os seus sertões, semelhante ao que foi definido por Maria Hilda Paraíso serviu de referência. Conforme Paraíso, o recorte espacial estabelecido por sua tese de doutoramento foi denominado de “zona tampão” ao qual se definiu da seguinte maneira:

Ao norte, a bacia do rio de Contas, na Bahia, delimita[va] a presença dos grupos indígenas que garanti[u] a unidade étnica e a transição entre os sertões semi-áridos, ao norte, e a faixa de Mata Atlântica, ao sul. [...] A oeste, foi definido como limite a zona de produção de diamantes, tendo como marco o médio curso do rio Jequitinhonha, no seu trecho [do atual Estado e Minas Gerais]. Essa localidade [fora] também o limite de deslocamento, a noroeste, dos grupos conhecidos por Maxakali, em sua fuga ao contato a partir do litoral, sendo, também, uma área de fronteira entre dois processos de ocupação históricos bem diferenciados. Ao oeste de Lorena dos Tocoios, a ocupação processou-se sob o impulso da exploração dos diamantes ou da pecuária, desenvolvida a partir dos sertões baianos bem anteriores ao início do século XIX, enquanto que, a leste, a conquista da região decorreu da busca de alternativas após a decadência da produção de minerais e pedras preciosas. [...] Ao sul, o limiar definido foi o rio Doce, por ser essa bacia, na altura do seu curso médio – atual cidade de Coronel Fabriciano – a fronteira de ocupação efetiva.⁶⁹

Ademais, conforme Paraíso, a definição da área de estudo atendeu à necessidade de “compreender o conjunto das relações sociais historicamente estabelecidas a partir das lutas étnicas decorrentes das ações dos grupos indígenas ao projeto de ocupação/incorporação de uma área de fronteira à economia de mercado”.⁷⁰

Nesse sentido, embora o trabalho de referência produzido por Maria Hilda Paraíso tenha se concentrado em outra baliza temporal (século XIX) e elegido como centro a problemática surgida com a decretação de guerra justa por D. João VI, a análise em tela

⁶⁸ BARROS, J. C. D. HISTÓRIA, REGIÃO E ESPACIALIDADE. *Revista de História Regional*, [S. l.], v. 10, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2211>. Acesso em: 16 out. 2022.

⁶⁹ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*. Salvador: Edufba, 2014, p. 22.

⁷⁰ Idem.

deu conta da mesma região em tempo pretérito. Todavia, o processo histórico de ações e reações dos grupos étnicos frente os processos de conquista colonial aliado às múltiplas relações sociais tecidas da experiência histórica em questão também foram definidoras do percurso do presente trabalho.

Assim, por se tratar de grupos étnicos que circulavam amplamente pelo vasto território delimitado, foi necessário extrapolar os limites institucionais das capitanias e, sobretudo, da Capitania de Porto Seguro.⁷¹ Por outro lado, o crescimento da intensidade de circulação de sertanistas conquistadores por um território também muito vasto provocou uma série de descimentos e a fixação de grupos étnicos de regiões muito distantes que ocorreu por meio da violência ou da busca voluntária pela permanência em áreas da Capitania de Porto Seguro como forma de serem atingidos pela política indigenista da Coroa portuguesa.

Finalmente, diferente do cenário apresentado pelo historiador Rafael Barros para a região sul do Recôncavo da Bahia,⁷² foi impossível apontar a formação e dinâmica de um centro de produção de farinha de mandioca ou outros víveres em qualquer região da Capitania de Porto Seguro. Embora haja relatos da existência da produção de farinha e víveres, não foi possível identificar e compulsar conjunto de fontes seriadas que possibilitasse explorar analiticamente tal situação. Nesse ponto, há indícios de uma produção contínua, porém, voltada para a subsistência local e venda esporádica em localidades próximas. Outro fator que deve ser levado em consideração é a distância da capitania para os maiores centros consumidores, a exemplo de Salvador e Recôncavo, sendo inviável a competitividade com centros de produção mais próximos.

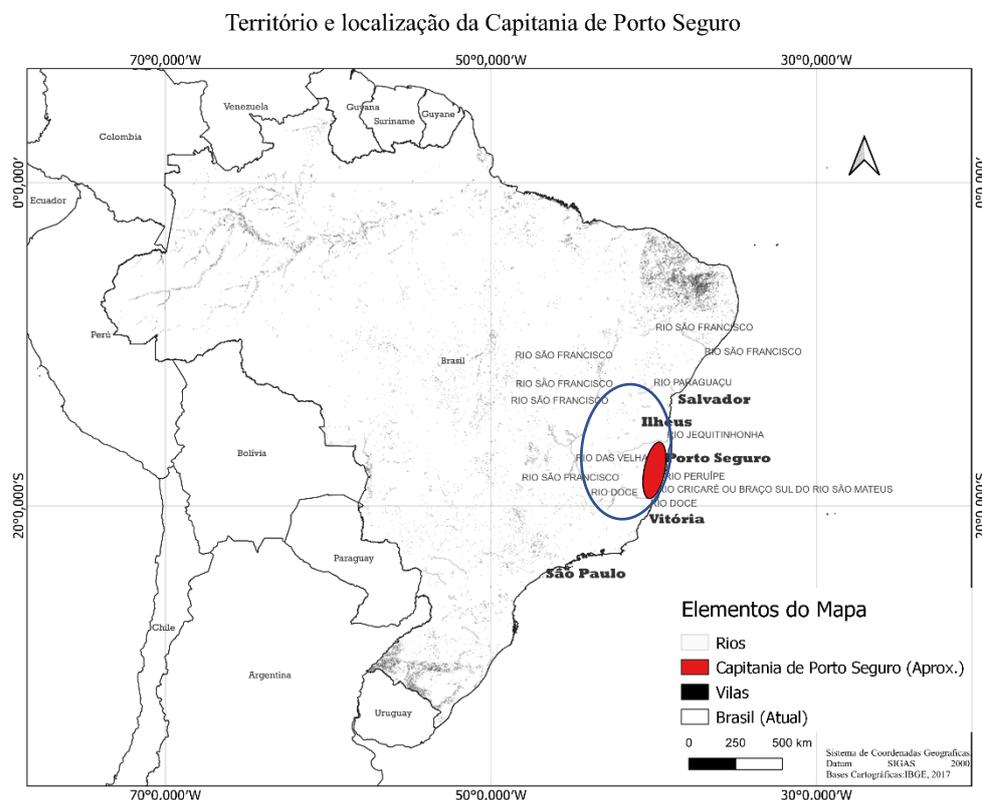
O extrativismo de pau-brasil, por sua vez, foi a atividade que legou maior número de documentos possibilitando descortinar o seu funcionamento e a atuação dos moradores da capitania. Assim, o extrativismo e as buscas por pedras e metais preciosos foram as duas frentes que impulsionaram circulação de agentes em direção ao interior da Capitania de Porto Seguro. Porém, as atividades que se inseriam no espaço que se classificou como “sertão” não resultaram na constituição de povoações ou ocupações regulares. É nessa perspectiva que a análise foi viabilizada entendendo os sertões como espaço de exploração de recursos naturais e humanos, como será exposto nos capítulos a seguir.

⁷¹ O limites político-administrativos da Capitania de Porto Seguro foram definidos a partir da faixa costeira que compreendia o todo o território inserido entre a Barra do atual Rio Jequitinhonha (ao Norte) e o atual Rio Doce (no atual Estado do Espírito Santo, ao Sul). A formação territorial da capitania será problematizada no ponto 1.3.

⁷² BARROS, Rafael dos Santos. **Os sertões em movimento**: sertanistas, indígenas e escravidão na Bahia colonial (1651-1720). Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2021, pp. 42-54.

A representação no mapa abaixo leva em consideração a circulação dos agentes, tanto os colonizadores quanto indígenas, em torno da área investigada.⁷³

Mapa 3 – Localização da Capitania de Porto Seguro e destaque da macro-região em análise



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando o Sistema de Coordenadas Geográficas Datum Sirgas 2000. Bases Cartográficas IBGE, 2017.

1.2 - A Capitania de Porto Seguro: formação e colonização

Criada por D. João III e doada em 1534 a Pero do Campo Tourinho, a capitania se inseria em domínio morfoclimático tropical situada em zona de tabuleiro costeiro Atlântico caracterizada pela existência de grandes platôs um pouco acima do nível do mar e entrecortado por vales comportando complexa rede hidrográfica composta por rios de pequeno, médio e grande porte em que podemos destacar os rios Grande (limite Norte, atual Jequitinhonha) e o Doce (limite Sul e atualmente pertencente ao território do Estado do Espírito Santo). Acompanha a paisagem uma densa floresta tropical rica em biodiversidade e que pode se alargar em direção ao interior por distância de até 250 quilômetros. Além disso, cabe destacar que o território é cercado por morros e serras. O litoral é retilíneo, com presença de numerosos recifes e baixios exigindo perícia para

⁷³ Mapa elaborado pelo autor utilizando sistema de coordenadas geográficas e bases cartográficas do IBGE (2017). O programa de geoprocessamento utilizado foi o QGIS.

navegação e atracação de embarcações de grande porte como naus e galeões. O porto localizava-se na região de Coroa Vermelha, atualmente distrito do município de Santa Cruz Cabrália.

Apesar da rica diversidade natural, exuberância da mata e abundância de água doce, grande parte do território no entorno da costa é composta por áreas de restinga e terreno arenoso, pouco favorável a prática da agricultura intensiva intimamente relacionada ao plantio da cana para a produção do açúcar. Conforme Francisco Cancela,

As características geográficas da Capitania de Porto Seguro formavam, durante o período colonial, um quadro paradoxal. De um lado, a rede hidrográfica, os terrenos férteis e as florestas repletas de madeira, especiarias e alimentos representavam pontos positivos para a instalação e a expansão dos empreendimentos coloniais que poderiam integrar a capitania ao competitivo mercado atlântico. Do outro lado, o isolamento terrestre causado pelas densas florestas e imensos paredões em direção ao mar, a difícil penetração efetiva do território por causa das serras e dos índios hostis e a pequena capacidade portuária das barras dos rios transformavam-se em verdadeiros óbices para a consolidação da conquista, o exercício da justiça e a dinamização do comércio.⁷⁴

Entretanto, as ações humanas não se mostraram menos complexas ou paradoxais. As dificuldades de se implantar o sistema sociocultural e de exploração econômica europeu na capitania foram ampliadas por questões que variaram desde o fôlego que um particular necessitaria para investir recursos e mobilizar pessoas para uma empreitada tão complexa, as relações com os nativos e até questões de foro íntimo, familiar, como no caso da casa de Aveiro, segunda e última donatária da capitania. De modo geral, todos os que assumiram o senhorio da capitania não lograram êxito como se pode verificar a seguir.

Natural de Viana do Castelo, região Norte de Portugal, a condição social de Pero do Campo, primeiro capitão-donatário, foi discutida por alguns autores. Alguns confirmaram seu status de nobre e outros expuseram dúvidas acerca da nobreza do capitão donatário classificando-o como um homem de riquezas, mareante e ligado ao comércio.⁷⁵

⁷⁴ CANCELA, FET. A Capitania de Porto Seguro: territórios, paisagens e história. In: CANCELA, FET (org.). **História da Capitania de Porto Seguro: Novos Estudos Sobre a Bahia Colonial, Séc. XVI – XIX**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, pp. 37-38.

⁷⁵ Almeida Prado, por exemplo, não o classificou como nobre como sugere o trecho a seguir: “pouco se sabe, no entanto, a seu respeito, nem há certeza que pertencesse à grande nobreza do reino, como fazia crer a sua fortuna. O único documento emitido em Porto Seguro com o selo do donatário não arvora o brasão falante que lhe atribuem, omissão que para nós nada prova”. ALMEIDA PRADO, J. F. **A Bahia e as capitânias do centro do Brasil (1530 – 1626)**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1945, p. 257. Francisco Carlos Cossentino parece concordar com Prado e o considera comerciante. COSENTINO, Francisco Carlos. Construindo o Estado do Brasil: instituições, poderes locais e poderes centrais. In: **O Brasil colonial: volume 1 (ca.1443 – ca.1580)**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 537. Francisco Cancela, por sua vez, o considera de origem nobre. CANCELA, Francisco. **De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808)**. Tese. (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

O que pode se afirmar é que Tourinho conseguiu mobilizar grande número de colonos e se dispôs a investir soma considerável de recursos na empresa da colonização. Para tanto, o capitão se desfizera dos seus bens, ou da maioria deles, para apostar na aventura colonizadora acompanhado de esposa e filhos. Segundo depoimento à Inquisição de Lisboa dissera que erguera “oito igrejas em que dizia missa e que fizera oito vilas nas quais em cada uma mandara fazer muitos engenhos na terra [e] outras coisas necessárias para ela a qual povoou de novo”.⁷⁶

Reservadas as condições em que o relato foi produzido – tratando-se de defesa da acusação de blasfêmia perante o tribunal – é muito difícil identificar e localizar as oito vilas mencionadas pelo donatário. Na documentação compulsada e analisada – dentre cartas e mapas – localizamos metade delas sendo que uma consta em documento datado de 1550, posterior à sua destituição enquanto capitão donatário. A maior e mais importante era a Vila de Porto Seguro seguida de Santa Cruz, Santo Amaro e Conceição.⁷⁷

Segundo Almeida Prado, além de mobilizar recursos próprios e colonos dispostos a se transferir para a capitania, Tourinho atraiu gente de posição e capital para investimento tendo doado terras ao Duque de Aveiro, que a partir de um preposto organizou “o estabelecimento agrícola conhecido por fazenda de Santa Cruz”. Pero do Campo doou também sesmaria ao “almoxarife da fazenda Luís Andrade, em 1545”.⁷⁸

Entender a experiência de ocupação territorial da capitania ainda é muito complexo. As informações, normalmente imprecisas e muito enviesadas em função da atuação indígena, trouxeram problemas de análise que limitaram qualquer estímulo em entender onde se localizavam as principais sesmarias, que tipo de atividade produtiva realizavam, como as povoações se articulavam com a principal vila, número e perfil dos escravos e outras tantas informações relevantes.

Dos oito núcleos de povoação fundados por Pero do Campo, e alegados por ele em depoimento a Inquisição de Lisboa, não há qualquer sistematização de informações da existência além da vila de Porto Seguro, da povoação de Santa Cruz, da Povoação de Santo Amaro e da povoação do Rio das Caravelas. A maior quantidade de relatos afirma haver, entre o final do século XVI e o início do último quartel do século XVII, apenas a

⁷⁶ **PROCESSO** de Pero do Campo Tourinho. Publicado na História da Colonização Portuguesa do Brasil, v. 3, p. 282.

⁷⁷ **TRASLADO** da provisão para se pagar salário ao Capellão da Villa da Conceição Capitania de Porto Seguro. DHBN. Provimientos Seculares e Eclesiásticos, vol. XXXV, p. 82.

⁷⁸ ALMEIDA PRADO, J. F. **A Bahia e as capitanias do centro do Brasil** (1530 – 1626). Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1945, p. 262.

Vila de Porto Seguro. Identificar os principais engenhos ou trapiches é missão mais difícil ainda.

Entretanto, arriscamos entender um pouco o processo de ocupação territorial a partir de informações diversas entre mapas, relatos de cronistas e as poucas cartas de sesmarias acessíveis.

As impressões dos registros fragmentários e dispersos apontaram maior intensidade de ocupação a partir de doações de sesmarias no início da década de 1540, sendo que a maioria delas estava ligada diretamente a Pero do Campo. A primeira data de terra com registro estava localizada no termo da Vila de Porto Seguro e fazia parte da sesmaria que compunha o engenho “Tossomirim” localizado às margens do rio de mesmo nome e administrada em sociedade por familiares de Pero do Campo. No dito engenho participavam do senhorio Gaspar Tourinho, “clérigo de missa, tesoureiro e coadjutor da vila”, Balthazar Tourinho, seu irmão, mercador e morador em Viana e seu primo Francisco Pinto.⁷⁹

Parte da sesmaria foi doada por Gaspar Tourinho e Francisco Pinto a Balthazar Tourinho, “sua mulher, filhos herdeiros e descendentes [...] mil brassas de terra de treze palmos a brassa”. A demarcação do desmembramento que originou a nova seguiu os limites a seguir:

Começam em direito da Ermida do Bem Aventurado São Miguel, que está sobre o engenho de Tobatim as quais mil brassas correrão ao norte e onde assim acabarem correrão para o sertão dez léguas ao oeste as quais mil brassas adonde começarem da banda do Sul e no direito da dita Ermida correrão ao sertão direito ao oeste as ditas léguas com a mesma largura das ditas mil brassas a qual terra lhe dava e trespassava graciosamente sem foro nem tributo algum havendo respeito a ele dito Balthazar Tourinho se seu irmão e assim herdeiro na dita data e sempre ajudar e a sustentar e povoar o dito engenho com sua pessoa e fazenda e assim mais declarou o dito Gaspar Tourinho que lhe dava todas as águas e Ribeiras que com as mil brassas de largo, e dez de cumprido se acharem.⁸⁰

Do mesmo documento de sesmaria foi possível extrair a informação de que toda a faixa de terra contígua à margem esquerda do rio Serinhaém (atual Buranhém) pertencera a Estevão Gil Tourinho, João Cassam Pinto e Margarida Gil “moradores em Vianna foz do Lima do Reyno [que tinham] gastado nesta capitania muita parte de suas fazendas em ajudar a povoarem”.⁸¹ Assim, ao longo de pouco mais de uma década as

⁷⁹ **Instrumento de doação e Traslado de escritura.** Bahia, agosto de 1678. LIVROS tombo do Mosteiro de São Bento. Fol. 123v.

⁸⁰ **Instrumento de doação e Traslado de escritura.** Bahia, agosto de 1678. LIVROS tombo do Mosteiro de São Bento. Fol. 124r

⁸¹ SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil.** Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 51-56.

terras foram fragmentadas em pelo menos três sesmarias onde nota-se a existência dos engenhos de Tabatinga e Itacimirim.

As informações contidas no documento em análise ajudaram a compreender melhor a localização e dinâmica de ocupação da área mais próxima à principal vila da capitania e por conseguinte, certamente, as melhores para a produção e escoamento de açúcar tanto pelas características naturais como a presença de rios quanto pela segurança e defesa. Outrossim, foi notável se tratar de proprietários absentes, ficando a administração dos bens a cargo de procuradores e o esforço do investimento para a povoação, produção e manutenção das posses na colônia.

Além das sesmarias dos Tourinho foi possível localizar as terras do Duque de Aveiro que ficavam na margem esquerda do rio “Serãobitibe” (atual João de Tiba) onde havia um engenho, o engenho do Duque. Outro engenho da região ficava próximo ao rio Santa Cruz. Seguindo informações de Gabriel Soares, havia o engenho de João da Rocha, próximo ao Itacimirim, entre a povoação de Santo Amaro e o rio Tororão ficava o engenho de Manoel Rodrigues Magalhães, entre o rio de Maniape e o rio Urubuguape o engenho de Gonçalo Pires e entre o Rio do Frade e o de Juacema houvera uma vila que se despovoara em 1564. Na dita vila havia um engenho, “onde chamam a ponta de Curumbabo”. Segundo Sousa, a foz do Rio das Caravelas formava uma ilha onde houvera fazenda de criação de gado.⁸² Partindo da análise da ocupação territorial da capitania é possível perceber que mesmo no período em que se atribui certo nível de florescimento baseando-se no número de núcleos de povoamento, engenhos e suas respectivas localizações, nota-se o aspecto rarefeito concentrado em uma pequena faixa litorânea, se comparada com a dimensão total do território da capitania, e de baixa concentração de colonos portugueses. Assim, de acordo com Pero Borges, em 1550, há aproximadamente três anos da extradição do primeiro capitão donatário, a Capitania de Porto Seguro contava com aproximadamente cem vizinhos em condições de dificuldades.⁸³

O primeiro donatário da Capitania de Porto Seguro foi acusado de blasfêmia, preso e deportado pela Inquisição. Apesar de ser libertado, ainda que processado e julgado, ficou proibido de regressar à sua donataria a qual ficou sob administração dos seus filhos herdeiros.⁸⁴

⁸² SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 51-56.

⁸³ CARTA de Duarte de Lemos escrita de Porto Seguro a D. João III. Porto Seguro, 14 de julho de 1550). In: DIAS, Carlos Malheiros. **História da colonização portuguesa do Brasil**. p. 267.

⁸⁴ Há três perspectivas de análise que, em certa medida, podem se complementar. Rossana Brito analisa o evento sob perspectiva da história das religiões enfatizando a atuação da inquisição e do controle sobre a vida religiosa na colônia. Para Francisco Cancela o motivo do motim foi a disputa pelo controle mão de

Fernão, André e Leonor do Campo, os três filhos de Pero do Campo Tourinho, também não conseguiram administrar a capitania. Conforme Accioli, Fernão do Campo assumiu a donataria em 1554, todavia, faleceu um ano depois.⁸⁵ André do Campo foi preso por crime de lesa majestade, tendo praticado descaminhos e abusos quando ocupou a cargo de provedor da fazenda. Assim, segundo Accioli,

enviuvando esta, foi-lhe concedida, por alvará de 16 de julho de 1559, licença para vende-la ao Duque de Aveiro, que a poderia deixar por testamento a D. Pedro Diniz. A escritura passada a 9 de agosto do mesmo ano, por 100\$000 de juro, a razão de 12\$500 o milheiro, seiscentos mil réis em dinheiro de contado, e dois moios de trigo em cada um ano, enquanto vivesse a dita D. Leonor; a venda foi confirmada a 6 de fevereiro de 1560⁸⁶.

Sob o domínio da Casa de Aveiro, às tensões entre os agentes na colônia somou-se os problemas específicos dos duques. No Reino, os processos políticos e de sucessão da casa ducal resultaram na incapacidade de investimento e gestão da capitania.⁸⁷ A Casa de Aveiro teve origens com o filho bastardo de D. João e teve certa influência no período da União Ibérica, por manter laços familiares e participação na corte espanhola. Na Capitania de Porto Seguro, a casa ducal investiu e manteve um engenho – o engenho do duque – na fazenda Santa Cruz, região da povoação de mesmo nome. Após a guerra com os índios o engenho foi desativado e alguns de seus bens foram arrendados para outro engenho na Capitania de Ilhéus.⁸⁸ Porém, os donatários não buscaram rendimento somente no açúcar e se beneficiaram de licenças de corte de pau-brasil.⁸⁹

Entretanto, o ducado de Aveiro passou por uma larga crise de sucessão na primeira metade do século XVII.⁹⁰ O primeiro litígio envolveu diretamente a posse da capitania

obra indígena na capitania. Sugerimos como colaboração em estudo de mestrado a possibilidade da denúncia ter ligação com o negócio do pau-brasil. BRITO, Rossana. **A saga de Pero do Campo Tourinho: o primeiro processo da Inquisição no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000 e CANCELA, Francisco. **De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808)**. Tese. (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

⁸⁵ ACCIOLI, I. AMARAL, B. **Memórias históricas e políticas da Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial, 1919. v. 1, p. 445.

⁸⁶ ACCIOLI, I. e AMARAL, B. **Memórias históricas e políticas da Bahia**. Op. Cit. p. 445.

⁸⁷ Cf. CANCELA, FET. **De projeto a processo colonial**:

⁸⁸ Cf. **REGISTO DE UM MANDADO QUE** o Provedor-mor da Fazenda Real, deste Estado mandou passar para o Provedor da Fazenda Real da Capitania dos Ilhéus fazer cobrar do arrendador dos Cobres que foram da Duqueza de Aveiro, e vieram de Porto Seguro todo o açúcar que dever até o tempo presente, e o faça carregar em Receita ao Almojarife da dita Capitania. BN. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Vol. XVI, p. 267.

⁸⁹ **REGISTO** de huma Petição do Marquez do Porto Seguro, e Despachos que sobre Ella ouve, e Provisão de Sua Magestade. APEB. Maço 256. Doc. 173. Refere-se a um dote de 20.000 cruzados em licenças de corte de Pau-brasil a D. Afonso de Lencastre, “meu amado sobrinho”, “comendador-mor da Ordem de Santiago”.

⁹⁰ À época da compra o Duque de Aveiro (Dom João) era sobrinho de Dom Sebastião e o processo se deu em seu reinado. A capitania ficou como herdade do filho do duque, D. Pedro Deniz. Posteriormente, A capitania foi doada por Dom Álvaro e Dona Juliana a Dom Afonso, seu filho segundo. Ocorreu que o patrimônio do ducado se constituía em morgado. Sendo assim, por fundamento, a sucessão da casa ducal assim como a posse do patrimônio que a compunha era de direito de sucessão ao primogênito de quem

entre os familiares da casa. No contexto da Restauração de 1640, o ducado entrou no ápice de sua crise (no século XVII) em função do apoio de D. Raymundo Lencastre, então Duque de Aveiro, a Espanha.⁹¹ Assim, no contexto do pós-restauração a capitania ficou sob administração da Coroa portuguesa após o confisco dos bens da Casa de Aveiro que ficaram sob custódia da Casa do Infantado.

Enquanto as estimativas de população para a Bahia e Pernambuco chegavam a considerar o número aproximado de doze mil habitantes até o ano de 1585 e o número de engenhos entre trinta e seis e sessenta e seis para o mesmo período, as estimativas para a Capitania de Porto Seguro são de até sete, indicando dificuldades para o estabelecimento da indústria do açúcar e do desenvolvimento da ocupação portuguesa, e conseqüentemente, do avanço do projeto de colonização do território apesar dos investimentos do primeiro capitão donatário e do período de intervenção do governo-geral na capitania. É importante lembrar que este perfil foi comum a diversas capitanias como Itamaracá, Espírito Santo e Ilhéus.⁹²

A articulação das condições geográficas, dos processos políticos, da experiência dos administradores, colonos e da montagem do sistema de exploração econômica baseado na indústria do açúcar com uso de mão de obra escrava em larga escala puderam explicar a experiência da capitania. Contudo, o ponto mais importante para a definição da trajetória da capitania ao longo do século XVII foram as contradições estabelecidas pela exploração do trabalho escravo ainda no século XVI. Assim, de acordo com Jamille Santos,

Embora por um lado a economia açucareira ascendesse significativamente, trazendo vantagens econômicas para a coroa portuguesa, por outro lado a sociedade colonial entrava em colapso devido às forças difusas que se apresentavam. Emergem assim nesse cenário os elementos de contradição à exploração escrava, os conflitos em torno da mão de obra indígena, o estabelecimento dos aldeamentos e as revoltas indígenas.⁹³

possuía o título de Duque. Nesse caso, o litígio ocorreu entre D. Raymundo, ainda menor de idade quando o Duque, seu pai, faleceu, e o seu tio D. Fernando. O processo correu por toda a década de 1630, como pôde ser observado em documento custodiado pela Biblioteca Nacional de Portugal. Cf. PEGAS, Manuel Álvares. Biblioteca Nacional de Portugal – BNP. Cota: S.C. 2358 V. Após vencer, ter assegurado o direito de sucessão e, conseqüentemente, de administração dos bens da Casa de Aveiro, D. Raymundo aderiu à causa espanhola no contexto da Restauração de 1640 (saída de Portugal da monarquia hispânica) e é condenado a pena capital após fugir e ser acolhido na corte espanhola. Assim, todo o patrimônio da Casa de Aveiro ficou sob administração da Casa do Infantado atingindo, por sua vez, a Capitania de Porto Seguro que sofreu intervenção da Coroa portuguesa.

⁹¹ Cf. **SENTENÇA** contra D. Raymundo de Alencastro Duque de Aveiro ano de 1667. Biblioteca da Ajuda – BA. Códice 50-V-30, fols. 29-30v.

⁹² OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, p. 54.

⁹³ SANTOS, Jamille Macedo Oliveira. **Entre aldeamentos, mocambos e engenhos: etnogêneses e reconfigurações sociais indígenas no Recôncavo da Bahia (1580-1697).** Tese (doutorado). Universidade

As evidências dos resultados da escravização massiva ao longo do processo de implantação das capitânicas hereditárias centrada no processo produtivo baseado na indústria da cana de açúcar e as consequências da utilização do trabalho compulsório dos indígenas pouco regulado em função da fragilidade legal de uma política mais sólida voltada para os autóctones que só se firmara com o regimento de Tomé de Sousa, provocou a quebra dos pactos, alianças iniciais e por sua vez inseriu as capitânicas em contexto conflituoso limitando a consolidação do projeto português.

Segundo Francisco Cancela, a parca capacidade de manutenção e expansão da atividade de produção de açúcar na capitania de Porto Seguro legou espaço para outras atividades. Além da produção de víveres e do extrativismo de madeiras, o historiador indicou o *sertanismo* como prática de destaque na capitania. Assim, segundo Cancela,

Motivada pelas expectativas metalistas dominantes na política econômica europeia e imbricada com as demandas da produção agrícola iniciada após a década de 1530, a atividade de adentrar os sertões rapidamente se espalhou por toda colônia portuguesa da América, transformando-se em estratégia para expansão do domínio lusitano no Novo Mundo e em instrumento investigativo das riquezas escondidas nas matas, serras e rios do território colonial. Embora a fama historiográfica dos sertanistas esteja relacionada aos habitantes da Capitania de São Vicente, a primazia no desenvolvimento dessas expedições esteve, sem sombra de dúvidas, enraizada na Capitania de Porto Seguro, que, nas palavras de Capistrano de Abreu, pode ser considerada o ‘seminário de ousadas bandeiras’.⁹⁴

De fato, diversas expedições partiram da Capitania de Porto Seguro e contaram com diversas justificativas. Uma delas, mesmo que contendo certo teor de imaginação, relacionou a posição geográfica da capitania ao acesso a minas de pedras e metais preciosos. Segundo alguns cosmógrafos do período, por estar localizada na mesma latitude das minas de Potosí a Capitania de Porto Seguro seria o ponto de partida a partir da colônia portuguesa na América para o acesso as minas.⁹⁵

Entretanto, Sérgio Buarque de Holanda considerou o fato como uma “geografia fantástica” baseada na tradução equivocada dos relatos dos índios sobre a existência de ouro, prata e pedras preciosas por parte dos europeus. Conforme Holanda,

A geografia fantástica do Brasil, como do restante da América, se tem como fundamento, em grande parte, as narrativas que os conquistadores ouviram ou quiseram ouvir dos indígenas, achou-se além disso contaminada, desde cedo, por determinados motivos que, sem grande exagero, se podem considerar arquétipos. E foi constantemente por intermédio de tais motivos que se interpretaram e, muitas vezes, se ‘traduziram’ os discursos dos naturais da terra.⁹⁶

Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-graduação em História – PPGH. Salvador: 2021, p. 43.

⁹⁴ CANCELA, FET. **De projeto a processo colonial**. Op. cit. 2012, p. 78.

⁹⁵ *Ibidem*.

⁹⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 120.

Possivelmente, o elemento chave para o número elevado de entradas a partir dos diversos rios da capitania seria a do mito que atribuía a existência de uma serra resplandecente de ouro e pedras preciosas nos sertões daquele território.⁹⁷

Todavia, malgrado a falta de sucesso das buscas pelas minas, as expedições continuaram com forte interesse escravagista. Assim, “mais que trazer ouro, prata ou pedras preciosas, as entradas nos sertões trouxeram incontável contingente de índios que foram integrados à sociedade colonial, tanto na condição de escravo quanto na condição de aldeado”.⁹⁸

Além das justificativas voltadas à tentativa de viabilizar a exploração de minérios, as entradas que resultaram em descimentos para as povoações do litoral se fizeram sob outro pretexto. Nesse sentido, o argumento direcionado a necessidade de defender as povoações da resistência indígena também foi muito recorrente. Dos diversos relatos de ataques acompanhados por pedidos de conquista dos índios destacamos a experiência de Felipe Guilhem. Segundo Guilhem, em carta datada de 1561, o avanço na conquista dos índios e o suposto estabelecimento da paz nas capitanias do Espírito Santo, Ilhéus e Porto Seguro derivou da ação de Mem de Sá. No mesmo documento, dá conta da entrada dos homens de Sá em direção ao Rio São Francisco e o desbaratamento da entrada de Vasco Rodrigues Caldas a sessenta léguas do Rio Paraguaçu empreendida pelos Tupinaês. Ainda não satisfeito, o então provedor da fazenda de Porto Seguro tentou convencer a rainha a financiar outra entrada, porém, com mais investimento e gente “que por força de armas passem e cheguem onde for necessário” sugerindo o número de “mil e quinhentos e dois mil negros⁹⁹ que bem se podem achar entre o gentio da Bahia”.¹⁰⁰

Na mesma carta, Felipe Guilhem relatou contatos belicosos com os aimorés descrevendo-os com as mesmas características utilizadas pelos jesuítas poucos anos antes como gente que estavam “a um lugar e outro dia em outro” que sustentavam-se de caça e

⁹⁷ PARTE da carta de Felipe Guilhem à rainha, datada de Porto Seguro aos 12 de março de 1561. Revista do Archivo Público Mineiro. p. 332. Ver também VARNHAGEN, Francisco Adolpho. **História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal**. Rio de Janeiro: Em casa de H. Laemmert, Tomo 1, p. 291-293 e EDELWEISS, Frederico G. **Felipe Guilem, um espanhol que não voltou a sua terra**. Revista de História da Ufba, p. 47-60.

⁹⁸ CANCELA, FET. **De projeto a processo colonial**. Op. cit. 2012, p. 80.

⁹⁹ Decerto, a referência a negros “entre o gentio da Bahia” significava um contingente de escravos indígenas presente nas povoações, vilas e engenhos da Capitania da Bahia. Assim, o significado é o mesmo ao que definiu John Monteiro enquanto “Negros da Terra”. Cf. MONTEIRO, JOHN MANUEL. O escravo índio este desconhecido. In: GRUPIONE, Luiz Donizetti Benzi.

¹⁰⁰ PARTE da carta de Felipe Guilhem à rainha, datada de Porto Seguro aos 12 de março de 1561. Revista do Archivo Público Mineiro. p. 332. Ver também VARNHAGEN, Francisco Adolpho. **História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal**. Rio de Janeiro: Em casa de H. Laemmert, Tomo 1, p. 291-293 e EDELWEISS, Frederico G. **Felipe Guilem, um espanhol que não voltou a sua terra**. Revista de História da Ufba, p. 47-60.

fruta, “contra todas as outras gerações como salteadores de caminhos” e que tinham acometido a Capitania de Porto Seguro matando “muitos homens, mulheres e escravos”. Diante do fato, Guilhem informou que os moradores, com medo, sentiam vontade de a despovoar. Mais adiante, o autor da carta sugeriu medidas para solucionar os principais problemas da capitania que eram o medo e a pobreza. A principal medida sugerida seria trazer Tupiniquins para que “habitem e morem ante nós [...] para que sejam escudo de nossa defesa” e outros muros “com o qual esta capitania estará segura e os moradores dela sem receio de evidente perigo”.¹⁰¹ É possível que após tomar conhecimento dos acontecimentos relatados na carta o Governador tenha enviado Braz Fragoso, que segundo Varnhagen, a “presença muito valeu a pôr também em ordem, entre os moradores, os negócios da justiça”.¹⁰²

As ações de Mem de Sá foram pautadas no uso de extrema violência contra diversas aldeias indígenas da região. Além de ter provocado a dizimação de incontável número de aldeias, o conquistador promoveu o descimento forçado de milhares de indígenas para as povoações do litoral atingindo as capitanias do Espírito Santo, Porto Seguro e Ilhéus. Contudo, conforme Maria Hilda Paraíso,

O que parecia resolvido – abundância e subordinação dos trabalhadores Tupinikin – encontrou grave revés nas epidemias de febre e de varíola que se espalharam ao longo do litoral. Esta última assumiu proporções tão dramáticas que o Padre Leonardo do Valle afirmava ter ouvido de um ‘mancebo de Pernambuco que viera resgatando ao longo da costa e por ela vira tanta destruição que se não podiam enterrar uns aos outros e onde antes havia quinhentos homens de peleja, não havia agora vinte’.¹⁰³

Tal situação de dizimação provocou uma situação mais dramática em função de novas investidas com assaltos a aldeias que ainda não eram atingidas pela violência dos colonos. Assim, o cataclisma demográfico da população aldeada, composta por Tupinikins, atingiu o sistema produtivo pela escassez de mão-de-obra forçando a busca de indígenas em regiões cada vez mais distantes, nos sertões.

Por outro lado, a fragilidade demográfica tanto de colonos quanto de índios integrados à sociedade colonial para defender as povoações gerou grande instabilidade para os Tupi pela vulnerabilidade e impossibilidade de conter o avanço colonial. Ademais, a fragilidade defensiva dos núcleos de povoação colonial potencializou os ataques dos índios dos sertões da capitania tornando-se um marcador dos limites de alcance da expansão colonial. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, os aimorés, “já não

¹⁰¹ CARTA de Felipe Guilhem. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

¹⁰² VARNHAGEN, F. A. **História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal**. Rio de Janeiro: Em casa de E. H. Laemmert, 1877. p. 293.

¹⁰³ FREITAS, Antônio Guerreiro de e PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul – Ilhéus, 1534-1940**. Ilhéus: Editus, 2001, p. 18.

podendo ser contidos em seus matos, infesta[va] cada vez mais as povoações da capitania, até que, achando quase desimpedido o caminho, se assenhore[ava] das bocas dos rios”.¹⁰⁴

Foi o que o missionário Antônio Blasquez assinalou ao notar a dificuldade de explorar roças de mantimentos no interior ao medo que os moradores tinham dos índios pois ainda “não ousa[vam] ir as suas roças porque andam junto delas os Aymurés, gente selvagem e ainda em seu viver não diferem dos brutos”.¹⁰⁵ O jesuíta Antônio Gonçalves, por sua vez, informou aos padres e irmãos de Portugal que a causa das privações alimentares dos missionários e moradores da capitania era a guerra que eles tinham “com um certo gentio que chamam ‘Gaymorés’, os quais lhe dão muita guerra, e por esta causa não podem sair aos matos a fazer suas roças nem a caçar, que era o de que eles antigamente se sustentavam, senão se for alguns porcos ainda que poucos”. Em seguida o padre descreveu os Aimorés da seguinte forma:

Este gentio não se lhe sabe morada certa. Dizem que sua habitação é pelos matos nem se mantem doutra coisa senão de caça. Dormem no chão e assentados. Sua guerra toda é de ciladas e à traição e por tanto os brancos não acham remédio para com eles, nem ousam a sair aos matos senão muitos juntos e armados e levando espias que lhe vão descobrindo a terra. E por esta causa passam os Padres muito trabalho, porque como os moradores o não tem, menos os poderão os Padres ter.¹⁰⁶

Segundo Cancela, “do ponto de vista econômico, o sertanismo de Porto Seguro não se transformou em uma atividade estável, produtiva e viável no campo estrito da mineração”.¹⁰⁷ Todavia, a atividade econômica mais rentável e duradoura na capitania, o negócio do pau-brasil, como salientamos, demandava a “prática dos sertões”, não obstante as diferenças entre os objetivos, composição e percurso das entradas. Assim, a exploração de pau-brasil e outras madeiras não se caracterizaram como expedições profundas em direção ao interior do continente, demandavam menos número de pessoas e a permanência na mata era de menor tempo.

A situação paradoxal já esboçada desde o século XVI – a da precariedade das povoações e dos mecanismos de exploração econômica na capitania – embora tenha forçado a busca de outras possibilidades de produção de riqueza fora da faixa costeira esbarrou nas dificuldades de acesso e controle dos sertões por uma série de motivos. Contudo, a continuidade das investidas ao interior seja em busca de metais e pedras

¹⁰⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**. Op. cit. 2010, p. 95.

¹⁰⁵ CARTA do Irmão Antônio Blasquez aos Padres e Irmãos de Coimbra. Bahia, 8 de julho de 1555. In: LEITE, Serafim. *Monumenta Brasiliae*, p. 254-255.

¹⁰⁶ CARTA do Padre Antônio Gonçalves aos Padres e Irmãos de Portugal. Porto Seguro, 15 de fevereiro de 1566. In: LEITE, Serafim. *Monumenta Brasiliae*, v. 4, p. 314 - 315.

¹⁰⁷ CANCELA, FET. **De projeto a processo colonial**. Op. cit. 2012, p. 80.

preciosas ou pela prática de descimentos para as povoações no litoral pôs em relevo três elementos importantes para descortinar a experiência histórica do espaço em tela. O primeiro deles é a continuidade da prática escravagista de indígenas; o segundo ponto é a relação entre a escravidão e a política indigenista da Coroa portuguesa; o terceiro ponto buscou tocar as políticas indígenas seja por meio de conflitos seja por meio das alianças.

Assim, foi importante notar que a incorporação de grupos indígenas dos sertões tanto voluntariamente quanto por meio de uso de força possibilitou, apesar das imensas dificuldades, o povoamento de áreas importantes da capitania (como nas barras dos rios Caravelas e Grande [atual Jequitinhonha]) bem como a manutenção das povoações já existentes.

Para tanto, foi preciso problematizar os usos e significados do termo “sertão” e destacar a perspectiva de uma prática dos sertões entre os moradores da Capitania de Porto Seguro que foi o objetivo da próxima seção.

CAPÍTULO 2 – Sertão/sertões: conceito, experiências e representações

Por estar encurralada entre uma parte marítima desfavorável a boa circulação de navios, carente de bons portos e cercada por uma densa e profunda floresta, a alternativa a outras atividades econômicas, para os colonos da Capitania de Porto Seguro, encontrou grande dificuldade. Logo, “a ocupação e a efetiva colonização da possessão portuguesa, na segunda metade do XVI, restringiam-se às pequenas faixas litorâneas”.¹⁰⁸ Outrossim, somado às limitações impostas pelo meio, a densidade populacional de diversos grupos indígenas – de maior proporção pertencentes ao tronco Macro-Jê – ofereceu grande resistência à conquista e expansão colonial em direção aos sertões da capitania de Porto Seguro.

Contudo, a realidade acima não resultou na paralisação das iniciativas ao sertão. Pelo contrário, a descoberta de minerais continuou sendo propagada como solução para os problemas econômicos vividos na região. Ademais, conforme Paraíso,

Embora os resultados das pesquisas minerais não resultassem no efeito e volume de lucros desejados, os descimentos de índios apresentavam resultados parcialmente positivos e compensadores. A entrada de Antonio Dias Adorno, por exemplo, que partiu de Porto Seguro em 1580, trouxe sete mil índios da região compreendida entre os rios Itanhém e São Matheus.¹⁰⁹ Essa atividade de apresamento e os conflitos entre os entradistas e os índios que opunham resistência à invasão dos seus territórios tiveram efeitos depopulativos intensos entre esses grupos, além de provocar seus constantes deslocamentos mais para o interior e para o sul, na tentativa de evitar a continuidade do contato.¹¹⁰

Para Maria Hilda Paraíso, a principal consequência das entradas nos sertões foi o surgimento dos primeiros relatos que possibilitaram conhecer a localização dos grupos indígenas que não habitavam o litoral da região em análise, ou seja, entre o rio de Contas e o Doce – em meio as capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo. Além disso a historiadora assinalou que o aparecimento dos aimorés, de forma tardia, derivou do vazio demográfico causado pelas ações violentas de Mem de Sá contra grupos Tupi nas áreas mais próximas ao litoral.¹¹¹

Diante desta realidade, os conflitos gerados pelas ações dos colonos em busca de mão de obra e pelo revide de grupos indígenas causaram graves prejuízos e, conseqüentemente, instauraram grave crise econômica nas capitanias. Os conflitos com os aimorés tiveram grande impacto na Capitania de Porto Seguro e duraram até o início

¹⁰⁸ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **O tempo da dor e do trabalho...** op. cit. 2014, p. 52.

¹⁰⁹ É a região coincidente com o sítio arqueológico de tradição Aratu encontrado por Valentín Calderón, conforme exposto no capítulo precedente.

¹¹⁰ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **O tempo da dor e do trabalho...** op. cit. 2014, p. 53.

¹¹¹ *Idem.*

dos seiscentos. É importante registrar que “as notícias relativas aos ataques dos Aimoré não se confund[iam] com as revoltas dos Tupinikin”.¹¹² Outro ponto importante a se registrar foi o fato das notícias sobre os conflitos e a potência resistente dos aimoré terem se propagado por todo o século XVII. As notícias puderam evidenciar um processo de colonização encurralado e com muitas dificuldades para alternativas aos sertões.

A recorrência aos sertões como alternativa para o desenvolvimento de outras atividades econômicas que proporcionassem lucro satisfatório e o seu decorrente insucesso gerou, também, análises diversas em diferentes períodos históricos. De modo geral, as abordagens tenderam a considerar o pouco desenvolvimento da Capitania de Porto Seguro em função da inexistência de centros povoados e produtivos que escoassem sua produção para o litoral. Nesse caso, a falência do açúcar deveria ter como consequência o desenvolvimento de outras atividades como a criação de gado, mineração ou lavouras para abastecimento de víveres em regiões do interior com a viabilidade de escoamento para o litoral.

Assim, ainda que neste ponto a análise esteja centrada no final do século XVI e inícios dos seiscentos, a inserção de documento que implicou em significativo deslocamento temporal teve como objetivo apontar um aspecto causal apresentado ainda no período colonial e que fundamentou boa arte das conclusões historiográficas *a posteriori*. Logo, na segunda metade do século XVIII um manuscrito anônimo, que se propunha a ser um projeto de colonização do interior do Maranhão, Piauí e Goiás, além de descrever o território a partir da análise empírica do escritor, buscou apontar caminhos a partir da análise comparativa do território de interesse com a condição e inserção econômica de outras capitanias da América portuguesa. Assim, o “Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piahy”¹¹³ levantou a condição de inserção e do nível de circulação comercial das capitanias destacando-se três como tendo melhor desempenho: Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

De maneira geral, segundo o autor, o sucesso econômico das capitanias dependia não só das condições climáticas e de terreno favorável, mas, sobretudo, do desenvolvimento e articulação de atividades complementares entre as povoações do interior e as dos portos no litoral. No âmbito da análise, as capitanias de Porto Seguro,

¹¹² *Ibidem*.

¹¹³ Esse extenso manuscrito, depositado nos arquivos da Torre do Tombo já foi bastante estudado e, de acordo com a nossa análise, fundamentou em larga medida o juízo feito por Caio Prado Júnior no que diz respeito à situação geral da Capitania de Porto Seguro ao longo de todo o período colonial. Cf. Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí. S.l.n.d. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4248600>.

Ilhéus e Espírito Santo figuravam com um desenvolvimento menor que as três mais importantes em função da dificuldade em fundar povoações no interior que servissem de centros produtivos para o abastecimento dos maiores núcleos de povoamento, sobretudo, os dos portos no litoral. Assim, a ausência de assentamentos sertanejos que produzissem para abastecer as vilas no litoral justificava o atraso de desenvolvimento destas em detrimento das outras.

Malgrado a concordância com as teses apontadas no documento citado, a viabilidade e seus limites interpretativos, é importante pensar que estudos antigos e recentes apresentaram as dificuldades de desenvolvimento dessa parte importante da América portuguesa e que, alhures, concordam em uma questão central dessa análise: apesar de todos os esforços, os núcleos de povoamento da Capitania de Porto Seguro não se desenvolveram significativamente e permaneceram até a colonização portuguesa tardia circunscritos à faixa litorânea, ou quando muito, a uma pequena distância das bordas do mar.

Sobre esse assunto, inclusive, considerando o estabelecimento de povoações nos sertões da capitania a partir das bandeiras que resultaram em descoberta de minas de ouro em Arassuay e Fanado (Minas Novas), Varnhagen analisando a dificuldade de comunicação direta entre o Rio de Janeiro e as minas do Ribeirão do Carmo em virtude das dificuldades de atravessar o vale do Paraíba afirmou: “nesta parte tardou mais a estabelecer a comunicação direta entre a Costa e o Sertão, apesar de ambos já povoados, como sucede ainda no território da Antiga Capitania de Porto Seguro”¹¹⁴. Segundo Capistrano de Abreu, as dificuldades em vencer a “mata virgem, os rios encachoeirados [e] as serranias ínvias” teve como resultado o povoamento rarefeito do território que compreendia as capitanias de Espírito Santo, Ilhéus e Porto Seguro¹¹⁵. Décadas após, Caio Prado Júnior ao analisar o processo de povoamento do Brasil afirmou que o território em questão tinha como característica essencial a concentração das povoações reduzida à faixa litorânea não chegando a penetrar em direção ao interior sequer uma légua de distância. Ademais, esses núcleos de povoamento quase não se comunicavam entre si de forma que configuraram espaços que vegetaram por longos anos. De maneira geral, Caio Prado

¹¹⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**, v. 2. Rio de Janeiro: Casa de H. Luemert, 1857, p. 894. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01819220#page/1/mode/1up>

¹¹⁵ ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial** (1500 – 1800). Rio de Janeiro: M. Orosco, 1907, p. 40. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00157600#page/1/mode/1up>.

considerou que o perfil geográfico do território ofereceu dificuldades em transpor obstáculos que implicaram no parco desenvolvimento das capitanias em tela.¹¹⁶

Se, por um lado, a falta de êxito em constituir núcleos de povoamento nos sertões foi evidenciado pelas fontes e pela literatura especializada, por outro, a busca por outras alternativas econômicas e por mão de obra quase sempre recorreu ao interior. Sendo assim, as imagens e análises sobre os sertões da região recortada revelaram uma condição paradoxal ao tempo que o recurso aos sertões não gerou assentamentos populacionais permanentes.

Assim, foi necessário explorar os significados da denominação “sertões” não somente em perspectiva conceitual, mas os usos do termo em fontes que pudessem descortinar algumas de suas imagens a partir da Capitania de Porto Seguro. Associado ao espaço físico, a composição, a circulação e a atuação dos grupos indígenas que habitavam os sertões da capitania foi fator essencialmente definidor e, por isso, central à análise que segue nas próximas linhas.

2.1 - Os “sertões ínvios” é produto de um litoral pouquíssimo conhecido: marcadores e povoações em alguns registros cartográficos.

Os registros sobre a Capitania de Porto Seguro na primeira metade do século XVII são tão escassos quanto contraditórios em muitos aspectos. Em primeiro lugar, o número de povoações e vilas portuguesas é anotado na documentação existente com imprecisões do que era e do que havia no momento do registro. Pode-se afirmar o mesmo sobre as condições de navegação, viabilização logística e circulação de pessoas. Na maioria das vezes, as dificuldades que limitaram a integração da capitania aos demais portos do Atlântico pelas características geográficas da costa foi acompanhada de menções à viabilidade dos portos e rios para chegada e escoamento da exploração de riquezas naturais, conforme demonstrou mapa com comentário, datado do início do século XVII:

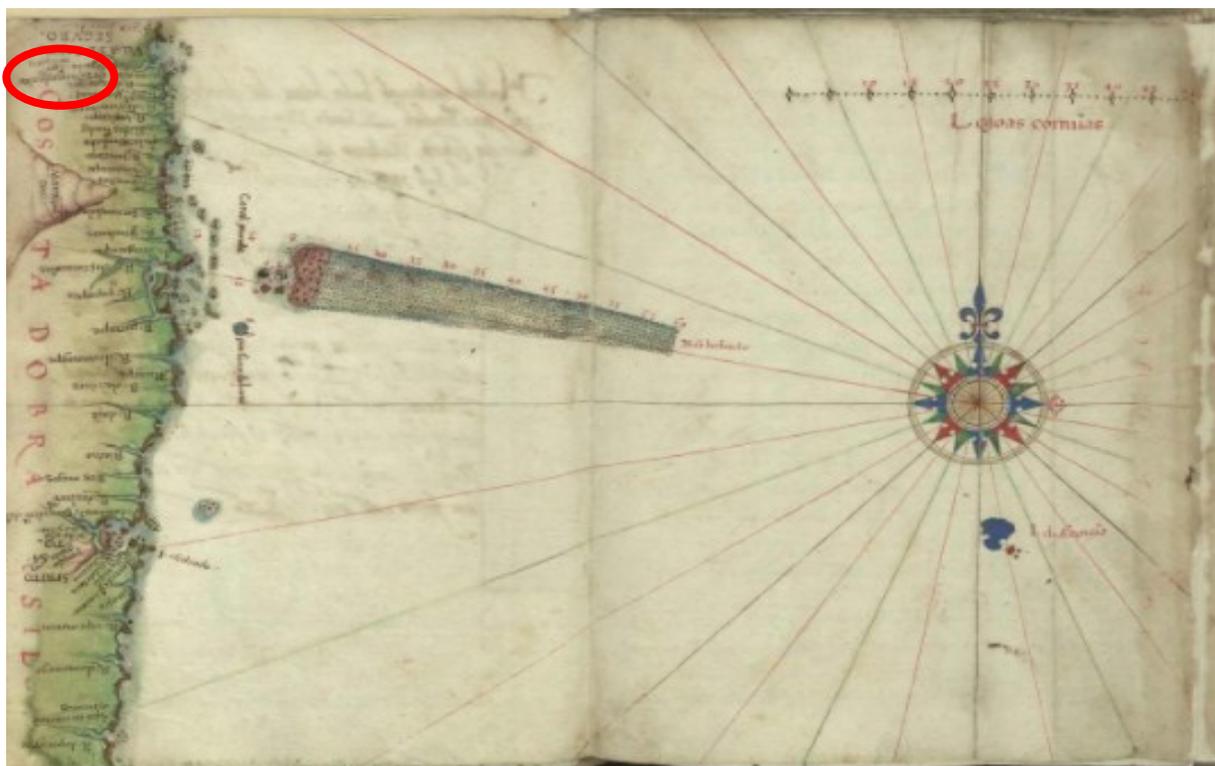
Esta demonstração é dos baixos dos Abrolhos e Ilha da Senção, é a Trindade e Santa Maria dagosto, e Ilhas de Martim Vaz, o qual baixo todo descoberto no tempo do governador Diogo Botelho, por mandado de Sua Majestade e ordem do Tribunal da Índia; foi todo sondado pelos pilotos das caravelas ao dito descobrimento e achavam que se podia passar por cima dele pelas braças que vão continuadas de 19 até 60, o fundo é de lajem e sendo caso que vades dar em fundo neste baixo vos governareis pelas braças em que deres porque todo de norte, Sul, é seguro para entrar e sair e pelo fundo que achardes da maneira que vai numerado sabereis quanto estais do seco do baixo junto as ilhetas [...];

¹¹⁶ De um modo geral, o autor reproduz os argumentos do autor do *Roteiro do Maranhão a Goiás* em sua assertiva. Sobre as barreiras naturais, comentou: “A mata densa que acompanha o litoral a pouca distância, formando uma larga faixa ininterrupta e de passagem difícil, bem como o relevo acidentado [...] são os fatores que isolaram o litoral, separando-o por completo do interior”. Cf. PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 47.

o canal limpo, é de 6 léguas não tem mais de que se guardar que daquilo que servir conforme a demonstração.¹¹⁷

A demonstração citada pelo autor foi um dos mapas aquarelados que acompanhou o texto do roteiro que recortou um território costeiro correspondente às capitanias de Porto Seguro e do Espírito Santo. Segundo Jaime Cortesão o mapa foi elaborado por Luís Teixeira Albernaz e tratava-se de um “protótipo de um Atlas do Brasil” em que se destacou a “carta dos Abrolhos da Costa brasileira”.¹¹⁸ Além de tentar demonstrar a viabilidade da navegação na região dos Abrolhos, contradizendo a reputação de ponto crítico à navegação entre a Capitania da Bahia e a do Rio de Janeiro, como observamos abaixo:

Imagem 1: Costa da Capitania de Porto Seguro (Início do século XVII)



Fonte: REIMÃO, Gaspar Ferreira. **Roteiro da carreira da Índia com seus caminhos e derrotas, sinais e aguages e diferenças dagulha tirado dos que escreveu Vicente Roiz e Diogo A.** Lisboa: Pedro Crasbeeck. BNP. COD. 6651.

Além do interesse cartográfico de orientação náutica, ou seja, mapear e oferecer interpretação diferente para superar os obstáculos dos Abrolhos, o mapa chamou a

¹¹⁷ REIMÃO, Gaspar Ferreira. **Roteiro da carreira da Índia com seus caminhos e derrotas, sinais e aguages e diferenças dagulha tirado dos que escreveu Vicente Roiz e Diogo A.** Lisboa: Pedro Crasbeeck. BNP. COD. 6651.

¹¹⁸ CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas: da economia do açúcar e a conquista holandesa (Tomo II).** Imprensa Nacional. Casa da Moeda: Lisboa, 2009, p. 59.

atenção ao registrar uma povoação ao sul da Vila de Porto Seguro e não muito distante daquela vila de nome São Tiago dos Índios, não anotada em nenhum outro documento compulsado e analisado neste trabalho.¹¹⁹

O registro da povoação pode representar a falta de conhecimento do território ou até mesmo um erro de anotação. Todavia, tanto a falta de conhecimento do território da capitania à época da confecção do mapa quanto a parca disponibilidade de séries documentais que ajudem à elaboração de um quadro geral das localidades, seus nomes, data de fundação ou desarticulação e tampouco os motivos dificultaram muito a elaboração de um quadro mais claro. Contudo, a fragmentação da documentação, ainda que permita considerações de conteúdo especulativo, não deixaram de ser importantes para pôr em relevo a continuidade das iniciativas e o pouco êxito da conquista e colonização da capitania.

De extrema relevância também seria o conhecimento mais claro da dinâmica das aldeias originais e dos aldeamentos jesuíticos da capitania. Até a segunda metade do século XVII há muitos indícios, mas pouca certeza da localização precisa das missões, dados demográficos, as principais atividades desenvolvidas e muito menos como e porque se definiram espacialmente. O mapa abaixo foi o único que localizamos, porém, o registro das missões nos rios Peruípe e Cricaré parece impreciso e sem aporte algum na documentação escrita.

¹¹⁹ A povoação está em destaque com formato de elipse com contorno na cor vermelha no mapa citado acima.

Imagem 2: Missões por Bertius (Destaque: Capitania de Porto Seguro)



Fonte: BERTIUS, Petrus. **Brasilíia**. 1616. Jesuítas – Missões – Mapas – Obras anteriores a 1800. BNRJ. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart551649/cart551649.pdf. Data do acesso: 23/05/2014.

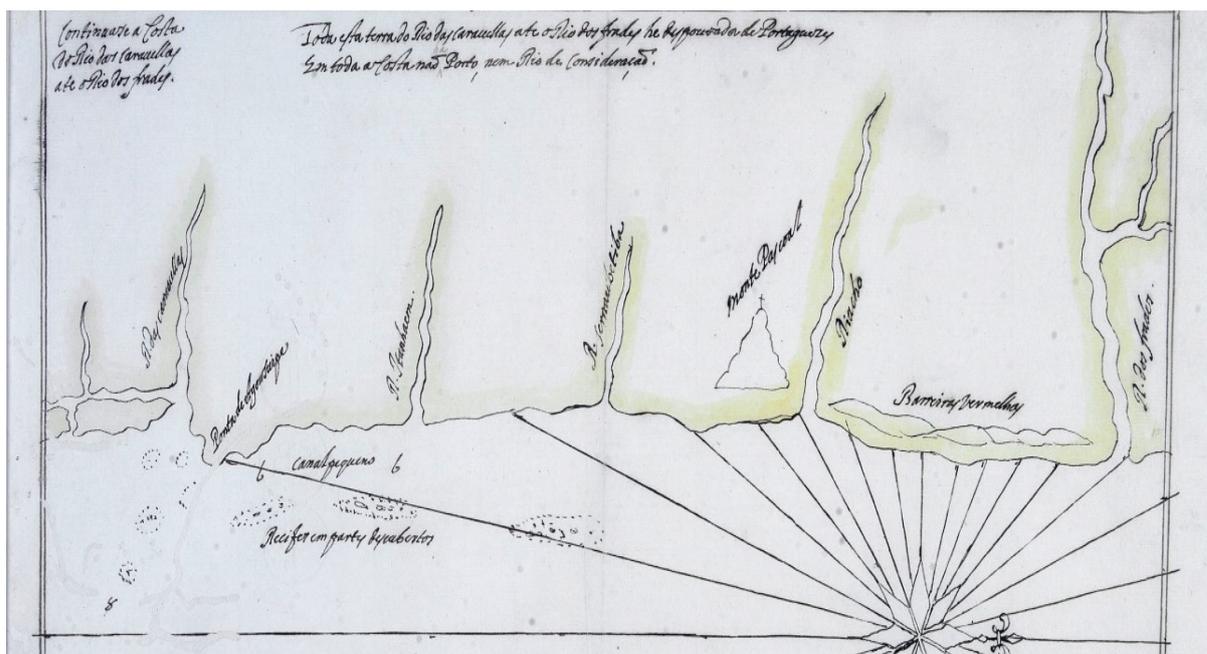
O período delimitado pelo mapa, na realidade, correspondeu à fase em que os inicianos foram expulsos da capitania em função de uma série de conflitos com os colonos pelo controle da mão de obra dos índios. Todavia, o retorno dos jesuítas ocorreu na década de 1620 por solicitação dos próprios colonos incapazes de administrar os aldeamentos e sanar os conflitos entre os mesmos (colonos) e as revoltas dos índios. Após o retorno, a Companhia de Jesus fundou a casa de São Salvador, na Vila de Porto Seguro, e dois aldeamentos de que se tem registro e base documental clara, entretanto, bem divergente da apresentada pelo mapa. Os dois aldeamentos localizavam-se nos atuais distritos de Trancoso e Vale Verde, respectivamente.¹²⁰

Ao longo da primeira metade do século XVII, toda a região ao sul da capitania constou em registros diversos como despovoada, à exceção da povoação do Rio das Caravelas, que foi se definindo como fronteira sul ao longo do tempo, ao menos até as primeiras décadas do século XVIII.

Foi assim que um mapa – com aparência de rascunho – de autoria anônima registrou o território que compreendia desde o rio das Caravelas até a Vila de Porto Seguro, confirmando o aporte documental que trata da região e apresentou dados mais concordantes referentes as povoações da capitania.

¹²⁰ CANCELA, FET. **De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808)**. Tese. (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012, p. 71.

Imagem 3: Costa da Capitania de Porto Seguro desde o Rio das Caravelas até o Rio dos Frades.



Fonte: Atlas da Costa do Brasil [Post. 1646]. Autor desconhecido. Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível

em: http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=301:apresentacao&catid=135:biblioteca-da-ajuda&itemid=330&lang=pt.

Não obstante, todas as referências, tanto iconográficas quanto escritas, excluíram os milhares de habitantes que ocupavam o território antes, durante e após a chegada dos europeus à América. Normalmente, há um processo de inversão que anulou a presença dos índios e o domínio de seu território ancestral destituindo a percepção do europeu invasor em favor da imagem do conquistador de um território desprovido de sociedades complexas, capazes de conhecer, reconhecer e explorar as suas riquezas naturais.

Nesse sentido, grande parcela das anotações destituiu os territórios, não ocupados por portugueses, de presença humana, embora há que se considerar em alguns casos o foco dos cronistas e cartógrafos de registrar os principais pontos de colonização portuguesa. Mesmo assim, foi importante notar nas entrelinhas a consciência indígena de seus territórios revelada pela continuidade resistente da sua presença em processos de ação política e na apropriação e reprodução dos nomes dos rios, acidentes geográficos, fauna, flora, no uso contínuo de técnicas e saberes indígenas essenciais para a sobrevivência pelos próprios agentes da colonização.

Nessa perspectiva, o discurso colonizador tendeu a provocar a percepção do leitor de que o maior empecilho para o avanço da colonização, apresentado nas narrativas documentais, foi o elemento humano. Assim, embora houvesse uma riqueza natural exuberante e potencialmente explorável, os habitantes daquele território atuaram sempre

no sentido de inviabilizar esta exploração. Este tipo de oposição se apresentou de forma tão radical que os grupos locais que ocupavam o território ou circulavam por ele sequer foram considerados povoadores quando observamos a anotação de que a terra era despovoada.

Imagem 4: Destaque do território da Capitania de Porto Seguro com representação e marcação de territórios indígenas



Fonte: HENRICOS, Hondius. *Accuratissima Brasilia tabula*. Amsterdã, 1635. Disponível em: [Biblioteca Digital de Cartografia Histórica \(usp.br\)](http://Biblioteca Digital de Cartografia Histórica (usp.br)). Data do acesso: 23/04/2023.

A representação cartográfica acima, porém, evidenciou a forte presença indígena no território da capitania. Contudo, o autor reproduziu a imagem dos indígenas sob o signo da selvageria ao destacar a prática da antropofagia induzindo o observador a perceber os grupos representados como algo distante e até mesmo impossível de se considerar enquanto grupos inseridos na sociedade em formação ao tentar retirar-lhes a sua condição humana. Todavia, ao mesmo tempo, o mapa apresentou de forma clara marcadores dos territórios indígenas em contraposição aos núcleos de ocupação colonial. Assim, o cartógrafo deixou evidente a oposição entre um litoral marcado pela presença europeia e o sertão dominado pelos grupos indígenas. Para o território da Capitania de Porto Seguro foi importante notar o destaque a partir do marcador “Aymurée” para representar o limite do alcance colonial determinado pela atuação e presença dos diversos

grupos Jê presentes na região. Por fim, a representação cartográfica, na realidade, reproduziu as informações escritas que circulavam desde a segunda metade do século anterior à publicação do mapa.

Retomamos o relato elaborado pelo sargento-mor Diogo do Campo Moreno em que é notório o exemplo do mapa comentado acima. Conforme a autoridade régia,

[Rio Doce e Cricaré] são famosos estes rios, pelas terras e várzeas para fazendas, que neles se descobrem, e pelo muito que ao sertão se metem, abundantes de caças e pescarias, e sobretudo pelo muito pau-brasil fino que entre os seus matos e madeiras se acha, e pelas entradas que com facilidade por qualquer deles se faz ao sertão pelo Rio Doce, particularmente para a Serra das Esmeraldas, suposto que a barra deste rio de nenhum modo pode ser acometida em nenhum tempo por ser baixa e de alfaques que se mudam, e por ter ordinárias aguagens que descem de cima, e lançam a água doce pelo mar dentro mais de duas léguas, e assim quando os do Espírito Santo fazem a jornada das Esmeraldas, entram com as canôas pelo riacho, e pela lagoa caminham até tres léguas da barra do dito rio, donde tornam as canôas ao mar, e varando-as depois pela areia, vão de meter no dito rio, e por ele acima navegam por cachoeiras e lagoas, até o pé da dita serra, por esta parte se faz mais fácil viagem, que pelo Cricaré, o qual tem tanto gentio em suas ribeiras a terra adentro, que até hoje há sido impossível penetrar por entre eles mais ao sertão.¹²¹

Mais adiante, na mesma carta, o argumento foi reiterado por Diogo do Campo ao afirmar haver na capitania muitas lavouras para mantimentos, grande quantidade de madeiras para fabricação de embarcações que podiam se fazer “com muita mais vantagem fabricar-se a respeito das pazes com os índios que impediam os matos”.¹²²

O mesmo discurso incidia na principal atividade econômica vinculada ao capital mercantil internacional justificando os preços adotados na venda de pau-brasil localmente.¹²³ Ao responder à demanda da Coroa por pau-brasil os oficiais da Câmara da Vila de Porto Seguro alegaram dificuldades para a retirada da madeira determinada pela seguinte circunstância:

nisso se trabalhou o possível sem embargo por ser mui custoso por subtrair pouco em quantidade de léguas pela terra dentro descendo muitas cachoeiras pelos Rios com muitos perigos de aimorés da que estamos cercados e nos tem mortos gente por vezes e como a pobreza desses seus vassallos é tanta pelas guerras passadas que os atapuyas (sic) nos fizeram pondo tudo a fogo e a

¹²¹ **DESCRIÇÃO** da Capitania de Porto Seguro por Diogo do Campo Moreno. Accioli e Amaral. Memórias históricas e políticas da Bahia. Salvador: Imprensa Nacional, 1919, p. 477.

¹²² *Idem*.

¹²³ **TERMO** do assento que os oficiais da Câmara fizeram com os moradores de Porto Seguro sobre o preço do pau-brasil. AHU_ACL_CU_005. Cx. 3, Doc. 311.

sangue que de quatro vilas que tinha esta capitania ficou em uma só esta com menos de sem vizinhos.¹²⁴

A associação entre pobreza e dificuldades de expansão da exploração econômica na capitania também foi determinada pela dificuldade de acesso e circulação do interior que segundo o capitão-mor Paulo Barbosa os moradores eram “muito pobres e não pod[iam] ir ao pau sem índios que os defend[essem] dos alarves que os não com[essem] e lhe f[izessem] pau”.¹²⁵

Por fim, outra queixa dos moradores da povoação do Rio das Caravelas que relataram a falta de pessoal para que pudessem

adomar os alarves, para poderem conquistar os outros bárbaros que est[avam] mais afastados, para que os deix[assem] com mais largueza fazer o pau-brasil, que o que se tinha feito até agora, era o que estava cinco léguas do mar; quase que não havendo recurso, não se faria pau, e vossa Real Magde. perderia no trato do dito pau.¹²⁶

Todavia, para melhor compreensão para além da perspectiva da conquista e mobilização da colonização relatada pela ótica dos portugueses, impulsionada pela valorização dos desafios que eram enfrentados para fazer valer a premissa do rei, a exploração da terra e a conversão ao cristianismo, é preciso pinçar nas entrelinhas o lugar imposto aos povos indígenas que habitavam o território e o significado possível e prático de um cenário construído pelas informações dos agentes colonizadores.

Assim, é viável perceber que a construção textual de um cenário imagético composto por uma natureza exuberante, cheia de riquezas naturais e com grande potencial produtivo pode ser, na verdade, um contraste intencional do elemento indesejável. Nesse sentido, o contraste intrínseco ao discurso dos europeus fundamentou e justificou a expropriação territorial, a exploração das riquezas e do trabalho dos indígenas.

A representação maniqueísta da fauna e flora perfeita em contraposição ao habitante ameaçador, incapaz de se integrar, compreender os padrões socioculturais europeus pelos quais estavam sendo impelidos a seguir e de produzir riqueza nos moldes

¹²⁴ **REPRESENTAÇÃO** que os oficiais da Câmara de Porto Seguro fazem contra o capitão Paulo de Barbosa, feitor do pau-brasil, que os trata mal, e persegue os padres da companhia e se irmanou com o seu vigário, clérigo degredado pelo Santo Ofício e por uma morte, etc. AHU_ACL_CU_005. Cx. 10. Doc. 1134.

¹²⁵ **RELAÇÃO** da viagem que fez o capitão Paulo Barbosa no navio Santo Antonio de Aveiro de Sua Mgde. que Deus guarde a vila de Porto Seguro com escala pela Ilha da Madeira e pela Bahia. AHU_ACL_CU_005. Cx. 1. Doc.78.

¹²⁶ **CONSULTA** do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV sobre a carta dos moradores e povoadores do Rio das Caravelas em que solicitam prelado que os governe, e ajuda para compra de escravos para a extração de Pau-Brasil. AHU_ACL_CU_005. Cx. 1. Doc. 65.

da economia mercantil da época moderna certamente puseram ao centro do debate e das práticas a supressão dos direitos indígenas, incluídos pela legislação indigenista da Coroa portuguesa. Logo, é possível pensar que a ação concreta, o fazer da conquista, envolveu sobretudo, a subjugação dos povos sob a desculpa de estarem obstruindo o processo de conquista e limitando o alcance da colonização.

Por outro lado, não há, por parte dos agentes da colonização, sobretudo de oficiais e autoridades régias, nenhum tipo de sensibilidade ou consideração minimamente justa com os indígenas. Em perspectiva indígena, o contato forçado e o avanço da colonização representaram a restrição da circulação em seu território, a liberdade de circulação, exploração e reconhecimento dos territórios de vários grupos de diferentes conjuntos socioculturais desencadeando, por vezes, ações reativas.

Assim, a necessidade material de domínio territorial para a produção agrícola para fins comerciais em larga escala foi acompanhada e justificada, mesmo que indiretamente, por “imagens” como as descritas pelos cronistas expostas anteriormente. Logo, embora não houvesse declaração direta, foi possível extrair dos depoimentos significado que pode ser compreendido pela atribuição, por parte dos europeus, da autorização de explorar e colonizar um território rico e com grande potencial de produzir riqueza pela incapacidade dos seus habitantes.

Obviamente, trata-se de uma postura centrada na incapacidade de compreensão do outro, na autoafirmação e imposição de valores socioculturais e econômicos europeus em detrimento da história, das tradições e códigos sociais, culturais e da relação dos povos originários com os seus territórios.

Entretanto, o processo de conquista e tentativa de subjugação dos indígenas pelas práticas coloniais portuguesas não ocorreu instantaneamente tampouco atingiu proporções de uma totalidade. Diferentemente, o processo foi determinado por muitas dificuldades, avanços, retrocessos, tomadas, retomadas e na maior parte do território de lenta e diminuta ocupação e inserção na economia mundo.¹²⁷

O mesmo pode ser observado em relação ao avanço do catolicismo tendo em conta a relação direta entre o desenvolvimento econômico, a intensidade da povoação – em número de habitantes, povoações e vilas – e o número de igrejas, missões e aldeamentos, conforme nos alertou Paraíso.¹²⁸

¹²⁷ A situação das capitanias da Bahia e Pernambuco, até o final do século XVII, ainda fora exceção às demais mesmo levando em consideração os progressos da Capitania do Rio de Janeiro neste mesmo século.

¹²⁸ PARAÍSO, M. H. B. Revolta Indígena no Engenho de Santana na Capitania de Ilhéus: o Atlântico Açucareiro e o trabalho indígena (1602). DOI: 10.5752/P. 2237-8871.2015v16n24p103. **Cadernos de História**, v.16, n. 24, p. 103-123, 30 maio 2015. Sobre a organização e expansão da Igreja Secular na Antiga

Na realidade, a sobrevivência e manutenção dos portugueses se deveu em larga medida à exploração e, em muitos casos, a inserção dos indígenas na sociedade em formação por meio de alianças na medida em que, segundo Almeida:

a alternativa mais viável e racional para a exploração econômica do Novo Mundo não podia, absolutamente, prescindir dos povos indígenas: por meio de relações de alianças e/ou de conflitos os europeus buscavam obter deles as terras, os alimentos e o trabalho necessários aos seus empreendimentos coloniais.¹²⁹

Portanto, a Capitania de Porto Seguro, no contexto recortado, apresentava pouco progresso da colonização portuguesa ao se levar em consideração a existência de uma única vila e dois aldeamentos jesuíticos com baixa densidade demográfica.

2.2 - O sertão é uma “fronteira do medo”

A definição mais comumente utilizada de sertão é de Rafael Bluteau, em seu dicionário histórico do século XVIII. Para Bluteau, sertão era “toda a região apartada do mar e por todas as partes metida entre terras”.¹³⁰

Entretanto, no processo de colonização, o significado de sertão esteve relacionado a outros aspectos para além da dimensão geográfica apontada por Bluteau. Sertão, por exemplo, era também o espaço a se conquistar, portanto, inóspito, não integrado às instituições portuguesas/coloniais.¹³¹ Assim, Marcos Galindo associou os sertões à ideia de vazio, deserto, espaço dado à barbárie dos nativos por estar distante dos centros coloniais, inserido no interior de vegetação densa, habitada por animais silvestres e povos pouco contactados. Nesse sentido, segundo a sua colocação, “foi interpretado no imaginário dos cronistas como espaço de trevas, deserto e bárbaro que a eles cabia iluminar”.¹³²

Capitania de Porto Seguro, conferir. CANCELA, FET. A Igreja Secular na Antiga Capitania de Porto Seguro: um estudo sobre expansão e organização eclesiástica no fim do período colonial. In: **Revista História (São Paulo)**, v. 4, e2022044. São Paulo, 2022. Disponível em: [Revista História \(São Paulo\), 2021 \(scielo.br\)](https://revista.historia.usp.br/). Data do acesso: 23/04/2023.

¹²⁹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 79.

¹³⁰ BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário português e latino** (volume 07: letras Q-S). Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1720, p. 613.

¹³¹ Serafim Leite definiu sertão como “lugar inculto, distante de povoado, o interior das terras”. LEITE, Serafim. **Monumenta Brasiliae**, v. 1, p. 186. Em comentário a carta do Padre José de Anchieta, a definição aproximou-se da de Bluteau: “terras do interior, longe da costa”. LEITE, Serafim. **Monumenta Brasiliae**, v. 3, p. 23.

¹³² GALINDO, Marcos. **O governo das almas: a expansão colonial no país dos tapuias (1651 – 1798)**. São Paulo: Hucitec, 2017, pp. 42-43.

Glória Kok salientou também a percepção da dinâmica da ideia de sertão apresentando-o como local que guardava riquezas (pedras preciosas, drogas, possibilidade de conquista de novas terras e ascensão) e perigos (índios bravos, animais peçonhentos, fomes), acrescentando que sua condição não era estática uma vez que quando conquistado deixava de se inserir nesse contexto.¹³³

Da Bahia, o Padre Navarro, relatando a sua experiência de entrada aos sertões de Porto Seguro, afirmou a necessidade da vinda de homens “bem casados” para ocupar a terra e povoar os sertões como condição de garantia da paz e expansão da conversão dos autóctones.¹³⁴ A observação é importante por oferecer indícios da relação de oposição entre controle e progresso da colonização versus descontrole e ameaça vinda dos sertões. A mesma ideia esteve presente na carta de Francisco Pires que afirmara que na capitania de Porto Seguro “em casa se t[inha] muito exercício de tudo, assim das pregações, como de cantigas, pela língua e em português” e que eram “grandes os desejos de padecerem e irem pela terra adentro ao sertão”.¹³⁵ Outro importante relato é o do irmão Antônio Blasquez que em carta aos padres e irmãos de Coimbra informou que na Capitania de Porto Seguro os arredores eram “povoados de negros incapazes de receber a fé, uns por não quererem deixar seus velhos costumes, outros porque todo o seu exercício é agora a guerra contra seus contrários”. Mais adiante, o irmão revelou que só era possível ensinar a doutrina aos escravos dos brancos que eram “mais domésticos e mais domáveis”.¹³⁶

Não obstante a ideia de barbárie estar relacionada ao lugar de sertão desconhecido, o imaginário de dificuldades enfrentadas pelos colonos e missionários para a consecução da expansão dos núcleos de povoamento coloniais esteve relacionada com o enfrentamento dos grupos tupinikin próximos às povoações portuguesas. Então, a partir da década de 1560 houve processos de refluxo da expansão acompanhado de redução do número de vilas e povoações em função dos conflitos entre colonos, índios e missionários na capitania. O irmão Blasquez, na mesma carta supracitada, denunciou que “onze vezes em um ano e meio tem ardida esta vila que se tem queimado muito arroz e açúcar”.¹³⁷ Em 1566, o Padre Antônio Gonçalves comunicou aos padres e irmãos de Portugal que o

¹³³ KOK, Maria da Glória Porto. **Sertão itinerante**: Expedições da Capitania de São Paulo no Século XVIII. São Paulo: HUCITEC, 2004.

¹³⁴ CARTA do P. João de Azpilcueta Navarro aos Padres e Irmãos de Coimbra. In: LEITE, Serafim. **Monumenta Brasiliae**, p. 186.

¹³⁵ CARTA do P. Francisco Pires aos Padres e irmãos de Coimbra. In: LEITE, Serafim. **Monumenta Brasiliae**, p. 396.

¹³⁶ CARTA do Irmão Antônio Blasquez aos Padres e Irmãos de Coimbra. Bahia, 8 de julho de 1555. In: LEITE, Serafim. **Monumenta Brasiliae**, p. 254-255.

¹³⁷ CARTA do Irmão Antônio Blasquez aos Padres e Irmãos de Coimbra. Bahia, 8 de julho de 1555. In: LEITE, Serafim. **Monumenta Brasiliae**.

jubileu da conversão foi celebrado três vezes na casa de Nossa Senhora da Ajuda até o ano de 1564, mas que “por estar [aquela casa] agora longe da Vila, não resid[iam] nela”.¹³⁸

Ao que indicou o Padre Gonçalves, a missão havia refluído para a Vila de Porto Seguro, a maior, mais central e povoada, onde fora fundada outra ermida de invocação a São Pedro. Decerto, o movimento de refluxo dos inacianos fora provocado pelos conflitos com os índios que habitavam a região da antiga Vila de Santo Amaro, que foi destruída pelos ataques dos tupinikin, acompanhada pelos demais colonos implicando na concentração populacional na Vila de Porto Seguro e na povoação de Santa Cruz, configuração que não se alterou até o início do século XVII.

É importante lembrar que o principal obstáculo humano apresentado pelos agentes da colonização foi reduzido a única denominação resultando em imprecisão e equívocos interpretativos. Na verdade, sob o termo aimoré se enquadrou uma diversidade de grupos que habitavam o interior das matas e circulavam por uma vasta região entre as capitanias de Ilhéus e o Norte do Espírito Santo. Além disso, a essa denominação genérica se atribuiu inúmeras características negativas dificultando identificação mais precisa e a produção de registros que evidenciassem as diferenças culturais entre os grupos indígenas e entre estes e os colonizadores.

Assim como o termo “sertão”, o conceito de fronteira assumiu diversos significados e apropriações em diferentes áreas das Ciências Sociais. A multiplicidade de abordagens em torno do tema implicou em dificuldades de delimitação precisa demandando recorte específico em torno de um objeto a ser analisado. Nesse caso, o aporte interdisciplinar auxiliou a definir mais claramente o que é necessário pôr em relevo na análise em tela.

Outra consideração importante a se fazer é que o conceito de fronteira tem sido trabalhado para compreender questões muito amplas e diversas como “as raízes da concentração fundiária, degradação ambiental, desarticulação e rearranjo de populações, resistência e cooperação de povos indígenas, mestiçagem, construção de identidades e alteridades”¹³⁹, entre outros.

¹³⁸ CARTA do Padre Antônio Gonçalves aos Padres e Irmãos de Portugal. Porto Seguro, 15 de fevereiro de 1566. In: LEITE, Serafim. **Monumenta Brasiliae**, v. 4, p. 314-315.

¹³⁹ OLIVEIRA, Ricardo Batista de. **Povos indígenas e ampliação dos domínios coloniais: resistência e assimilação no Vale do Rio Doce e Zona da Mata, séculos XVIII e XIX**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. PPGH. 159f. 2009, p. 7.

Tendo em vista tais considerações, para simplificar a abordagem, a definição de fronteira pode partir da distinção de dois tipos: a linear, referindo-se aos limites dos territórios nacionais e suas descontinuidades internas – no caso de respeitar unidades federativas –; ou como “espaços fronteiriços” formados por processos de conquista, integração de territórios onde as estruturas socioeconômicas e culturais de diferentes grupos possuem suas particularidades.¹⁴⁰

Nesse sentido, “em termos gerais, [fronteira] refere-se a uma linha divisória – concreta ou imaginária – entre algo que conhecemos e que em certo sentido nos pertence, e algo que não conhecemos, estranho e inexplorado”.¹⁴¹ Assim,

Nas ciências sociais há duas definições formais do termo: a fronteira política, ou ‘a parte do país que enfrenta a outra, e onde a fronteira encerra implicitamente o próprio limite, e uma segunda definição, mais confusa, que alude à borda externa de alguma forma de assentamento humano, ‘a divisão entre áreas habitadas e desabitadas dentro de um estado’ [...] o primeiro tipo de fronteiras – as políticas – e por sua vez os limites, são predominantemente estáticas, já que surgem da concretização territorial do Estado [...] pelo contrário, as fronteiras do povoamento, ligadas a fenômenos móveis e mutáveis, são dinâmicas e nem sempre resultam de forças claramente definidas dentro ou fora de si.¹⁴²

Em perspectiva antropológica, fronteira pode se referir à alteridade, ou seja, definida a partir da relação e referência que se faz a um grupo e deste com os outros. Assim, territorialidade e identidade se articulam no processo do estabelecimento de diferenças entre “nós” e os “outros” denotando, em certa medida, oposição e antagonismo na tessitura da percepção de diferenças.

Conforme Maldí,

Formando uma interface identidade/alteridade, a fronteira é resultado, portanto, da imagem que a sociedade constrói sobre si mesma e sobre o outro. Sua elaboração conceitual não pode ser inteligível fora dessa ressonância básica, que é a projeção, em outras sociedades, de categorias enraizadas nas suas representações.¹⁴³

¹⁴⁰ RENARD, J-P. Population et frontières: problématiques et méthodes. **Espace Populations Societes**. Vol. 2, 1992, pp. 167-184. Apud. OLIVEIRA, Ricardo Batista de. **Povos indígenas e ampliação dos domínios coloniais**: resistência e assimilação no Vale do Rio Doce e Zona da Mata, séculos XVIII e XIX. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. PPGH. 159f. 2009, p. 8.

¹⁴¹ REBORATTI, Carlos E. **Fronteras agrarias em America Latina**. Scripta Vetera – edición electrónica de trabajos publicados sobre geografía y ciencias sociales. (Reproducido de GEO CRITICA, Cuadernos Críticos de Geografía Humana. N° 87, mayo de 1990). Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/geo87.htm>. Data do acesso: 20/01/2022.

¹⁴² *Ibidem*.

¹⁴³ MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. **Revista de Antropologia**, vol. 40, nº 2, São Paulo: 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/WcXgTvGzsPhd7hhYmj7hbCk/?format=pdf&lang=pt>. Data do acesso: 21/01/2022.

De maneira geral, os historiadores definiram fronteiras a partir de uma série de recortes obedecendo a abordagem de interesse de seus objetos de estudo. Assim, algumas distinções foram postas como pode apontar a síntese a seguir:

[...] lineares (definidas por uma linha) ou zonais (incluindo uma área amorfa), internas (em face de internas, mas não sujeitadas, populações ou territórios) ou externas (em face de potências estrangeiras), naturais (como dependentes de acidentes naturais, ou como surgindo ‘naturalmente’ pelo tempo) ou artificiais (impostas pelo exterior).¹⁴⁴

Seguindo esta definição temos, pois, duas perspectivas de interesse para a abordagem de nosso objeto e que pode ser definida pela análise do conteúdo das fontes. Nesse sentido, as “fronteiras” da capitania normalmente apontada nos manuscritos se deparam com processos de fronteiras internas (populações e territórios não dominados) e naturais, ou seja, os relatos analisados apontam grande dificuldade de vencer uma barreira humana e outra natural na colônia.

Assim, é importante salientar que a fronteira está sempre em movimento, necessitando de uma abordagem processual, datada, sobretudo, a partir da situação colonial. Segundo João Pacheco de Oliveira, o processo de expansão colonialista do século XIX produziu discursos que puderam ser aplicados a diversas regiões, populações e temporalidades. Logo, “o *tropos* da natureza virgem, com vastos recursos ambientais, terra livre de homens, é algo extremamente recorrente no imaginário dessa época”.¹⁴⁵ Nesse sentido,

As descrições e análises, no entanto, deslocavam-se de um a outro lugar sem precisar alterar a mesma retórica, frequentemente traduzida na ideia da ‘última fronteira’. Virgem, no caso, significava sem dono anterior, podendo ser livremente apossada. Sem reconhecer, portanto, às populações autóctones um direito, exclusivo e precedente, aos territórios por eles antes ocupados.¹⁴⁶

Levando em consideração a definição estabelecida pelos tratados entre as nações colonizadoras – sobretudo o de Tordesilhas – da delimitação dos territórios, deriva do debate a consideração da distância entre os acordos vindos “de cima para baixo”, partindo de resoluções políticas das nações e as práticas, as ações de grupos diversos, dos múltiplos interesses nas experiências dos agentes como principal motor da definição da posse e, por sua vez, da delimitação territorial da colônia. Assim, ainda que limites territoriais fossem estabelecidos eles eram, em muitos casos, ignorados. Logo, é possível considerar que na

¹⁴⁴ HERZOG, Tamar. **Fronteiras da posse**: Espanha e Portugal na Europa e nas Américas. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2019, p. 3.

¹⁴⁵ OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, p. 164.

¹⁴⁶ OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**. Op. Cit. p. 165.

prática diversos agentes locais se preocuparam mais com seus direitos de uso, sua natureza e extensão. Nessa perspectiva:

Dependendo de quem estava perguntando, quando e para que finalidade, os espaços que os presentes buscavam se apropriar podiam ser linear ou zonal, comumente usados ou exclusivamente mantidos, consistindo em ilhas movediças de ocupação que seguiram, por exemplo, o itinerário de aliados nômades ou então se assemelhavam a corredores que permitiam o trânsito entre diferentes locais de posse imersos em um mar de terras desocupadas. Expandindo seus territórios conforme eles queriam que seus animais pastassem, onde eles queiram coletar frutos, cultivar terras, construir cabanas, explorar minas, coletar impostos, ou estabelecer uma missão, uma fronteira interna de ocupação (destinada a garantir uma terra e seus habitantes) coincidia com uma fronteira externa (contra vizinhos ‘estrangeiros’). Nesse processo, mais que ser predeterminado e fixado, o sentido e a extensão de ambas ‘interna’ e ‘externa’ eram constantemente elaboradas. A titularidade sobre territórios envolvia não apenas a ação de identificar o que estava sendo feito, mas também de classificar atores (quem eles eram). Isso então levava a frequentes debates sobre quem era espanhol e quem era português e (no Novo Mundo) quando os índios viravam um ou outro.¹⁴⁷

Em certa medida, é possível pinçar em diferentes contextos a mobilização de agentes locais como principal definidor da posse e da formação do território tendo como referencial primordial o *jus commune*. Contudo, não é possível essencializar a prática levando à falta de consideração pelos diferentes contextos, tampouco desconsiderar a atuação do Estado seja como incentivador ou repressor das iniciativas dos agentes locais. Sendo assim, é preciso maior equilíbrio no enfoque às ações dos agentes em relação à presença do Estado.

Da intersecção entre território e identidade levando em consideração o cariz de alteridade dessa relação, insere-se também o termo sertão e sua concepção.

O primeiro ponto importante da concepção de sertão é o de seu caráter histórico, formado, imaginado e constituído por processos de contato e de experiências coloniais. Na América portuguesa configurou, como resultado da dinâmica de conquista e colonização, espaços e regiões sempre em condição movediça determinada pela referência entre núcleos de assentamento permanente que reuniam elementos de “civilidade” e o oposto, as terras a conquistar, a ocupar e colonizar.

No Brasil, sertão se constituiu como uma das mais importantes categorias espaciais sendo utilizada para delimitar e referenciar regiões ou uma grande região geográfica ou culturalmente, como é comumente observado no Nordeste. Todavia sua

¹⁴⁷ HERZOG, Tamar. Op. Cit. 2019, pp. 8-9.

acepção tomou inúmeros significados ao longo de variados contextos históricos. Segundo Janaína Amado,

Talvez desde o século XII, com certeza desde o XIV, os portugueses empregavam a palavra, grafando-a ‘sertão’ ou ‘certão’, para referir-se a áreas situadas dentro de Portugal, porém distantes de Lisboa. A partir do século XV, usaram-na também para nomear espaços vastos, interiores situados dentro das possessões recém-conquistadas ou contíguo a elas, sobre os quais pouco ou nada sabiam.¹⁴⁸

Outro significado atribuído ao sertão no período relacionado à origem do termo é o de deserto. Segundo Marcos Galindo,

este fenômeno observado nos cronistas brasileiros, é um recurso clássico do colonialismo marcado pelo conflito de testemunhos paradoxais. Ocorre que os depoimentos são montados sobre duas noções conflitantes. A primeira é a da *esterilidade* da terra, contraditória a uma outra de ecossistema diferenciado, capaz de atender de forma distribuída e ordenada às demandas do abastecimento humano; a segunda é a noção de *deserto*, antônima à de povoado, entendida corretamente apenas quando habitada por cristãos. Esta noção percebia o território do sertão na perspectiva patrimonialista – potencialmente produtivo ao modo ocidental – então habitado por almas pagãs, carentes de conversão. Reuniam-se, então, as condições básicas exigidas pela ética colonial para a conquista: a barbárie do homem e da terra.¹⁴⁹

Esta noção complexa e paradoxal do sertão enquanto território estéril e deserto e por outro lado potencialmente produtivo e rico em diversidade natural foi compartilhada pelo padre João Azpilcueta Navarro ao relatar experiência de expedição que empreendeu aos sertões da Capitania de Porto Seguro:

[...] entrámos pela terra dentro 350 léguas, sempre por caminhos pouco descobertos, por serras mui fragosas que não têm conto, e tantos rios que em partes, no espaço de quatro ou cinco léguas, passamos cinquenta vezes contadas por água, e muitas vezes, si me não socorreram, me houvera afogado. Mais de três meses fomos por terras mui húmidas e frias por causa dos muitos arvoredos e das arvores, mui grossas e altas, de folha que sempre está verde. Chovia muitas vezes; e muitas noites dormimos molhados, especialmente em lugares despovoados e assim todos, em cuja companhia eu ia, estiveram quase a morte de enfermidades, uns nas aldeias, outros em despovoados, e sem ter outra medicina que sangrar-se de pé, forçando a necessidade a caminhar; e sem ter outro mantimento as mais das vezes que farinha e água não perigou nenhum, porque nos socorreu Nosso Senhor com sua misericórdia, livrandonos também de muitos perigos de Índios contrários, que algumas vezes determinavam matar-nos; principalmente em uma aldeia grande onde estavam seus feiticeiros fazendo feitiçarias, aos quais, porque andam de uma parte para outra, fazem os Índios grandes recebimentos, concertando os caminhos por onde hão de vir e fazendo grandes festas de comer e beber. [...] No outro dia fomos e passamos muitos despovoados, especialmente um de vinte e três

¹⁴⁸ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 15, 1995, p. 147.

¹⁴⁹ GALINDO, Marcos. **O governo das almas: a expansão colonial no país dos tapuias (1651-1798)**. São Paulo: Hucitec, 2017, p. 45.

jornadas por entre uns Índios que chamam Tapuzas, que é uma geração de Índios bestial e feroz; porque andam pelos bosques como manadas de veados, nus, com os cabelos compridos como mulheres: a sua fala é mui barbara e eles mui carnicheiros e trazem frechas ervadas e dão cabo de um homem n'um momento. Para passar por entre eles, juntamos muitos dos que estão em paz conosco, e passamos em espias adiante, com grande perigo.¹⁵⁰

O padre Navarro, como é possível notar, iniciou o seu relato buscando explicitar as dificuldades em circular os caminhos do sertão, expondo o que considerou como obstáculo sejam eles naturais ou humanos. Posteriormente, e aparentemente de forma contraditória, após tecer considerações pessimistas e negativas dos povos que ocupavam os territórios por ele percorrido, mudou o tom e passou a valorizar as suas riquezas naturais e potencialidades conforme evidencia o trecho a seguir:

As terras que cercam este rio em 30 léguas ou mais são mui planas e fermosas: parece-me que nascerá nelas bem tudo quanto lhes plantarem ou semear, porque do mantimento que usam os Índios e de diversas frutas há grandíssima cópia; o pescado não tem conto, assim neste rio como em outros mais pequenos e em lagoas. Quando os Índios têm dele necessidade, juntam-se uma aldeia ou duas e vão embebeda-lo, e assim tomam tanto que vem depois a feder-lhes em casa: e desta maneira têm pouca necessidade de anzoas, e principalmente no rio Grandenunca pescam com eles, si não são de ferro e grandes cadeias de um plamo ou dois, porque há um peixe que se chama Piray, que corta um anzol com os dentes como com uma navalha, o que vi com os meus olhos, pois, de outra maneira, apenas o crêra. Saídos do rio fizemos nosso caminho por terra volvendo-nos. Achamos na terra que andamos que comumente não tem superior, o que é causa de todos os males: têm tal lei entre si que, recebendo o menor deles uma injuria dos Christãos, se juntam todos a vingá-la. São pobríssimos; nem têm cousa própria, nem particular, antes comem em comum o que cada dia pescam e caçam. Si mostram algum amor aos Christãos, é por cobiça que têm das suas cousas, e é tanta que, quando lhes não vêm outra cousa, lhes tiram os vestidos e depois lhes dão de comer com a condição de que arranquem as pestanas e barbas como eles, e vão caçar e pescar juntos. Os tempos são mui temperados, fora de alguns anos secos. Há muita caça, assim de animais como de aves: há uns animais que se chamam antas, pouco menores que mulas, e parecem-se com elas, senão que têm os pés como de boi. Também há muitos porcos montezes e outros animais que têm uma capa por cima a maneira de cavalo armado; há raposas, lebres, coelhos, como nesta terra. Há muitas castas de macacos, entre os quais uns pardos com barba como homens; há veados, gatos montezes, onças, tigres e muitas cobras, entre as quais há umas que têm no rabo uma cousa a maneira de cascavel, e também soa, e quando topam alguma pessoa bolem e fazem soido com ele, e si acerta de se não apartar, mordem-na e poucos escapam dos mordidos que não morriam. Há umas aves que são como perdizes; outras como faisões, com outras muitas diversidades: também vi em poder de Indios dois avestruzes. O fruto solido desta terra parece que será quando se for povoando de Christãos.¹⁵¹

Assim, de modo geral, os colonizadores utilizaram o termo sertão como referência nominal a terras distantes de vilas ou povoações portuguesas. Ainda assim, é necessário

¹⁵⁰ CARTA do Padre João de Azpilcueta Navarro. Porto Seguro, 1555. *Cartas Avulsas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998, p. 146.

¹⁵¹ *Idem*.

reiterar que objetivamente não dizia respeito a lugares tão distantes dos assentamentos portugueses, mas lembravam um lugar do interior e pouco povoado. De acordo com Maria do Socorro Ferraz e Bartira Barbosa, “o conceito de sertão era completamente desconhecido dos indígenas, que transitavam em espaços geográficos diversos, levados por suas necessidades e ou suas tradições. Conviviam com as diferenças climáticas no que os múltiplos espaços ofereciam numa relação de autossustentabilidade”.¹⁵²

As diferentes percepções do território, sua ocupação, exploração e circulação entre indígenas e europeus, no período colonial, resultou na construção de uma territorialidade permeada por conflitos, conforme análise de Márcio Roberto Alves dos Santos. Para Santos, no processo de conquista portuguesa os sertões se colocaram como palco de confronto de territorialidade entre portugueses e indígenas com resultados desastrosos para os diversos povos indígenas que habitavam a região sob análise do historiador. Assim, “aplicar a ideia contemporânea de território aos espaços ameríndios, e em especial aos espaços habitados por povos não sedentários, resulta numa espécie de anacronismo antropológico”¹⁵³ levando em consideração a distinção entre os sentidos das territorialidades entre indígenas e europeus ou da nossa sociedade contemporânea.

Este processo evidenciou a oposição entre as vivências indígenas em seus territórios da lógica portuguesa voltada para a expansão e controle espacial com vistas à exploração econômica tendo como resultado a ordenação do espaço mediante constituição de um Estado que impôs os valores da sociedade europeia.

Nesse sentido, a formação de um território é sempre conflitiva, dinâmica, sujeita a transformações em diferentes contextos históricos e reveladoras de embates socioculturais entre os sujeitos envolvidos podendo ser enquadrada também como cena de poder, conforme pontuou Rafael Carvalho da Silva.¹⁵⁴

Não obstante, a despeito de toda diversidade e multiplicidade de sentidos, desde o final do século XIX a categoria sertão passou por certa “vulgarização” de sentido tendo como uma das produções de referência os escritos do jornalista Euclides da Cunha. Conforme Ronaldo Vainfas,

O sertão tremendamente árido, em parte inspirado pela trágica seca de 1877, em parte pelo mal-estar das elites nordestinas com a decadência de sua região,

¹⁵² FERRAZ, Socorro; BARBOSA, Bartira Ferraz. **Sertão: fronteira do medo**. Recife: Editora UFPE, 2015, p. 35.

¹⁵³ SANTOS, Marcio Roberto Alves dos. **Rios e fronteiras: conquista e ocupação do sertão baiano**. São Paulo: EDUSP, 2017, p. 57.

¹⁵⁴ SILVA, Rafael Sancho Carvalho da. **O “Grande Sertão” do império: tensões políticas e sociais nos sertões do Rio São Francisco (1827-1889)**. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2021, p. 29.

berço do Brasil nos séculos coloniais. O sertão hostil e miserável que levaria à fundação da Inspetoria de Obras contra as Secas, em 1909, órgão federal reivindicado pelos políticos ‘nortistas’ do país. Euclides era natural do Rio de Janeiro, mas se afinava, neste ponto, com o pensamento das elites nortistas. Foi mesmo um dos fundadores deste modelo do sertão, no campo sociológico e literário, que seria adensado e adornado por grandes escritores brasileiros do Nordeste.¹⁵⁵

Esta tipologia de sertão que reduziu o seu significado à pobreza, miséria e a uma paisagem natural árida e seca além equivocada, não coube à análise em tela. Inversamente, a região recortada para a nossa análise apresentou aspecto muito divergente do semiárido nordestino sendo composta por diversos rios de pequeno, médio e grande porte. Além disso, o interior da Capitania de Porto Seguro fora composto por uma vasta e densa floresta tropical rica em diversidade da fauna e flora. Ademais, a região apresenta chuvas regulares ao longo do ano e compõe uma faixa de floresta mais longa em direção ao interior do que os territórios das capitanias da Bahia e Pernambuco, ou seja, a transição entre a Mata Atlântica e o Cerrado dista mais de uma centena de quilômetros do litoral a mais do que a verificada na Capitania da Bahia, por exemplo.

Sendo assim, não era a aridez que compunha o cenário da capitania e sim uma região de mata exuberante habitada por uma diversidade de povos classificados genericamente por “Aimorés” pelos europeus e demais agentes da colonização que além de reduzi-los a um só etnônimo comprometendo o conhecimento de sua diversidade e especificidade de seus códigos socioculturais os atribuiu características negativas que fundamentara então a sua condição de “obstáculo” à expansão territorial e, por sua vez, ao avanço da colonização. Na realidade, a região era ocupada por uma série de grupos pertencentes ao tronco maro-jê em que podemos destacar os Maxacali, Pataxó, Makoni, Kumanaxó, Mapoxó, Malali, Monoxó, Meniã,¹⁵⁶ e remanescentes de grupos Tupi que se deslocaram em direção ao interior como meio de fugir dos efeitos do contato forçado com a sociedade colonial. Conforme o mapa etno-histórico de Kurt Nimuendajú:

¹⁵⁵ VAINFAS, Ronaldo. O sertão e os sertões na história luso-brasileira. **Revista de história da sociedade e da cultura**. Centro de História da Sociedade e da Cultura. Imprensa da Universidade de Coimbra: Coimbra, 2019, pp. 226-227.

¹⁵⁶ Para uma análise mais profunda acerca dos grupos citados conferir: PARAÍSO, M. H. B. Amixikori, Pataxó, Monoxó, Kumanoxó, Kutaxó, Kutatoi, Maxakali, Malali e Makoni: povos indígenas diferenciados ou Subgrupos de uma mesma Nação? Uma proposta de reflexão. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, [S. l.], n. 4, p. 173-187, 1994. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.1994.109203. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109203>. Acesso em: 1 fev. 2022.

Barbosa com muita gente sua, seu sogro” e que “aquele povo” (os colonos) fez “de sua obrigação castigando com as armas aos inimigos” e “com dispêndio de sua fazenda [...] conservara aquela capitania em boa paz e quietação”.¹⁵⁷

O mesmo discurso foi apresentado pelos oficiais da Câmara em uma petição contra um capitão-mor na década de 1640. Segundo os oficiais da Câmara, a atividade madeireira era muito custosa por subtrair pau-brasil em pouca quantidade necessitando percorrer muitas léguas pelo sertão,

descendo muitas cachoeiras pelos Rios com muitos perigos de aimorés de que estamos cercados e nos tem mortos gente por vezes e como a pobreza desses seus vassalos é tanta pelas guerras passadas que os tapuyas nos fizeram pondo tudo a fogo e a sangue que de quatro vilas que tinha esta capitania ficou em uma.¹⁵⁸

Por fim, conforme o capitão-mor Paulo Barbosa, o processo de conflito com os indígenas e seus efeitos relatado a ele “pelos antigos” fez com que a capitania se “despovoasse” e dos dezoito engenhos que possuía onde se “fazia muito açúcar” só restou um. Segundo o capitão, na capitania havia “muito boas terras para todo o gênero de lavouras” e pediu ao Rei para que “se povo[asse] [novamente] e repartissem as terras para os que vierem de novo terem em que plantar”.¹⁵⁹

Assim, os depoimentos dos sujeitos da colonização da Capitania de Porto Seguro descortinaram um movimento que parece que caminhou em direção a relação entre investimentos e pequenos avanços e retrocessos em função da ação política de resistência indígena por meio de revoltas nos aldeamentos e empreendimentos coloniais, sobretudo no século XVI, e os ataques dos indígenas do sertão nas primeiras décadas do século XVII.

Embora os relatos apresentassem conteúdo de caráter apelativo em função da tentativa de mobilização de apoio por parte da Coroa portuguesa e do Governo-geral, a resistência indígena certamente obstou avanços mais consideráveis tornando a experiência colonizadora na capitania pouco confortável.

¹⁵⁷ **DECRETO** e minuta de consulta do Conselho Ultramarino sobre o procedimento do Capitão Paulo Barbosa, feitor do pau-brasil da Capitania de Porto Seguro. Alcântara, 7 de junho de 1646. AHU_ACL_CU_005, Cx. 10. Doc. 1193

¹⁵⁸ **REPRESENTAÇÃO** que os oficiais da Câmara de Porto Seguro fazem contra o Capitão Paulo Barbosa, ... op. cit. AHU_ACL_CU_005, Cx. 10. Doc. 1134.

¹⁵⁹ **CARTA** do capitão Paulo Barbosa, feitor do pau brasil da capitania de Porto Seguro, para S. Mgde., dando conta da sua viagem desde Setúbal, a 29 de dezembro de 1644, Ilha da Madeira até a Bahia, onde chegou na véspera de Entrudo, e informando do negócio de coisas da terra, das qualidades de madeiras, etc. (Cópia) S. d. n. l. AHU_ACL_CU_005, Cx. 10. Doc. 1160.

Nesse sentido, o elemento definidor da necessidade e por sua vez da continuidade do contato com os indígenas dos sertões e seus efeitos repousou na principal atividade econômica desenvolvida na capitania, voltada ao extrativismo de pau-brasil para atender o mercado internacional. O volume de madeira necessário para atender a demanda do mercado forçou a busca pela madeira por um vasto território no interior das matas violando territórios dos vários grupos indígenas que a habitavam há centenas de anos antes da chegada dos europeus. Logo, é possível entender que os “ataques” poderiam representar revide a situações de violência promovida pelos colonos ou até mesmo a demonstração da insatisfação ou da defesa de seus territórios frente à exploração colonial.

Nesse contexto, a experiência em tela estava contida em um processo de desenvolvimento de uma “frente” produtiva na qual figurou a fronteira territorial indígena, ou melhor, a exploração e fricção e, por outro lado, a exploração colonial dos indígenas do sertão como objeto de disputa em função da necessidade de maior quantidade de descimentos para atender à carência de mão de obra para os empreendimentos no litoral. Até o final da primeira metade do século XVII, não foi possível verificar e nem apresentar iniciativas de expansão territorial com objetivo de povoamento dos sertões da Capitania de Porto Seguro. Nesse caso, foi mais viável entender a relação com os sertões como iniciativa de constituição e exploração de uma frente.

Uma frente pode ser definida como um fenômeno transitório podendo ou não ter como resultado a constituição de uma fronteira ou assentamento. Segundo Reboratti, uma fronteira pode ser definida da seguinte maneira:

Uma linha móvel de contato entre diferentes tipos de assentamento e uso do espaço. A frente pode não estar vinculada ao desenvolvimento posterior de uma fronteira, sendo tanto uma forma de organização do espaço quanto um momento de contato da sociedade com territórios até então não utilizados. As frentes atravessam territórios sem deixar um rastro muito marcado, e geralmente estão ligadas a atividades extrativistas, específicas como na mineração, ou extensivas como na exploração madeireira ou pecuária.¹⁶⁰

Não obstante, uma fronteira é sempre precedida por uma frente ligada diretamente à necessidade de desenvolvimento de uma atividade econômica específica ou não. Em muitos casos, as fronteiras “foram precedidas por frentes dedicadas à exploração de recursos naturais, ou por frentes pecuárias, que definiram uma estrutura territorial muito frouxa, e foram substituídas pelo assentamento da população que prefigura uma

¹⁶⁰ REBORATTI, Carlos E. Op. cit. 1990

fronteira”.¹⁶¹ Assim, as pressões e as investidas ao “sertão” movidas pelos conflitos com os indígenas, pela necessidade de crescer o volume dos descimentos e da continuidade e expansão das atividades extrativistas não necessariamente implicaram na constituição de assentamentos – proporcionando expansão da ocupação territorial – e ampliação das fronteiras da capitania em direção ao Oeste.

Esta perspectiva foi importante como ferramenta para melhor compreender os discursos contidos nas fontes e os seus efeitos na prática. Logo, a partir deste “enquadramento”, tornou-se mais confortável de evidenciar o significado de processos e resultados diferentes, mas que se inseriram, em certa medida, em argumentos muito parecidos para a mobilização da exploração dos sertões.

Para a nossa análise foi precioso perceber dois efeitos na mobilização de recursos e pessoas para a “exploração” do interior da Capitania de Porto Seguro: 1) a pressão por licenças para descimentos de indígenas, exploração do pau-brasil e tentativa de encontrar minerais preciosos que não representou e tampouco resultou em ocupação territorial permanente – correspondente à toda a primeira metade do século XVII se estendendo até a década de 1660; 2) os quarenta últimos anos do século XVII, com atuação de sertanistas da Vila de São Paulo desta vez gerando impacto na constituição de fronteiras e assentamentos permanentes no litoral.

A síntese deste processo se evidenciou em pedidos dos colonos e oficiais da Coroa apresentados nos documentos que tratavam da mobilização de recursos e desenvolvimento de atividades econômicas, sobretudo. Um exemplo disso pôde ser verificado em um pedido dos colonos da povoação do Rio das Caravelas em que argumentaram o seguinte:

dizem, que na era de mil e seiscentos e quatorze, o Gov^o Dom Luis de Souza mandou povoar aquela fronteira em razão dos abrolhos, por se perderem muitas embarcações; e gente que escapava os bárbaros os comiam, em razão de haver muitos Rios por aquela costa de pau Brasil, que os inimigos rebeldes frequentavam, para haver quem os impedisse, e defendesse, e assim mais para se adomarem os gentios brabos do mato tapuyas, e aimorés, em razão de haver correnteza [...] asy do norte, como do sul, porque com isso o não podiam fazer, porque todos comiam; e por entenderem os ditos moradores, e povoadores que faziam muito serviço a Deus, e a V. Magde vieram povoar a dita fronteira, o q’ fizeram tudo a sua custa, arriscando suas vidas e gastando suas fazendas, sem V. Magde nisso gastar coisa alguma, de que ficarão os alarves adomados, e defendendo os ditos Rios dos rebeldes que vinham frequentar os Rios por respeito do pau Brasil, como constará a V. Magde por certidão; e asy as embarcações que vinham com a fazenda de V. Magde de todas as partes se se perdiam nesses abrolhos, os salvava a sua custa, e se enviavam a Cidade da Bahia aos governadores para que V. Magde não tivesse perda; [...] como a

¹⁶¹ *Ibidem*.

tantos anos que arimão sem terem reverso, e ajuda dos ministros da fazenda Real de V. Magde., e terem gastado já as suas fazendas, e principalmente para adomar os alarves, lhes morreram seus escravos, q' lhes maneavam as suas fazendas, e tendo já dois engenhos feitos, como é um do capitão João Alvez do Quintal, o qual serve naquela fronteira que atualmente faz açúcar, de que se pagam dízimos a Deus e direitos a V. Magde., o que fez a sua custa, para aumento da dita fronteira, e outro doutro motivo que por falta de Angola, está em ser; asy que por falta desta dita Angola, estão sem comercio de gente, nem com que possam adomar os alarves, para poderem conquistar os outros bárbaros que estão mais afastados, para que os deixem com mais largueza fazer o pau Brasil, que o que se tinha feito até agora, era o que estava cinco léguas do mar; casy que não havendo recurso, não se faria pau, e vossa Real Magde. perderia no trato do dito pau.¹⁶²

Do pedido que os moradores da povoação do Rio das Caravelas fizeram ao Rei foi possível extrair dois processos que pareceram implicar nos mesmos objetivos e resultados. Porém, o processo pôs em evidência dois movimentos: o primeiro deles, do início do século XVII, dá conta da ocupação da foz do então chamado Rio das Caravelas e constituição de uma fronteira litorânea ao Sul voltada, sobretudo, para defesa e viabilização de atividades de produção agrícola e extrativista. O segundo processo, da década de 1640, período em que o documento fora escrito tentou lançar mão da autorização para ampliar área de penetração com o objetivo de exploração econômica e aquisição de mão de obra indígena. Neste caso, o recurso como descrito na fonte não revelou um processo consciente de tentativa de ocupação permanente dos sertões do Rio das Caravelas se enquadrando nas características da atividade de uma frente, conforme descrita anteriormente.

Ao longo da década de 1640, o que descrevemos como a “formação ou atuação de uma frente” pode ter decorrido da necessidade de recomposição do estoque de madeira tintorial acumulada até então e que proporcionou aos colonos algum tipo de acumulação de capital que permitisse investimento em outras atividades econômicas ligadas à produção agrícola que representasse maior garantia e permitisse maior nível de sedentarização. Nesse contexto, as petições para se devassar os sertões pareceram não conter objetivo de fundação de povoações e vilas nos sertões tampouco surtiram este efeito.

Porém, a partir de finais da década de 1660 e início da década de 1670 as ações em direção aos sertões surtiram outros efeitos e contaram com iniciativas mais sistemáticas refletindo o investimento do Estado para a consolidação da conquista dos sertões da Capitania da Bahia até o Rio Grande do Norte e que se notabilizou na

¹⁶² CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D. João IV sobre a carta dos moradores e povoadores do Rio das Caravelas em que solicitam prelado que os governe, e ajuda para compra de escravos para a extração de pau-brasil. AHU_ACL_CU_005, Cx. 1. Doc. 65.

historiografia como a “Guerra dos Bárbaros”.¹⁶³ Até o início do século XVIII, o processo de atuação de sertanistas da Vila de São Paulo dinamizou a intensidade de entradas que repercutiu diretamente na consolidação de povoações e formação de Vilas no Litoral.

Assim, com o intuito de melhor compreensão do nosso objeto de análise, levando em consideração a conexão com fatos e atores oriundos de outras capitanias, a palavra “sertão”, “sertanista” ou “sertanejo” tomou emprestado o sentido apresentado pelo historiador Rafael Chamboleyron. Conforme Chamboleyron, o termo sertão pode ser entendido “não como uma condição atrelada a um modo de vida e a um lugar específico, ainda que difuso e sem fronteiras definidas”, porém, “como uma prática, ou pelo menos uma outra condição, que não se define pelo lugar de onde esse indivíduo é oriundo ou vive, mas pela experiência e conhecimento que tem dele”.¹⁶⁴

É importante salientar também que o termo sertão, nessa perspectiva, está para além da referência a um determinado espaço circunscrito ou a uma dimensão estritamente territorial. Sendo assim, diversos outros significados se entrelaçam à palavra em que o enfoque privilegiado perseguiu o seu sentido remetido às relações econômicas e políticas relacionados aos atores sociais e suas ações no âmbito do processo de colonização da Capitania de Porto Seguro, no período recortado pelo trabalho em tela. Ainda que de modo geral a documentação se refira aos sertões para designar espaços localizados a Oeste da capitania em questão, a formação de núcleos coloniais em espaços interioranos esteve longe de ser realidade sendo de entendimento comum se tratar de uma experiência de povoação costeira.¹⁶⁵

Assim, o recurso à escolha por abordar o termo em perspectiva que privilegie os significados da palavra presentes na documentação referente a capitania, destacando os seus contornos a partir das experiências em um enquadramento socioeconômico, tem como finalidade permitir explorar o lugar que a prática – do ponto de vista da circulação dos agentes - dos sertões ocupou na experiência histórica de Porto Seguro e como definiu alguns de seus meandros.

¹⁶³ Cf. PUNTONI, Pedro. **A guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002.

¹⁶⁴ CHAMBOULEYRON, Rafael. A prática dos sertões na Amazônia Colonial (século XVII). IN: **Outros tempos**, vol. 10, n. 15, 2013, p. 803

¹⁶⁵ PARAÍSO, M.H.B. op. cit. 2015.

Capítulo 3

A centralidade da mão de obra indígena na Capitania de Porto Seguro

Após apresentarmos as dinâmicas de ocupação territorial e as configurações iniciais do espaço em que se formou a Capitania de Porto Seguro, tratamos de conceitos como o de fronteira e sertões levando em consideração os seus múltiplos sentidos e possibilidades de interpretação. Assim, o objetivo do capítulo a seguir é demonstrar a permanência e continuidade do recrutamento e utilização de diversas modalidades de trabalho indígena, de forma compulsória. Ademais, tratamos também da prática intensa do sertanismo de apresamento como método de manutenção e renovação da população indígena nos assentamentos portugueses em que, em sua quase totalidade, eram explorados pelos colonos. Por todo este contexto inicial, buscamos pontuar os conflitos em função da resistência indígena e das práticas dos colonos com a legislação indigenista da Coroa portuguesa.

3.1 - Trabalho compulsório indígena: breve síntese de algumas questões historiográficas

Para Fernando Novais, era o tráfico que justificava a escravidão africana e não o oposto, ou seja, a existência da escravidão, embora preceda o tráfico transatlântico, não foi capaz de explicar a sua operação e preferência como fator de produção. O mesmo ponto de vista foi compartilhado por Luiz Felipe Alencastro onde houve acréscimo em sua análise de elemento político que envolveu transferência de capital e aporte ao exercício da dominação. Ademais, Alencastro entendeu o tráfico de escravos como elemento primordial de unidade ao Atlântico Sul e integração entre colônias e metrópoles viabilizado, sobretudo, a partir da possibilidade do controle dos meios de reprodução do trabalho na colônia. Nesse sentido, a escravidão inseriu-se no âmbito do Antigo Sistema Colonial em função da dependência do capital mercantil integrado à economia mundo. Logo, ainda que tenha admitido a exploração do trabalho compulsório na colônia, o historiador brasileiro a encarou como atividade marginal postulando que a existência de um tráfico de escravos indígenas só seria capaz de produzir pequena acumulação interna não sendo capaz de alcançar os níveis de acumulação de capital quanto um sistema ligado à economia mundo. Por fim, a escravidão indígena, segundo Alencastro, encontrou barreiras antropológicas, históricas e sociais repetindo, assim, consideração largamente

utilizadas como as formas de organização social dos grupos indígenas órfãs de um poder centralizado e a não existência de redes comerciais complexas e de longa distância.¹⁶⁶

De modo geral, os estudos destacados acima entenderam a escravidão como produto do capital mercantil integrada à economia-mundo. Assim, a escravidão esteve apta a integrar o Antigo Sistema Colonial e sendo parte de sua engrenagem só era possível certo grau de sistematização que proporcionasse transferência e acúmulo de capital pelas metrópoles. Em síntese, seriam estas as questões chave apontadas pela historiografia de enfoque econômico que desencorajaram análises do trabalho indígena ao longo do período colonial.

Entretanto, o trabalho indígena foi abordado, ganhou fôlego e sentido a partir de uma série de estudos que privilegiaram a formação e dinâmica de um mercado interno direcionado para a produção de víveres e abastecimento local.¹⁶⁷ Ainda que tais abordagens possam divergir quanto à inserção ou não de um ramo diversificado da produção para abastecimento na dinâmica da economia-mundo, foi possível inserir a forte atuação do trabalho indígena como componente decisivo para a manutenção da produção e integração ao capital mercantil na Vila de São Paulo mesmo que de forma periférica.¹⁶⁸ Segundo Monteiro,

se, no século XVI, a escravidão indígena encontrava-se estreitamente articulada à expansão açucareira, esta instituição estendeu-se para outras regiões, no segundo século da colonização, sob uma outra lógica. Nas capitanias do Sul, sobretudo a de São Vicente, e no recém-constituído Estado do Maranhão (1621), as atividades econômicas dos colonos eram movidas por numerosos plantéis de escravos índios, aprisionados em frequentes expedições para o sertão. Embora às vezes vinculadas ao comércio externo, estas atividades geralmente se limitavam à circulação regional e inter-regional. Próximo a São Paulo, ponto inicial de repetidas incursões em demanda de cativos, constituíram-se inúmeros sítios e fazendas, contando com dezenas e mesmo centenas de trabalhadores nativos. Já no outro extremo da América Portuguesa, nas proximidades de São Luís do Maranhão e Belém do Pará, brotaram igualmente um grande número de unidades de produção agrícola, com consideráveis plantéis de índios.¹⁶⁹

Embora seja questão que apresentou inúmeras discordâncias, omissões e suscitou debates no campo da historiografia e antropologia, os estudos de Monteiro tomaram perspectiva mais firme ao encarar a permanência da escravidão indígena na América portuguesa. Ainda que tenha se debruçado sobre aspectos diversos da temática indígena,

¹⁶⁶ ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O trato dos viventes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁶⁷ Cf. LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

¹⁶⁸ Cf. MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: Bandeirantes e Paulistas nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

¹⁶⁹ MONTEIRO, John Manuel. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **Índios no Brasil**. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 2000, p. 108.

o antropólogo encarou e demonstrou também a possibilidade de integração da escravidão à dinâmica do comércio externo (mesmo que de forma sensível) e sua importância vital para a manutenção da produção e circulação econômica regional e inter-regional. Assim, “se a lei declarava a liberdade dos nativos, o ‘uso e costume da terra’ ditava a servidão dos mesmos”.¹⁷⁰

Outro enfoque da mesma questão foi dado pela análise da legislação indigenista da Coroa portuguesa. A abordagem das políticas indigenistas também provocou diferentes interpretações sobre as relações entre os diversos atores do processo de colonização e os indígenas desde o enquadramento à relação dicotômica entre missionários defensores dos indígenas em oposição aos colonos ávidos pela exploração de seu trabalho.¹⁷¹ Como desdobramento desta noção, surgiram análises que entenderam as disputas e sobretudo a postura dos missionários não como uma defesa da liberdade e sim a problemática sobre quem controlava o trabalho dos indígenas.¹⁷² Por fim, e talvez a mais influente análise, destacou a política indigenista baseada em uma dupla postura determinada pela relação dos indígenas com a colonização. Assim, a caracterização da política indigenista marcada pela oposição entre “aliados” livres ou resistentes passíveis à escravização lançou mão das políticas indígenas como principal elemento definidor da política indigenista na América portuguesa.¹⁷³

Na realidade, as orientações da política indigenista da Coroa portuguesa fora produto da experiência inicial de formação das capitâncias hereditárias em que se lançou mão do trabalho indígena de forma massiva tendo como resultado uma série de conflitos que praticamente inviabilizou as intenções de colonização dos portugueses.¹⁷⁴ Assim, o processo de implantação de um centro administrativo na colônia (Governo-geral) com a fundação da cidade de Salvador implicou a necessidade de se elaborar um modelo legal que se voltasse para a relação com os indígenas e buscasse atender a anseios contraditórios de acordo com os interesses de diversos grupos. Se para os inicianos o principal objetivo era a expansão da fé a partir da conversão em massa dos gentios, para os colonos o interesse imediato era a transformação dos nativos em mão de obra para a

¹⁷⁰ MONTEIRO, Op. Cit. 2000, p. 111.

¹⁷¹ Cf. BEOZZO, J. O. **Leis e regimentos das missões: política indigenista no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1983.

¹⁷² ZERON, C. **Linha de fé: a Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI e XVII)**. São Paulo: Edusp, 2011.

¹⁷³ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos. Os princípios da Legislação indigenista do período colonial. In: CUNHA, M. C. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

¹⁷⁴ Cf. PARAÍSO, M. H. B. De como se obter mão de obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. **Revista de História**, [S. l.], n. 129-131, p. 179-208, 1994. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18728>. Acesso em: 2 fev. 2022.

produção econômica e para a administração colonial. A necessidade de defesa e povoamento do território foi crucial para se pensar em formas de integração dos indígenas às povoações controladas pelos portugueses. Nesse sentido, as linhas gerais da política indigenista da Coroa portuguesa já estavam esboçadas no regimento do primeiro Governador-geral, Thomé de Sousa.¹⁷⁵

A análise do regimento de Thomé de Sousa como princípio de referência às políticas indigenistas da Coroa portuguesa pôde revelar a necessidade de atenção aos contextos como determinantes de práticas que fugiram a um esquema frio das leis. Foi necessário entender a importância da inclusão de diversas formas de recrutamento do trabalho indígena que foram postas em prática por força das pressões de determinados contextos e interesses dos sujeitos inseridos em experiências específicas. Logo, a compreensão que atribuiu um sentido geral influenciou em uma abordagem que propôs a coerência ampla da legislação e excluiu exceções. Além de não dar conta de experiências que fugiram à regra, a leitura diacrônica baseada nas leis enquadrando os processos entre escravidão e liberdade influenciou o apagamento de outras formas de exploração de trabalho de indivíduos ou grupos considerados livres embora não tenham outra alternativa à submissão ao trabalho nas povoações portuguesas e aldeamentos administrados por religiosos.¹⁷⁶

O enquadramento entre a incompatibilidade da escravidão indígena ao sistema mercantil Atlântico ou, mais especificamente, ao sistema colonial e a ação dos sujeitos refletida na “letra da lei” foi o aporte teórico que permitiu o distanciamento da continuidade da escravidão indígena tendo como consequência a conclusão que postulava a sua substituição pela mão de obra escrava africana. Outrossim, a observação do trabalho indígena pautado na oposição entre escravidão e liberdade descartou situações de exploração de trabalho e aquisição de escravos fora destas duas modalidades como nos casos em que indígenas eram vendidos por outros indígenas (o resgate) e que não seriam necessariamente inimigos ou capturados em guerras justas. Desse modo, “a legislação era construída no cotidiano das relações e várias cartas régias, alvarás, bandos etc. se refer[iam] a situações que matiza[ra]m essa oposição”.¹⁷⁷

¹⁷⁵ Cf. PARAÍSO, M. H. B. Revoltas indígenas, a criação do Governo-geral e o regimento de 1548. **Clio – Revista de pesquisa histórica**. Recife: UFPE, nº 29.1, 2011. Disponível em: <https://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/165>. Acesso em: 2 fev. 2022.

¹⁷⁶ Por isso, consideramos a análise de Maria Hilda Paraíso muito precisa sobretudo por escolher recortar um período específico e articular o contexto às definições legais. Cf. PARAÍSO, M. H. B. Revoltas indígenas...Op. Cit. 2011.

¹⁷⁷ DIAS, Camila Loureiro. **Os índios, a Amazônia e os conceitos de escravidão e liberdade**. Estudos Avançados [online]. 2019, v. 33, n. 97 [acessado 20 de Dezembro 2021], pp. 235-252. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3397.013>>. Epub 2 Dez 2019. ISSN 1806-9592.

Assim, “o trabalho indígena foi empregado em diferentes contextos, tempos e espaços americanos, antes e durante a adoção da escravidão africana como principal motor da produção econômica”.¹⁷⁸ As diversas formas de aquisição de mão de obra indígena foram reproduzidas e alguns mecanismos se sobrepuseram a outras em função das necessidades locais. As principais modalidades de recrutamento, de acordo com Dias, foram as seguintes:

Os chamados *descimentos* previam o deslocamento de aldeias indígenas inteiras, de suas regiões de origem para as áreas próximas às vilas e lugares portugueses: o procedimento consistia em se dirigir a uma comunidade no interior do território e negociar um contrato com as autoridades indígenas que implicava a aceitação da fé católica e suprimento de trabalho. Os índios eram então assentados nos denominados *aldeamentos*, e trabalhariam parte de seu tempo para sua manutenção, outra parte para o serviço alugado a moradores, missionários ou a obras públicas, mediante um salário, estipulado por lei e administrado pelos religiosos e chefes nativos. Os *resgates* consistiam na compra, pelas tropas portuguesas, de prisioneiros indígenas aos próprios índios em troca de mercadorias. Esses prisioneiros eram, sobretudo, fruto de conflitos interétnicos. Por fim, tropas de guerra também traziam novos trabalhadores capturando prisioneiros em ocasiões de *guerras justas*, isto é, aquelas antecedidas por uma injustiça prévia (ataques realizados ou iminentes, comandados por autoridades indígenas).¹⁷⁹

Paralelamente às modalidades de recrutamento de mão de obra indígena amparados pela lei descritos acima, houve, de forma intensa e contínua, os chamados apresamentos que consistiam em ataques diretos a aldeias matando muitos indivíduos e capturando os sobreviventes. Tudo isso, em determinados contextos, alvo de pressões para a flexibilização das leis e ampliação da aquisição de mão de obra.

Embora a persistência de questões teóricas, metodológicas e empíricas ainda exija muito esforço para uma análise mais precisa e justa da condição dos indígenas no processo de colonização, sobretudo, do trabalho (se livre ou escravo), foi impossível negar a exploração contínua da mão de obra indígena no período colonial. Para o nosso objeto, a estratégia para pôr em relevo a contínua e decisiva atividade do trabalho indígena em qualquer avanço da colonização em regiões periféricas e de fronteira foi a valorização dos dados empíricos, a atenção aos contextos e a confrontação com a legislação vigente. Somente assim foi possível contemplar distensões entre a oposição escravidão versus liberdade, legislação e realidade de exploração compulsória do trabalho indígena.

¹⁷⁸ *Idem.*

¹⁷⁹ *Ibidem.*

3.2 - Apesar da lei, os descimentos: a manutenção de uma prática que manteve a capitania.

Capistrano de Abreu pontuou a fórmula enganosa utilizada pelos portugueses para atrair os indígenas do sertão com a promessa de serem seus vizinhos e usufruírem dos direitos, sendo repartidos quando chegavam e vendidos como escravos. Ademais, Capistrano recorreu ao relato de Pero de Magalhães Gândavo sobre o recurso dos colonos a mão de obra escrava indígena como prática comum àquela sociedade. Segundo Gândavo, “a primeira coisa que pretende[ra]m adquirir são escravos, para neles lhes fazerem suas fazendas”.¹⁸⁰ A seguir, o cronista ressaltou que “se uma pessoa chega na terra a alcançar dois pares, ou meia dúzia deles (ainda que outra coisa não tenha de seu) logo tem remédio para sustentar sua família: porque um lhe pesca, e outro lhe caça, os outros lhe cultivam e granjeiam suas roças”. Assim, tratando-se de escravos indígenas, foi possível descortinar a continuidade de seu amplo uso, apesar da lei.¹⁸¹

Como principal dispositivo legal acessado pelos colonos, a Guerra Justa, relacionada a escravidão, fora posta em evidência desde o início do fluxo de africanos (ainda que poucos comparado aos números posteriores à metade do século XVI) para os portos de Lisboa e, aprovada pelo Papa, atuou de forma a regulamentar a aquisição e comércio de escravos não somente para o tráfico transatlântico, mas também para a escravização de indígenas no Brasil. De fato, tomando emprestado o argumento de Alida Metcalf, a lei de 1570 não cumpriu com a expectativa de redução drástica da escravização de indígenas, pois, “embora a lei presumisse a liberdade dos índios ela permitia a escravidão dos índios após uma guerra justa”. Além disso, “a lei concedeu aos colonos o direito de continuar a fazer cativos certos grupos de indígenas”.¹⁸²

Para alguns governadores e oficiais a Guerra Justa foi um meio de obter reconhecimento pelo serviço materializado não somente em títulos, mas em terras e outros benefícios. Luís de Brito, por exemplo, recebeu como uma das formas de recompensa a concessão de doze léguas de terra em sesmaria na Capitania da Bahia “ao longo da costa dela, onde a ele Luiz de Brito nomear e declarar que as quer [...] não sendo terras de que tenha feito mercê a outra alguma pessoa”.¹⁸³ No contexto da entrada da União Ibérica, o

¹⁸⁰ ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: M Orosco & C. (impressores), 1907, pp. 53-54.

¹⁸¹ GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da terra do Brasil**. Brasília: Edições do Senado Federal, vol. 100.

¹⁸² METCALF, Alida. The entradas of Bahia of the sixteenth century. *Américas*, 61 n°3 (jan. 2005), p. 380.

¹⁸³ REGISTRO da carta de sesmaria de doze léguas de terra de Luis de Brito. Governador que foi destas partes. In: ACCIOLI, Inácio Cerqueira e AMARAL, Braz do. **Memórias históricas e políticas da Bahia**. Salvador: Imprensa Nacional, vol. 1, p. 411.

Governador Diogo Botelho foi acusado de atuar em favor da escravidão indígena em diversas ocasiões e lugares da colônia no período em que esteve à frente do Governo-geral. A atuação do governador consistiu, segundo as informações das fontes, em “permitir” ou estimular a venda de indígenas descidos após ações de conquista territorial ou Guerra Justa. Em alguns casos, o governador foi acusado de condenar os indígenas como cativos e os enviar a Capitania da Bahia para “pôr no engenho do capitão de sua guarda não ouvindo o procurador dos índios”.¹⁸⁴ Os fatos teriam ocorrido no Maranhão, Ilhéus, Bahia, Espírito Santo e São Vicente. Em carta de 1608, o monarca reforçou o pedido de respeito ao direito de liberdade mencionando as graves culpas que pesavam contra Diogo Botelho naquela matéria.¹⁸⁵

Na Capitania de Porto Seguro as entradas também foram muitas e a principal justificativa para a sua autorização esteve relacionada a tentativa de estabelecimento de atividade mineradora após a possível descoberta de minas de ouro, prata ou pedras preciosas. Possivelmente, o elemento chave para o número elevado de entradas a partir dos diversos rios da capitania seria a do mito que atribuía a existência de uma serra resplandecente de ouro e pedras preciosas nos sertões daquele território.¹⁸⁶

Antes da publicação da lei de 1570 há registros documentais de entradas desde a década de 1550. Decerto, a que gerou maior repercussão foi a expedição realizada pelo padre Navarro em que foi acompanhado de Francisco Bruza de Espinoza. Partindo da Capitania de Porto Seguro em 1553, a expedição percorreu um vasto território e alcançou o São Francisco. Outro personagem importante e que influenciou muito a propagação da suposta existência de ouro e pedras preciosas foi Felipe Guilhem, um boticário espanhol condecorado com o hábito da ordem de Cristo por um suposto instrumento de navegação que teria oferecido ao rei de Portugal. Guilhem, veio ao Brasil por volta do ano de 1538 e permaneceu por mais de uma década na Capitania dos Ilhéus sendo convocado por Tomé de Sousa em 1550. Seguindo notícias de entradas em busca de ouro, foi à Capitania de Porto Seguro e após a sua chegada, em função do suposto conhecimento que detinha de mineralogia, bem como do roteiro das expedições, fora convocado por Tomé de Sousa

¹⁸⁴ INFORMAÇÃO dos cativeiros que governando Diogo Botelho este Estado do Brasil se fazem contra muitas cartas, alvarás e lei impressa de V. Mgde. feita em novembro de 605. Biblioteca da Ajuda, códice 51-VII-15, fol. 160-161.

¹⁸⁵ SOBRE a liberdade dos índios do Brasil. Fosse no Regimento o que diz esta carta. Biblioteca da Ajuda. Códice fol. 169.

¹⁸⁶ Sérgio Buarque de Holanda, ao trabalhar as construções ideais e imaginárias do processo de conquista da América portuguesa analisou as entradas partindo da Capitania de Porto Seguro associando-as ao mito da serra resplandecente ou Sabarabussú entendida sua localização sobretudo por estar a capitania na mesma direção das minas de Potosí. Todavia, concluiu que o resultado das entradas foi a captura de índios que foram trazidos para o litoral como escravos. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso: os motivos edênicos do descobrimento do Brasil.**

para explorar os sertões da capitania e checar a possibilidade de existência de minas e desenvolvimento da atividade mineradora, não conseguindo, segundo alegou, por questões de saúde.¹⁸⁷

Personagem envolvido em diversas polêmicas (seria cristão-novo e acusado de práticas judaizantes), Guilhem assumiu cargos na administração colonial e foi provedor da fazenda da Capitania de Porto Seguro.¹⁸⁸ Todavia, continuou a buscar apoio da Coroa para continuar as entradas à caça de minerais. É provável que após noticiar a suposta presença de artigos de ouro entre os indígenas do sertão influenciara a entrada do padre Navarro com Espinoza. Contudo, o mais importante documento escrito por Felipe Guilhem foi uma carta datada de 1561 em que noticiou o avanço na conquista dos indígenas e o suposto estabelecimento da paz nas capitanias do Espírito Santo, Ilhéus e Porto Seguro após a ação de Mem de Sá. No mesmo documento, deu conta da entrada dos homens de Sá em direção ao Rio São Francisco e o desbaratamento da entrada de Vasco Rodrigues Caldas a sessenta léguas do Rio Paraguaçu empreendida pelos Tupinaês. Ainda não satisfeito, o então provedor da fazenda de Porto Seguro tentou convencer a rainha a financiar outra entrada, porém, com mais investimento e gente “que por força de armas passem e cheguem onde for necessário” sugerindo o número de “mil e quinhentos e dois mil negros que bem se podem achar entre o gentio da Bahia”.¹⁸⁹

Na mesma carta, Felipe Guilhem relatou contatos belicosos com os Aimorés descrevendo-os com as mesmas características descritivas utilizadas pelos jesuítas poucos anos antes como gente que estavam “a um lugar e outro dia em outro” que sustentavam-se de caça e fruta, “contra todas as outras gerações como salteadores de caminhos” e que tinham acometido a Capitania de Porto Seguro matando “muitos homens, mulheres e escravos”. Diante do fato, Guilhem informou que os moradores, com medo, sentiam vontade de a despovoar. Mais adiante, o autor da carta sugeriu medidas para solucionar

¹⁸⁷ CARTA de Filipe Guilhem dando parte ao rei que, indo a Porto Seguro para descobrir minas, descobrira além de um grande rio, uma Serra amarela que resplandecia como o sol. Instituto Nacional dos Arquivos da Torre do Tombo – IANTT. Corpo Cronológico, Parte I, mç. 84, nº 109. Disponível em: [Carta de Filipe Guilhem dando parte ao rei que, indo a Porto Seguro para descobrir algumas minas, descobrira além de um grande rio, uma serra amarela que resplandecia como o sol. - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq \(arquivos.pt\)](#). Data do acesso: 24/04/2023.

¹⁸⁸ O provedor da fazenda era um cargo que gerenciava os assuntos da Fazenda Real nas capitanias. Era subordinado ao provedor-mor que era nomeado pelo Rei e residia na Bahia. Dentre algumas funções estava a de tirar devassas, registrar as transações alfandegárias no livro da fazenda, realizar balanços, entre outros. Cf. SALGADO, Graça. **Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 156.

¹⁸⁹ PARTE da carta de Felliipe Guilhem à rainha, datada de Porto Seguro aos 12 de março de 1561. Revista do Archivo Público Mineiro. p. 332. Ver também VARNHAGEN, Francisco Adolpho. **História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal**. Rio de Janeiro: Em casa de H. Laemmert, Tomo 1, p. 291-293 e EDELWEISS, Frederico G. **Felipe Guilem, um espanhol que não voltou a sua terra**. Revista de História da Ufba, p. 47-60.

os principais problemas da capitania que eram o medo e a pobreza. A principal medida sugerida seria trazer Tupiniquins para que “habitem e morem ante nós [...] para que sejam escudo de nossa defesa” e outros muros “com o qual esta capitania estará segura e os moradores dela sem receio de evidente perigo”.¹⁹⁰ É possível que após tomar conhecimento dos acontecimentos relatados na carta o Governador tenha enviado Braz Fragoso, que segundo Varnhagen, a “presença muito valeu a pôr também em ordem, entre os moradores, os negócios da justiça”.¹⁹¹

Ainda que a proposta de Guilhem tenha apontado uma medida muito utilizada como estratégia de defesa e povoamento notada e conhecida pela historiografia dedicada a temática, integrada aos demais documentos, tornou-se importante para expor dois pontos relevantes a esta leitura da experiência histórica da capitania. A primeira delas foi demonstrar que a definição reduzida e os problemas de desenvolvimento econômico e populacional eram múltiplos, todavia, se agravaram com a extensão da escravidão indígena e os consequentes conflitos entre indígenas, colonos, missionários e administradores. Ao que as fontes indicaram, a situação de tensão e reconfiguração das atividades econômicas e da produção, constituindo-se de uma única vila, pouquíssima produção de açúcar e recurso a atividade extrativista foi tecida nas primeiras décadas envolvendo sobretudo grupos Tupi aldeados e escravizados ou atingidos pelas doenças infectocontagiosas. Destarte, pareceu justo reconfigurar o grau de importância que se construiu em torno dos conflitos com os Aimorés. Na maioria dos escritos a análise pôs como elemento central um determinado grupo indígena como motor de destruição e impedimento para o desenvolvimento do território em tela sem levar em consideração a complexidade de elementos que se complementaram para a definição do seu perfil. O outro ponto importante em evidência foi a relação entre carência de mão de obra, necessidade de convencimento para autorização de Guerra Justa, mobilização de recursos da Coroa e aquisição de mercês por colonos e funcionários da administração colonial.

De forma mais clara, o processo de implantação da colônia, assentada na exploração do trabalho escravo indígena e economia de produção agrária voltada para a exportação encontrou forte limitação para o seu desenvolvimento desde o início. Logo, a retração no avanço da colonização do território iniciou-se desde o final da década de 1550

¹⁹⁰ CARTA de Felipe Guilhem dando conta à Rainha que o governador Mem de Sá, depois de vencer e desbaratar os franceses que foram ao Rio de Janeiro sossegar o gentio do Porto Seguro e restaurar a Capitania dos Ilhéus, passara com cem homens e alguns negros ao sertão para descobrir ouro. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cota atual: corpo cronológico, parte I, mç. 104, nº 83.

¹⁹¹ VARNHAGEN, F. A. **História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal**. Rio de Janeiro: Em casa de E. H. Laemmert, 1877. p. 293.

e pôde ser demonstrado, dentre outros fatos, pelo recuo da missão no sítio em torno da antiga Vila de Santo Amaro e a reconfiguração do assentamento jesuítico na Vila de Porto Seguro após a fundação da ermida de São Pedro. Todo este processo foi movido por revoltas entre os indígenas aldeados, os que habitavam em suas aldeias no entorno das povoações portuguesas, dos conflitos entre colonos e donatários e das epidemias.

Retomando a descrição das entradas, o clássico trabalho de Francisco Borges de Barros sobre bandeiras baianas deu o mesmo crédito a Capitania de Porto Seguro como ponto importante das primeiras incursões aos sertões tendo como principal elemento motivador a busca por minerais. Para Barros, as entradas no território do atual Extremo Sul do Estado da Bahia partiram “pelos rios do Sul, lideradas pelos Tourinho, Francisco Bruza de Espinosa, Lucas da França, Domingos Homem d’El-Rey e Domingos Gonçalves do Prado, em busca de ouro e pedras preciosas, “levando a linha de penetração até Minas Gerais”.¹⁹²

¹⁹² É importante salientar que no contexto apontado pelo autor o Estado de Minas Gerais ainda não existia. Assim, a referência é ao território correspondente ao que viria a se tornar o Estado de Minas Gerais. Assim, a referência mais precisa seria “as minas das possessões espanholas”. Barros, Francisco Borges de Barros. **Bandeirantes e sertanistas baianos**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1920.

Tabela 1: Entradas partindo da Capitania de Porto Seguro – Século XVI

ANO	NOME	REGIÃO
1550	Felippe Guilhem	Sertões da Capitania de Porto Seguro
1553	Francisco Bruzza de Espinosa e Aspilcueta Navarro	Rios Buranhém, Jequitinhonha,
1570	Martim Carvalho	Desconhecido
1572- 1573	Sebastião Fernandes Tourinho	Rio Doce
1574	Antônio Dias Adorno	Rio Grande (Jequitinhonha)
1576	Diogo Martins Cão	Seguiu o Roteiro de Tourinho e Adorno
1577	Marcos Azevedo Coutinho	Seguiu os antecessores em busca das pedras verdes

Fonte: BARROS (1920)

Malgrado os resultados, a continuidade das entradas não cessou de partir da capitania, ao menos até o final do século XVII, mesmo que sob outras justificativas. De fato, mesmo que restasse alguma esperança entre os sertanistas, o que se apresentou de mais urgente foi a recomposição dos aldeamentos jesuíticos e particulares para garantir a continuidade da exploração de recursos naturais, produção de víveres, manutenção do trabalho de conversão e expansão da fé católica. Assim, a necessidade e prática de escravização complementou-se ao imperativo da defesa e manutenção da ocupação do território. Segundo testemunho do mesmo Felipe Guilhem,¹⁹³ a alternativa para tanto foi a captura e deslocamento de Tupiniquins para povoar e defender o território.

Frustrado o objetivo de exploração de minerais preciosos, as expedições se multiplicaram após a década de 1570. A reunião de fragmentos factuais levando o marco legal como referência à teia dos acontecimentos pareceu imprimir imagem geral formada por aspectos delineados pela condição de redução geral da população indígena, fonte de mão de obra escrava e livre, povoadora e defensora, somadas à necessidade de rearticulação da produção econômica carente de alternativa à produção açucareira e ao já

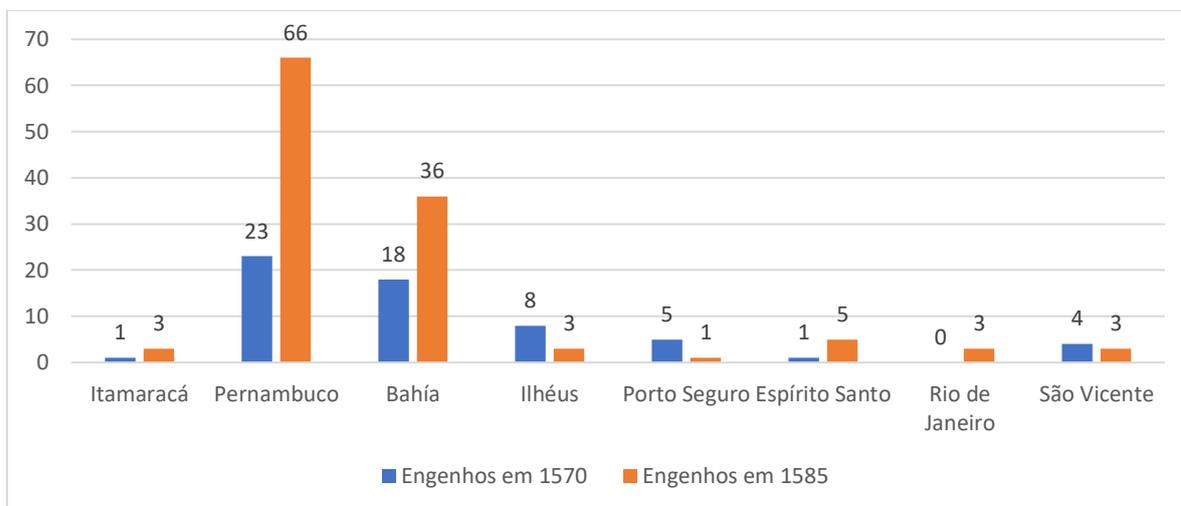
¹⁹³ CARTA de Felipe Guilhem dando conta à Rainha que o governador Mem de Sá, depois de vencer e desbaratar os franceses que foram ao Rio de Janeiro sossegar o gentio do Porto Seguro e restaurar a Capitania dos Ilhéus, passara com cem homens e alguns negros ao sertão para descobrir ouro. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cota atual: corpo cronológico, parte I, mç. 104, nº 83.

intensamente explorado extrativismo de pau-brasil. Ademais, em horizonte mais alargado, a influência da expansão territorial e da indústria de maior impacto comercial no Atlântico Sul, representada pelo mercado do açúcar, mobilizou o interesse dos grupos ligados a atividade sertanista em um mercado, ainda que periférico e menos lucrativo de escravos, para a Bahia.

Os resultados deste complicado movimento foram apresentados pelos dados de crescimento da Bahia em população e número de engenhos para o último quartel do século XVI e, em contraste, a redução na quantidade de engenhos e decréscimo populacional para as capitanias vizinhas como Ilhéus e Porto Seguro.

Gráfico 1

Número de engenhos nas principais capitâneas do Brasil colonial (1570 – 1585)



Fonte: Adaptação de: **Cuadro 1. Brasil colonial: Población blanca e Ingenios, 1570 y c.1585.** In: JOHNSON, H. B. *La colonización portuguesa del Brasil, 1500 – 1580.* In: BETHELL, Leslie (editor). *Historia de America Latina - Vol 1 - América Latina Colonial: La America Precolombina y La conquista.* Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 227.¹⁹⁴

Normalmente atribuiu-se o contexto da Capitania da Bahia e seu Recôncavo ao sucesso das ações de conquista dos indígenas e a consequente liberação de terras e mão de obra para a produção açucareira.¹⁹⁵ Todavia, a comparação pode ser um pouco distorcida por se tratar de uma capitania da Coroa, centro da administração colonial portuguesa e, portanto, dotada de maior investimento e disposição de tropas, funcionários, infraestrutura portuária e circulação de capital mais significativa.¹⁹⁶

É bem provável que o resultado dos descimentos ocasionados pelas entradas aos sertões das capitâneas de Ilhéus e Porto Seguro puderam ser deslocados para a Bahia e atendido a maior demanda por escravos no Recôncavo. Capistrano de Abreu, sugeriu que entre a década de 1570 e o ano de 1583 foram descidos cerca de 40.000 indígenas na Bahia. Segundo ele:

Há seis anos que um homem honrado desta cidade e de boa consciência e oficial da câmara que então era, disse que eram descidos do sertão de Arabó naqueles dois anos atrás 20.000 almas por conta, e estes todos vieram para a

¹⁹⁴ Apud. SANTOS, Uíá FD. *Negociação e conflito na administração do pau-brasil: a Capitania de Porto Seguro (1605-1650).* Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em História. Salvador: 2015, p.

¹⁹⁵ Cf. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp. 68-73.

¹⁹⁶ Ver a análise de CARRARA, Ângelo Alves. *Fiscalidade e estruturas agrárias: Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, séculos XVI-XVIII.* In: Marcelo Henrique Dias e Ângelo Alves Carrara (orgs.). *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau.* Ilhéus: Editus, 2016, pp. 15-46.

fazenda dos portugueses. Estas 20.000 com as 40.000 das igrejas fazem 60.000. De seis anos a esta parte sempre os portugueses desceram gente para suas fazendas, quem trazia 2.000 almas, quem 3.000, outros mais, outros menos. Veja-se de dois anos a esta parte o que isto podia somar, se chegam ou passam de 80.000 almas.¹⁹⁷

Ainda que se considere os números de Capistrano exagerados, a somatória de entradas e Guerras Justas entre as Capitânicas da Bahia e o Norte da Capitania do Espírito Santo promoveram o descimento de milhares de indígenas.

Alida Metcalf destacou a importante atuação dos mamelucos nas expedições de apresamento de indígenas. Baseada nos processos da inquisição resultantes da primeira visitação do Santo Ofício à Bahia, a historiadora norte americana, identificou nos depoimentos dos mamelucos “que as entradas eram comuns e que escravizar indígenas era seu objetivo”. Ela também identificou 24 entradas entre a década de 1570 e o ano de 1592 partindo ou chegando de uma vasta região entre a Chapada do Araripe (em Pernambuco) e a Capitania de Porto Seguro. A autora destacou o depoimento do mameluco Francisco Pires¹⁹⁸ nascido em Porto Seguro, que afirmou ter saído por volta do ano de 1587 de Pernambuco até o sertão de Araripe “para resgatar e comprar escravos índios”. Ademais, pontuou que os números não representavam a totalidade das entradas, mas evidenciavam que “as entradas regularmente saíam de Salvador para os sertões, descendo os índios como escravos”.¹⁹⁹

Na Bahia, os personagens com atuação de maior destaque foram Álvaro Rodrigues (nascido na Bahia, morador de Paraguaçu e neto de Diogo Álvares Correia) e Domingos Fernandes Nobre (nascido em Pernambuco, filho de pai português e mãe indígena) tendo

¹⁹⁷ ABREU, Capistrano. **Capítulos de História Colonial**. Rio de Janeiro: M Orosco & C. (impressores), 1907.

p. 53.

¹⁹⁸ O processo de Francisco Pires é de muita importância para a temática pela riqueza de informações. Nascido em Porto Seguro, o mameluco atuou por diversas regiões entre a Bahia e Pernambuco sendo processado por seu envolvimento com a Santidade quando esteve no Sertão de Orobó. O processo de Francisco Pires pode ser consultado online. Cf. **PROCESSO** de Francisco Pires. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 17809. Disponível em: [Processo de Francisco Pires - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq \(arquivos.pt\)](#). Data do acesso: 24/04/2023. No mesmo contexto, há outros processos de mamelucos, naturais da Capitania de Porto Seguro, que sugerem a migração dessa população para as áreas açucareiras da Capitania da Bahia e seu Recôncavo. Ver também: **PROCESSO** de Lázaro Aranha. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 12927. Disponível em: [Processo de Lázaro Aranha - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq \(arquivos.pt\)](#). Data do acesso: 24/04/2023; **PROCESSO** de Maria Álvares. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 10754. Disponível em: [Processo de Maria Álvares - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq \(arquivos.pt\)](#). Data do acesso: 24/04/2023. Para uma Análise da atuação dos mamelucos que destaca a relação da religião com processos de atuação política e ressignificação de identidades, ver SANTOS, Jamille Macedo Oliveira. **Ecos de liberdade: profetismo indígena e protagonismo Tupinambá na Bahia quinhentista**. Salvador: EDUFBA, 2019, pp. 199-264.

¹⁹⁹ METCALF, Alida. The entradas of Bahia of the sixteenth century. **Américas**, v. 61 n. 3, jan. 2005. p. 386.

liderado uma série de expedições aos sertões da Bahia, Ilhéus e Porto Seguro. Álvaro Rodrigues, acompanhado de Antônio Dias Adorno, partiu de Porto Seguro rumo ao sertão em busca de ouro e pedras preciosas em 1572 tendo levado cerca de 400 indígenas e subiu o rio das Caravelas.

Ademais, os dados da Bahia apontam para crescimento do número de engenhos em até três vezes entre os anos de 1570 e meados de 1590. Os dados demográficos, por sua vez, também acompanharam o crescimento dos engenhos podendo se considerar índices entre cinquenta por cento ou pouco mais que isso no número de habitantes da Capitania da Bahia.

Não obstante, os números para a Capitania de Porto Seguro progrediram inversamente ao da Bahia, podendo se considerar a redução em mais de setenta por cento do número de engenhos e em até quarenta por cento o número de habitantes.²⁰⁰ Segundo José de Anchieta haveria na Bahia, no mesmo período, três mil escravos de Guiné e cerca de oito mil indígenas cristãos da terra entre escravos e livres para os serviços em engenhos e fazendas. Para Porto Seguro, o jesuíta considerou o número de cinquenta vizinhos (colonos) nas duas vilas (Porto Seguro e Santa Cruz), indicando a existência de outra povoação portuguesa a distância de cerca de 50 léguas ao Sul havendo duas aldeias a cargo da Companhia de Jesus, “umas cinco léguas da vila para o Sul, outras quatro para o Norte”.²⁰¹

Sobre Porto Seguro, Anchieta assinalou a situação dos padres da Companhia de Jesus e o convívio com os colonos em condição não muito favorável pois percebeu que os missionários não eram “muito bem recebidos na terra por causa dos capitães e outros homens que não nos são muito benévolos”.²⁰² Na verdade, o depoimento do inaciano revelou um ponto determinante que envolveu os indígenas no período colonial determinado pelo conflitante uso da mão de obra indígena. Alimentada pela forte demanda nos engenhos da Bahia e nas outras atividades econômicas em curso na colônia, o acirramento dos conflitos no final do século XVI chegou a níveis críticos em algumas capitanias e desafetos não só com colonos, mas também com autoridades régias.

Alida Metcalf destacou a experiência do visitador Cristovão de Gouveia que após chegar a Salvador em 1582 e percorrer outras capitanias encontrou cenário de grande

²⁰⁰ Ver Schwartz e JOHNSON, H. B. La colonización portuguesa del Brasil, 1500 – 1580. In: BETHELL, Leslie (editor). **História de America Latina – Vol 1 – América Latina Colonial**: La America Precolombina y La conquista. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 217.

²⁰¹ ANCHIETA, José. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J.** (1554-1594). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, pp. 417-418.

²⁰² Idem.

aversão aos padres da Companhia de Jesus. Em muitas regiões os padres, por sua vez, recusavam-se a ouvir as confissões de colonos por estes não abrirem mão da escravidão indígena. O destaque para o contexto certamente fora o caso da Capitania de Porto Seguro onde os colonos e a Câmara se posicionaram contra a atuação dos jesuítas e a favor da escravidão. Baseada nos relatos de Gouveia, a historiadora ponderou que as razões para a hostilidade aos jesuítas eram as seguintes: “em primeiro lugar, havia a posição dura que os jesuítas haviam adotado em relação à escravidão indígena e, em segundo lugar, o fato de os jesuítas abrigarem escravos índios fugitivos nas aldeias, alienando assim os colonos da sociedade”.²⁰³

Foi nesse interim que ocorreu o conflito direto entre o capitão-mor Gaspar Curado e o provincial Marçal Beliarte em Porto Seguro. Denunciado à inquisição, o capitão-mor foi levado a Bahia preso e em seu retorno conseguiu adesão dos colonos para pressionar os missionários a se retirarem da capitania. Segundo Francisco Cancela, Gaspar Curado “intensificou as medidas que limitavam o acesso dos padres às aldeias indígenas, tornando a presença da Companhia de Jesus em Porto Seguro insustentável, cuja retirada [dos jesuítas] foi oficializada em 1602”.²⁰⁴

A saída dos inicianos da capitania abriu espaço para a radicalização da escravidão posta a cabo por colonos e facilitada pela ausência dos principais concorrentes à administração direta. No decorrer das primeiras duas décadas do século XVII as aldeias foram administradas por capitães indicados pela Câmara. Por todo este período os jesuítas se mobilizaram valendo-se de sua influência junto à Coroa produzindo petições e escrevendo cartas de denúncia dos maus tratos aos indígenas. Segundo os padres, a má administração tinha como consequência o fracasso do avanço da colonização nas capitanias.

Após ressaltar que “o Brasil [era] dos Estados que V. Magestade [tinha] de muita estima, e entre os de suas conquistas de muito grande proveito”, o documento de informação sobre o Brasil, direcionado a Felipe II, descreveu os indígenas como povo de natureza brava e rude que vivia nos matos sem nenhuma atividade comercial nem eram “de muito trabalho e de menos indústria e deixando-se levar da melancolia facilmente morr[ia]”. Para além de uma descrição de caráter informativo o manuscrito peticionou a proibição dos descimentos praticada por particulares, restringindo a autorização da

²⁰³ METCALF, Alida. The entradas of Bahia of the sixteenth century. *Américas*, v. 61 n. 3, jan. 2005. p. 396.

²⁰⁴ CANCELA, Francisco. **De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808)**. Tese. (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. p. 70.

prática somente aos Padres da Companhia de Jesus e estendendo-lhes a exclusividade para a administração das aldeias de indígenas. Os argumentos foram baseados na afirmação de que no tempo do primeiro governador (Tomé de Sousa) os aldeamentos eram muitos, mas que já estavam quase extintos ainda que fossem extremamente necessários para “conservar o Brasil”. As causas apontadas foram as seguintes:

Tanto parte foram doenças gravíssimas, e gerais que neles deram, mas principalmente foram grandes agravos, injustiças, crueldades, castigos, e tristeza que recebe[ra]m de se verem cativos e ferrados sendo livres e o sentimento que [tinham] de os apartarem das mulheres, filhos e parentes, e dos lugares em que nasce[ram], e por todos estes respeitos de pura melancolia se consum[iam] e acaba[va]m.²⁰⁵

A informação sugeriu a necessidade de punição aos culpados pela violência indicando que os que fossem buscar indígenas no mato os tratassem com bons modos possibilitando que eles vivessem “entre os portugueses Vassallos de V. Mgde., juntos em suas aldeias, tomando terras que cultivem e em que granjeiem suas vidas, e nelas sejam cultivados na fé, batizados deixando seus ritos e se domesticando”. A seguir, a proposta defendida foi a que os indígenas não fossem descidos por quem os fosse cativar, como era mais comum em função da perda de muitos indígenas e ofereceu os exemplos a seguir:

Em São Vicente as aldeias dos índios, e numerosa escravaria de Jerônimo Leitão Batista Mateo, Joseph Adorno, e outras semelhantes, estão acabadas. No Rio de Janeiro as aldeias de Manoel de Brito, Salvador Correia de Sá, Thomé de Alvarenga, e outros semelhantes já não tem índios. No Espírito Santo as aldeias de Francisco Coutinho, Belchior de Azevedo, e os dois seus sobrinhos Azevedos, e outros três está consumido e escassamente os moradores tem quem os sirva em casa. Na Bahia, as aldeias de Sebastião da Ponte, Diogo Correia de Sande, Gabriel Soares, Fernão Cabral, Antônio Ferraz, João Batista, e Cristovam de Barros já nem tem nada, e o mesmo é em Pernambuco, com quantas entradas se tem feito ao sertão. A razão é porque se servem deles como de escravos, e trataram tão mal que morrem de melancolia, e nem querem baixar dos matos, e os trazidos se tornam a eles escandalizados do que lhes fazem, e a quem os vai buscar dizem que os enganam, e assim não querem vir-se dos matos.²⁰⁶

O trecho do documento expôs a reprovação da administração particular baseada na experiência de diversas capitanias destacando os principais senhores do período de forma retrospectiva com objetivo de demonstrar as consequências da exploração direta da mão de obra indígena pelos colonos. Ademais, em contrapartida, evidenciou também

²⁰⁵ INFORMAÇÃO sobre cousas do Brasil. Real Academia de História. Colección Jesuitica. Tomo CLXXXV, fol. 11.

²⁰⁶ INFORMAÇÃO sobre cousas do Brasil. Real Academia de História. Colección Jesuitica. Tomo CLXXXV fol. 11.

a continuidade da exploração da escravidão indígena e o seu uso em diversas atividades desde as de produção em larga escala para a exportação até no serviço doméstico.

A segunda modalidade de administração apontada no documento seria com “aldeias públicas de V. Mgde. com seus capitães. Deste modo procederam em São Vicente, em Itanhaem, em Porto Seguro, nos Ilhéus, e por algum tempo na Bahia”. Nesta configuração os problemas seriam gerados pela quebra de confiança dos indígenas nos capitães decorrente da prática de captura de filhos e filhas dos aldeados e dos muitos agravos somados a incapacidade de os “doutrinar nem conservar nas coisas de nossa santa fé e viv[er] como gentio, de maneira que neste modo, perde-se o temporal e não se ganha o espiritual”.²⁰⁷

Tratando-se de uma defesa da atuação dos inacianos, a terceira forma, e a mais ideal, seria “debaixo da proteção dos Padres da Companhia como hoje se faz em muitas partes do Brasil por mandado dos governadores passados”.²⁰⁸ A justificativa religiosa, preocupada com a missão de converter “gentios”, trazia também uma orientação prática e baseada na rotina no interior dos aldeamentos que proporcionava exposição aos valores dos religiosos e adequação aos serviços.

O contexto de recrudescimento das entradas e ofensiva dos colonos para a escravização através da administração direta dos indígenas, também moveu, por outro lado, debate sobre a universalização da liberdade indígena e consequente tutela dos autóctones pelos missionários. Uma série de consultas e determinações sobre as práticas do governador Diogo Botelho, no início do século XVII, expôs a existência de reações tensas entre a autoridade régia e os jesuítas. A intensa disputa pela mão de obra indígena provocou a ameaça feita pelo governador de “embarcar para o Reino qualquer religioso que o desobedecesse ou se intrometesse na questão de fornecimento de índios para a guerra e obras públicas”, como bem assinalaram Lucia Xavier e Pablo Magalhães ao demonstrar a intensa utilização de indígenas flecheiros por falta de alternativa à ausência de um exército efetivo. Assim:

Sem esses contingentes qualquer projeto de defesa ou construção seriam inexecutáveis. Não há dúvida de que sob seu governo a movimentação de guerreiros indígenas pelo litoral das capitanias brasileiras foi intenso, especialmente no sentido norte-sul, retirando potiguares de Pernambuco e

²⁰⁷ INFORMAÇÃO sobre cousas do Brasil. Real Academia de Historia. Colección Jesuitica. Tomo CLXXXV fol. 11.

²⁰⁸ INFORMAÇÃO sobre cousas do Brasil. Real Academia de Historia. Colección Jesuitica. Tomo CLXXXV fol. 11.

Paraíba para combater os aimorés que resistiram ao processo de colonização nas capitanias de Ilhéus e Porto Seguro.²⁰⁹

Ainda que nessa conjuntura a Companhia de Jesus estivesse trabalhando para incrementar o número de escravos africanos à disposição para o trabalho nas atividades produtivas almejando assim a exclusividade na administração dos indígenas a ampla utilização do trabalho de diversos grupos indígenas para várias atividades de forma compulsória estava longe de cessar, como demonstrou a importância reservada ao problema em uma das poucas cartas de Diogo Botelho, datada de 1602.²¹⁰

Embora tenha tensionado com os jesuítas não abrindo mão do trabalho dos indígenas, o governador entendeu os riscos da prática de guerra para descimento de cativos ao escrever que Francisco de Sousa, capitão da Paraíba, pôs em risco a capitania e todo o Brasil por ter feito “guerra para cativar gentio contra o assento das pazes e Regimento de S. Magestade porque manda que nenhum capitão faça entrada nem a mande fazer ao sertão sem ordem e licença do governador”.²¹¹ O resultado da guerra foi o descimento de quatrocentos escravos que, segundo Botelho, foram postos em liberdade e preso o capitão-mor.

Após demonstração pública da ausência da autorização do monarca e do governador-geral o capitão-mor fora libertado e restituído ao seu posto na Paraíba. Na mesma carta, o representante do monarca propôs, como forma de melhor ordenar a participação dos indígenas na sociedade colonial, a administração em aldeias “com capitães como no Peru e padres para que os Religiosos lhe ensinem a doutrina e os capitães os façam fazer Roças e mantimentos” incluindo a reponsabilidade dos indígenas pagarem tributo revertido para o custeio de despesas dos padres e capitão de modo a encher “todo o sertão de aldeias de capitães e padres e descobrirão tudo o que nele houve[sse] de minas e mais coisas sem custo da fazenda de S. Magestade”.²¹²

²⁰⁹ FURQUIM WERNECK XAVIER, L., & A. IGLESIAS MAGAHÃES, P. El Estado de Brasil en los albores del siglo XVII. Uma carta inédita del gobernador-general Diogo Botelho (Olinda, 1602). In: **Revista De Estudios Brasileños**, v. 6, n. 1, p. 52. 2020.

²¹⁰ A ideia da articulação dos jesuítas para a transição do trabalho escravo indígena para o africano é assinalada por Luís Felipe Alencastro, todavia, apesar do significativo crescimento e até da possível inversão quantitativa do número de escravos africanos sobretudo nos engenhos a prática de descimentos e escravização por particulares esteve longe de ser finalizada. ALENCASTRO, L. F. de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 122-124.

²¹¹ FURQUIM WERNECK XAVIER, L., & A. IGLESIAS MAGAHÃES, P. El Estado de Brasil en los albores del siglo XVII. Uma carta inédita del gobernador-general Diogo Botelho (Olinda, 1602). In: *Revista De Estudios Brasileños*, v. 6, n. 1, p. 52. 2020. pp. 61-62.

²¹² FURQUIM WERNECK XAVIER, L., & A. IGLESIAS MAGAHÃES, P. El Estado de Brasil en los albores del siglo XVII. Uma carta inédita del gobernador-general Diogo Botelho (Olinda, 1602). In: *Revista De Estudios Brasileños*, v. 6, n. 1, p. 52. 2020. pp. 61-62.

No território que compreendia as capitanias da Bahia, Ilhéus e Porto Seguro, as ações de Diogo Botelho concentraram-se na conquista dos Aimorés que haviam praticado alguns ataques aos engenhos e povoações portuguesas. Resolvido os conflitos causados pelos ataques aos “gentios” na Paraíba o plano posto em prática pelo governador consistiu em deslocar “mil ou dois mil índios flecheiros casados de socorro a Bahia e aos Ilhéus contra os Aimorés” e elegeu como capitão Pedro de Hirvela, da Ilha de Itamaracá, “homem muito sisudo e conhecido de todo o gentio”. Segundo a missiva, os ataques já tinham causado a perda de dez engenhos na Capitania da Bahia “e pelos Ilhéus muitos e estão em risco de se perderem de todo se lhes não acudirem”.²¹³

Em resposta às informações da missiva, o monarca deliberou o pagamento de duzentos mil réis ao governador para que se dividisse com missionários nas aldeias e sobre a administração, como nas Índias de Castela, a determinação dependeria da avaliação do Regimento de lá. Ademais, sobre as ações contra os Aimorés, o rei afirmou que tanto o socorro como as pazes feitas tinha por decisão acertada, e “agradeço, assim o castigo que destes aos negros de Guiné alevantados e o socorro que mandastes a Capitania de Porto Seguro e devassas que mandastes tirar do alevantamento que os moradores fizeram contra seu capitão”.²¹⁴ O levantamento a que a carta se referiu fora a prisão do capitão Gaspar Curado em função do conflito com os jesuítas pela mão de obra indígena e confirma a postura do governador para com os missionários revelado pelo apoio real anunciado na carta. O evento culminou com a retirada dos missionários da capitania, como assinalado anteriormente.

Nesse mesmo contexto, há informações sobre denúncias de crimes praticados com a leniência do governador. A maioria dos casos relatados, ou os que mereceram atenção e detalhes, tratavam da continuidade da escravidão indígena derivada dos movimentos militares dos portugueses no período. A primeira denúncia alegou que os indígenas deslocados para combater os Aimorés, após servirem ao governador, foram divididos,

²¹³ FURQUIM WERNECK XAVIER, L., & A. IGLESIAS MAGAHÃES, P. El Estado de Brasil en los albores del siglo XVII. Uma carta inédita del gobernador-general Diogo Botelho (Olinda, 1602). In: *Revista De Estudios Brasileños*, v. 6, n. 1, 2020, pp. 61-62.

²¹⁴ CARTA de El-Rei ao governador do Brasil Diogo Botelho, aprovando a resolução e a cura das almas do gentio ser entregue aos religiosos da Companhia, repartindo por eles duzentos mil réis; enquanto ao pedido de se mandar ordenar o governo daquele gentio na forma que se usa nos índios de Castela, que só depois de ver o Regimento se tomará resolução; agradecendo o acerto das pazes com os Aimorés, e o socorro que mandou à Capitania de Porto Seguro, e devassas do levantamento que os moradores fizeram contra seu capitão. Tocante ao descobrimento das terras do Maranhão por Pedro Coelho de Sousa, se ficam vendo os papéis. Sobre a verificação das minas de S. Vicente, se faça verdadeira relação delas. As plantas das fortificações se ficam vendo. Pagamento da imposição dos vinhos para a fábrica da Sé da Bahia e Igreja Matriz de Pernambuco. Mandando que a alfândega de Pernambuco que está na Vila de Olinda passe para o Recife. LISBOA, 19 de maio de 1605. Biblioteca da Ajuda. Códice 51-V-48, f. 9-10-v.

repartidos entre pais e filhos e levados como escravos para os engenhos do Conde de Linhares no Recôncavo.

A negociação para o fim das agressões foi responsabilidade de Álvaro Rodrigues e dos jesuítas. Acordada a paz, os padres da Companhia quiseram levar “o principal dos Potiguares chamado Serobebê para suas terras ainda que o principal se tornou com a maior parte os mais foram impedidos e repartidos pelos portugueses”. Em Pernambuco, deram conta do envio de moças ao Reino “coisa que nunca se fez neste Estado que é princípio de se alevantarem como já se começam alevantar em Pernambuco com perda da liberdade dos índios [...] com perda de suas vidas porque morrem facilmente com os frios e melancolias”. Ao Sul, os carijós foram alvo dos moradores de São Vicente que no “porto de Dom Rodrigo que por outro nome se diz a laguna dos patos com que entra a cobiça nos próprios índios de maneira que se vendem uns aos outros injustamente”. Na ocasião, Diogo Botelho não tomara nenhuma medida contra a escravização dos indígenas e, inversamente ao que se esperava, “deu licença a certos mercadores desta Bahia dos quais recebeu interesse para virem ao dito resgate, ou salto e com este exemplo se acharam esse ano de 1605 nove navios de diversas partes desta costa no dito porto e trouxeram boa cópia a esta Bahia”.²¹⁵ Na Capitania do Espírito Santo o governador deu licença a Marcos de Azevedo para o seu filho ir ao sertão em busca de esmeraldas “e com um regimento secreto para trazer e lhe pagassem deles os quintos e a experiência mostrou que não iam somente às esmeraldas, mas aos índios principalmente, porque já se sabe que deram em duas ou três aldeias e os cativaram”.²¹⁶ Os demais registros são da atuação de Bernardo Ribeiro e Nicolau Faleiro, além da chegada de 31 cativos do Espírito Santo na Capitania da Bahia no ano de 1606. Ademais, há registro da venda de duzentos indígenas vindos do “sertão do mel redondo” a diversas pessoas na Bahia. Por fim, o manuscrito informou que “dos que vieram para apaziguar os Ilhéus e Porto Seguro quase todos foram vendidos o que se faz por mão de um mercador que se chama Pero Dias Sanches, que o dito governador fez capitão no Espírito Santo”.²¹⁷

Em decorrência desta realidade, os anos seguintes foram de tentativas de ajustes na lei (ainda que muito pequenos) por parte do Estado e administração colonial e, por

²¹⁵ Os números apresentados no documento dão conta que no período de três anos os moradores cativaram cerca de oito mil indígenas.

²¹⁶ INFORMAÇÃO dos cativeiros que governando Diogo Botelho este Estado do Brasil se fazem contra muitas cartas, alvarás e lei impressa de V. Magde. feita em novembro de 1605. Biblioteca da Ajuda. Códice 51-V-37, fol. 168.

²¹⁷ INFORMAÇÃO dos cativeiros que governando Diogo Botelho este Estado do Brasil se fazem contra muitas cartas, alvarás e lei impressa de V. Magde. feita em novembro de 1605. Biblioteca da Ajuda. Códice 51-V-37, fols. 168-169.

outro lado, da mobilização de estratégias de sobrevivência e contestação da parte dos indígenas. Por isso mesmo, ocorreram levantes de índios na Capitania de Porto Seguro se estendendo até a dos Ilhéus, alguns deles revelados no relatório do Sargento-mor Diogo do Campo Moreno. Diogo do Campo, registrou revoltas causadas pelas condições dos aldeamentos e da forma como eram explorados pelos capitães e colonos. Os episódios, ao que demonstraram os indícios, impactaram um considerável território entre as capitanias de Porto Seguro e Ilhéus podendo ser interpretadas como um conjunto articulado de ações possivelmente em torno de uma liderança reconhecida entre os índios dos aldeamentos.

O líder, Sebastião, por nome português, atendia por nome indígena Ibirapuã e liderou uma série de revoltas nas capitanias começando em Porto Seguro, onde era aldeado. Embora vivesse em alguma redução na Capitania de Porto Seguro, Ibirapuã fora preso na Capitania de Ilhéus sob forte clamor de cuidados com a sua pessoa e a determinação dos padres da Companhia de Jesus para que o levassem a Salvador para ser recebido pelo provincial e posto “em parte” por sua vista causar escândalo.²¹⁸

A resolução dos episódios contou com a participação dos jesuítas como observou Serafim Leite ao registrar que “em 1610, sucedeu o grande ataque dos índios a Porto Seguro, intervindo os jesuítas da Bahia, para que se socorressem eficazmente os sitiados”.²¹⁹ A capacidade de articulação e de ação política indígena contrária ao modelo de administração dirigido por capitães definiu mudanças e descortinou a incompatibilidade do modelo de gestão que atendia aos interesses diretos dos colonos.

A continuidade da atuação dos jesuítas na resolução dos conflitos, mesmo que da Capitania da Bahia, pôde influenciar a mudança de postura de colonos, oficiais da Câmara e representantes da Coroa. Possivelmente, a percepção da perda de controle das relações com os índios levou aos moradores de Porto Seguro pedirem o retorno dos Padres da Companhia de Jesus que foi oficializada no natal de 1621. Ao chegarem à capitania, os jesuítas fundaram a Casa de São Salvador, na Vila de Porto Seguro, e os aldeamentos de São João Batista dos Índios (atual distrito de Trancoso) e Espírito Santo (atual distrito de Vale Verde).

²¹⁸ AUTO que mandou o capitão e sargento-mor Diogo do Campo Moreno, sobre a visita que fez a capitania dos Ilhéus e diligências do pau-brasil, por ordem do governador-geral D. Diogo de Menezes. Vila de São Jorge, Rio dos Ilhéus, 5 de abril de 1610. AHU_ACL_CU_005, Cx. 10, Doc. 1. Um estudo expandido do caso sob a perspectiva da ação política indígena pode ser conferido em SANTOS, Uíá F. D. Experiências e ação política indígena na Capitania de Porto Seguro (séc. XVII). In: **Perspectivas e diálogos**: revista de História Social e Práticas de Ensino. V. 1, n. 1, pp. 237-256, jan/jun. 2018.

²¹⁹ LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo I – livro III, capítulo II, p. 205. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

O retorno dos inacianos foi marcado por mudanças estruturais em que podemos destacar o reordenamento dos aldeamentos com a mudança de localização e a fixação da sede da missão na capitania na Vila de Porto Seguro. Contudo, a alteração de maior relevância para a Companhia de Jesus partiu da reconfiguração do equilíbrio das forças políticas no momento em que os padres puderam fazer algumas exigências condicionando o retorno ao atendimento dos pedidos. Ademais, a capacidade de decisão em outros eventos foi favorável aos inacianos em função do reconhecimento da importância dos jesuítas para a redução dos conflitos e manutenção da paz nos aldeamentos. É o que ficou registrado no depoimento do vereador mais velho da Câmara de Porto Seguro, Manuel Nunes Pete, quando afirmou que:

Sem padres da Companhia se não [podia] viver e eles [eram] a causa de nós aqui estarmos não só pela doutrina que nos ensinam a nós e a nossos filhos, mas também porque sem eles ninguém aqui vivera com o tapuia porque eles são os que defendem essa vila com os índios que doutrinam.²²⁰

Segundo o Padre Mathiaz Gonzalez, a volta dos jesuítas foi pedida pelo povo de Porto Seguro ao monarca para que assistissem “a esta capitania aquietar os índios que estavam alevantados [...] matando os moradores; e que depois que os ditos padres a esta capitania vieram, aquietaram, pacificaram e doutrinaram os índios”.²²¹

Mais uma vez, foi possível identificar nos discursos que os principais conflitos estiveram relacionados à má gestão dos aldeamentos por parte dos capitães além de representar a pressão dos índios e escolha por quem os administraria dentro das possibilidades disponíveis no contexto. Inseridos nos aldeamentos, os índios poderiam acessar, mesmo que de forma limitada, a alguns dispositivos legais, todavia, a importância maior para este caso fora a oportunidade de construção de laços de solidariedade e identidade entre número considerável de indivíduos capaz de viabilizar reivindicações coletivas, como apontou Maria Hilda Paraíso em estudo sobre uma revolta no engenho de Santana dos Ilhéus em inícios do século XVII.²²²

Por outro lado, a informação ganhou importância por oferecer indícios para dimensionar melhor a participação dos Aimorés nas agressões à capitania. É muito mais tangível entender a resistência aimoré a partir de pequenos ataques em função da sua

²²⁰ REQUERIMENTO que o padre Mathiaz Gonzalez da Companhia de Jesus superior desta casa do Salvador de Porto Seguro fez aos senhores oficiais da câmara desta vila. Anexo. AHU_ACL_ACU_005, Cx. 10, Doc. 1136.

²²¹ Idem.

²²² PARAÍSO, M. H. B. Revolta indígena no Engenho de Santana na Capitania de Ilhéus: o Atlântico Açucareiro e o trabalho indígena (1602). In: *Cadernos de História*, v. 16, n. 24, p. 103-123, 30 de maio de 2015.

própria organização social em grupos pequenos, de poucos indivíduos, que apesar de causar algum impacto podem não ter proporcionado destruição equivalente às revoltas protagonizadas nos aldeamentos. É importante lembrar que de acordo com os documentos analisados, as ações do governador Diogo Botelho já teriam estabelecido a “paz”²²³ com os aimorés.

Decerto, a figura dos aimorés presente de forma contínua nos documentos pode estar relacionada a necessidade de recomposição da população indígena a partir da prática de descimento, carente de legitimação, que fora posta mobilizando a categoria bárbaro e, por sua vez, aimoré.

3.3 - A Bula *Comissum Nobis* (1639): entre a lei e as práticas coloniais

Em 1639, devido aos contínuos ataques dos paulistas às missões, um grupo de jesuítas espanhóis reivindicou na Europa o direito de administração dos índios e exigiu o cumprimento do que determinava as leis que proibiam o cativo dos integrados aos aldeamentos. A reclamação dos padres provocou a elaboração de uma bula papal assinada pelo Papa Urbano VIII.²²⁴ O conteúdo da bula reiterava a proibição da escravização de indígenas sob pena de excomunhão assim como decretava a liberdade de todos os indígenas.²²⁵

A recepção da bula provocou reações variadas nas diversas capitanias da América portuguesa de acordo com o contexto específico de cada região. Na Vila de São Paulo, Capitania de São Vicente, a formação de uma sociedade extremamente dependente da escravidão indígena, a proibição das entradas, descimentos e a imposição da liberdade dos índios cativos provocou a ira dos colonos. O conflito com os jesuítas se radicalizou e teve como resultado a expulsão dos jesuítas da Vila ocorrida em 13 de julho de 1640. Apesar da ordem real enviada ao Senado da Câmara de São Paulo para que se reintegrassem os jesuítas, o retorno dos padres só se efetivou em 1653.²²⁶

Na capitania do Rio de Janeiro, os jesuítas espanhóis divulgaram o breve papal no dia 20 de maio de 1640. A divulgação da bula também provocou a revolta dos colonos

²²³ Utilizamos as aspas em função da necessidade de entender que o processo representou acordos construídos sob o signo da violência. Assim, fazemos a ressalva para nos distanciarmos de um significado atribuído pelo colonizador e ainda muito utilizado em processos de subjugação violenta apresentadas sob o termo de “pacificação”.

²²⁴ Trata-se da Bula *Comissum Nobis*, publicada pelo Papa Urbano VIII em 22 de abril de 1639.. Cf. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo VI, pp. 244-293.

²²⁵ HERMING, John. **O ouro vermelho**. Op. cit. p. 411.

²²⁶ PINHEIRO, Joely Aparecida Ungaretti. **Conflitos entre jesuítas e colonos na América portuguesa: 1640-1700**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. 2007.

que invadiram o Colégio dos Jesuítas clamando contra os padres da Companhia de Jesus. O movimento foi controlado pelo governador Salvador Correia de Sá e Benevides, contudo, um acordo de paz só foi firmado meses depois, no dia 22 de junho de 1640.²²⁷

O contexto geral das primeiras quatro décadas do século foi caracterizado pela grande redução da população indígena dos aldeamentos do litoral em função da exploração massiva da mão de obra indígena nos engenhos, nos graves conflitos ocorridos no processo inicial de implantação das capitâneas hereditárias e pelas epidemias de doenças infectocontagiosas responsáveis por grande mortandade dos indígenas nos aldeamentos, engenhos e povoações portuguesas. Assim, o processo gerou intensa necessidade de recomposição de mão de obra cativa para a exploração por parte dos colonos e retomada de maior densidade populacional nos aldeamentos jesuíticos.

Nesse sentido, a afeição por mão de obra e o acirramento da disputa entre jesuítas e colonos impactou drasticamente a população dos aldeamentos após a expulsão dos jesuítas e a administração por capitães ou autoridades régias. Na Capitania de São Vicente, a expulsão dos jesuítas da Vila de São Paulo foi seguida pela redução da população de aldeados em “cerca de 90% em apenas 12 anos”.²²⁸

Na Capitania de Porto Seguro, o processo de crise dos aldeamentos jesuíticos ocorreu algumas décadas antes, como visto anteriormente. Embora a disputa pela mão de obra indígena tenha sido o motivo central no processo, o contexto da última década do século XVI, marcado pela expulsão dos inacianos da capitania, também causou grande instabilidade entre os diversos grupos indígenas, colonos e governança. A crise se tornou aguda, fora de controle e também foi motivo de depressão populacional nos aldeamentos e acirramento da violência em geral. Assim, a medida adotada pelos colonizadores foi o pedido de retorno dos inacianos e a retomada da administração da Companhia de Jesus nos aldeamentos indígenas.²²⁹

Outro destaque importante para esta análise é o número reduzido de moradores e a reiterada alegação das guerras contra os diversos grupos que habitavam a região mais ao interior das povoações e denominados de forma imprecisa e genérica de *Aimorés*. Nesse sentido, as “guerras aos aimorés” será questão definidora do lugar dos inacianos

²²⁷ BOXER, Charles Ralph. **Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola** 1602-1686. Brasíliana, 1973, p. 143-147 e COARACY, Vivaldo. **O Rio de Janeiro no século 17**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, p. 98-101.

²²⁸ MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias. **Equus Rusus**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História/PPGH, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010, p. 148.

²²⁹ Cf. CANCELA, FET. **De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808)**. Tese. (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

na capitania de Porto Seguro e do arranjo político que se colocará em evidência no contexto da publicação do breve papal de 1639 e das diferenças em sua recepção se compararmos com os eventos da Capitania do Rio de Janeiro e da Vila de São Paulo.

Assim, de maneira oposta, o estado de “paz” e controle dos conflitos intestinos ou de ataques externos foram descritos pelas correspondências entre diversos atores na capitania, na sede do Governo-geral e no reino puseram em evidência um elemento: ao invés de estarem sob ataque, os jesuítas da Capitania de Porto Seguro foram apontados como atores imprescindíveis para a reorganização do processo de colonização. Em uma capitania de pouco sucesso econômico a exploração da mão de obra indígena era imperativa e, quase sempre, exclusiva em função da necessidade de se arcar com os custos da compra de escravos importados do continente africano.²³⁰

Segundo os oficiais da Câmara da Vila de Porto Seguro, o período de “destruição” causada pelos conflitos com os índios (1590-1620) foi finalizado graças ao trabalho dos jesuítas que conseguiram colocar “aquela terra em paz”.²³¹

No início da década de 1640 os números referentes à população dos dois aldeamentos jesuítas da Capitania de Porto Seguro sugeriram o mesmo quadro geral dos da Capitania de São Vicente expostos acima. Segundo os oficiais da Câmara, “os índios [da vila de Porto Seguro] [eram] pouco mais de quarenta” casais.²³² Porém, é muito possível que os números diminutos apresentados pelos oficiais da Câmara seja mais um recurso argumentativo do que a expressão da realidade populacional indígena da capitania.

Com o pouco sucesso do açúcar, a principal atividade econômica da capitania foi o extrativismo de pau-brasil. Contudo, a sobrevivência era garantida por meio de outras atividades de menor produção econômica. Além da produção de farinha de mandioca, há pistas sobre a produção de arroz, comprado pelo Capitão Paulo Barbosa a uma pataca por arroba na povoação de Santa Cruz; o peixe salgado (sobretudo garoupas), o zimbo (na povoação de Caravelas),²³³ feijão e legumes.²³⁴

²³⁰ Nesse sentido, concordamos com a perspectiva apontada por Celso Furtado. Cf. FURTADO, Celso.

²³¹ **REPRESENTAÇÃO** que os oficiais da Câmara de Porto Seguro fazem contra o capitão Paulo de Barbosa... op. cit. AHU_ACL_CU_005, Doc. 1134. Caixa 10.

²³² **REPRESENTAÇÃO** que os oficiais da Câmara de Porto Seguro fazem contra o capitão Paulo de Barbosa... op. cit. AHU_ACL_CU_005. Cx. 10. Doc. 1134.

²³³ Segundo o Padre Antônio Vieira, na Povoação do Rio das Caravelas se fazia “gimbo que se carrega[va] para Angola”. **PARECER** do Padre Antônio Vieira, impugnando a resposta de Pedro Francisco Monteiro. In: **PRIMEIRO** papel oferecido pelos comissários dos Estados Geraes sobre a paz em Portugal. Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo – IANTT, microfilme nº 5522, fol. 61v.

²³⁴ **RELAÇÃO** da viagem que fez o capitão Paulo Barbosa no navio Santo Antonio de Aveiro de Sua Mgde. que Deus guarde a vila de Porto Seguro com escala pela Ilha da Madeira e pela Bahia. Cx. 1. Doc. 78.

Além das atividades de produção de víveres, defesa e extrativismo, os indígenas também eram responsáveis por todas as operações da construção civil, naval, da viabilização de obras públicas como abertura de estradas, pontes e dinamização da logística viabilizando o transporte de cargas entre o porto de Coroa Vermelha, a Vila de Porto Seguro e demais localidades da capitania em tela. Contudo, o maior destaque e importância atribuída aos índios, sobretudo os integrados aos aldeamentos jesuíticos, foi a viabilização da atividade extrativista de pau-brasil. Para a execução da atividade os aldeados eram indispensáveis para a segurança das expedições aos sertões da capitania, o conhecimento dos caminhos e identificação dos locais onde pudesse haver alguma concentração de árvores da espécie. Ademais, o trabalho de corte, preparação, armazenamento e transporte também ficava a cargo dos índios. Segundo relato de um superintendente do pau-brasil, “os moradores [eram] muito pobres e não pod[iam] ir ao pau sem índios que os defendam dos alarves que os não comam e lhes façam o pau”.²³⁵

Assim, a realidade demográfica dos aldeamentos jesuíticos da capitania, de povoação diminuta, potencializou a atuação política da Companhia de Jesus dotando-os de grande poder de decisão por serem os administradores legais das aldeias e, por sua vez, do regime de trabalho dos indígenas. Segundo o mesmo capitão, “mandando V. Mgde. se f[izesse] quantidade de pau se não poderá fazer sendo os padres da Companhia administradores dos índios” porque “os padres de ordinário [traziam] os índios ocupados em seu serviço, é certo que diz eles mostrar a V. Mgde. mais clareza neste capítulo, mas tem eles com suas excomunhões tão intimidado o povo que até a justiça tem medo deles”.²³⁶ Para dar solução ao problema a autoridade régia sugeriu ao Rei o envio de um clérigo para administrar os sacramentos aos indígenas como forma de fragilizar o controle dos jesuítas sobre a exploração da mão de obra indígena com o objetivo de dinamizar a extração e envio da madeira tintorial à Europa.

A intensa atividade dos indígenas em todo o processo de exploração extrativista pode ser percebida no quadro a seguir. Os dados derivam de um registro de uma nau que aportou em Coroa Vermelha no ano de 1645. A nau Santo Antônio de Aveiro fora enviada pela Coroa carregada de fazendas (tecidos, ferro, vestimentas, as, dentro outros artigos) para serem depositadas no armazém real que ficava na Vila de Porto Seguro e ser negociada por pau-brasil com os colonos que desenvolviam a atividade extrativista. É possível perceber que toda a operação com a descarga da nau e movimentação das

²³⁵ *Idem.*

²³⁶ *Ibidem.*

mercadorias foi viabilizada através do trabalho a jornal de indígenas dos aldeamentos da Companhia de Jesus.

Tabela 2 - Despesa da nau que se fizeram com a descarga desta nau Santo Antônio de Aveiro da Coroa Vermelha para esta Vila de Porto Seguro

Despesa	Valor
17 alqueires de farinha que se gastaram com o gentio e soldados que acompanharam e carregaram as fazendas	2\$560 réis
2 arrobas de peixe salgado para a mesma gente	1\$600 réis
Mais que se deram aos índios que carregaram as fazendas da praia a esta vila: 3 machados e 2 foices roçadeiras e 58 facas	5\$780 réis
6 alqueires de sal que se deram aos índios pelo mesmo	1\$920 réis
Mais de 2 viagens que fez uma lancha para a descraga da nau	6\$000 réis
Mais a 1 patacho que ajudou a descarregar as fazendas da nau de João Alves do Quintal	6\$000 réis
Mais por 3 viagens que deu a barca de Amaro Pires a descarregar a dita nau	18\$000
Total	41\$860

Fonte: CARTA do capitão da nau Santo Antonio, de Aveiro, ao rei [D. João IV] dando conta do carregamento de pau-brasil na nau Santo Antônio, de Aveiro. Porto Seguro, 20 de setembro de 1648. AHU_ACL_CU_005, Cx. 1, Doc. 91.

Nesse contexto, todo o trabalho realizado pelos indígenas foi comprovado pelo padre, Superior da Companhia de Jesus, Mathias Gonzales, na ocasião da chegada do capitão:

com muitos índios que meterão o navio a salvamento que sem isso corria muito risco pelos baixos que há naquele Porto, e depois lhe mandou todos os índios das aldeias que lhe desembarcaram o fato de seus apaniguados, e as fazendas de V.Mgde, elas levaram três léguas as costas a esta Villa, e o dito padre Mathias Gvz lhe deu cordas e todo o mais necessário para as guindajes, e foi as aldeias, e fez tirar muita estopa de embira para concerto do navio, e lhe mandou fazer pelos índios à sua custa, uma casa para se agasalhar o sal de V. Mgde, e mandou cercar de taipa de mão uma casa para o dito Paulo Barbosa e

sua mulher, e lhe deu três índios q' lhe pescassem e quatro índios serradores, e lhe fez outras boas obras.²³⁷

No relato do jesuíta foi possível constatar também a abrangência dos serviços dos indígenas e certa especialização em diversos ofícios essenciais na capitania. Assim, toda a manutenção da embarcação foi realizada por indígenas especialistas em calafetagem e a matéria-prima utilizada fora retirada das matas dos aldeamentos. O trabalho na construção civil também foi registrado e ficava a cargo de indígenas que atuavam na construção para particulares e nas obras que satisfizessem necessidades da Coroa. Por fim, a provisão mais imediata de alimento fresco esteve a cargo de indígenas pescadores e a importante aplicação da madeira na construção de móveis e imóveis estava sob responsabilidade de indígenas especialistas em carpintaria.²³⁸

O contexto determinado pela tensão entre a exiguidade da disponibilidade de mão de obra nos aldeamentos (produtos da experiência violenta e das epidemias que exterminou a maioria dos indivíduos que compunham volumosa população no litoral), a ausência de condições para se importar mão de obra africana e a continuidade do uso do trabalho compulsório para atender as necessidades da colonização, promoveu a permanência de descimentos de indígenas dos sertões para o litoral. Embora a liberdade dos indígenas contasse com amparo legal e ratificada no breve papal de 1639, o interesse e participação nos descimentos para a viabilização de maior oferta de trabalho continuaram e se intensificaram. É o que demonstrou o relato a seguir:

Semana antecedente se tomaram dois índios, um macho e uma fêmea, a que nem os alarves, nem aqueles índios entendem a língua, deve ser gente nova, contentou aos alarves que os tinham, por os não comerem, e os entregou a um principal de uma aldeia dos nossos, a ver se há quem os entenda, e se tiver notícia de mais, verá se os pode fazer descer que será grande proveito para aquela terra e serviço de V. Mgde.²³⁹

O relato chamou atenção para duas questões importantes. A primeira delas foi a evidência das investidas ao sertão e a mobilização de grupos que habitavam regiões pouco acessadas, provavelmente mais distantes, e mobilizando, portanto, grupos pouco

²³⁷ **PETIÇÃO** do provincial da Companhia de Jesus, queixando-se do capitão Paulo Barbosa, seu inimigo, que o injuriou e lhe tirou os índios, e chamou aos padres da mesma Companhia sismáticos e velhacos; pede que se proceda contra ele. Tem anexas várias certidões do que afirma. AHU_ACL_CU_005. Cx. 10. Doc. 1136

²³⁸ A disponibilidade de bons carpinteiros era muito importante em diversas áreas da América portuguesa em função da intensa e variada aplicação de cortes de madeira nativa para a construção civil, naval, produção de utensílios domésticos e até mesmo ferramentas de produção. Além disso, o carpinteiro era um grande conhecedor das matas e ajudava a identificar espécies e selecionar a compatibilidade de cada uma para cada peça específica ou outros usos que atendiam o mercado colonial.

²³⁹ **CONSULTA** do Conselho Ultramarino sobre uma carta de Paulo Barbosa feitor do pau brasil em Porto Seguro, acerca do que tem obrado no serviço real. AHU_ACL_CU_005. Cx. 11. Doc. 1254.

conhecidos. Depois, foi importante analisar o destaque dado à finalidade do descimento; a anotação de que “será de grande proveito” evidenciou que a sua maior finalidade era a exploração do trabalho compulsório do grupo que por ventura fosse descido.

Finalmente, a contraposição entre a classificação posta em relevo pelo termo “aldeia dos nossos” e em oposição a “gente nova”, não só constatou a reiterada submissão aos valores coloniais impostos pela catequese e vida nos aldeamentos como diferenciador entre os pouco contactados.

Houve, porém, a exposição de um quadro comum em finais da primeira metade do século XVII derivado da experiência histórica do século anterior. Assim, a falta de capacidade portuguesa em compreender uma miríade de povos que ocupavam os arredores mais ao interior da capitania dificultou e em muitos casos inviabilizou a ampliação da presença de indivíduos descidos e não falantes da língua Tupi ou da língua geral. Nesse sentido, a falta de habilidade dos missionários, oficiais e colonos portugueses em compreender as diferentes línguas dos mais variados grupos, retardou em muito a incorporação aos aldeamentos e povoações portuguesas. Em São Paulo, por exemplo, “os paulistas, já habituados à mão de obra Guarani, enfrentaram grandes obstáculos tanto na tentativa de compreender línguas não tupi, quanto na transformação destes índios em trabalhadores produtivos”.²⁴⁰

²⁴⁰ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 85.

Capítulo 4 - O PÓS-RESTAURAÇÃO DE 1640: AS PRESSÕES E A ATUAÇÃO DOS PAULISTAS

O ano de 1640 se mostrou cenário complexo do ponto de vista econômico, político e social para a América portuguesa já inserida no conflito entre Espanha e os Países Baixos tendo como ponto importante a ocupação neerlandesa da Capitania de Pernambuco e suas anexas. Além de Pernambuco, as incursões holandesas promoveram intervenção em um ponto fulcral da produção açucareira a partir da tomada de Angola, importante fornecedora de escravos importados do continente africano.²⁴¹ O capítulo que se segue tem como objetivo problematizar algumas contradições: a primeira delas esteve relacionada aos indícios de reconhecimento da necessidade de pactuar e inserir os indígenas na sociedade colonial portuguesa; a segunda foi atender as pressões dos colonos e administradores coloniais por maior arrecadação e recomposição do fluxo de cativos para os engenhos e outros ramos da produção econômica da colônia; por fim, analisar os conflitos entre uma presença jesuítica e apoiada pelos interesses dos colonos e da intervenção da Coroa nos anos seguintes a Restauração portuguesa de 1640.

4.1 - O contexto do pós-restauração portuguesa no Atlântico: produção e crise de mão de obra

Na colônia portuguesa americana, a sua crescente importância econômica para a metrópole veio acompanhada da formação de uma sociedade colonial mais consciente do impacto de sua atuação política cada vez mais articulada provocando conflitos em função da defesa de seus interesses, sobretudo na garantia dos meios de produção econômica.

De acordo com Stuart Schwartz, a partir da segunda metade do século XVII, o papel do Estado da Índia como principal centro de exploração de riquezas perdeu em importância para a América portuguesa em função de uma série de fatores. Para o historiador, “dois dos mais importantes [fatores] foram os níveis crescentes da produção brasileira de açúcar e as incursões dos holandeses na Ásia”.²⁴² Assim, embora marcado pela continuidade de um regime administrativo influenciado pelo período filipino, caracterizado por reformas e maior complexificação do aparelho burocrático, sobretudo

²⁴¹ Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste. (1630-1654)**. São Paulo: Ed. 34, 2007.

²⁴² SCHWARTZ, Stuart B. A economia do Império Português. In: BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (orgs.). **A expansão marítima portuguesa, 1400 – 1800**. Lisboa: Edições 70, 2020, p. 23.

na prática da comunicação escrita, o século XVII foi marcado por maior inserção e importância do Atlântico no Império justificada pela diminuição do controle português sobre o Oriente.

Ainda que a concorrência holandesa em vários pontos da colônia americana com destaque a ocupação de Pernambuco pudesse, em certa medida, representar obstáculos ao pleno controle do Atlântico, a importância crescente da América como importante centro produtor e exportador estivera intrinsecamente ligada a maior demanda por escravos e, por sua vez, da relação com Angola, levando em consideração o importante lugar que a última ocupara como centro de aquisição de cativos na costa Ocidental do continente africano. Um importante exemplo deste contexto pôde ser percebido na posição de Antônio Vieira quando exerceu a função de diplomata nos tribunais de Haia e defendeu centrar esforços para a retomada de Angola em detrimento do socorro e expulsão dos holandeses de Pernambuco. Tal escolha, defendida por Vieira, pôde esclarecer o papel decisivo da escravidão africana para a manutenção e desenvolvimento da América portuguesa.²⁴³

Como apresentado anteriormente, a crise de mão de obra indígena nas capitanias após a expulsão dos jesuítas somada a intensa exploração direta do trabalho por parte dos colonos provocou debates em torno da política indigenista da Coroa portuguesa. Assim, a questão da legitimidade da escravidão indígena provocou a produção de consultas e pronunciamento por parte dos jesuítas, à exemplo de Antônio Vieira. Ainda que o exemplo a seguir trate de outro espaço colonial, nesse interim, a Capitania de Porto Seguro não esteve alheia a questão. No Estado do Maranhão, por exemplo, foi possível constatar a mesma realidade caracterizada por grande pressão para aquisição de escravos a partir de jornadas ao sertão. Respondendo a petições da Câmara do Pará, o Padre Antônio Vieira, sobre o assunto, apresentou as considerações seguintes:

E vindo ao remédio dos escravos do sertão; (posto) que eu aprovo (muito ou menos), e o solicitei com El-Rey; e insistindo S. Mgde. em que todos fossem livres: vejo, porém, que o dito remédio por si só não é suficiente, porque por mais que sejam os escravos, que se trazem; muitos mais são sempre os que morrem, como mostra a experiência de cada dia neste Estado; e o mostrou no do Brasil, onde os moradores nunca tiveram remédio senão depois que se serviram com escravos de Angola; por serem os Índios da Terra menos capazes de trabalhos e de menos resistência contra as doenças; e que por estarem perto de suas terras, mais facilmente ou fogem ou os matam as saudades delas.²⁴⁴

²⁴³ **PARECER** do Padre Antônio Vieira impugnando a resposta de Pedro Francisco Monteiro, procurador da fazenda. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Microfilme 5522, fol. 61v.

²⁴⁴ **REPRESENTAÇÃO** ao Padre Antônio Vieira Pela Câmara do Pará. 1651. BA. Códice 54-XI-27. 12a.

Foi importante pensar a tentativa de mediação do inaciano a considerar a escravidão ainda que tenha evidenciado que a aprovava menos. Outra questão importante foi a defesa do tráfico transatlântico de escravos africanos como meio de suprir as necessidades de mão de obra na colônia. Todavia, a definição da falta de capacidade dos indígenas para o trabalho pareceu mais um recurso argumentativo do padre a uma realidade levando em consideração a persistência do trabalho compulsório indígena em diversas atividades produtivas na América portuguesa. Ainda assim, é importante o destaque ao difícil processo de deslocamento e adaptação à realidade das povoações portuguesas evidenciando que a maioria dos indígenas deslocados morriam no percurso ou após chegar aos núcleos coloniais.

Segundo Alcir Pécora, o pensamento de Vieira acerca da escravidão indígena concentrava cinco premissas básicas. A primeira delas estava relacionada à adesão aos termos levantados pela Segunda Escolástica que “o esforço da conversão é dever religioso inalienável do conhecimento dos novos povos, seja qual for o seu grau de *polícia* ou razão”. Ademais, o dever religioso da conversão a todos os povos esteve ligado à incorporação do indígena no “corpo místico do Estado”.²⁴⁵

A análise dos textos de Antônio Vieira pode supervalorizar a ideia da posição contrária do inaciano à escravidão dos indígenas e desprezar, por outro lado, outra premissa básica de seu pensamento que era a “noção de conveniência e consciência, de tal modo que agir com justiça face aos índios significaria, igualmente, tratar com eficácia os negócios terrenos”.²⁴⁶ Por fim, além da tentativa de conciliar as necessidades práticas da sociedade colonial com a consciência de defesa da liberdade indígena, havia, finalmente, a questão do método para a redução dos silvícolas. Assim, Vieira defendia o monopólio da Companhia de Jesus na administração dos indígenas. Logo,

Isso implica[va], primeiro, estabelecimento de prerrogativas frente às demais ordens religiosas, e, segundo, em jurisdição independente das aldeias, sem interferência do governo da província, a não ser em tempo de guerra, sob condições restritas. Para demonstrar a necessidade de o governo português atender ao primeiro ponto, os argumentos que emprega com mais frequência são o da falta de letras dos índios e do pouco zelo das outras religiões, ambos já empregados por Nóbrega. [...] Já em relação ao ponto da jurisdição independente das missões, o argumento básico que Vieira utiliza é o da *experiência*: esta demonstra que a submissão das ‘aldeias d’el rei’ ao governo

²⁴⁵ PÉCORA, Alcir. **A escravidão nos sermões do Padre Antonio Vieira**. Estudos Avançados [online]. 2019, v. 33, n. 97 [acessado em 20 de Dezembro de 2021], pp. 151-170. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3397.009>>. Epub 2 Dez 2019. ISSN 1806-9592.

²⁴⁶ *Idem*.

da Província deixa[va] os índios à mercê de uma cobiça que explora os seus corpos até a morte, abandonando qualquer assistência as suas almas.²⁴⁷

Em certa medida, os elementos que compunham a perspectiva de Antônio Vieira com relação à escravidão indígena ilustraram grande parte do processo postulado pelas relações entre colonos, autoridades régias e missionários em diversas partes da América portuguesa, como na Capitania de Porto Seguro. De modo geral, a oposição entre liberdade e escravidão representada pela defesa a primeira pelos inacianos e a última pelos colonos, sobretudo, pode deslocar-se para a compreensão de que o conflito entre colonos e missionários decorria, na realidade, na disputa pelo exercício do monopólio sobre o trabalho dos indígenas.²⁴⁸ Uma vez que as teorias tomistas do direito natural postulavam “formas justas de redução de outrem à escravidão”, os jesuítas “lutavam antes para terem o monopólio da regulação de trabalho do que pela denominada liberdade dos índios”.²⁴⁹

Não obstante, ainda no âmbito da ampliação da necessidade de mão-de-obra indígena, ponto da maior relevância para a análise que pôde ser pensado como um dos muitos reflexos da dificuldade imposta pelos holandeses ao fornecimento de escravos africanos para as Américas, as pressões pela “flexibilização” da legislação indigenista, a conquista dos sertões e, conseqüentemente, a ampliação do contingente de escravos indígenas nas povoações e empreendimentos portugueses foi algo a se considerar. Segundo Alencastro, nesse contexto, a concorrência holandesa no tráfico Atlântico que desde 1624 passara a assediar São Jorge da Mina, Benguela, Luanda, Fernando Pó, São Tomé e Cabo Verde, importantes pontos de aquisição de escravos africanos, intensificou a demanda por escravos indígenas recrudescendo o tráfico de indígenas na América portuguesa. Nesse sentido, argumentou o autor que “o número de índios cativados nos anos 1625-50 sobrepuj[ou] largamente o contingente de africanos introduzidos no mesmo período no Brasil holandês e português”.²⁵⁰ Apesar de refutar a tese de que os ataques dos paulistas às missões se deram com o objetivo de abastecer com mão de obra os engenhos do litoral, o referido autor associou as investidas paulistas às necessidades do mercado externo levando em consideração as crises de abastecimento provocadoras de escassez de

²⁴⁷ PÉCORA, Alcir. Op. Cit. 2019, pp. 151-170.

²⁴⁸ Cf. ZERON, Carlos Alberto Ribeiro de Moura. **Linha de fé: a Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI e XVII)**. São Paulo: Edusp, 2011.

²⁴⁹ DIAS, Camila Loureiro. **Os índios, a Amazônia e os conceitos de escravidão e liberdade**. Estudos Avançados [online]. 2019, v. 33, n. 97 [acessado 20 de Dezembro 2021], pp. 235-252. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3397.013>>. Epub 2 Dez 2019. ISSN 1806-9592.

²⁵⁰ ALENCASTRO, Luís Felipe. **O trato dos viventes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 188-194.

MONTEIRO, John. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

produtos importados e, por sua vez, o crescimento da demanda por cativos nas áreas de produção para o mercado interno como a Vila de São Paulo.²⁵¹ Nesse sentido, a tese de Alencastro tomou como referência as conclusões de John Monteiro que afirmou ser o destino dos cativos oriundos do Sul e Sudeste os trigais e roças dos paulistas.²⁵²

Embora não haja concordância com a tese de Taunay acerca do destino dos cativos oriundos do Sul (os guaranis, sobretudo), as necessidades impostas pelos conflitos, perda de colônias e controle do tráfico de escravos foram demonstradas de forma clara nos relatórios produzidos por colonos e autoridades régias e correspondências diversas que apontaram a pressão pela expansão da fronteira produtiva a partir da conquista de territórios a Oeste tomados aos diversos grupos indígenas que o habitava com a finalidade de introduzir outras atividades e, como consequência, o aumento da oferta de indígenas cativos.²⁵³

Do ponto de vista político, o processo de emancipação de Portugal em 1640 veio acompanhado de muitas incertezas. A preocupação de D. João IV com as reações contrárias à sua aclamação impôs medidas estratégicas para reduzir as chances de revoltas. Na Capitania da Bahia, a prisão do Marques de Montalvão por suspeitas de apoiar Castela, não obstante os vários detalhes de possíveis conspirações e disputas locais, pôde evidenciar as tensões e o tamanho do desafio que era o de confirmar o apoio do

²⁵¹ Cf. ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 188-194. Em análise com escala mais alargada, o historiador toma como marco de referência a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), sendo esta provocadora de mudanças no mundo moderno. Assim, ainda no contexto da guerra, classificada por Alencastro como “uma mistura de guerra civil e conflito internacional” permeada de “guerras de desgaste, embargos comerciais e troca-troca de alianças” o processo de emancipação política de Portugal junto à Espanha forçou reviravolta política com o acordo de tréguas entre os lusitanos e os Estados Gerais para resistir à Espanha seguida também de maior aproximação da França. O processo se deu em meio a interesses contraditórios entre a paz na Europa e a atuação de companhia de comércio organizadas pelos Estados Gerais davam guerra no ultramar competindo pelas riquezas proporcionadas pelo mercantilismo com as iniciativas holandesas de ocupação de zonas produtoras, feitorias e do tráfico de escravos que era central para a sobrevivência da produção nas colônias.

²⁵² John Monteiro destacou também o importante papel do trabalho indígena no transporte da produção agrícola de São Paulo aos portos de São Vicente. MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 199, pp. 76-79. Nesse caso, seguimos os argumentos do debate proposto por Marcio Roberto dos Santos. Para tanto, conferir. SANTOS, Marcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750**. Tese (Doutorado em História Social). FFCH/USP, São Paulo, 2010, p. 36-37.

²⁵³ Luis Felipe Alencastro apresenta duas teses sobre o destino dos cativos indígenas vindos do Sul. Enquanto John Monteiro defende a inserção dos indígenas nas atividades agrícolas e de transporte no planalto de Piratininga, de maneira oposta, Taunay, décadas antes, assinalou que os índios feitos cativos pelos sertanistas eram destinados a atender a demanda por escravos nos centros de produção açucareira. Cf. TAUNAY, Afonso de E. **História das bandeiras paulistas**. São Paulo: Edições Melhoramentos, vol. 1, 1953, pp. 31-43.

governador-geral e dos capitães das outras capitanias ainda que os governadores tenham aderido e aclamado D. João IV.²⁵⁴ Em suma, segundo Evaldo Cabral de Mello,

D. João IV tinha três tarefas pela frente. A primeira, na Europa, o reconhecimento do reino e do trono; a segunda, na Península Ibérica, a defesa das fronteiras contra o inevitável ataque do vizinho; e a terceira, no Ultramar, a reivindicação das colônias que, na América, na África e na Ásia, haviam sido perdidas para os Países Baixos no decorrer da prolongada guerra que haviam sustentado contra Castela.²⁵⁵

Na Capitania de Porto Seguro, a repercussão da Restauração de Portugal só pôde ser percebida mais diretamente a partir do relato do provedor da fazenda, apesar de o argumento central do provedor, no documento, estivesse inserido em contexto de disputa pelo cargo de capitão-mor da capitania. Na carta, Pedro Cerqueira da Veiga escreveu que

com aviso que tivera do Marquês de Montalvão, que naquele tempo governou aquele Estado, eu lhe ordenara que com todo o cuidado fizesse aclamar a V. Mgde. em toda aquela capitania e que como os desejos eram tantos e tão antigos; o fizera com os aplausos e festas a que a pobreza da terra pode alcançar com demonstrações de alegria que tal solenidade merecia cumprindo em todas as ações com as obrigações que deve a um leal vassalo de V. Mgde.²⁵⁶

A tensão política na Capitania de Porto Seguro pela qual o relato do provedor e capitão-mor à época da Restauração, Pedro Cerqueira da Veiga, sobressaiu ocorreu em função do envio de um representante direto da Coroa que assumiu o cargo de administrador em função do sequestro dos bens do donatário, processo que será exposto no próximo tópico.

Na Capitania da Bahia, a situação geral apontada por Antônio Telles da Silva, primeiro governador-geral após a Restauração portuguesa, era de dificuldades. Além da perda de controle sobre o tráfico provocada pelo assédio holandês a Angola, o conflito com a Espanha trouxe dificuldades para a circulação da prata transacionada a partir do comércio com o Rio da Prata o que causou dificuldades para uma boa circulação comercial e controle fiscal mais organizado. Ademais, os problemas se estenderam dificultando a manutenção do exército implicando na realização de uma reforma geral e tomada de medidas para o sustento dos soldados. Outrossim, Telles da Silva comunicou

²⁵⁴ LÔPO DE ARAÚJO, Érica. **De golpe a golpe**: política e administração nas relações entre Bahia e Portugal (1641-1667). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, 2011, pp. 44-46.

²⁵⁵ MELLO. Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada**: Guerra e açúcar no Nordeste (1630 – 1654). São Paulo: Ed. 34, 2007, p. 23.

²⁵⁶ **DECRETO** e minuta de consulta do Conselho Ultramarino sobre o procedimento do capitão Paulo Barbosa, feitor do pau brasil da capitania de Porto Seguro [Anexo]. Alcântara, 7 de Junho de 1646. AHU_ACL_CU_005, Cx. 10. Doc. 1193 (1), fol. 1v.

o estado de penúria que se encontrava a fazenda do rei afirmando não haver “nem hum vintém para poder despende”.²⁵⁷

Com vistas a reverter ou melhorar este cenário, o governador sugeriu uma série de medidas como a liberação da produção e transporte do gengibre e anil para o reino livremente, o confisco de terras de cana do Conde de Linhares, a utilização do dinheiro dos cofres dos defuntos e ausentes e o pagamento da licença de corte do pau-brasil concedida aos jesuítas ser paga na Bahia. Entretanto, a principal linha de articulação seguiu a retomada de Angola com o intuito de recuperar um fator essencial para a produção de riqueza: o trabalho do escravo africano.

Assim, este contexto pôde ser apropriado para fundamentar o processo que nos interessou sob base econômica em que ficou evidente no texto de um parecer do Conselho Ultramarino sobre uma carta de Gaspar de Brito Freire que tratou do assunto e ofereceu solução que talvez almejasse certa praticidade e imediatismo para a “conservação do Brasil”. Segundo a carta,

Sendo pois o Brasil a conquista mais útil a esta Coroa, a falta de escravaria, sua total ruína, me pareceu representar os meios mais convenientes ao remédio desta falta com o amor e zelo que devo ao serviço de V. Mgde.

Pelo que pelas particulares notícias que tenho das coisas do Brasil hei alcançado que o único remédio daquele Estado consiste em V. Mgde. dar licença aos moradores que conquistem o sertão para trazerem índios, com que se sirvam, e porque esta proposta pode ser encontrada por alguns interessados que fardados em suas utilidades querem com capa de religião desviar esta Conquista, entendo que V. Mgde. da satisfação a todas as dúvidas com mandar que as coisas tocantes ao gentio estejam na mesma forma que no ano de 1644 nas capitanias do Sul.²⁵⁸

Nesse sentido, a sugestão da carta de Brito Freire para se liberar a conquista do sertão esteve atrelada ao objetivo de solucionar a carência de mão de obra para a produção açucareira bem como de outros empreendimentos coloniais. Na prática, a busca por mão de obra indígena nos sertões foi acompanhada por processo de expansão da fronteira produtiva em curso na qual foi representativo o desenvolvimento da pecuária na região do rio São Francisco com a formação de fazendas para a criação de gado em território

²⁵⁷ **CARTA** do governador do Brasil, Antônio Teles da Silva, para S. Magde. sobre a falta de patacas, licença que tem os moradores para plantarem gengibre e anil e navega-lo livremente para o reino, estado da galé e embarcações que fez o Marques de Montalvão, devasse que se ficava tirando dos três governadores do Brasil, terras de canas que tem o Conde de Linhares, cujos bens foram confiscados no reino, dinheiro da obra pia, licença que tem os jesuítas para tirarem pau brasil, sustento da infantaria, estado de penúria em que os governadores passados deixaram os cofres do governo; louva o procedimento do provedor Sebastião Parvi de Brito. Bahia, 29 de novembro de 1642. AHU_ACL_CU_005, Cx. 8/Doc. 994.

²⁵⁸ **PARECER** do Conselho Ultramarino sobre a carta de Gaspar de Brito Freire acerca dos efeitos do pau-brasil, falta de escravos, aumento e conservação do Brasil. Lisboa, 14 de dezembro de 1644. AHU_ACL_CU_005, Cx. 1, Doc. 61. O grifo foi nosso.

ocupado por diversas nações indígenas e que provocou diversos conflitos classificados pela historiografia como “guerra dos bárbaros”, analisada profundamente por Pedro Puntoni.²⁵⁹

Embora o documento ponha mais em evidencia a relação entre as necessidades de produção de riqueza e a conquista do sertão, há, porém, nas entrelinhas, aspecto de ordem político determinado pelo imperativo do reconhecimento da emancipação política de Portugal e, por sua vez, do novo monarca (D. João IV) nos diversos pontos da América portuguesa. Logo, percebe-se dois movimentos simultâneos: certo nível de tensão com sugestão da reivindicação de colonos em algumas vilas e certo nível de negociação por parte da Coroa visando adesão e apoio dos luso-brasileiros. Nesse sentido, é nesse aspecto que se pode perceber a definição de uma política que evidenciou a necessidade de pactuar com as diversas nações indígenas objetivando apoio, trabalho e manutenção do território sobretudo em áreas de pouco povoamento português como a Capitania de Porto Seguro.

4.2 - “Pagando-lhes o seu trabalho conforme o uso e costume da terra”: A política indigenista de D. João IV na Capitania de Porto Seguro.

Se para a Vila de São Paulo e a Capitania de Espírito Santo as atenções voltaram-se para a descoberta de ouro e esmeraldas, na Capitania de Porto Seguro o principal motivador para a circulação no interior, nas matas e subindo o curso dos rios fora a atividade de extrativismo de pau-brasil. Assim, o pau-brasil foi o tesouro da capitania e sua exploração a atividade de maior importância provocando, na mesma medida, tensões pelo controle da administração dos indígenas, a pressão pela conquista dos sertões mais próximos às suas povoações e demais questões assinaladas anteriormente na região de São Paulo e do Espírito Santo, mas com arranjos diferentes determinados pelas especificidades sociais de cada uma delas.

A primeira diferença, e de suma importância para a configuração dos interesses e ações envolvidas na experiência de Porto Seguro, foi que o recurso aos sertões se deu em função de uma atividade em curso, que já possuía dinâmica, inserção no circuito mercantil internacional e, como seria em caso da exploração de minas, um direito régio. O direito de exploração da madeira era concedido mediante contrato que era arrematado em hasta pública, sendo o contratador responsável pelos custos da compra e a articulação do transporte. Em alguns contextos, o negócio corria pela fazenda real implicando a

²⁵⁹ Cf. PUNTONI, Pedro. **A guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720.** São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002.

suspensão dos contratos e a administração por parte dos oficiais da Coroa. Em outros casos, o Rei poderia conceder mercês de exploração de determinada quantidade de pau-brasil como forma de recompensa a súditos de importância.²⁶⁰

O segundo aspecto influenciou diretamente os envolvidos na trama e pôde reconfigurar alianças e conflitos. Assim, o fato da Companhia de Jesus ter sido contemplada com administração do negócio na capitania antes da intervenção da Coroa teve como efeito maior determinação dos inacianos para estabelecer alianças com os colonos e indígenas além de atuar de forma mais intensa no processo político de resistência às imposições do representante do Estado português.

No terceiro aspecto relacionamos o lugar do donatário da capitania, por se tratar de um território de domínio privado, ou seja, uma donataria. No contexto recortado, a Capitania de Porto Seguro pertencia ao Duque de Aveiro. A fidelidade de D. Raimundo Lencastre à monarquia hispânica implicou no confisco dos bens da casa ducal em Portugal e nas colônias portuguesas tendo como efeito a intervenção direta da Coroa na capitania.²⁶¹ Nesse interim, o administrador enviado pela Coroa encontrou resistência por parte dos moradores da Capitania de Porto Seguro descortinando contexto que propiciou oportunidade para maior negociação entre estes e o poder central.

²⁶⁰ O estudo referente ao negócio do pau-brasil com viés econômico e explorando detalhes de todo o processo da atividade extrativista na Capitania de Porto Seguro foi tema de nossa dissertação de mestrado defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia no ano de 2015 e encontra-se disponível no Repositório Institucional da UFBA podendo ser acessada através do link a seguir: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/23331>. Por conter questões que demandam análise mais detida e fora do aspecto econômico o trecho deste trabalho abordará essencialmente os aspectos sociais e políticos envolvendo o controle do trabalho indígena e a agência dos poderes locais no contexto de pós-restauração portuguesa (décadas de 1640 e 1650 aproximadamente).

²⁶¹ Há um catálogo na Biblioteca da Ajuda dedicado à Casa de Aveiro, porém, a documentação só contempla os bens e rendimentos do Reino bem como explicita o processo de passagem do Duque D. Raymundo de Lencastre à Espanha. Neste fundo, reunimos documentos que oferecem panorama do processo, contudo, sem citação direta à Capitania de Porto Seguro em pesquisa realizada nos meses de novembro e dezembro de 2019, conforme referências a seguir: **CARTA** do Duque de Aveiro [D. Raimundo de Lencastre] para o Secretário de Estado expondo os motivos que o levaram a fugir, e pedindo para lhe alcançar de S. M. licença para se casar a seu prazer, remetendo-a ao Conde de Soure [D. João da Costa], em França. Cota: BA 54 – XIII – XVI, nº 171, f. 10-10v, **CARTA** do Conde de Odemira [7º, D. Francisco de Afro e Noronha] para [o Visconde de Vila Nova da Cerveira, D. Diogo de Lima] sobre a jornada do Duque de Aveiro [D. Raimundo de Lencastre] que se diz vai casar a França. Cota: BA 51 – VIII – 44, f. 466, **CARTA** do Conde de Odemira [7º, D. Francisco de Afro e Noronha] [o Visconde de Vila Nova da Cerveira, D. Diogo de Lima] sobre os discursos que tem causado a ida do Duque de Aveiro [D. Raimundo de Lencastre]. Cota: BA – 51 – VIII – 44, f. 467, **CARTA** de Fr. Juan B. para seu primo sobre a chegada do Duque de Aveiro [D. Raimundo de Lencastre] a Madrid, sendo recebido por S. M., sendo-lhe assinalados 2 mil ducados de mesada para o seu sustento. Cota: BA – 51 – VIII – 41, f. 595 – 595v e **SENTENÇA** contra D. Raimundo Lencastre, Duque de Aveiro. Cota: BA – 50 – V – 30, f. 29-30v.

O quarto ponto foi a associação entre o controle da atividade dependente, por sua vez, da capacidade do domínio dos indígenas para dispor de trabalho e colaboração necessários para viabilização do negócio.

A repercussão da Bula papal de 1639 nas capitanias do Sul potencializada pelo contexto de incertezas em função dos conflitos na Europa, em Angola e na Capitania de Pernambuco e suas anexas ao conhecimento do Governo-Geral, no âmbito da América portuguesa, e no Reino, provocou medidas na tentativa de maior controle da situação. Por outro lado, a necessidade de reconhecimento da nova monarquia forçou uma postura mais negociada na medida em que os agentes da colonização a nível local também perceberam contexto favorável para maior atuação política.

É o que revelou a leitura da documentação seriada referente à chegada do governador da capitania que fora símbolo da intervenção direta da Coroa na administração da donataria.²⁶² Partindo da carta patente, disponível no fundo Registro Geral de Mercês, da Torre do Tombo em Lisboa, foi possível identificar os critérios definidos pela Coroa para a escolha do capitão e projetar algumas diretrizes encaminhadas para execução pela autoridade na capitania. Na primeira carta, o capitão-mor recebeu o cargo de feitor do pau-brasil para pôr em prática a determinação da Coroa de administrar diretamente o negócio do pau-brasil nas capitanias de Porto Seguro e Ilhéus.

El Rey faço saber aos que este alvará virem que havendo respeito a ter encarregado ao capitão Paulo Barbosa do cargo de administrador do pau-brasil na Capitania de Porto Seguro do Estado do Brasil para onde agora mando com as feitorias para na dita capitania e na dos Ilhéus se feitorizar o dito pau por conta de minha fazenda embarcado no navio Santo Antônio, com a experiência que o dito Paulo Barbosa tem das coisas do mar se espera que em tudo o que de me encarregar me servirá a minha satisfação.²⁶³

O primeiro alvará atingiu os mais diretamente envolvidos na atividade extrativista localmente, na Vila e povoações da capitania. Economicamente e politicamente, significou maior controle fiscal, menor margem para estabelecimento de preços e negociação com compradores, procuradores e contratadores, sem contar os descaminhos.

Porém, o que mais nos interessou foi o que dispôs o segundo alvará em função de apresentar a chave prática que era necessária acessar para garantir maior controle sobre a

²⁶² Após a Restauração D. João IV criou a Casa do Infantado que servia para administrar os bens confiscados provindos de pessoas punidas por traição. Em linhas gerais, o patrimônio da Casa do Infantado deveria garantir herança de patrimônio para o segundo filho do Rei, uma vez que somente o primogênito herdava o patrimônio real.

²⁶³ ANTT. Registro Geral de Mercês. Mercês da Torre do Tombo. Livro 6, f. 376v-377v.

atividade extrativista no âmbito local: o controle ou, ao menos, acesso direto com poder de decisão sobre a mão de obra indígena. Assim, conforme o segundo alvará,

El Rey faço saber aos que este alvará virem que havendo respeito a ter pelo tudo que a fábrica e condução do pau-brasil a este Reino corra só por conta de minha fazenda e que nenhuma outra pessoa de qualquer localidade que seja o possa navegar posto que tenha licença minha como a experiência que o capitão Paulo Barbosa tem deste negócio e ao talento e partes que nele concorrem e por confiar dele que no que se encarregar me servira muito a minha satisfação como tem lhe obrigado. Ei por bem que o dito Paulo Barbosa sirva na Capitania de Porto Seguro do Estado do Brasil o cargo de administrador do dito pau em que eu por bem e não o mandar o contrário o qual ascenda de ordenado em cada seis anos que o servir cem mil réis pagos com o dinheiro que proceder das fazendas que em mandar para a dita feitoria e que sendo necessário manter-se dos índios daquela capitania para a fábrica e condução do pau o possa o dito administrador fazer pagando-lhes seu trabalho conforme o uso e costume da terra.²⁶⁴

Nos argumentos já estão presentes os indícios de que o desafio mais importante era estabelecer melhor relacionamento possível com os indígenas e jesuítas como caminho mais confortável para o domínio não só da atividade extrativista, mas das necessidades dos colonos.

Em outro documento, referente a nomeação do capitão, as premissas indicadas nos parágrafos anteriores se apresentaram com maior clareza. Foi possível identificar o nível de importância dado pela administração metropolitana ao controle da mão de obra e capacidade de negociação com os indígenas por causa de tensões que ocorreram no processo de nomeação ao cargo. Após a nomeação de Paulo Barbosa, Nicolau de Brito entrou em disputa pelo cargo e o critério de decisão apresentado na justificativa da escolha pôde descortinar a importância da pauta nas diretrizes da política colonial sob a égide de D. João IV.

Segundo duas consultas do Conselho Ultramarino, o capitão Barbosa saiu de Lisboa com destino a Ilha da Madeira para carregar a embarcação de vinhos e partir para a Capitania da Bahia. Porém, “arribara a Setúbal com mal tempo e corrido de inimigos”.²⁶⁵ Uma vez em Setúbal, o capitão fora convocado para retornar a Lisboa para embarcar algumas pessoas que deveriam ir para Angola e Capitania da Bahia, todavia, a ordem foi suspensa em função do navio estar “mui abatimado de gente” fazendo com que se “torn[asse] a Setúbal para seguir viagem”.²⁶⁶

²⁶⁴ ANTT. Registro Geral de Mercês. Mercês da Torre do Tombo. Livro 6, f. 382v-383v. O grifo foi nosso.

²⁶⁵ CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a vinda para Lisboa, por ordem do Conselho, do capitão Paulo Barbosa, arribado a Setúbal. Lisboa, 17 de setembro de 1644. AHU_ACL_CU_005, cx. 09, doc. 1083.

²⁶⁶ *Ibidem*.

Nesse contexto, uma determinação destituiu Paulo Barbosa do cargo e Nicolau de Brito foi nomeado em seu lugar. Infelizmente não encontramos qualquer indicação documental que pudesse esclarecer a motivação real da determinação do Conselho Ultramarino. Pode ter sido por alguma desconfiança gerada pelo capitão ou até mesmo a disputa por cargo. Entretanto, não se pôde descartar a possibilidade de ser produto de uma experiência conflituosa com os primeiros contatos da Capitania de Porto Seguro, sobretudo com os jesuítas. O fato é que Barbosa foi destituído em favor de outro capitão e foi obrigado a pedir a El-Rei a restituição ou nomeação em outro cargo de maior importância sob pena de manchar a sua honra e crédito.

O desfecho do processo se deu com a solicitação de Paulo Barbosa atendida e o capitão restituído ao cargo. Embora o caso possa servir de indicativo de uma série de interesses atuando para a sua motivação, sobretudo os de cariz econômico e político, o ponto de maior importância para descortinar o objeto a ser analisado, a política indigenista da Coroa portuguesa no pós-restauração, constou na segunda consulta e foi revelado pelo critério de escolha entre os dois pretendentes. Sobrepujando outros interesses, a experiência e habilidade no relacionamento com os indígenas que habitavam a capitania definiu a questão. Segundo o parecer,

Pareceu dizer a V. Magde. que este Conselho não fez rubrica que o superintendente haja desmerecido no serviço de V. Magde. por donde se ia tirado da comissão a que V. Magde. o mandava, e em que tinha assistido como ele refere e que já lhe é presente dizer V. Magde. na resolução que foi servido tomar, que não convinha a seu real serviço que ele a fosse fazer, e nomeia em seu lugar a Nicolau de Brito, o qual posto que o Conselho o tem por homem inteligente e de satisfação; e que dava boa conta do de que for encarregado do serviço de V. Magde.; contudo não tem a experiência que é necessária para ser capitão de mar e guerra deste navio, nem noticiadas partes do Brasil a que não tem ido, e modo como se há de haver com o gentio, para boa administração do pau, como tem o superintendente Paulo Barbosa por saber a língua do gentio, e haver lidado com ela muitos anos, e haver servido de capitão-mor da cidade de Sergipe, que são as considerações porque este Conselho o nomeou.²⁶⁷

A experiência em se relacionar com os indígenas a que o documento se refere proveio da atuação de Paulo Barbosa em Sergipe. Barbosa exerceu o cargo de capitão-mor em Sergipe onde atuou por cerca de seis anos. Contudo, registros apontam que esteve em serviço na América portuguesa desde os dezoito anos.²⁶⁸ Ainda em Sergipe, relatou a

²⁶⁷ **CONSULTA** do Conselho Ultramarino sobre o capitão Paulo Barbosa, que, nomeado capitão-mor, ouvidor e administrador do pau-brasil na capitania de Porto Seguro, arribara a Setúbal por causa do mau tempo e foi por isso destituído e dado o lugar a Nicolau de Brito; pede para ser restituído ou melhorado em outro posto, para não pereça a sua honra e crédito. Lisboa, 31 de outubro de 1644. AHU_ACL_CU_005, cx. 09, doc. 1082.

²⁶⁸ **REGISTO** da carta de patente, em que Sua Magestade proveu a Paulo Barbosa de Capitão da Capitania de Sergipe d'El-Rei registada em 25 de Junho de MByXXX. Liboa, 20 de Dezembro de 1628. DHBN, Vol.

importância dos sertões da capitania para a criação de gado e, por sua vez, do abastecimento de carne para a Bahia além da necessidade de se defender das investidas neerlandesas por ser um ponto estratégico entre a Capitania da Bahia e a de Pernambuco.²⁶⁹

Levando em consideração o fator decisório para a manutenção de Barbosa como capitão-mor da Capitania de Porto Seguro, a resolução do Conselho Ultramarino revelou, nas entrelinhas, a preocupação da Coroa em controlar a mão de obra indígena ao mesmo tempo em que necessitava de estabelecer alianças em resposta aos processos de conflito em torno da administração dos jesuítas e interesse dos colonos desde 1640.

Em contrapartida, a presença holandesa e os conflitos com a Espanha em decorrência do fim da união ibérica forçaram a contemporização e o esforço para pôr em prática uma estratégia em que a habilidade dos agentes da colonização fosse capaz de negociar alianças com os indígenas para garantir apoio a nova monarquia. Logo, parecia claro para Portugal o efeito negativo de uma aliança entre indígenas e holandeses ou de indígenas com espanhóis no processo delicado de reorganização do controle português sobre o Atlântico Sul.

Resolvida a questão, o capitão partiu de Setúbal, embarcou o vinho na Ilha da Madeira e seguiu até aportar na Bahia. Tanto a viagem quanto os relatos após a chegada legaram série documental, ainda que não tão extensa, mas reveladores das condições socioeconômicas e políticas da capitania à época.

Toda a descrição da viagem desde a saída de Setúbal foi efetivada por meio de uma relação escrita dando conta de detalhes técnicos de navegação, dos compromissos honrados na Ilha da Madeira e na Capitania da Bahia, das fazendas que levava, do preço dos produtos e do embarque de pau-brasil. O capitão, finalmente, relatou sua percepção daquela sociedade. Segundo ele,

[naquela] terra, Senhor, não [havia] mais de cem moradores pouco mais ou menos e [eram] gente muito pobre e a maior parte filhos da terra gente terrível e indômita que não sab[iam] mais lei que a de quero ou não quero. [...] O pau-brasil se vai fazer muito pelos rios acima no sertão e põe-se em descer depois de feito muito tempo em razão das muitas cachoeiras que há. [...] Mandando V. Mgde. se faça quantidade de pau se não poderá fazer sendo os padres da Companhia administradores dos índios de duas aldeias que aqui há em razão dos moradores serem muito pobres e não poderem ir ao pau sem índios que os

XV, p. 378. **ALVARÁ** para poder renunciar em pessoa apta os ofícios de Tabelião do Público, Judicial e Escrivão das Execuções do concelho de Penafiel. ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo. Livro 8, f. 268v.

²⁶⁹ **CONSULTA** do Conselho da Fazenda sobre uma carta de Paulo Barbosa, capitão de Sergipe, sobre coisas necessárias para aquela cidade para a sua defesa, e acerca de Antônio Pinheiro de Carvalho, que serve de ouvidor e provedor da fazenda, defuntos e ausentes, por ordem do governador do Brasil, sendo de nação. Lisboa, 23 de Agosto de 1635. AHU_ACL_CU_005, Cx. 05. Doc. 648_649.

defendam dos alarves que os não comam e lhes façam o pau e os padres de ordinário trazem os índios ocupados em seu serviço, é certo que diz eles mostrar a V. Mgde. mais clareza neste capítulo mas tem eles com suas excomunhões tão intimidado o povo que até a justiça tem medo deles e se V. Mgde. mandara para estas aldeias um clérigo que administrara os sacramentos aos índios eu fizera com eles lhes deram bastante ordenado e o que V. Mgde. lhes ordenara que não aceitassem nas outras capitanias os índios desta, saberá V. Mgde. como os padres do Colégio da Bahia tem barcos que trazem a pescaria e entram no Rio desta Vila e nos demais desta capitania demais que não pagam direitos deles, não querem os mestres deles dar entrada nem quando se vão saída e podem levar o pau que lhes parecer que eu não sei quando e levao, e os mesmos padres tem feito muito seu pelos Rios como constara a V. Mgde. do auto que mandei fazer de que vai com esta a cópia além do muito que os moradores lhes estão devendo a eles.²⁷⁰

Apesar da experiência de vida na colônia, com serviço a Coroa, Paulo Barbosa era reinol, possuía títulos no Reino e acesso a corte. Assim, aparentemente, a posição do capitão deve ter influenciado a percepção depreciativa dos moradores da Capitania de Porto Seguro e a classificação do povo como gente “da terra, terrível, indômita e sem lei”. Nesse sentido, levando em consideração a posição do capitão, é muito difícil compreender o significado de “filhos da terra” e ao que o termo se referia. Todavia, isso não impede de conjecturar algumas possibilidades.

Assim, é correto afirmar que a esmagadora maioria de habitantes da capitania era natural dela e, por outro lado, não ficou claro se eram descendentes de portugueses, indígenas ou produto das relações interétnicas, ou seja, mamelucos. Entretanto, o mais provável é que se tratava de uma população que fora produto das alianças, forçadas ou não, entre indígenas e europeus, lembrando que o século XVI foi marcado pelo intenso recurso à aliança matrimonial. Logo, o mais provável é que a população da capitania era composta, em sua grande maioria, de mamelucos.

A seguir, a impressão do que seria um relatório de caráter mais técnico e voltado para os meios e condições da exploração econômica do pau-brasil, o discurso expôs o conflito. Logo, a constatação da dependência do trabalho dos indígenas para a exploração da atividade extrativista e a garantia da segurança para penetração nas matas tinha como ponto central a administração dos padres da Companhia de Jesus levantando conjuntura semelhante às capitanias de São Paulo e Espírito Santo, conforme expomos anteriormente. No caso, o mecanismo de tensão exercido pelos jesuítas esteve diretamente relacionado com a disponibilização de indígenas dos dois aldeamentos –

²⁷⁰ **RELAÇÃO** da viagem que fez o capitão Paulo Barbosa no navio Santo Antônio de Aveiro de Sua Mgde. que Deus guarde a Vila de Porto Seguro com escala pela Ilha da Madeira e pela Bahia. AHU_ACL_CU_005, cx. 01, doc. 78.

Espírito Santo e São João – para as jornadas ao interior da mata, o corte, preparação – falquejo – e transporte da madeira.

Dificultar o acesso à mão de obra, segundo o capitão, foi a forma utilizada pelos jesuítas e colonos para almejar a continuidade do controle do negócio do pau-brasil. Ainda segundo a denúncia do capitão,

nesta Vila tem os padres da Companhia um chamado Colégio não sendo mais que uma igreja com uma casa contigua a ela que não assistem mais de um religioso de missa e quando muito dois e um irmão leigo ou cerista esse sempre escolhem mais soldado e mercador que religioso e aqui assiste agora um Mathias Gonzales natural da Ilha da Madeira com título de superior que tem procurado por todas as vias que pode estorvar a carga da nau e que me não aceitassem nesta terra por capitão para o que em [ilegível] que fez com o capitão que servia ex lege e procuradores dous homens culpados em um incêndio de uma casa as puseram o fogo com mais de cinco mil cruzados em fazendas e um juiz culpado em uma devassa de pau-brasil e como viu que seu intento não podia surtir efeito ando por casa dos moradores a uns intimidando e a outros rogando que me não vendessem pau afirmando-lhes que já V. Mgde. lhes tinha outra vez concedido o contrato e que logo lhes dariam muito mais baratas as fazendas do que eu as vendia por muito maiores preços do que V. Mgde. me mandava e que se haviam de vir da terra e fazer vir o gentio da capitania com que os intimidou de maneira que tudo ele queria faziam, e fez com que escreveu ao governador que é muito seu amigo tudo o que ele quis de mim e ainda me dizem que a esta cidade fez o mesmo muito contra a verdade, lembrado estava V. Mgde. que eu disse a V. Mgde. que haviam os padres da Companhia de entender comigo. Eles aqui fazem o que querem e governam o povo e justiça e a tiram e põe a quem lhes parece.²⁷¹

É evidente que a questão fulcral do conflito esteve assentada sob bases econômicas e envolveu um grupo privilegiado que se valia do controle da atividade extrativista na capitania que sentindo-se ameaçada mobilizou-se para fazer frente a atuação da autoridade régia. Entretanto, nas entrelinhas, uma série de detalhes escaparam das informações relatadas nos documentos.

A primeira delas é a existência de um capitão-mor interino, morador e ligado diretamente ao pequeno grupo que controlava o negócio do pau-brasil. Decorrente desta condição, cabe levantar a hipótese da preferência dos colonos envolvidos no negócio por um donatário absente, pouco interessado no controle da atividade, ainda que se valesse de algum rendimento dela, facultando menor controle da burocracia colonial e maior liberdade para venda a compradores diversos e em condições mais vantajosas para os colonos, além de menor controle fiscal e fazendário.

Outra questão, talvez a mais importante apontada por Barbosa, foi o nível de poder e influência da Companhia de Jesus na capitania. Segundo o capitão, os padres eram profundamente envolvidos nas atividades comerciais e exerceram grande pressão nos

²⁷¹ *Ibidem.*

moradores para que não aceitassem a intervenção da autoridade régia e preferissem a supressão da exploração com controle direto da Coroa por ser menos vantajosa. O caso se desdobrou em um motim que resultou na queima do armazém real onde se armazenava as fazendas enviadas para realizar as transações comerciais com os colonos e a prisão do capitão Paulo Barbosa que assim descreveu a ocasião da prisão:

[estando ele] com particular cuidado mandado descer quantidade de pau ao Rio da Vila por ordem expressa do padre Mathias Gonzales da Companhia de Jesus, saindo [ele] da igreja dos mesmos padres de ouvir missa saíram de motim dois vereadores e um procurador e um juiz e me prenderam e com muita violência e toda a descompostura me trouxeram a praça e embarcaram para esta cidade da Bahia adonde eu entendia ser restituído e favorecido do governador na forma das ordens de V. Mgde. e nem tão somente me favoreceu mas tem me retido nesta cidade.²⁷²

Em outra carta, o capitão-mor, se mostrou preocupado com a ausência de punição dos responsáveis pelo motim e expôs novamente a questão afirmando que:

os quatro oficiais que me prenderam, afrontaram e molestaram com mais três badios que aqui andam, como viram a falta que houve no castigo que o Governador-Geral [...] quis dar e favorecidos dos padres da Companhia me inquietam de maneira que nenhuma coisa posso fazer nem ainda tenho poder para cobrar a fazenda de V. Mgde. que vendi e neste mês tinha assentado com alguns o meio de me fazerem quantidade de pau [e] quando quis valer dos índios para os repartir como é costume deram os padres [...] com que espalharam e não achei índios.²⁷³

Os jesuítas e colonos, por sua vez, trataram de se defender também por meio de cartas e certidões repudiando o comportamento do capitão-mor deixando revelar também os seus interesses. Segundo os oficiais da Câmara, as fazendas que o capitão trouxera não satisfazia as necessidades dos moradores e o valor cobrado por elas era abusivo. Ademais, informaram que “não satisfeito com isto brada[va] a todos com pouco respeito e palavras desonestas e manifestamente [disse] nos [havia] de fazer por força o que fo[sse] seu gosto e bem”. A denúncia dos oficiais defendia os inacianos e afirmou que o capitão tratava os padres “muito mal e quer[ia] os lançar fora [daquela] capitania que via eles tão oprimidos [que] queriam largar [aquela] casa que há muitos anos [tinha] aquela capitania”.²⁷⁴

²⁷² CARTA de Paulo Barbosa defendendo-se das acusações que lhe fazem. Bahia, 21 de fevereiro de 1646. AHU_ACL_CU_005, cx. 10, doc. 1137.

²⁷³ CARTA de Paulo Barbosa, feitor do pau-brasil da Capitania de Porto Seguro, para S. Mgde., sobre as necessidades daquela capitania e queixando-se contra os oficiais da Câmara que o prenderam e afrontaram; refere-se aos jesuítas e negócio que fazem do pau-brasil. Porto Seguro, 8 de fevereiro de 1647. AHU_ACL_CU_005, cx. 10, doc. 1239.

²⁷⁴ REPRESENTAÇÃO que os oficiais da Câmara de Porto Seguro fazem contra o capitão Paulo Barbosa, feitor do pau-brasil, que os trata mal, e persegue os padres da companhia e se irmanou com o seu vigário, clérigo degredado pelo Santo Ofício e por uma morte, etc. Vila de Nossa Senhora da Pena, capitania de Porto Seguro, 23 de agosto de 1645. AHU_ACL_CU_005, cx. 10, doc. 1134.

Os jesuítas, por sua vez, elaboraram uma petição contra o administrador e feitor do pau-brasil da Capitania de Porto Seguro. De acordo com o provincial da Companhia de Jesus,

Paulo Barbosa capitão-mor da Villa de Porto Seguro da mesma província se tem mostrado inimigo dos religiosos da Companhia dizendo contra eles muitas afrontas em lugares públicos e secretos chamando-lhes sismáticos, dizendo que os sujeitos que a religião mandava àquela Villa e a outras villas pequenas eram velhacos, e amancebados com outros defeitos, e que estavam muito mal quistos no Brasil, e com V. Mgde. e quanto mais cedo os havia V. Mgde. mandar excluir deste reino, e da dita província e que alteravam os índios das aldeias, e que eles lhas havia de tirar, persuadindo aos maiores da dita Villa que os deitassem fora e que ele era melhor língua para os índios que os padres da Companhia e que os padres aconselhavam os homens que não vendessem o pau que V. Mgde. mandava fazer e que ensinavam coisas sismáticas e que em nenhuma coisa acudiam, antes impediam o serviço de V. Mgde. impondo-lhe outras muitas afrontas e calúnias.²⁷⁵

Finalmente, a “guerra de papéis” contou com a elaboração de certidões assinadas pelos “principais” moradores da capitania como os oficiais da Câmara, Juiz Ordinário e colonos. O teor das certidões abonou os procedimentos dos jesuítas e reforçaram as acusações que pesavam sob o capitão.

O recurso argumentativo utilizado em defesa dos padres da Companhia de Jesus presente nas certidões era o de que “sem padres da Companhia senão [podia] viver [...] porque sem eles [...] ninguém aqui vivera com o tapuia porque eles [eram] os que defend[iam] essa vila com os índios que doutrina[vam]”.²⁷⁶ O padre Mathias, superior dos jesuítas na capitania, reiterou o mesmo argumento em requerimento escrito aos oficiais da Câmara da Vila de Nossa Senhora da Pena e lembrou o pedido do povo ao Rei para que viesse “geral para que assist[issem] a esta capitania aquietar os índios que estavam alevantados [...] matando os moradores; e que depois que os ditos padres vieram, aquietaram, pacificaram e doutrinara os índios”.²⁷⁷

De acordo com as fontes relacionadas a esse conflito, o elemento de maior influência nos discursos dos sujeitos foram os indígenas. Nesse sentido, é possível creditar aos indígenas inseridos no cotidiano da capitania o condicionamento dos movimentos entre os agentes da colonização em Porto Seguro. O primeiro ponto em destaque em todos os relatos apresentados anteriormente foi a intensa resistência indígena

²⁷⁵ **PETIÇÃO** do provincial da Companhia de Jesus, queixando-se do capitão Paulo Barbosa, seu inimigo, que o injuriou e lhe tirou os índios, e chamou aos padres da mesma Companhia sismáticos e velhacos; pede que se proceda contra ele. S.l.n.d. AHU_ACL_CU_005, cx. 10, doc. 1136.

²⁷⁶ *Ibidem*.

²⁷⁷ **REQUERIMENTO** que o padre Mathiaz Gonzalez da Companhia de Jesus superior da Casa do Salvador de Porto Seguro fez aos senhores oficiais da Câmara desta vila. (Anexo). AHU_ACL_CU_005, cx. 10, doc. 1136.

à administração direta dos colonos quando da expulsão dos jesuítas e da necessidade imprescindível do estabelecimento de aliança e mediação com os indígenas para a garantia da permanência dos assentamentos portugueses com o funcionamento de suas atividades produtivas. O segundo ponto foi a relação entre a dependência do trabalho e cooperação indígena e o poder atribuído a quem os controlava. Assim, se por um lado a principal queixa foi a da falta de liberação de trabalhadores indígenas pelos jesuítas, como afirmou reiteradas vezes o capitão-mor; por outro, o mérito de ter estabelecido a paz e disciplina mediante doutrina foi revertido em poder para os jesuítas, segundo as fontes, por também garantirem a defesa contra os ataques dos não aldeados que ocupavam os sertões somado à possibilidade de estimular tensão e voltar os indígenas dos aldeamentos contra os que se pusessem contrários aos inacianos. O terceiro e último ponto se referiu ao olhar eurocêntrico incrustado em todos os agentes não indígenas envolvidos nesta experiência histórica. Nessa perspectiva, nenhum dos relatos sequer mencionou as vantagens ou desvantagens para os indígenas em se aliar com os jesuítas ou colonos na questão.

Na realidade, todos os discursos colocaram os indígenas como objetos manipuláveis por um ou outro grupo político sem considerar a existência da ação política consciente entre os indígenas envolvidos. Nas palavras do capitão Barbosa, os indígenas eram manipulados pelos jesuítas e suas ações refletiam o direcionamento dado pelos padres da Companhia de Jesus para atender os interesses dos inacianos e da ordem religiosa. O mesmo vale para os colonos, oficiais da câmara e demais agentes da colonização que expuseram o contexto na documentação escrita. Para eles, o estabelecimento da aliança entre os indígenas e, conseqüentemente, a viabilização da permanência e continuidade dos colonos em suas atividades na capitania fora produto da habilidade dos padres e não da escolha dos indígenas em pactuar, mesmo que sob pressão, com pouca ou quase nenhuma alternativa.

Assim, se, conforme a documentação exposta anteriormente, havia extrema dependência dos indígenas para o trabalho, defesa e demais atividades, a situação revelou o paradoxo entre o grande potencial da ação indígena e uma atitude de obediência cega deles aos jesuítas.

O que é mais tangível considerar, lançando mão de percepção que valoriza a agência indígena, é a escolha evidente dos indígenas por uma administração com impacto menos negativo. Se em todo o processo analisado, a opção dos indígenas fora a de acompanhar os jesuítas e oficiais da Câmara isso se deveu a uma escolha consciente que orientou a ação política indígena.

Assim, o que se encontra nos discursos é o enquadramento dos indígenas como sujeitos manipuláveis e que agiam à reboque dos interesses dos jesuítas, porém, o que esse tipo de relato está pondo em evidência de forma veemente é a percepção indígena da escolha de alianças comprovada pela pouca eficácia da experiência do capitão, de suas habilidades como “língua da terra” para o convencimento e aquisição do apoio dos indígenas contra os padres da Companhia e demais agentes da colonização.

Esta tensão entre a administração jesuítica, os interesses dos colonos, autoridades régias e indígenas se amplificou no contexto do pós-restauração em função das dificuldades de fornecimento de mão de obra africana, tendo em consideração a ocupação neerlandesa em Angola. Nesse contexto, a partir da segunda metade do século XVII, a pressão por maior exploração de riqueza e aquisição de mão de obra para custear a crise, impulsionou um movimento de expansão das frentes em direção aos sertões, sobretudo da Capitania da Bahia até a de Pernambuco e suas anexas. Esse movimento mobilizou sertanistas oriundos da vila de São Paulo que, uma vez estabelecidos na Capitania de Porto Seguro vai alterar o quadro essencialmente litorâneo mobilizando descimentos e incrementando as povoações.

4.3 - Os “paulistas” na Capitania de Porto Seguro: sertanismo, escravidão e administração.

Em julho de 1691, Luiz Gonçalvez da Câmara Coutinho, governador-geral do Brasil, relatou ao mamposteiro-mor que na Vila de Porto Seguro “havia três anos que se haviam levantado uns quarenta paulistas [...] de maneira que governa[vam] como sua sem conhecerem superior algum”.²⁷⁸ Embora a carta do governador-geral seja datada de 1691, a presença de “paulistas” compondo quadros da administração da Capitania de Porto Seguro remontou a pelo menos duas décadas antes da manifestação de Coutinho. Ao que indicaram as fontes, a atuação de sertanistas oriundos da Vila de São Paulo na Capitania de Porto Seguro derivou das convocações dos paulistas para as guerras de conquista dos sertões da Capitania da Bahia, das fragilidades administrativas – ausência dos donatários – e, por fim, da incipiente povoação e precariedade geral decorrente desse cenário. Como e em que contexto se deu o processo?

Após a Restauração de 1640 e da ocupação holandesa em Pernambuco e anexas, a Capitania da Bahia passara a ensejar maior inserção no império português solicitando o mesmo reconhecimento e privilégios de Câmaras do Reino. Ainda que o nível de poder e

²⁷⁸ CARTA para o mamposteiro-mor sobre diversos particulares. Biblioteca da Ajuda. Códice 51-V-42.

influência da Bahia no Reino possa ser relativizado, a nível local a capacidade de decisão e mobilização da Câmara da Bahia demonstrou-se viável em diversas ocasiões. Nos processos de decretação de “guerra justa” aos indígenas, a manipulação da categoria “bárbaro” foi recurso muito utilizado pela Câmara da Bahia para a conquista de territórios indígenas a Oeste alcançando poder de influência sobre Câmaras de outras capitanias em articulação que se estendeu por um vasto território da América Portuguesa.²⁷⁹ É nesse ínterim que a Capitania de Porto Seguro, e mais intensamente a povoação do Rio das Caravelas se inseriu no contexto de circulação de sertanistas oriundos de São Paulo e do processo de guerras contra os indígenas.

Consideramos o principal ponto de entrada da movimentação sertanista na capitania a organização da expedição de Estevão Ribeiro Baião Parente para as guerras de conquista nos sertões da Capitania da Bahia. No contexto, a Câmara da Bahia articulou a entrada e convocou bandeirantes paulistas com experiência de guerra aos indígenas no intuito de auferir resultado positivo na conquista dos seus sertões. No entanto, a expedição envolveu grande número de sujeitos. Segundo Capistrano de Abreu, após as investidas dos indígenas a Capanema e Aporá, nos sertões da Bahia, “houve a ideia de chamar gente de São Paulo. Acudindo ao convite, Domingos Barbosa Calheiros embarcou em Santos; na Bahia se dirigiu para Jacobinas, mas deixou-se iludir por Payayás domesticados, e nada fez de útil”. Ainda segundo Abreu, após a derrota de Calheiros e a continuidade das investidas dos indígenas do sertão resultando na declaração de guerra justa em 4 de março de 1669 novamente sob o comando de paulistas. Capistrano de Abreu descreveu o processo da seguinte forma:

Em agosto de [16]71 chegou a gente embarcada, com cuja condução a Câmara do Salvador despendeu mais de dez contos de réis. Eram dois os chefes principais, Braz Rodrigues de Arzão, e Estevão Ribeiro Bayão Parente. Fizeram de Cachoeira base das operações que duraram anos. Braz Rodrigues retirou-se depois de tomar, na margem esquerda do Paraguaçu, a aldeia do Camisão. Estevão Ribeiro guerreou sobretudo na margem direita, onde conquistou a aldeia de Massacará.²⁸⁰

Na ocasião, a povoação de Caravelas, na Capitania de Porto Seguro, foi a principal fornecedora de farinha.²⁸¹ Responsável por entregar 500 alqueires de farinha para prover

²⁷⁹ MARQUES, Guida. Do índio gentio ao gentio bárbaro: usos e deslizes da guerra justa na Bahia seiscentista. In: **Revista de História**, São Paulo, n. 171, p. 15-48, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/89006>. Acesso em: 14 fev. 2021.

²⁸⁰ ABREU, Capistrano. **Capítulos de História Colonial**. Rio de Janeiro: M Orosco & C. (impressores), 1907, pp. 106-107.

²⁸¹ CARTA que se escreveu aos oficiais da Camara da Villa de São Paulo sobre a mesma jornada. Bahia, 18 de setembro de 1670. DHBN, Vol. VI, p. 150 e 151.

a expedição, Caravelas teria sido a melhor opção em função dos preços praticados em outras regiões de produção como Camamu e Boipeba.²⁸² Além da farinha, a Câmara da Bahia se responsabilizou pelo pagamento de 400.000 réis, a disponibilização de indígenas das aldeias da Coroa e embarcações para o transporte dos sertanistas.²⁸³

Segundo Capistrano de Abreu, parte dos sertanistas oriundos de São Paulo que foram às guerras nos sertões da Bahia e até os sertões do Maranhão e Pará “não tornaram mais a São Paulo, e preferiram a vida de grandes proprietários nas terras adquiridas por suas armas”.²⁸⁴ Não obstante a discordância com Abreu sobre a fixação de paulistas nas áreas em que atuaram, visto que muitos retornaram à Vila de São Paulo, foi possível perceber também a continuidade de ações belicosas contra grupos indígenas com o interesse em cativos.

Na Capitania de Porto Seguro, há intensificação de ações de entrada e captura de indígenas lideradas por paulistas como no caso da atuação de Manuel Ferreira da Fonseca acompanhado de Carijós. Segundo carta destinada ao capitão-mor de Porto Seguro datada de 1673,

do que o carijó tiver obrado faça Vossa Mercê um auto e com ele me remeta preso a bom recado para se lhe dar o castigo que merece; e procure Vossa Mercê desarmar todos os bárbaros, como já ordenei ao capitão Agostinho Coelho, o qual me deu conta de haverem descido cento e tantos arcos e agora pelo escrito serem trezentos, ou quatrocentos, que podem dar grande cuidado, se se não usar de indústria se se lhe não tomarem as armas dizendo-lhe que se eles como amigos se vêm amparar de nós não [devem] andar entre nós como inimigos. E visto ser tão grande o número de arcos, supponho ser muito maior o das famílias. E assim deve Vossa Mercê repartir pelos moradores daquele Rio e por todos os dessa capitania conforme for o cabedal de cada um, porque divididos e desarmados estarão os moradores de uma e outra parte mais seguros, e estarão mais capazes de os poderem sustentar e recebendo todos o benefício de terem quem os ajude em suas lavouras. Esta repartição se há de fazer com toda a proporção e igualdade para se evitarem as queixas.²⁸⁵

Outra ação registrada foi a de Manuel da Matta que rendeu no Rio Mucuri “com seus escravos e familiares sessenta bárbaros destes, e trazendo-os em boa paz para sua casa Vossa Mercê [capitão de Porto Seguro] os tomara e os repartira com Vossa Mercê [...] pedindo-me a administração deles”.²⁸⁶

²⁸² CARTA que se escreveu ao Capitão-mor de São Vicente Agostinho de Figueiredo sobre a jornada do gentio. Bahia, 19 de setembro de 1670. DHBN, Vol. VI, p. 148 e 149.

²⁸³ CARTA que se escreveu aos oficiais da câmara de São Paulo. Bahia, 14 de outubro de 1670. DHBN, Vol. VI, p. 162.

²⁸⁴ ABREU, Capistrano. Op. Cit. 1907, p. 160.

²⁸⁵ CARTA para o capitão de Porto Seguro. Bahia, 22 de julho de 1673. DHBN, Vol. X, p. 88 e 89.

²⁸⁶ *Ibidem*.

De acordo com a política indigenista da Coroa portuguesa os indígenas eram livres desde quando não representassem ameaça ao projeto colonizador. Nesse caso, o descimento dos indígenas à povoação revelou um duplo aspecto do processo. Por parte dos colonos houve grande temor pela presença de grande quantidade de indígenas armados pela potencialidade de rebelião e aniquilamento da povoação. Por outro lado, o ato de descer à povoação representou a tentativa de uma política de aliança e proteção em função dos perigos trazidos pelas ações dos paulistas interessados na aquisição de escravos.

Não obstante, um elemento em particular mereceu grande atenção. Diante dos impedimentos legais e morais no que diz respeito à liberdade dos indígenas, os colonos aprenderam a driblar a legislação em função de suas necessidades de reprodução da mão de obra escrava indígena. Logo,

assumindo o papel de administradores particulares dos índios – considerados incapazes de administrar a si mesmos –, os colonos produziram um artifício no qual se apropriaram do direito de exercer pleno controle sobre a pessoa e propriedade dos mesmos sem que isso fosse caracterizado juridicamente como escravidão.²⁸⁷

Na prática, a presença dos paulistas, além de representar a fixação e desenvolvimento de atividades produtivas por parte de alguns deles em outras capitâneas, significou a continuidade da exposição dos indígenas à violência e ao cativo como é possível verificar em queixas de abusos de Estevão Ribeiro Bayão:

Os efeitos da guerra feita deste gentio são tão horríveis que nenhum ministro de V. A. que tiver notícia deles, e temor de Deus virá jamais em que se faça; e de nenhuma maneira por homens de S. Paulo, como é Estevão Ribeiro Bayão: pelos grandes insultos, e ofensas, que nas ditas conquistas, e guerra cometem contra Deus, e contra aqueles pobres inocentes: e muito menos na ocasião presente, em que é certo não continuam as relíquias do gentio nas hostilidades passadas, mas vivem retirados nos seus sertões assombrados, e escandalizados das injustiças, e crueldades, que viram se usavam com eles na guerra, e depois dela: e só, como bem e verdadeiramente diz o mestre de campo general na informação que dá, alguns em defesa própria, e do que lhes fez um índio dos homens de S. Paulo, e um negro tratando-os mal, e ferindo-os quando fugiam, os mata[vam]; e tudo o mais que se diz, é levantado por Estevão Ribeiro Bayão homem de S. Paulo, que tem uma feitoria junto à freguesia de S. Bartholomeu pelo de Maraguigippe, e nela alguns índios, e homens de sua facção da dita Vila de S. Paulo, e com eles esta fingindo assaltos, que manda dar pelos ditos seus índios disfarçados, e antão persuade aos moradores que é gentio bravo, interesse que tem na guerra, vendendo os pobres inocentes e sustentando-se do preço deles, como é costume de quase todos de S. Paulo e desta tão tremenda

²⁸⁷ MONTEIRO, John Manuel. Op. Cit. 1995, p. 137.

maldade deve V. A. mandar-se informar pelo mestre de campo general, encarregando-lhe encarecidamente, para se lhe pôr o devido remédio.²⁸⁸

Na mesma queixa, a recomendação é de que fossem “reduzidos” por meio de missionários “mandando V. A. escrever ao Provincial da Companhia, que mande dois religiosos peritos na língua a aqueles sertões fazer-lhes falas, e persuadi-los a que se aldeiem, e ajuntem, e ou desçam para junto aos portugueses, ou fiquem no sertão com os ditos religiosos”. De acordo com a queixa, a “guerra, além de inumeráveis ofensas de Deus, se segue acabar-se o gentio, sendo a sua conservação tão necessária para o bem e aumento do dito Estado”.²⁸⁹

Ainda assim, na Capitania de Porto Seguro, os paulistas conseguiram não só permanecer por determinado período como ocupar cargos na administração. O destaque dado pelas fontes compulsadas para este trabalho foi da atuação de um mestre de campo que compôs o grupo que acompanhou Estevão Ribeiro Baião Parente, João Viegas Xorte.²⁹⁰

Entretanto, se até a primeira metade do século XVII as entradas movidas a partir da Capitania de Porto Seguro não resultaram em novos aldeamentos, a partir da segunda metade dos seiscentos a experiência em tela permitiu assentamentos permanentes. Assim, embora o retorno dos inacianos a capitania em 1620 tenha sido acompanhado da fundação de dois aldeamentos (São João e Espírito Santo), as cartas de doação das sesmarias das respectivas aldeias só foram registradas na década de 1680.²⁹¹

Datada de cinco de janeiro de 1685, a carta de sesmaria justificou a concessão da terra por os indígenas estarem “lavrando em terras dos brancos por não lhes haver[em] consignado terra própria onde lavrem”. O argumento sinalizou que foi em grande “detrimento seu (Padre Superior da Casa da Companhia da Vila de Porto Seguro), e os

²⁸⁸ **PAPEL** feito a S. A. contra Estevão Ribeiro Baião sobre a insolências homens de S. Paulo fazia ao gentio para os cativar, e vender. Códice 50-V-37, folha 228-228v.

²⁸⁹ **PAPEL** feito a S. A. contra Estevão Ribeiro Baião sobre a insolências homens de S. Paulo fazia ao gentio para os cativar, e vender. Códice 50-V-37, folha 228v.

²⁹⁰ Friedrich Siering, em estudo sobre a conquista dos Maracás sistematizou a composição da tropa de Estevão Ribeiro onde inseriu a informação da ocupação de Viegas Xorte em que podemos confirmar a presença do capitão como mestre de campo na expedição. Cf. SIERING, Friedrich Câmara. **Conquista e dominação dos povos indígenas**: resistência no sertão dos Maracás (1650-1701). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008, p. 108. Ademais, João Viegas Xorte era casado com Isabel Dias Leme e a verificação de seu testamento há anotação de que “estava ausente no sertão”. O testamento de Isabel Dias Leme por de ser consultado em: <http://www.projetoconpartilhar.org/Familia/AntonioRodriguesBaiao.htm>. Último acesso em: 10/11/2021.

²⁹¹ **REGISTO** da sesmaria por que se deram quatro léguas de terra em quadra aos índios das Aldeias São João e Espírito Santo, duas pra cada Aldeia junto ao rio que chamam Frade na Capitania de Porto Seguro. Arquivo Nacional. Tesouraria da Fazenda da província da Bahia. Códice 155. Doc. 283.

Senhores Reis de Portugal, lhes manda[ram] dar terras onde [fizessem] suas lavouras para si e seus filhos”.²⁹²

No mesmo contexto, foi verificado o registro de doação de sesmarias aos principais das aldeias. Conforme a carta, Dionísio Bravo, Gaspar Álvares, José Gomes, Manoel Dias e Cristovão, “índios capitão e principais da Aldeia do Espírito Santo” foram agraciados com datas de terra seguindo as leis e regimentos do rei de Portugal. Segundo a legislação em questão, a orientação era de que se desse “terras ao Gentio natural do Brasil de sua nação, onde ser[iam] fartos com comodidade e a seu gosto”.²⁹³ Finalmente, o documento fez consideração sobre a importância de os indígenas lavrarem sua própria terra e não dependessem da permanência na terra dos brancos onde lavravam.

A sesmaria doada aos principais foi demarcada a partir do “rio principal [daquela] Vila [...] para o sertão de oeste cinco léguas, e para a parte do sul uma légua de largo, servindo-lhe de marcação da parte norte o mesmo rio”.²⁹⁴ De acordo com a localização das sesmarias, a indicação das datas em direção ao sertão pôde representar o direcionamento para a ocupação ao interior mais próximo às terras com maior densidade populacional que eram as próximas à Vila de Porto Seguro.

As cartas de sesmaria acima foram datadas da década de 1680 e, portanto, no mesmo contexto de atuação dos sertanistas que provocaram o descimento de grupos indígenas para formar novos aldeamentos na povoação de Caravelas e na foz do rio Grande (atual Jequitinhonha). O detalhe que pôde oferecer indícios de diferenças entre as duas situações foi o de que as sesmarias dos aldeamentos jesuítcos e dos principais estavam localizadas nas proximidades da Vila de Porto Seguro. Os aldeamentos que foram resultado das ações dos sertanistas, por sua vez, se assentaram em regiões de fronteira ainda não povoadas ou parcamente habitadas.

Decerto, embora não tenha sido evidenciada de forma explícita, sobretudo enquanto política de Estado direcionada a Capitania de Porto Seguro, os descimentos apontaram indícios do direcionamento prático da ocupação de áreas de fronteira no litoral a partir da administração de aldeias de indígenas. Contudo, o fato não excluiu o principal interesse dos colonos no uso intensivo da mão de obra indígena para a viabilização de suas atividades econômicas. Porém, a experiência concreta pôde evidenciar que a garantia

²⁹² *Ibidem.*

²⁹³ **REGISTO** de uma sesmaria de cinco léguas de terra, e uma de largo, concedidas aos índios Capitão e Principais da Aldeia do Espírito Santo sita na Capitania do Porto Seguro a saber: Dionisio Bravo, Gaspar Alvares, José Gomes, Manoel Dias, e Christovão. Arquivo Nacional. Tesouraria da Fazenda da província da Bahia. Códice 155. Doc. 309.

²⁹⁴ *Ibidem.*

da ocupação do limite norte e da fronteira mais ao sul só foi garantida com a incorporação de grupos indígenas.

CAPÍTULO 5 – A fronteira Sul: os Araraó e a elevação da Vila de Caravelas

O capítulo tem como objetivo demonstrar e comprovar o argumento de que a movimentação de sertanistas na Capitania de Porto Seguro fora produto de uma política que - a despeito da legislação indigenista e atendendo as pressões de um contexto de crise e carência de mão de obra na América portuguesa – estimulou a ação de paulistas que promoveram intenso deslocamento de populações indígenas de diversos grupos tendo como resultado a efetivação das fronteiras Norte e Sul da capitania com a formação de assentamentos permanentes derivados da fixação destes povos em administrados por particulares.

Nesse sentido, consideramos a elevação da Vila de Santo Antônio do Rio das Caravelas como a fronteira habitada mais ao Sul sendo viabilizada por um conjunto de descimentos voluntários ou não de indígenas. Da mesma maneira, o assentamento de um grupo de Kamakã Meniã nas margens e próximo a foz do rio Jequitinhonha produto de um descimento voluntário formalizou a fronteira Norte da capitania a partir da administração particular do Padre Francisco Barjon – que será analisado no capítulo seguinte.

As diferenças entre o caso da Vila de Santo Antônio do Rio das Caravelas e do aldeamento dos Meniãs – que no século XVIII será transformada na Vila de Belmonte – estão em algumas especificidades, embora estejam inseridas em um mesmo movimento. Assim, em Caravelas, o aldeamento era particular, administrado por um capitão, sertanista e não permaneceu com o mesmo modelo de administração por muito tempo sendo substituído pela administração religiosa após intervenção da Junta das Missões. Por outro lado, o aldeamento do religioso, às margens do rio Grande – atual Jequitinhonha – perdurou sob a administração da mesma família até as reformas pombalinas na segunda metade do século XVIII quando foi transformado em uma vila de indígenas sob o nome de Belmonte – onde se localiza o atual município de mesmo nome.

5.1 – A “frecha” dos Carijós

No dia 22 de julho de 1673 Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, então Governador-Geral, escreveu carta de advertência ao Capitão-Mor de Porto Seguro, Sebastião de Moura, com o seguinte comunicado:

Aquí fui informado que se lançara em casa de uma D. Maria de Miranda uma frecha com um escrito em que dizia que despejasse, e que se o não fizesse eram aquelas as armas dos Carijós, e se me representou que poderiam deste excesso resultar outros maiores insinuando que favorecia Vossa Mercê os complexos

nele é necessário que Vossa Mercê evite por todos os meios repetir-se-me semelhante notícia, para se evitar assim a aspereza com que hei de mandar castigar qualquer desordem que suceda.²⁹⁵

Ainda que não pudéssemos comprovar a veracidade da ameaça, o caso da agressão a D. Maria de Miranda, na Capitania de Porto Seguro, esteve inserido em um contexto de intensificação de relações conflituosas em muitas capitanias da América portuguesa.

Na Capitania da Bahia, a expansão da economia açucareira em finais do século XVI até a primeira metade do século XVII forçou a exploração de territórios em direção ao interior para a criação de gado com objetivo de suprir o abastecimento nos centros de maior população, com maiores concentrações de engenhos e, por sua vez, de maior consumo. Ademais, a pecuária assessorava todo o complexo açucareiro fornecendo a tração necessária para o funcionamento das moendas, para transporte de mercadorias, alimento “para os habitantes dos canaviais e das cidades do litoral; e fornecia, acessoriamente, o couro, que era utilizado para embalar os rolos de tabaco ou exportado como matéria-prima para Portugal”.²⁹⁶ É nesse ínterim que a atividade pecuarista se relacionava diretamente com a ocupação de regiões do interior da colônia considerando-se, sobretudo, as características e necessidades da criação à época. De acordo com Puntoni, “as necessidades da criação do gado, como a extensibilidade, forçavam a pecuária a ocupar regiões mais interioranas, ainda mais quando se valorizou o preço das terras próximas dos portos de embarque e dos cursos fluviais”. Somando-se a isso, “a criação de animais nestes pastos sem fechos, isto é, na situação particular de inexistência de formas mais aprimoradas de controle, e meio ao Deus dará fazia-se extremamente perigosa às plantações de cana, mandioca e outras”.²⁹⁷

Embora a pecuária tenha sido desenvolvida acompanhando todo o processo de formação da economia açucareira, a segunda metade do século XVII ofereceu cenário favorável à sua expansão em função de uma série de fatores. De modo geral, o período pôde se caracterizar por mudanças na estrutura econômica do Império português que, conseqüentemente, impactou a posição da economia da América portuguesa. O primeiro elemento de impacto no contexto ensejado foi o crescimento da concorrência no mercado Europeu de açúcar após a emergência de outros centros produtores. Desde a primeira metade do século XVII, a ofensiva neerlandesa às colônias portuguesas integrou a guerra

²⁹⁵ PARA o Capitão-mor de Porto Seguro Sebastião de Moura. Bahia, 22 de julho de 1673. DHBN, vol. VIII, p. 382.

²⁹⁶ PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002. – (Estudos Históricos; 44), p. 22.

²⁹⁷ *Ibidem*.

entre Holanda e Espanha após o processo de separação dos países baixos do Império espanhol que além de político adentrou o campo religioso e econômico.²⁹⁸

Assim, como efeito direto, o açúcar brasileiro sofreu com a queda de preço nos mercados europeus não somente após as investidas holandesas, mas com a constituição de colônias voltadas para a produção no Caribe também por ingleses. Paralelamente ao mercado de açúcar na Europa, a concorrência se estendeu a um ramo vital para a produção açucareira e que também constituía importante parte da economia tanto como produto de venda quanto se constituindo em fator de produção basilar para os engenhos. Conforme Schwartz,

Enquanto o preço do açúcar caía, o dos escravos subia. Tais problemas, aliados a uma série de colheitas ruins e dificuldades estruturais, como a expansão excessiva da indústria, apontavam para tempos cada vez mais difíceis na colônia. Para vários historiadores, o ano de 1670 marc[ou] o início dessa situação.²⁹⁹

Aos problemas de ordem política e militar, assinalados no capítulo anterior, trinta anos após a Restauração de 1640 a América portuguesa se deparou com forte crise econômica que atingiu o seu ápice em 1670. Complementando o quadro, a escassez de acesso a prata e, conseqüentemente, circulação de moedas que fora facilitada no período da união das coroas ibéricas (1580-1640) representou cenário crítico para a colônia. Assim, ainda conforme Schwartz,

o período pós-1670 foi uma época de penetração generalizada no interior e de renovação do interesse pela busca de riquezas minerais. A eliminação dos grupos indígenas do sertão era duplamente importante: protegia as fazendas de depredações perpetradas pelos índios e abria novas áreas para mineração e criação de gado. Essa última atividade tornou-se cada vez mais importante devido a um ativo comércio de couro entre Brasil e Portugal. Da vila de São Paulo, no Sul, havia muito ponto de partida dessas incursões de exploração e descimento, passaram a sair novas expedições, com vigor renovado. Parte delas dirigiu-se para o Norte, na área que depois formaria as Minas Gerais, a zona da grande descoberta de ouro em 1695; outras encaminharam-se para as planícies do Sul.³⁰⁰

Contudo, este cenário esteve muito circunscrito às capitanias da Bahia e de Pernambuco e traduziu realidade mais aproximada dos maiores centros de produção e exportação de açúcar da colônia. Como expomos no capítulo anterior, as capitanias ao

²⁹⁸ MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias. **Equus Rusus**: a Igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624-1654). Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2010.

²⁹⁹ As excelências do governador: o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676) / organização Stuart Schwartz e Alcir Pécora: tradução Alcir Pécora e Cristina Antunes. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 24.

³⁰⁰ **AS EXCELÊNCIAS DO GOVERNADOR**, op. cit. p. 26

Sul, distantes dos principais centros de consumo, quase sempre se obrigaram a recorrer a alternativas de sobrevivência que estiveram associadas a penetração ou certa circulação nos sertões seja em função do estabelecimento de atividades extrativistas, busca por minerais ou aquisição de cativos.³⁰¹

Se a precisão da análise do contexto econômico exposto descortinou a acentuação do impulso às entradas ao sertão, o lugar dos que o habitava foi, em grande percentual de importantes estudos, relegada ao obscurantismo e, o que pode ser mais complicado ainda, a um papel negativo. Em trecho citado anteriormente, foi possível verificar como os indígenas foram retratados; considerados como entrave à expansão de atividades produtivas entendeu-se que as ações dos indígenas tinham como efeito uma série de depredações e ataques a fazendas de gado, cana de açúcar ou qualquer outro empreendimento colonial.

Todavia, se a análise buscou, mesmo que de forma limitada, abrir espaço para a perspectiva indígena não seria muito difícil constatar que as ações dos povos indígenas eram consequências de uma série de violações. Na realidade, os movimentos de penetração aos sertões causaram uma série de danos à sobrevivência de uma enorme diversidade de grupos indígenas que o habitava. Assim, a violação de seus territórios fora sentida gravemente e o que ficou marcado como ataques e depredações indígenas nada mais eram do que a ação política indígena consciente de resistência, defesa e enfrentamento das investidas impostas pelos agentes da colonização.

Outro detalhe necessário a se assinalar é que parte considerável das tentativas de conquista de territórios interioranos, sobretudo quando o objetivo era controlar diretamente grupos indígenas e estabelecer assentamentos portugueses permanentes, soçobraram. É o caso, no contexto em questão, da tentativa de criação e manutenção de uma praça-forte na Serra do Orobó após as ações de Tomé Dias Laços contra os Paiaiaí. Após muitos soldados morrerem por doenças e pequenos conflitos, a praça-forte foi abandonada.³⁰² Sobre a Capitania de Porto Seguro, não há registros de constituição e

³⁰¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 14. Sobre a mobilidade dos habitantes da vila de São Paulo, Sérgio Buarque de Holanda sentenciou em trecho a seguir: “a mobilidade dos paulistas está condicionada, em grande parte, a certa insuficiência do meio; insuficiência para nutrir os mesmos ideias de vida estável, que nas terras da marinha puderam realizar-se quase ao primeiro contato mais íntimo entre o europeu e o mundo novo. Distanciados dos centros de consumo, impossibilitados, por isso, de atrair em grande escala os negros africanos, deverão eles contentar-se com o braço indígena, com os negros da terra; para onde obtê-los é que serão forçados a correr sertões inóspitos e ignorados.”

³⁰² Além da obra de Puntoni, op. cit. 2002, outro trabalho importante e bibliografia referência para o estudo dos Paiaiaí no século XVII pode ser conferido em SANTOS, Solon Natalício Araújo. **Conquista e resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas**: Tapuias, tupi, colonos e missionários (1651-1706).

permanência de assentamentos portugueses no interior. Na Capitania do Espírito Santo, as iniciativas também não geraram resultados, como visto anteriormente.

Assim, o que mais se aproximou da realidade no contexto em tela foi a de uma colonização limitada e com poucas chances de sucesso em impor controle direto pela força diante de um território muito vasto, diverso e habitado por uma gigantesca diversidade de povos, de variadas nações. Tal diversidade suplantava as iniciativas de imposição direta decorrente do processo de colonização portuguesa.

A sobrevivência e até mesmo o avanço da conquista e, também, da continuidade da colonização assim como os seus desdobramentos se utilizaram de recursos diversos, de acordo com os contextos. Nesse sentido, parte considerável dos avanços portugueses sobre os sertões obtiveram êxito contando com a atuação direta de indígenas. Além da integração de grupos de soldados indígenas nas tropas de conquista, avanços foram viabilizados com a efetivação de alianças entre determinados grupos indígenas e que não eram somente as matrimoniais; houve a concessão de cartas patente a diversos principais de aldeia.³⁰³

Na Capitania da Bahia, uma série de cartas patente dando posse a indígenas de diversas nações do cargo de capitão-mor em aldeias das diferentes etnias que ocupavam seus respectivos territórios nos forneceu a possibilidade de olha-las como um esboço de uma teia definidora da geografia da colônia tomada das referências territoriais indígenas.³⁰⁴

Nesse sentido, foi possível entender a configuração deste tipo de relação social não em função de uma escolha da Coroa ou dos conquistadores, mas, sobretudo, pelas condições oferecidas no processo de experiência concreta do movimento em direção ao interior. Logo, a impossibilidade material – a falta de recursos humanos, militares e

Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2011.

³⁰³ Consultamos as cartas patente no maço 335 da seção colonial e provincial do Arquivo Público do Estado da Bahia.

³⁰⁴ Como exemplo, conferir as cartas patente: CARTA PATENTE de Sargento-Mor da Aldeia do Camamú da administração dos Religiosos da Companhia de Jesus, provido na pessoa de Estevão Pedrozo índio da mesma aldeia. APEB-Seção colonial e provincial, maço 336, doc. 30; CARTA PATENTE de capitão-mor da Aldeia do Camamú provido em João Javeira Xavier. APEB-Seção colonial e provincial, maço 336, doc. 57; CARTA PATENTE de capitão-mor dos Payaya que habitam na Jacobina e Morro dos Chapéus provido em Antonio Gonçalves índio da mesma Aldeia. APEB-Seção colonial e provincial, maço 336, doc. 79; PATENTE de capitão-mor da Aldeia dos índios Urumarus concedida a Cosme Moreira. APEB-Seção colonial e provincial, maço 336, doc. 223; PATENTE de capitão dos índios da Aldeia de Tujupeba provido na pessoa de Pedro Galvão índio da mesma aldeia. APEB-Seção colonial e provincial, maço 336, doc. 225; PATENTE de capitão-mor dos Payayazes das Jacobinas e Morro dos Chapéus, provida em Paulo Gonçalves. APEB-Seção colonial e provincial, maço 336, doc. 226; PATENTE de capitão-mor da aldeia dos índios “Parnaquius” na pessoa de Cristovão Afonso. APEB-Seção colonial e provincial, maço 336, doc. 234; PATENTE de capitão dos índios Parnaquius provido na pessoa de Jacinto Afonso. Índio da mesma nação. APEB-Seção colonial e provincial, doc. 235.

econômicos – para viabilizar a permanência nos sertões, distante do circuito comercial, administrativo e religioso das principais vilas do litoral forçou a incorporação dessas aldeias bem como de suas lideranças à sociedade colonial, mesmo que isso não implicasse o cumprimento de regras e profunda atuação das instituições coloniais no cotidiano delas.

Então, foram as condições materiais que acabaram por definir o modo como esses núcleos de povoação que anos após se transformaram em povoações e vilas portuguesas se organizaram, embora seja necessário não perder de vista que o objetivo central era o controle e cada vez maior incorporação e submissão à administração portuguesa, elemento que prolongará as situações de conflito.³⁰⁵

É possível sintetizar os movimentos de conquista em uma primeira fase de guerra e extrema violência seguida da captura de cativos pelos principais envolvidos nas investidas e um segundo momento de tentativa de incorporação dos sobreviventes à sociedade colonial. Em todas as fases os prejuízos materiais e socioculturais aos indígenas foram profundos que incorreram desde as perdas populacionais devido aos números de mortos nos ataques até a árdua tarefa de se adaptar a uma realidade muito diversa das suas de origem. O fato mais evidente é que submeter à força e controlar uma vastidão territorial e populacional como a do Brasil estava fora do alcance do Estado português e de seus súditos. Para se realizar uma entrada era necessário um aporte que gerava custos para as despesas de transporte, alimentação, pagamento de oficiais e outros imprevistos. Em parte considerável delas as dificuldades eram imensas e o financiamento precário como foi possível verificar em um caso que ocorreu algumas décadas antes da chegada de Estevão Baião Parente. Segundo documento, ao final do ano de 1629, “desceu o gentio levantado sobre a Capitania de Paraguassú matando oito pessoas e ferindo muitas”.³⁰⁶ De acordo com Diogo Luiz de Oliveira, governador-geral, a ação dos indígenas deveria ser respondida com guerra “em cumprimento das provisões de sua Magestade que estão neste Estado em que manda o que se deve fazer em caso semelhante”.³⁰⁷

Entretanto, se por um lado o impulso à guerra era grande assim como o julgamento da sua legitimidade, por outro, as condições materiais necessárias para a sua execução não o eram. Assim, diante dos poucos recursos disponíveis para se investir na guerra o governador e proponente lançou mão da seguinte proposta: “a despesa da guerra se devia

³⁰⁵ Cf. SALES SOUZA, Evergton. Missionários, índios e sociedade colonial no nordeste da Bahia: Natuba, séculos XVII e XVIII. **Revista de Índias**. LXXIX/276 (Madrid, 2019): 339-367. <https://doi.org/10.3989/revindias.2019.010>.

³⁰⁶ **REGISTO** da provisão que passou o governador Dom Luís digo o governador Diogo Luiz de oliveira sobre o cruzado que se tirou pelos moradores para a entrada do sertão. Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB. Seção Colonial e Provincial. Maço 264, fol. 71.

³⁰⁷ *Ibidem*.

de fazer a conta dos moradores de todas as capitanias do exército e entorno desta Bahia por ser geral a utilidade e conveniência”.³⁰⁸ O financiamento se daria a partir da contribuição de um cruzado por morador. Todavia, a iniciativa fora suspensa em função da chegada dos holandeses em Pernambuco.

Sobre a capitulação da campanha antes mesmo de acontecer e em função da presença holandesa em Pernambuco, ficou evidente os limitados recursos e o alcance ainda restrito do Estado português a borda do mar representado por uma sociedade colonial mais concentrada no litoral. A justificativa do cancelamento foi baseada na atribuição de maior importância da resistência aos holandeses fundamentada na necessidade de gente para a defesa. Nesse sentido, ficou claro a prioridade dada ao litoral e a produção de açúcar, intimamente ligada ao mercado internacional.

Assim, para melhor esclarecer a nossa análise, a ocupação holandesa e posteriormente o processo de saída de Portugal da monarquia hispânica (Restauração de 1640) provocou a percepção da importância do domínio territorial e que este dependia, em larga medida, da consolidação de alianças com os diversos grupos que ocupavam, sobretudo, o interior mais próximo, nos arredores do litoral, dos centros de produção e consumo. Entretanto, embora houvesse algumas iniciativas, se priorizou as ações em defesa dos assentamentos litorâneos por uma questão econômica e por se tratar ainda de uma ocupação sensível e rarefeita, embora conectada com a circulação internacional. Após a saída dos holandeses de Pernambuco (1654) e do estabelecimento de um acordo de paz com a Espanha (1668), o imperativo de se ampliar as fontes de receita com o desenvolvimento de outras atividades voltadas para a produção de riqueza (sobretudo a pecuária e a mineração) possibilitou a efetivação de ações com efetivo maior. Nesse contexto, as ações puderam contar com maior empenho, investimento e mobilização de gente em diversos pontos da América portuguesa. O período inicial dessa mobilização se deu a partir da década de 1670 e com destaque ao governo de Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça.

Não obstante e conforme Puntoni, desde a década de 1650 há tentativas de conquista dos sertões como missão punitiva aos indígenas do Recôncavo. Em sua análise, o historiador dividiu os episódios em quatro movimentos cada um deles relacionado a um espaço-tempo: 1) jornadas do sertão (1651-1656); 2) a guerra do Orobó (1657-1659); 3) a guerra do Aporá (1669-1673) e as guerras do São Francisco (1674-1679). Porém, embora já apresente as articulações para a atuação dos paulistas no governo de Francisco

³⁰⁸ *Ibidem.*

Barreto sob a mesma justificativa de maior habilidade para a lida nos sertões, considerou as campanhas anteriores a guerra do Aporá de pouco sucesso. Antes da campanha do Aporá, em 1663, as ações de Gaspar Rodrigues Adorno após descer a Salvador onze principais das aldeias da região de Jacobina constituindo aliança, teria seguido ordens do Conde de Óbidos para transferir “todas as aldeias da Jacobina que estivessem nas cabeceiras dos rios Iguape, Cachoeira, Maragogipe e Jaguaripe” para áreas mais próximas às povoações portuguesas no intuito de garantir a sua defesa.³⁰⁹

Contudo, segundo Schwartz, iniciativa semelhante a que foi posta em prática por Affonso Furtado já havia sido tentada por Alexandre de Sousa Freire, governador anterior, ao se mobilizar perante o Tribunal da Relação obtendo declaração de guerra justa contra os indígenas que habitavam os sertões da Bahia. Alexandre de Sousa Freire buscou negociar com o paulista Pedro Vaz e após a negativa deste se convocou outros dois sertanistas de São Paulo. Estevão Ribeiro Baião Parente e Brás Rodrigues de Arzão aceitaram comandar a campanha em 1670, todavia, a mesma só se efetivou a partir do ano de 1672.³¹⁰ A chegada dos paulistas deu início a um novo período. Conforme Schwartz,

da década de 1670 a meados do século XVIII, grupos de paulistas itinerantes eram encontrados nas áreas centrais e nordeste, de Minas Gerais ao Ceará, à procura de escravos fugidos ou em luta com índios hostis. Certas vezes, em sua constante busca de riquezas, terras e cativos, guerreavam até mesmo com colonos pacíficos e tribos amigas.³¹¹

Após o fracasso da primeira campanha ao longo do Rio Paraguaçu, os paulistas empreenderam uma segunda entrada entre os anos de 1672 e 1673 tendo como resultado a captura de cerca de 1500 indígenas. Posteriormente, outras expedições “resultaram nos povoados do Camisão, Massacará, Maracás e Santo Antônio da Conquista (depois renomeado João Amaro) – todas antigas vilas do sertão baiano, bem como a abertura de ambas as margens do Paraguaçu”.³¹²

Os efeitos das atividades dos paulistas não foram exclusividade da Capitania da Bahia e seu Recôncavo. Na Capitania de Porto Seguro, a partir da década de 1670 foi perceptível a intensificação dos relatos de conflitos com os indígenas. A “frecha” de carijó que acompanhou a ameaça à D. Maria de Miranda, ainda que não seja possível reconstituir em detalhes o ocorrido, certamente seja representativa da ação indígena em

³⁰⁹ PUNTONI. Op. Cit. p. 106

³¹⁰ SCHWARTZ, Stuart B. **AS EXCELÊNCIAS DO GOVERNADOR**, op. cit. pp. 21-22.

³¹¹ *Ibidem.*

³¹² *Ibidem.*

resposta as violências praticadas pelas atividades dos sertanistas na região ou em um território mais amplo, mas correspondente a área de ocupação de determinado grupo ou grupos indígenas. Nesse sentido, por se tratar de uma capitania de ocupação portuguesa rarefeita e de maior fragilidade de defesa em função da existência de menor número de praças, as povoações portuguesas da Capitania de Porto Seguro sofreram ataques mais diretos dos indígenas. Ainda assim, documentos com conteúdo semelhante disfarçam a constância e violência dos ataques aos grupos de indígenas que habitavam o entorno da capitania. Em linhas gerais, ao longo de várias décadas alternaram-se denúncias de pequenos ataques seguidos de pedidos de recursos e autorização para a guerra contra os indígenas sob justificativa da defesa das povoações e vilas.

Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça nasceu em Portugal e construiu sua carreira desde jovem servindo em diversas campanhas militares. As batalhas contra a Espanha no processo da restauração de 1640 lhe conferiu títulos, cargos e algum reconhecimento. Talvez, a trajetória do governador pouco favoreceu ao caso. A orientação punitiva aos indígenas provocou uma degola coletiva na povoação do Rio das Caravelas, Capitania de Porto Seguro, sob responsabilidade do capitão-mor Sebastião de Moura e que certamente fora endossada pelo então governador-geral, como veremos mais adiante.

Retornando à análise de Pedro Puntoni, é importante assinalar que a escolha de sua abordagem que fora direcionada à expansão colonial para o interior em que o principal elemento motivador foi econômico, com o avanço da pecuária, é rica em detalhes da perspectiva do colonizador. Assim, o historiador expôs com muita competência o processo de violência sofrido por diversos grupos indígenas que compunham o espaço delimitado das ações de conquista determinando como principais provocadores os colonos e administradores a serviço do governo-geral e da Coroa portuguesa. Assim, sobrou pouco espaço para as iniciativas indígenas, principalmente aquelas em que os próprios indígenas buscam a sua inserção na sociedade colonial como forma de garantir e usufruir do direito legal a liberdade que lhes cabia.

No caso de Sebastião de Moura, o descimento voluntário seguido da procura de paz em Porto Seguro implicou em processo criminal contra o capitão-mor por uso de violência extrema contra o grupo de indígenas. Nesse sentido, se na maioria dos relatos inseridos na “guerra dos bárbaros” os principais mobilizadores dos grupos indígenas foram os sertanistas a partir do uso da força, o que ocorreu ou ocorria quando eram os indígenas que procuravam paz?

Sebastião de Moura recebeu carta patente para ocupar o cargo de capitão-mor da Capitania de Porto Seguro no dia onze de julho de 1670. A carta assinada pelo governador-geral Alexandre de Sousa Freire concedeu mercê ao capitão em consideração aos serviços prestados a Sua Alteza “de doze anos a esta parte nos reinos de Portugal, e Angola, a que passou com socorro que Sua Alteza ali mandou entendendo-se que os holandeses iam invadir a praça de Luanda”.³¹³ No ano seguinte, após a posse de Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça como governador-geral, a patente foi ratificada com os mesmos termos: por “haver servido a Sua Alteza a esta parte no Reino de Portugal, e Angola, a que passou no socorro que Sua Alteza ali mandou, entendendo-se que os holandeses iam invadir a Praça de Luanda”.³¹⁴

De acordo com as informações das cartas patente atribuídas a Moura, poderíamos sugerir que a trajetória militar do capitão-mor fora de valor a Coroa portuguesa, entretanto, as experiências relatadas estiveram circunscritas a conflitos no Reino e em Angola sugerindo pouco contato com as ações indígenas. Ainda que aparentemente o processo de escolha de um administrador nem sempre levasse em consideração as habilidades ou experiência no trato com os indígenas, a escolha de Sebastião de Moura não se aproximou dos critérios utilizados por D. João IV ao enviar o primeiro capitão-mor após a sua aclamação, como vimos no capítulo anterior. Assim, a pequena quantidade de papéis que deram conta da atuação do administrador da capitania em questão descortinou pouca desenvoltura para a mediação de conflitos o que provocou problemas para os colonos, indígenas e para o próprio administrador.

O processo todo que envolveu o então capitão-mor de Porto Seguro tivera início um ano antes de sua posse. Foi o que revelou a carta a seguir:

O capitão-mor de Porto Seguro me escreveu que desceram a aquela Capitania uns Alarves, nunca vistos, de que os moradores estavam algum tanto atemorizados, porque aparecendo treze, tinham chegado oitenta, com mostras de amizade, e ele os havia contentado com ferramentas. Pediu-me que para sossego dos moradores, e confirmação da amizade dos Alarves, seria conveniente, que se passassem das Aldeias do Espírito Santo alguns casais dos Garamirins para a mesma Capitania, assim por ser notícia que lhe sabiam a língua, como por serem valorosos.³¹⁵

³¹³ **CARTA PATENTE DO POSTO** de Capitão-Mor da Capitania de Porto Seguro, provido na pessoa de Sebastião de Moura. DH-BN, vol. XII, p. 97.

³¹⁴ **PATENTE DO CARGO** de Capitão-Mor da Capitania de Porto Seguro, provido em Sebastião de Moura. DH-BN, vol. XII, p. 141.

³¹⁵ **CARTA** que se escreveu ao Capitão-Mor da Capitania do Espírito Santo Antônio Mendes de Figueiredo. DH-BN, vol. VI, p. 103.

A chegada do grupo indígena à Capitania de Porto Seguro pode ter sido consequência da movimentação dos sertanistas oriundos de São Paulo que teriam sido convocados pelo governador Alexandre de Sousa Freire. Todavia, a ação específica dos paulistas sobre o grupo nos fugiu a leitura e, portanto, a prova, por fragmentação nas informações e registros documentais embora seja possível levantar a suspeição de que os oitenta indígenas de um mesmo grupo que chegara a Porto Seguro tenham sido sobreviventes de uma investida violenta dos conquistadores.

Contudo, o mais importante a se levar em consideração é que a carta testemunhou a agência indígena ao articular a fuga, o deslocamento por uma vasta dimensão territorial – considerando-se serem de um grupo nunca visto na capitania – e, finalmente, a demonstração de amizade e necessidade de proteção a se considerar a legislação indigenista da Coroa portuguesa que garantia o direito à liberdade para os indígenas que se integrassem à sociedade colonial.

Outra informação que poderia esclarecer com mais precisão o processo seria a identificação étnica do grupo que desceu a capitania. Entretanto, no documento citado – que parece ser a primeira manifestação acerca do ocorrido – não consta nada que revele as origens do grupo de forma direta. A única pista que poderia desvendar de forma mais precisa as informações é o pedido de envio de alguns casais de Guaramirins de aldeias da Capitania do Espírito Santo por haver informações de que conheceriam a língua dos recém-chegados. Infelizmente, também não foi possível conhecer profundamente quais eram as origens dos Guaramirins e de que tronco linguístico se tratava para melhor captar a que grande tronco linguístico os neófitos pertenciam o que favoreceria não só a identificação de suas origens, mas permitisse um vislumbre dos possíveis interesses dos sertanistas ao atacar as suas aldeias originais.

Não obstante, embora o processo não tenha ficado claro logo a partir dos primeiros contatos e da circulação das informações iniciais, as motivações e a identificação do grupo em questão foram se apresentando em outros documentos que deram conta do processo de chegada de grupos indígenas na capitania. Logo, possivelmente o documento esteve tratando do mesmo grupo que passou a ser administrado por outro capitão-mor da Capitania de Porto Seguro na década de 1670.

O processo todo fora desencadeado após a petição do governador Alexandre de Sousa Freire na mesa grande do Tribunal de Relação da Bahia. O governador citou o caso dos ataques dos indígenas às capitanias de Porto Seguro e Ilhéus como recurso argumentativo para aprovação de entradas para a guerra contra as nações do interior da Capitania da Bahia. Segundo Sousa Freire,

A todos eram bem presentes, e notórios os grandes danos, e traições, que de muitos anos a esta parte, fizeram sempre as nações bárbaras do gentio da terra aos moradores que habitam esta Capitania (Bahia), e as mais próximas para o Sul; assaltando-os em suas casas, e fazendas, quando mais descuidados; e executando os roubos, e mortes que cada dia se ouvem as queixas, e vêm os estragos, obrados com tanta crueldade, que não exceptuam meninos nem mulheres; e se algum menino respeitam com vida é para o comerem; e mulher, para usarem mal dela, depois a matarem: atrocidades que já no ano de mil e quinhentos e [...tenta] e (*) usaram nas Capitânicas de Porto Seguro, e São Jorge dos Ilhéus como tal excesso, que quase todos seus moradores desampararam suas casas, e fazendas; e sendo elas bem povoadas, e ricas, vieram à pobreza, e miséria em que hoje se acham, sem jamais poderem tornar a seu primeiro Estado, e antiga prosperidade.³¹⁶

Em sentido oposto ao recurso utilizado pelos indígenas, os argumentos do governador tiveram o objetivo de mobilizar uma guerra, com autorização e aporte legal, contra os indígenas. Para tanto, Alexandre de Sousa Freire mobilizou a categoria “bárbaro” como chave para decretação de guerra justa contra os indígenas que habitavam o interior das capitânicas.³¹⁷

Embora não tenha citado, descrito ou identificado qualquer entrada partindo ou voltando à Capitania de Porto Seguro, o governador tomou a capitania como referência por causa da longa trajetória conflituosa entre colonos e indígenas de diversos grupos étnicos. Outrossim, Sousa Freire assinalou a explicação do principal motivo – para ele – da condição da Capitania de Porto Seguro. Nesse caso, o que foi reforçado por diversas fontes, reiteradas vezes, é que após um processo intenso de resistência indígena a capitania entrou em decadência em função da saída de muitos colonos após a intensificação de conflitos belicosos com grupos que viviam no interior, no final do século XVI.

É nessa questão que fomos insistindo ao longo da análise para demonstrar três aspectos. O primeiro deles é o de que após a crise de finais do século XVI a capitania passou por um processo de decréscimo continuado até a metade do século seguinte. O segundo é que no período da presença holandesa em Pernambuco alguns colonos e autoridades régias lograram certo acúmulo em função da intensificação da atividade extrativista de pau-brasil que permitiu aventurar e investir em outras atividades econômicas. O último ponto é que mesmo estando nas bordas das principais ações – que tiveram lugar de maior atenção na Capitania da Bahia – a vila (Nossa Senhora da Pena) e as duas povoações portuguesas (Rio das Caravelas e Santa Cruz) que sobreviveram a crise

³¹⁶ **PROPOSTA** que o Senhor Alexandre de Sousa Freyre fez em Relação sobre os Tapuyas e assento que sobre ela se tomou. DH-BN, vol. V, p. 208.

³¹⁷ Essa perspectiva pode ser conferida em MARQUES, Guida. Do índio gentio ao gentio bárbaro: usos e deslizes da guerra justa na Bahia seiscentista. In: **Revista de História**, São Paulo, n. 171, p. 15-48, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/89006>. Acesso em: 14 fev. 2021.

do final do século XVI passaram por crescimento demográfico substancial derivado dos descimentos de indígenas do interior que fugiam das ações dos sertanistas ou eram trazidos por eles e aldeados. Logo, a ocupação e desenvolvimento das povoações nos limites Norte e Sul da capitania foi garantido pela integração dos indígenas descidos e estabelecidos na região. Outrossim, a experiência contribuiu para a grande presença de grupos Jê nas povoações litorâneas e construiu as condições para a prática reformista da formação de vilas de indígenas na segunda metade do século XVIII.

Retomando o caso do capitão-mor Sebastião de Moura, as evidências documentais demonstraram que as habilidades militares do administrador no reino e em Angola não o dotou de competência para lidar com grande contingente indígena recém chegado a capitania. A reação mais imediata dos colonos à presença dos indígenas foi o vislumbre da possibilidade de sua utilização como mão de obra o que gerou uma série de conflitos em torno da administração deste novo contingente. Foi o que revelou a carta a seguir:

Aos oficiais da Câmara dessa capitania respondo sobre umas dúvidas, de que se me deu conta; que o que só deviam procurar, era unir-se com vossa mercê para tudo o que fosse serviço de Sua Alteza e quietação desse povo; e porque só isto é o que convém, e não quis por ora passar de outro meio, lhes advirto que se me chegar outra notícia de haver entre vossa mercê e eles a mínima diferença hei de castigar asperamente a quem for causa dela; me pareceu dizê-lo também a vossa mercê e encarregar-lhe (como faço) a concórdia que devem ter uns e outros.³¹⁸

O governador Affonso Frutado reiterou a ordem para que houvesse “quietação e concórdia” para a “conservação e sossego do povo” sob pena de punição severa aos desobedientes.³¹⁹

Nas ocasiões de ações que remetiam a conflitos a recomendação dos governadores, na maior parte dos casos, era de repressão a excessos dos colonos e autoridades locais. Assim, o horizonte era o da “estabilidade” e “equilíbrio” das relações sociais em função dos prejuízos e no caso da Capitania de Porto Seguro de certa vulnerabilidade devido à baixa concentração de militares e até mesmo de colonos para defesa em caso de uma rebelião ou ataque de maior proporção por parte dos indígenas.

³¹⁸ CARTA que se escreveu ao Capitão-Mor da Capitania de Porto Seguro Sebastião de Moura, sobre as dúvidas que têm os Oficiais da Câmara. DH-BN, vol. VIII, p. 299.

³¹⁹ CARTA que se escreveu ao Provedor da Capitania de Porto Seguro Marcos Malheiro Pereira. DH-BN, vol. VIII, p. 300.

Entretanto, esse não foi o sucesso do capitão Sebastião de Moura. Cercado por um contexto extremamente conflituoso, o capitão ordenou a degola de mais de quarenta indígenas, conforme informou um alvará. De acordo com o documento,

Tenho mandado vir a esta praça a Sebastião de Moura Capitão-mor da Capitania de Porto Seguro, a dar conta do excesso que cometeu em mandar degolar quarenta e tantos bárbaros dos que pacificamente haviam descido com mulheres e filhos a povoação do Rio das Caravelas a valer-se do amparo daqueles moradores com medo dos paulistas, segundo informou o seu intérprete.³²⁰

Sebastião de Moura foi preso e conduzido à Capitania da Bahia para julgamento e substituído, como vimos anteriormente, por um capitão com experiência nos sertões e oriundo da vila de São Paulo. Em 1674 Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, então governador-geral do Brasil, pediu urgência na tramitação da inquirição de Sebastião de Moura para dar andamento ao processo de punição. Na carta, Affonso Furtado assim escreveu:

Vi a carta de agosto próximo que Vossa Mercê me escreveu no barco que trouxe os soldados, Vossa Mercê remete na culpa do cabo a um ato que eu não vi; eu o mandei prender e ao que feriu, o sargento vem dessa capitania. E como ambos ficam presos, se Vossa Mercê não tem enviado ainda o auto, o faça vir com toda pressa. Na mesma carta me diz Vossa Mercê que espera pelo Ouvidor para me remeter a inquirição do Capitão-mor Sebastião de Moura, e sendo esta a primeira coisa que encarreguei a Vossa Mercê tirasse quando o mandei governar essa capitania, vejo o descuido com que Vossa Mercê a tem dilatado. Vossa Mercê ponha logo toda a diligência em me remeter esta inquirição sem demora alguma; e assim o espero de sua obrigação.³²¹

Certamente, a pressa em oferecer e tornar pública a punição de Sebastião de Moura se deveu a uma demonstração de exemplo para que toda a movimentação de indígenas se passasse de acordo com a política e legislação indigenista da Coroa portuguesa. Passada e reafirmada em diversos contextos da colonização, a legislação assinalava reiteradas vezes o direito à liberdade dos indígenas que buscassem paz e integração à sociedade colonial.

Contudo, a tensão mais evidente para o caso específico devesse estar mais associada a preocupação com um possível revide e, mais ainda, com o descontrole da situação na capitania afetando um certo “equilíbrio” nas relações já estabelecidas o que abriria espaço para convulsão social e violência. Segundo o próprio alvará passado ao

³²⁰ **ALVARÁ** passado ao capitão João Viegas Xortes para exercer o cargo de capitão-mor da capitania de Porto Seguro durante a ausência de Sebastião de Moura, capitão-mor daquela capitania. Bahia, 28 de setembro de 1677. Anais do Arquivo Público e Museu do Estado da Bahia – AAPEB, vol. 13, p. 96.

³²¹ **CARTA** para o Capitão-Mor da Capitania de Porto Seguro João Viegas Xorte sobre o cabo que mandou preso, e outros particulares. DH-BN, vol. VIII, pp. 405-406.

capitão subsequente, João Viegas Xortes, havia “receios dos Bárbaros dos que se lhe mataram no Rio das Caravelas”.³²² Nesse contexto, a resolução satisfatória de problemas dessa natureza era algo de extrema importância devido ao intenso processo de integração e exploração de indígenas na povoação de Caravelas ao longo dos trinta últimos anos do século XVII.

Partindo desse caso específico ao problema mais amplo que determinou todo o processo, foi imprescindível pensar as relações entre a continuidade da escravidão indígena e sua posição estruturante na sociedade colonial da Capitania de Porto Seguro e as diretrizes da política indigenista da Coroa portuguesa. As tensões entre as posições determinadas pelo olhar externo, administrativo, que se inseriu em tentativa de perceber uma concepção imperial de um Reino e os relatos das necessidades e práticas de colonos e oficiais administrativos na colônia forjaram os meios e os resultados que constituíram a forma como os indígenas se incorporaram através da exploração de seu trabalho e de suas habilidades.

Nesse sentido, a orientação da necessidade da formação de uma sociedade que integrasse os indígenas como parte do corpo social no período em tela estivera presente em parte da documentação sendo problematizada, defendida ou contestada. Assim, preocupações em torno de quando, o quê ou como foi possível manter alguns pactos ou rasgá-los se reiteraram ao longo do processo. Sem dúvidas, a convivência entre a lei e práticas contraditórias ou contrárias a ela formaram a tônica do processo.

Na ausência de documentação extensa dedicada ao debate acerca do lugar que os indígenas deveriam ocupar no processo de descimentos nesse contexto da segunda metade do século XVII, pinçamos alguns detalhes das informações sobre o Estado do Maranhão e Pará como recurso metodológico possível de vislumbrar algumas tensões no discurso.

Em todos os registros documentais, foi evidente a pouquíssima inserção das capitanias que estiveram à margem dos grandes centros produtores de açúcar na circulação e comércio de escravos africanos. Essa condição forçou reiteradas consultas e questionamentos acerca do “status” jurídico da escravidão indígena. Um dos exemplos foi acessado a partir de um memorial dos padres capuchos do Pará escrito no século XVII.

³²² ALVARÁ passado ao capitão João Viegas Xortes para exercer o cargo de capitão-mor da capitania de Porto Seguro durante a ausência de Sebastião de Moura. AAPEB. Op. Cit.

No memorial, os missionários pediram esclarecimentos à Mesa de Consciência e Ordens sobre como a ordem jurídica e religiosa regia os casos de permissão ou negação da escravidão indígena. Na ocasião, as perguntas direcionadas foram as seguintes:

1) se os de corda são cativos para sempre, ou até certo tempo (?); 2) se havemos de estar pela lei dos índios, que o que nasce de pai cativo, sendo a mãe livre, é cativo, e o que nasce de pai livre, sendo a mãe cativa, é também cativo (?); 3) se os índios das guerras que dão os brancos, ou os índios com sua ajuda forros, conforme provisão de S. Mgde.; 4) se as guerras que se dão, forem injustas, e nelas se tomar algum índio, que já era cativo dos Índios a que se deu a guerra, esse tal é cativo ou forro (?); 5) que S. Mgde. mande declarar uma provisão que àquelas posses mandou o Governador do Brasil Dom Luís de Souza em que manda que o gentio que descer do sertão, em companhia de algum branco, sem lhe fazer força esteja debaixo de sua administração dez anos; 6) pedem a S. Mgde. mande passar provisão, para que a Índia que for mulher de algum Índio forro, sendo ela cativa, lha não possam resgatar, porque a estas comumente, não convém, mas forçosamente lhas resgatam, e é causa de muitas inquietações entre os índios e soldados (?); 7) pedem juntamente a S. Mgde. mande àquelas partes algum clérigo de respeito com poderes de acudir ao eclesiástico no que se oferecer, nisto estar o administrador longe, e não se poder recorrer a ele; 8) e assim mais para a quietação da terra, havendo respaldo a terem ido para ela tantos casais que S, Mgde. tem mandado, em outros que lá havia, façam repúblicas nas povoações que fizeram.³²³

De acordo com o documento, ficou evidente que o maior interesse que permeava as relações – nesse caso, exposta pelos religiosos para o lugar em que estiveram atuando – era a escravidão dos indígenas no que se mostrou sintomático da extensividade de sua prática enquanto questão existencial para aquela sociedade. Ademais, se o conhecimento jurídico e atualizado por parte dos religiosos pôde ser objetivo para melhor atuação e garantia de seus direitos, por outro lado, os detalhes mais técnicos expostos por parecer de uma instancia superior de justiça poderia servir de instrumento para explorar as brechas da lei e, finalmente, da exploração da mão de obra indígena. Os dois últimos questionamentos são importantes e chave para esclarecer o entendimento das autoridades régias para os descimentos mesmo nos casos referentes a outros espaços da América portuguesa.

No mesmo documento há as repostas da Mesa de Consciência e Ordens para cada dúvida levantada pelos capuchos. As seis primeiras dúvidas foram respondidas com as seguintes considerações:

A 1º os Índios que se propõe e outras partes, se acham resgatados de corda, são aqueles que sendo cativos na guerra, e estando condenados à morte, e presos em corda para se engordarem, matarem e comerem, são resgatados, e tirados

³²³ **MEMORIAL** que apresentam os religiosos Capuchos que ora estão no Pará, os quais pedem a S. Mgde. lhes mande dar resolução de como se hão de haver no serviço de Deus e de S. Mgde. sobre algumas dúvidas que se lhes oferecem, as quais são as seguintes. Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo - IANTT. Manuscritos da Livraria, nº 1116, fol. 593-593v.

daquele miserável estado. Respondemos pois à primeira dúvida que os tais Índios, licitamente ficam cativos para sempre, de quem os resgata, porque a pena de morte que haviam de padecer (ou a morte fosse justa ou injusta) se comuta licitamente em perpétuo cativo, como copiosamente provam Navarro in Manuali cap. 23 n° 96. Molina tom. 2° de justit^a. disp. 33. caterum dubinmest. Sairo lib. q. clavis Regia cap. 6. n°. 25. Azortom. 3. lib. 8. cap. 6. q. 3. Z neste caso se julga e reputa que o mesmo Índio se vende a si próprio apertado da extrema necessidade, em que se vê. Nem quem o compra, tem obrigação de o socorrer de graça, tendo o Índio sua liberdade para vender. Porém sempre nesta matéria se pressupõe que o preço que o comprador dá, val(e) a liberdade do Índio porque sendo o preço menor, deve o comprador contentar-se somente com o serviço de alguns anos, ou tempo outro limitado que seja equivalente ao preço, e não querer mais serviço do Índio.

A 2ª neste caso devemos estar pela lei que se alega dos índios, se ela está comumente recebida, e praticada entre eles. Por onde licitamente se pode comprar por cativo o Índio que nasceu de mãe livre sendo o pai cativo. Nem obsta o direito comum, ou cesáreo que ordena não ser havido por cativo o que nasce de mãe livre, dado que o pai seja escravo.

1º porque os Índios enquanto fazem respublica por si não estão sujeitos a este direito comum, mas podem fazer suas leis próprias, e introduzir costumes novos que obriguem como é certo. 2º porque nesta matéria de servidão, ou só particular quando de sua justiça não consta pode prevalecer em qualquer comunidade, contra o tal direito ex cap: licet de coniungis semorum. 3º porque a dita lei dos Índios podia ter bons fins, como é desviar a mulher livre de se casar inconsiderada mulher com escravo em detrimento de seus filhos, e descendência, e pondo-se também a mesma mulher a perigo de ser levada do marido escravo a terras estranhas, para as quais ele fosse vendido, e como são outros fins honestos, 4º porque os doutores resolve que a nesta matéria contrahende servitutis standum est pro consuetudine província, como advertem Sairo no lugar citº, o rebello 1 pe de obligat. Just^a. lib. 1º que 9. N°. 9.

A 3ª El Rey Dom Sebastião que está em glória no ano de 1570 fez lei que os Brasis não pudessem ser cativos, se não em guerra justa feita com autoridade sua, a qual lei depois no ano de 1587 confirmou e entendeu um pouco mais El Rei D. Philippe 1º, mandando que nenhum Brasil pudesse ser cativo, se não tomado em guerra justa feita por ordem sua ou de seus governadores. Pressupostas essas duas leis se responde que nas guerras que os nossos tem com os Índios, e semelhantemente quando os nossos com a mesma ordem ajudam alguns índios contra outros Índios seus contrários também com justiça cativam a estes contrários. Mas sempre isto se entende, salvo se por ventura depois das duas leis saiu alguma outra lei, ou provisão de S. Mgde. (de que por ora nos não consta) somente sabemos que no ano de 1595 passou uma lei na qual dá forma, contra a qual não podem os Brasis ser cativos; pela qual em favor da fé, e conversão da gentildade do Brasil proiba cativarem-se Índios ainda que tomados em guerra justa, como o Imperador Carlos 5º, e os Reis Católicos seus sucessores proibiram absolutamente cativarem-se Índios nas províncias da conquista de Castela, ainda em caso de rebelião deles. E também El Rei Dom Sebastião em particular favor da região do Japão, proibiu universalmente cativeiros dos naturais daquelas partes.

A 4ª quando as guerras que se dão aos Índios fossem justas, e nela se tomasse algum Índio que já era legítimo cativo dos Índios contrários a que se deu a guerra, o tal Índio que já era cativo não se ganha, mas há-se de restituir ao próprio Senhor. A razão é porque o tal seria furto manifesto pois se tomava injustamente peça alheia. Mas quando o dito Índio, ainda que cativo entre os seus não fosse obrigado a tornar ao cativo antigo, como em alguns casos, os

cativos, não são ficaria então forro, sem embargo de ser tomado na guerra injusta. Não se fala aqui quando as guerras são justas como ordem do verdadeiro Príncipe, porque então todas as coisas próprias dos contrários, e pelo conseguinte os cativos dos mesmos se ganham todos.

A 5ª seria muita razão e justiça que S. Mgde. mandasse anular a provisão de que se fala por ser claramente injusta, e contra as provisões reais. O fundamento é porque descer algum gentio do sertão, ainda que seja por sua vontade em companhia de algum branco, não dá ao branco título algum para se servir dele, e o ter cativo, ou como cativo alguns anos, sem preceder entre eles contra algum, nem haver causa racional para isso.

A 6ª também seria coisa útil, e digna de S, Mgde. mandar passar provisão para que se não compre Índia alguma cativa casada com Índio forro, ou ainda amigada com ele (por mais que a Índia cativa seja do número das da corda que são tomadas nas guerras, e são condenadas a morte) porque a tal pelo mesmo caso que casa com índio forro fica perdoada da morte, segundo o uso do Brasil. E se depois de casada, ou amigada com o tal Índio forro alguém a vende, ou compra o amigo, ou marido dela mata o vendedor, e comprador, e depois outros matam este marido, ou amigo, e outros depois a estes, acendendo-se fogo de vingança, em modo que tudo arde em guerra. Por onde para evitar tantas mortes, e revoltas, importa em todo caso passa S. Mgde a dita provisão e daqui resulta que o que dizíamos na primeira resposta acerca de poderem resgatar os Índios de corda, era bem não se executar pelos inconvenientes sobreditos nas Índias cativas, e também de corda, sendo elas casadas com Índios forros, ou amigadas com eles.³²⁴

Conforme a resposta publicada, o único ponto em que se continuou a admitir a escravização de indígenas foi o que versou sobre o resgate por promover a comutação da pena de morte em cativo perpétuo. No segundo ponto a negativa era por desconsiderar as “leis” ou regras do código social dos indígenas em questão mesmo que seja possível vislumbrar algum lastro de interesse em se utilizar dos costumes para legitimar a possibilidade de escravização. Continuando, o terceiro ponto alertou para o fato de que para se obter cativos a guerra deveria ser justa e somente mediante autorização real. Por fim, ressaltamos o destaque dado ao processo de descimentos. Segundo a Mesa de Consciência e Ordens, “descer algum gentio do sertão, ainda que seja por sua vontade em companhia de algum branco, não dá ao branco título algum para se servir dele, e o ter cativo, ou como cativo alguns anos”.³²⁵

Em outros documentos, a preocupação com o cativo esteve associada a manutenção da paz e formação de um corpo social a se prevenir dos conflitos e convulsões. Entretanto, tal posição certamente não foi expressa com objetivo de se construir uma sociedade com igualdade de direitos, mas exprimiu uma dimensão concreta da realidade da presença europeia em espaço marcado pela presença de milhares de

³²⁴ *Ibidem.*

³²⁵ *Ibidem*

nativos de diversas nações demonstrando, então, a consciência da impossibilidade do controle total do território. Segundo Manoel David Souto Maior,

do que não é de espantar que os cabeças da República não atinassem tão bem até o presente com o modo porque devem proceder e alcançar com suavidade o remédio antes que os redeem de toda alguma desesperação: advertindo que motins e alvoroços destroem a ordem, e atropelam a razão, sendo seus autores inimigos do bem comum perdendo-se assim, e conseguindo em lugar de proveito o maior dano em a nossa demais vassalos e pouco sujeitos a S. Mgde.

Os moradores e índios formam o corpo político neste Estado: ambos entre si vivem com o mesmo espírito por união e correspondência e os males dos índios arruinam os moradores, que os hão de evitar como próprios: como também os males dos moradores, é sem dúvida destruição dos índios e ainda da missão.³²⁶

Não obstante, ao defender a atuação e retorno dos padres da Companhia de Jesus, Manoel Souto Mayor fez o seguinte destaque:

A experiência é guia do entendimento e mais certa regra da vontade. Estabeleceram a vassalos zelosos do serviço de Deus e de V. Mgde. nesta conquista, para o aumento desejado da cristandade dela aos muitos *** Padres Missionários da Companhia de Jesus para afim de estabelecerem a lei e ordens da S. Mgde. e dar-lhes forças para manterem justiça e defenderem aos índios das rigorosas violências que padeciam mas não puderam escusarem dela de sorte que pereçam os brancos os mais de tão conhecidas, e irremediáveis necessidades, que unicamente podem livrar sem nenhum outro recurso na franqueza do ordinário serviço da gente das aldeias que S. Mgde com tão justas causas, necessariamente aplicou ao serviço dos moradores na forma de suas ordens.³²⁷

O grifo foi nosso e o fizemos com a intenção de destacar o sentido que se atribuiu a ordem e ao equilíbrio do corpo social do qual os indígenas fizessem parte. Sem dúvidas, para além da segurança e manutenção do andamento dos setores produtivos, “o ordinário serviço da gente das aldeias” a disposição para a exploração dos colonos fora o elemento imperativo e de destaque para fundamentar a defesa. Em outro documento da mesma década sobre o Maranhão, o autor defendeu outro argumento em favor dos jesuítas. Segundo o autor,

Por este respeito e outros não há gentio forro e estão as aldeias de V. A. *** e despovoadas, que é o remédio daquele Estado, que como os governadores não tiram proveito de mandar descer índios forros antes os que há se ocupam, e eles os hão mister para os seus negócios.³²⁸

³²⁶ **PAPEL** que fez Manoel David Souto Mayor, sendo mandado à corte em 1663 pelo governador Rui Vaz de Siqueira, sobre o Estado do Maranhão e seu governo e causas que se sucedem com a administração dos índios e como foi a expulsão dos padres da Companhia, vindo tratar da dita prudência e da restituição dos mesmos padres àquele Estado. Biblioteca da Ajuda – BA. Códice 54-VIII-4.

³²⁷ *Ibidem*.

³²⁸ **SOBRE** o Maranhão e Pará e cativo dos Índios, e forma de os haver com o aumento do Estado. Biblioteca da Ajuda – BA. Códice 50-V-37. Número 137.

No mesmo contexto, o Padre Antônio Vieira escreveu carta alertando para a necessidade de urgência no envio de escravos africanos e apontou algumas medidas. Dentre as que trataram diretamente dos indígenas, o inaciano destacou:

5 - Que a repartição dos índios se faça na forma que se tem ordenado com alternativa de dois em dois meses, ficando sempre nas aldeias a metade dos índios para tratarem de suas lavouras.

6 - Que aos índios se pague o limitadíssimo preço, porque se sujeitaram a servir, e que este se deposite primeiro para que com efeito sejam pagos na forma que se tem ordenado. #

7 - Que os moradores não possam levar para suas casas índios ou índias das Aldeias, grandes nem pequenos. E os que tiverem tirado delas se restituam onde pertencerem. E porque costumam casá-los com suas escravas para assim os cativarem, ou se servirem sempre deles, se ponha pena ao que isto fizerem que as ditas escravas fiquem por esse fato livres, e vão para as aldeias com seus maridos.

8 - Que nas aldeias não haja os chamados administradores que pela cobiça sua e dos governadores foram sempre a destruição dos índios, e por isso de mais de (100) anos a esta parte se tiraram todos os que no Brasil houve ao princípio.

9 - Que os párocos das aldeias cristãs sejam religiosos somente e aqueles que o podem fazer com maior fruto das almas e zelo da conservação dos mesmos índios, de que depende a do Estado assim na paz como na guerra.

10 - Que os índios que os religiosos foram buscar ao sertão, e eles se sujeitaram a vir, e viver na vizinhança dos portugueses com promessa debaixo de condição que seriam governados pelos seus principais, juntamente com os ditos religiosos seus párocos, se lhe guarde a dita condição, servindo pelo modo sobredito como os demais, a que também se sujeitaram.

11 - Que por meio dos religiosos missionários sem estando de armas nem violência se procurem descer dos sertões todos os índios que for possível, e que nos primeiros dois anos não sejam obrigados a servir, para que possam fazer suas lavouras, e ter com que se sustentar.

13 - Que isso mesmo se faça mais particularmente com os que estão mais vizinhos às povoações e comércio dos holandeses, para que os tenhamos seguros, e se não entreguem a eles, que serão não só a destruição de suas almas, se não de todas aquelas conquistas.

14 - Que a lei geral de não haver daqui por diante cativos se publique a todos, e se observe inviolavelmente sob gravíssimas penas, para o que importará muito a assistência dos sobreditos missionários com eles, para que sirvam de olheiros da dita observância, e não consintam que os portugueses ocultamente os vão comprar e cativar, o que só se pode evitar por esta via.

15 - Que em qualquer caso de se violar a sobredita lei, tenha obrigação dos prelados dos missionários, por aviso deles dar conta logo aos governadores, e nos primeiros navios a S. A. e que os delinquentes sejam mandados presos a Portugal para além deste castigo se lhe dar o que for justo.

16 - Que todos os outros índios que com nome de escravos servem de presente aos portugueses, sejam a seu tempo declarados por forros e livres, tanto que se

meter no Estado suficiente número de negros, e que esta diligência se faça quanto mais prontamente possa ser, para se tirar este gravíssimo escrúpulo das consciências assim dos ditos moradores, como de S. A.³²⁹

As medidas propostas por Antônio Vieira não só explicitaram a continuidade da prática extensa da escravização, mas denunciou problemas que os indígenas enfrentavam ao viver nas vilas, povoações portuguesas e nos aldeamentos. Assim, pareceu ser comum os abusos contra os indígenas como a falta de compromisso com o pagamento pelo trabalho contratado, a pressão e retirada da maioria dos indígenas dos aldeamentos, o impedimento dos indígenas cuidarem de suas terras e, conseqüentemente, da produção de seus alimentos por submissão a longas jornadas de trabalho, a exploração do trabalho doméstico acrescentada ao incentivo de estabelecimento de relações matrimoniais como meio incorporação ao conjunto de escravos da propriedade.

Por fim, o direcionamento do jesuíta levantou questão que reiterou a necessidade de se converter e submeter os indígenas que viviam próximos às regiões que ofereciam risco de contato com os holandeses e se dedicou ao que pareceu o ponto mais importante do documento que escreveu. Nesse caso, a garantia da liberdade dos que foram descidos do sertão e indicação da necessidade de publicação de uma declaração de liberdade a todos os indígenas, inclusive os já escravizados.

O contexto em questão, sintetizado nas proposições de Vieira, caracterizou-se pela intercessão de questões políticas – a presença neerlandesa e a garantia do território após as guerras com a Espanha -, econômicas – a expansão das criações de gado e da mineração – e da crise de mão de obra que pressionou iniciativas de descimentos.

O processo do Estado do Maranhão, acessível a consulta em alguns detalhes, pode ser aproximado ao contexto da Capitania de Porto Seguro. No mesmo período de tempo, a intensificação de descimentos provocou conflitos e forçou a problematização da questão indígena pelas autoridades coloniais. A ação política indígena, descortinada em cartas oficiais e de poucos detalhes em seu conteúdo, pôde revelar, ao se considerar o detalhe, o não dito e os muitos silêncios dos documentos burocráticos, o conflito de interesses da sociedade colonial.³³⁰ No caso em que iniciamos a seção em tela, antes do massacre e talvez percebendo os riscos, o governador Affonso Furtado escreveu carta para Porto Seguro advertindo que os indígenas que chegaram à capitania eram livres. Na correspondência o governador tratou dos encaminhamentos ao caso de um grupo de

³²⁹ **REPRESENTAÇÃO** ao Padre Antônio Vieira pela Câmara do Pará. 1661. Biblioteca da Ajuda – BA. Códice 54-XI-27. 12a.

³³⁰ GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 9-18.

indígenas trazidos por Manoel Fernandes e Manoel da Matta do rio Mucuri para a povoação do Rio das Caravelas e advertiu que

Quanto ao que Vossa Mercê me pergunta sobre os quintos que se deva pagar à Fazenda Real desses bárbaros que tem descido. Eles são livres, que como esses vieram buscar a nossa proteção e como tais ordeno que se repartam pelos moradores do Rio das Caravelas, e dessa Capitania para eu lhes mandar passar cartas de administração e como os quintos se devam só das presas, e dos que são cativos não toca destes coisa alguma da Fazenda Real.³³¹

5.2 - Caravelas: localização, colonização e sertanismo.

Atualmente Caravelas é uma cidade localizada no Extremo Sul da Bahia a uma latitude 17°42'55" sul e a uma longitude 39°15'57" oeste. Com área da unidade territorial estimada em 2.377,889 km², a sua população foi computada em 22.116 pessoas, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.³³² O município está inserido no bioma Mata Atlântica e é banhado por um rio de mesmo nome. Outro dado importante sobre Caravelas é sua referência enquanto principal ponto de embarque para visitação do arquip elago de Abrolhos.

No período colonial, a região já tomava emprestado o nome do rio enquanto povoação e recebeu o acréscimo de Santo Antônio quando passou ao status de vila em 1701. Segundo Diogo do Campo Moreno, sargento-mor,

No Rio das Caravelas particularmente, donde começam os Abrolhos, se podem fazer grandes povoações e já nesta parte se principiaram mostrando proveito, tanto que se julgou ser este lugar mui a proposito para o fundamento da capitania, por sua fertilidade, porém os antigos fundaram nas mais importantes barras, e maiores portos, tendo o sentido no comercio, navegação e grandeza dos navios porque sem comparação fazem diferenç a os de Santa Cruz e Porto Seguro a todos os outros, que como vemos são barras de caravelas e de barcos. Este Rio das Caravelas se despovoou, por falta de quem dissesse missa porquanto o vigário de Porto Seguro pela pobreza dos moradores nem lhes podia administrar coadjutor, nem por eles desamparar a vila, ou dar-lhes licenç a, que vivessem sem missa, antes os obrigava a que viessem ouvir a vila, pelo que, não havendo outro remédio, a despovoaram, e o governador D. Diogo de Menezes no ano de 1610, mandou que os moradores daquele sítio tornassem a suas casas, e lhes deu um coadjutor que faltava naquela vigararia, e outras; ajudas, sendo as principais a esperanç a do corte do pau-brasil por aquela banda para que possam interessar servindo a Sua Magestade algum remédio por este

³³¹ [CARTA] PARA Marcos Malheiro Pereira. DH-BN, vol. VIII, pp. 381-382.

³³² A estimativa populacional se baseou no último censo realizado em 2010. Os dados referente ao município de Caravelas na atualidade foram extraídos do portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A consulta online pode ser conferida no link: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/caravelas/panorama>. Data do acesso: 31/03/2022.

sítio tão importante por dentro dos Abrolhos, e a guarda do pau-brasil que ali se cria, e sua magestade tanto encomenda.³³³

O relatório escrito pela autoridade régia encarregado de oferecer um diagnóstico de toda a área costeira da América portuguesa no final da primeira década do século XVII apontou dois elementos importantes. Se por um lado ficou patente a exaltação das potencialidades naturais para o desenvolvimento econômico e a constituição de um núcleo de assentamento português mais pujante, por outro, o testemunho do oficial expôs a experiência concreta da região marcada por grandes dificuldades para a sobrevivência e manutenção dos moradores devido a situação de pobreza e distância dos centros mais desenvolvidos e de maior circulação de riquezas.

Porém, a insistência de Diogo do Campo – bem como foi possível entrever também em outras fontes coevas – na necessidade de se investir na região aliada a preocupação em garantir a continuidade do povoamento no sítio, revelou a concepção da percepção da administração colonial de que a barra do rio Caravelas se constituía como fronteira sul da capitania e parte importante da rota de navegação da Costa do Brasil. As alegações que imputaram o sítio como área de interesse e cuidado foram pela proximidade com os Abrolhos, região de elevado índice de ocorrência de naufrágios, a abundância de pau-brasil e, conseqüentemente, a cobiça de estrangeiros para a prática de contrabando. Ademais, a presença marcante de uma miríade de grupos Jê que circulavam pelo território fundamentou o argumento do imperativo de “se adomarem os gentios do mato tapuyas, e aimorés, em razão de haver correnteza contrária assim do norte como do sul, porque com isso o não podiam fazer”.³³⁴

Contudo, embora os testemunhos precedentes tenham dado ênfase ao período correspondente ao governo de Dom Luís de Souza, iniciativas anteriores foram registradas em documentos dispersos, sobretudo datados dos anos iniciais dos seiscentos. As notícias deram conta de pedidos para a realização de diligências aos Abrolhos durante o período em que Diogo Botelho foi governador-geral do Brasil. As correspondências foram trocadas com o Conselho da Índia em processo de análise e reformulação burocrática e administrativa do período filipino.

³³³ MORENO, Diogo do Campo. **Rezão do Estado do Brasil no governo do Norte somete asi como o teve dõ Diogo de Meneses até o anno de 1612** [c. 1616]. Biblioteca Pública Municipal do Porto, manuscrito, códice 126, f. 11.

³³⁴ CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV sobre a carta dos moradores e povoadores do Rio das Caravelas em que solicitam prelado que os governe, e ajuda para a compra de escravos para a extração de pau-brasil. AHU_ACL_CU_005, cx. 01, doc. 94.

As diligências foram ordenadas no ano de 1605 e foram objeto de interesse administrativo e religioso como atestou uma carta do Bispo D. Pedro de Castilho sobre o andamento de uma consulta do Conselho da Índia acerca do assunto.³³⁵ Em outro dos documentos, a resposta do monarca ofereceu o argumento essencial para as medidas. Conforme a carta datada de 31 de julho de 1605,

Diogo Botelho Governador do Estado do Brasil, me enviou os autos que irão neste despacho da diligência que por meu mando se fez sobre o descobrimento dos Abrolhos e Ilhéus que estão a terra deles, por o que dela se vê, parece que está feita com a particularidade e cuidado com que se lhe encomendou; e que será útil para a navegação da carreira da índia se fazer de aqui por diante com menos receios, pelo que merece que se lhe deem por isso graças. E assim vos encomendo que ordeneis como por o Conselho da Índia, se faça logo carta minha para ele, em que se lhe vi com o contentamento que recebi do bem que a dita diligência se fez, e que me hei nisso por bem servido dele, e que pelo mesmo Conselho se chamem os pilotos, e oficiais práticos da navegação da Índia e se lhes comunique o papel do desenho, e sonda dos ditos Abrolhos, e do Parcel, e Canais, que há junto a eles, e se ordene, que se lance tudo no Regimento, e Roteiro da dita viagem, para se ter entendido, e ficar em memória de maneira que quando cumprir, e houver disso necessidade, possam as naus seguir sua derrota, sem arribarem a esse Reino, como até agora faziam, quando naquela paragem acontecia, e escassearem-lhe os gerais, e avisar-me-eis de tudo o que nisto se fizer.³³⁶

De acordo com a carta, as atenções aos Abrolhos tiveram como principal ponto de interesse o mapeamento do arquipélago e outras ilhas da região em função da necessidade de dinamizar o fluxo de embarcações de médio e grande porte e melhorar a confiança necessária para os pilotos evitando “arribarem a [aquele] Reino” e garantir maior segurança na jornada.

Não obstante, outra carta datada de 29 de outubro do mesmo ano reforçou a importância da diligência de reconhecimento, todavia, fez breve menção a outro elemento. Segundo a carta o monarca ressaltou que,

Vi[u] a consulta do Conselho da Índia em que se lembra que será importante mandarem-se reconhecer os baixos dos Abrolhos, e as Ilhas que chamam Trindade e Martin Vaz, e por as razões que sobre isso se apontam na dita consulta, hei por bem de aprovar a lembrança que nela se faz e que esta diligência se vá fazer do Brasil sobre que aqui mandei escrever as cartas que irão neste despacho na forma que entendeis da cópia delas encomendar muito

³³⁵ CARTA do Bispo D. Pedro de Castilho a El-Rei, acerca da consulta do Conselho da Índia, sobre a diligência que o Governador do Brasil Diogo Botelho, mandou fazer no descobrimento dos baixos dos Abrolhos, com que vai um debuxo do que por ela constou. Lisboa, 2 de junho de 1605. Biblioteca da Ajuda – BA. Códice 51-VIII-19, fol. 181v.

³³⁶ [Em] CARTA de S. Mgde. de 31 de julho de 1605. Biblioteca da Ajuda – BA. Códice 51-VII-15, fol. 35.

que por os primeiros navios que forem para aquelas partes se encaminhem e me aviseis de como assim se fez para eu saber.³³⁷

Nesta última carta, se expôs outro motivo de extrema relevância para o mapeamento e elaboração de estratégias para viabilizar a presença de oficiais régios ou colonos na região. A descoberta da abundância de “Brasil” (pau-brasil) nas matas que seguiam o curso do rio Caravelas deixou claro a importância da presença do aparelho militar e fiscal para o combate ao contrabando e melhor exploração do recurso natural.

Entretanto, alguns anos mais tarde, uma reforma administrativa posta em prática pelos Habsburgos dividiu o Brasil em dois governos e ao que indica o relatório produzido por Diogo do Campo Moreno, o Rio das Caravelas seria a fronteira ao sul do governo do Norte com sede na cidade de Salvador, Capitania da Bahia. Segundo Accioli, foi no governo de D. Diogo de Menezes que se dividiu “a administração do Brasil em duas partes, ficando as capitanias meridionais, a começar do Espírito Santo para o Sul, sob a jurisdição de D. Francisco de Souza”.³³⁸

A medida administrativa que transformou a região Sul da Capitania de Porto Seguro como fronteira do governo das partes do Norte do Estado do Brasil, veio acompanhada de ações militares e de incentivo a manutenção de uma povoação portuguesa na barra do rio Caravelas além do mapeamento da área de que a visita do sargento-mor Diogo do Campo Moreno foi produto.

Todavia, décadas após, a alegação dos moradores em carta de 1645 foi a de que apesar das ordens para o povoamento da fronteira,

[os colonos] vieram povoar a dita fronteira, o que fizeram tudo à sua custa, arriscando suas vidas e gastando suas fazendas, sem V. Magde nisso gastar coisa alguma, de que ficaram os alarmes adomados, e defendendo os ditos Rios dos rebeldes que vinham frequentar os Rios por respeito pau Brasil, como constará a V. Magde por certidão; e assim as embarcações que vinham com a fazenda de V. Magde de todas as partes se se perdiam nesses abrolhos, os salvava à sua custa, e se enviavam a Cidade da Bahia aos governadores para que V. Magde não tivesse perda.³³⁹

Ao que indicou a fonte, a atenção dispensada aos Abrolhos não representou grandes investimentos por parte da administração colonial e tampouco pela Coroa portuguesa de modo que repercutisse em desenvolvimento significativo para a região.

³³⁷ [EM] CARTA de S. Mgde. de 29 de outubro [1605]. Biblioteca da Ajuda – BA. Códice 51-VII-15, fol. 47.

³³⁸ SILVA, Ignácio Acioli de Cerqueira e AMARAL, Braz do. **Memórias históricas e políticas da Bahia**. Volume 1. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919, p. 427.

³³⁹ CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV sobre a carta dos moradores e povoadores do Rio das Caravelas em que solicitam prelado que os governe... op. cit.

Porém, o diagnóstico apontado no relatório de Diogo do Campo Moreno, décadas antes, parece ter sido apropriado pelos colonos da povoação do Rio das Caravelas bem como pelos das demais povoações. Assim, a demanda por pau-brasil das matas da capitania e a sua exploração por parte dos colonos proporcionou acúmulo considerável de capital que fora reinvestido em outras atividades econômicas como a tentativa de produção de açúcar. Na década de 1640, relatos indicaram a existência de dois engenhos de açúcar na povoação.³⁴⁰

Contudo, além da pesca de garoupas e do extrativismo de madeira, a atividade que ganhou mais destaque na segunda metade do século XVII foi a produção e distribuição de farinha de mandioca proveniente da exploração do trabalho de indígenas descidos e repartidos entre os moradores, conforme assinalado no capítulo anterior.

Entretanto, as iniciativas quase sempre esbarraram em problemas de acesso a centros de consumo em função da distância até mesmo da vila que sedeava a capitania, dos demais centros de consumidores e nas dificuldades de investimento em mão de obra, conforme queixa de falência do engenho de João Alves do Quintal “por falta de Angola”.³⁴¹

Todavia, a partir da década de 1670 a análise de um conjunto de documentos demonstrou mudanças no cenário demográfico e de produção econômica com inserção da produção de farinha da povoação para o mercado interno. O resultado da experiência histórica dos trinta últimos anos do século XVII da povoação fora a sua elevação a vila e o contínuo desenvolvimento econômico ao longo do século XVIII.³⁴²

O que proporcionou a expansão demográfica foi o contexto da abertura de entradas para os sertões, como já mencionamos. Porém, foi preciso conectar informações muito dispersas em função do foco em que se concentraram as ações dos paulistas. Assim, a concentração da produção historiográfica dedicada a temática que ficou notabilizada como “guerra dos bárbaros” enquadrou o processo a partir de uma delimitação espacial centrada nos sertões da Bahia, Pernambuco, sobretudo, mas estendendo-se até o Ceará – esta última fase conhecida como Guerra do Assú.³⁴³ As demais realidades – as de cada capitania – que se inseriram de forma auxiliar, seja fornecendo indígenas, sertanistas ou

³⁴⁰ *Ibidem.*

³⁴¹ *Ibidem.*

³⁴² Um panorama econômico interessante pode ser conferido em SILVA, Tharles Souza. **O “Escandaloso contrabando praticado em Porto Seguro”**: economia e sociedade no fim do período colonial. Salvador: Sagga, 2021.

³⁴³ Cf. GALINDO, Marcos. **A conquista das almas...**op. cit. e PUNTONI, Pedro. **A guerra dos Bárbaros...**op. cit.

provisões para as expedições foram pouco notadas em produções historiográficas dedicadas a temática.

Na realidade, as expedições de conquista aos sertões capitaneada por sertanistas oriundos de São Paulo demandaram larga articulação entre diversas vilas, povoações e aldeamentos de várias capitanias da América portuguesa. Porém, a Câmara da Bahia encabeçou as convocações e negociações não somente através do imperativo do Governo-geral, mas para atender as suas demandas. Na Bahia, o empenho do governador-geral, da câmara e de colonos que já ocupavam os sertões mais próximos foi decisivo para o sucesso das expedições. Em carta de maio de 1672, o governador Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça convocou os seus principais acólitos para que fornecessem indígenas e mantimentos para Estevão Ribeiro Bayão Parente que já se encontrava no Aporá. Segundo o documento,

A 21 de março escrevi a João Peixoto Viegas que [mandasse] índios [para] repartir, mandei o capitão Bras Roiz de Arzão com todas as ordens necessárias para prevenir tudo de maneira que quando vossa mercê chegar [se não descance por coisa alguma]. O mesmo encarreguei pela parte que lhe tocava aos capitães Christovão Cavalcanti, Antonio Guedes de Paiva, Sebastião Gonçalves Aranha, Balthazar da Volta e Francisco Barbosa Leal, que tiveram [prontos] os 300 alqueires que Vossa Mercê leva [sem] declarar, e os mil que se havia de remeter com os [escravos, *****] e outros que fossem necessários. Em João Peixoto não houve falta, pois meia hora depois de receber a carta de Vossa Mercê, recebi uma sua de 26 de abril em que me diz que ficaria advertido no tempo em que haviam de estar os índios no Aporá e que havendo [marcado] o ano passado 44 daquelas aldeias, vinham agora 80, em que entravam dos da Jacobina, e que além destes e em***** para despachar e [esperava] uns 30 até 15 de **** e [os dera] *** para os [remeter] e 12 da Jacobina [estão já] outros 80, 23 da Cachoeira, 18 da Aldeia do [Estado], 13 da de Camamú e Vossa Mercê levou já reunidos 171 que com os 134 sobreditos [são da V. Exl.] fazem 305. E Vossa Mercê com os mais [outros] me ***que não haviam muitos mais de 300 índios; já por falta de índios se não pode Vossa Mercê de ter em falta. E [com exército assim], a Aldeia do [C. Sço.] ***** buscar todos os seus homens e praças com Vossa Mercê; e ao Capitão-Mor Gaspar Roiz Adorno ordeno que com feito não fique algum na aldeia nem índio por que não podem também carregar com seus maridos e depois hão de ir também os que João Peixoto Viegas espera que eu os envio logo; feito que não só tem verdade os 300 que pediu, mas de mais todos estes. Quanto a não estar pronta a farinha quando Vossa Mercê chegou (ou chegar) não é só a culpa da ***** capitães-mores com antecipação bastante a apreciá-las ***** que havia de pôr nesta importante ap***** dadas e ***** com que se pôs em Maragogipe e dilação com que partir desta cidade no que seja a melhor as plantas me digo todos que é ***** coisa em mãos que estavam prevenidas e estas com as de que Vossa Mercê levou suficiente quantidade para plantar, contudo ordeno que quando se achar se compre e se dê a Vossa Mercê [e se] armar me diz o provedor-mor da fazenda que ***** contos que mostravam todos a Vossa Mercê aos não ***** [virem] depois de virem concertados e que Vossa Mercê as vira e não [reprovava] nem [me chamam] os outros oficiais o que tudo disposto era para prevenir que [estes] oficiais *** como Vossa Mercê agora me ***** não estão *** as poder ***** com que os *** partir consigo a jornada. A todos os capitães [escrevo] que a farinha que estiver ainda por [se remeter] ao Aporá,

as enviem no **** e pa *** execução desta ordem lhes mando oficiais de infantaria **** que Vossa Mercê se ponha logo a [Cairú] com [esta] [assista] a índios na forma das mesmas ordens e regimento, deixando agente que lhe [prover] bastante para a segurança dos **** sendo achar tido que nenhuma [declaração] com razão hei de [advertir] a Vossa Mercê de o não pagar acréscimo pois caso [demorem] só tratem de impossibilitar a jornada se [dificultar] a [empregar] e de se [conservarem] os encaminhamentos um tanto prejuízo do fim a que Vossa Mercê vão a bem da fazenda real e dos moradores, cujo dera**** e [altivez] se pretende nesta [matéria] **** de terem livres dos Bárbaros. E tudo isto [ia V. Mgde] deteve diante dos olhos procurar não só os *** bárbaros, como confia, mas qualquer compromisso que ... represente *** lhe assiste a Vossa Mercê necessário para esta jornada em que espero ... no valor [então] de conseguir ****

A João Peixoto Viegas ordeno que mande logo os 30 índios que os 80 [remeteu] e estava [esperando] ** João Correia no Aporá que ali acharam ordem de Vossa [Majestade] para onde seguirem Vossa Mercê mande alguém [cedo] que fique esperando por eles e os encaminhe a Vossa Mercê.³⁴⁴

De acordo com a carta, da Vila de Camamú, na Capitania dos Ilhéus, a povoações e aldeias dos sertões da Capitania da Bahia, o empenho de capitães ao ceder indígenas administrados por eles e farinha criou as condições para dar andamento ao processo. Outro detalhe importante para nota foi o número de indígenas sob administração de potentados nos sertões da Capitania da Bahia, apesar da vigência das leis de liberdade determinadas pela Coroa portuguesa.³⁴⁵

Contudo, o conteúdo do trecho da carta citada deixou entrever certa dificuldade para provimento de farinha de mandioca para alimentar satisfatoriamente o grande número de pessoas que a compunha. Muito provavelmente, o crescimento da demanda por farinha de mandioca por causa das expedições esbarrou no volume de produção e do seu elevado consumo nas vilas e povoações das regiões produtoras próximas à Bahia e o seu Recôncavo que era também o maior centro de consumo.

Assim, o elastecimento da demanda provocou o mesmo efeito na produção e distribuição e causou a ampliação das áreas de fornecimento inserindo regiões mais distantes da Bahia e Recôncavo no circuito de fornecimento de víveres. Foi nesse

³⁴⁴ **CÓPIA** manuscrita de uma carta que se escreveu ao Governador da Conquista Estevão Baião Parente. 1664-1672. Livro 4º das O.R. Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB. Seção Colonial/Provincial. Maço 201-62. No referido maço também conta as seguintes cartas ou as suas referências: **CARTA** que se escreveu ao Governador da Conquista Estevão Ribeiro que está no Aporá Baião Parente para partir logo para o sertão; 1º **CARTA** ao Capitão Christovão Cavalcanti resp. sobre a fazenda que havia de levar os paulista ao sertão; 2º **ALVARÁ** a João Peixoto Viegas sobre os índios que havia de remeter aos paulistas no Aporá onde devia estar; 3º **ALVARÁ** ao Capitão Francisco Barbosa Leal, Sebastião Gonçalves Aranha, Balthazar da Mota Peixoto e Antônio Fernandes de Paiva sobre a *** da fazenda que se lhes encarregou para a Conquista.

³⁴⁵ Há um volume muito vasto de documentos, sobretudo cartas patente, nas coleções dos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional e na Seção Colonial/Provincial do Arquivo Público do Estado da Bahia. Porém, por causa do risco de se perder o foco principal deste trabalho, selecionamos apenas os documentos que poderiam ser chave para a compreensão das relações do processo com a Capitania de Porto Seguro mais especificamente.

contexto que a povoação do Rio das Caravelas se inseriu, primeiramente, como fornecedora de farinha para a mesma expedição de que tratou a carta de Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça.

Ainda sob a governança de Alexandre de Sousa Freire, quando da convocação de Estevão Ribeiro, as cartas que revelaram as transações dataram de 18 de setembro a 14 de outubro de 1670. Na primeira delas o governador remeteu à Câmara da Vila de São Paulo e informou que

[recebeu] a carta de 29 de maio [daquele] ano em que V. Ms. Me [deram] conta do que obraram para haver de vir gente que ordenei passasse dessa Capitania a conquistar nesta o gentio, e fico muito agradecido ao zelo que V. Ms. mostraram neste tão grande serviço de S. A. e benefício desta república. O Senado da Câmara desta cidade o agradece também a V. Ms. e lhe deve dar notícia do desejo com que este povo fica de lhe chegar o remédio que só considera ao Recôncavo na vinda desses homens. Para isso vão essas duas embarcações fretadas com as pipas necessárias, e fica outra Sumaca para levar outras, e quinhentos alqueires de farinha do Rio das Caravelas.³⁴⁶

Em outra correspondência, datada do dia 19 de setembro de 1670, o governador expôs a consolidação das tratativas com a Câmara da Bahia e a confirmação da concessão das exigências feitas por Estevão Bayão Parente. Ademais, forneceu orientação sobre como a farinha deveria ser transportada. Segundo Alexandre de Sousa,

[iam aquelas] duas embarcações que [mandei] com a obrigação que V.M. verá pelos termos que na Câmara formaram e serão com esta. E sendo caso que recrute a mais gente para acompanhar o capitão-mor por causa do bando que também envio a V. M. e a Câmara tomarão quaisquer embarcações que no porto de Santos se acharem para a trazer ajustando o faça na conformidade das duas que aqui fretaram. Levam as duas quarenta pipas para aguada e fico despachando uma sumaca com dez para ir pelo Rio das Caravelas a carregar ali 500 alqueires de farinha para levar para a gente que vem, e esta vai de já de cá fretada condicionalmente para a ajudar a trazer se for necessário.³⁴⁷

No mesmo dia (19 de setembro de 1670), foi enviada uma carta de confirmação do governador-geral para Estevão Ribeiro Baião Parente, que fora nomeado capitão-mor da entrada. Na ocasião, ficou confirmado que

o capitão-mor mostrará a V. M. o assento que fiz sobre as suas propostas. Tudo concedi a V. M. Vão as embarcações, pipas para as aguadas, quinhentos alqueires de farinha, bandos para os homisiados que não tiverem parte, ordem para os quatrocentos mil réis, e para cinquenta índios das aldeias de S. A. ao

³⁴⁶ CARTA que se escreveu aos oficiais da Câmara da Villa de São Paulo sobre a mesma jornada. DH-BN, vol. X, p. 150.

³⁴⁷ CARTA que se escreveu ao capitão-mor de São Vicente Agostinho de Figueiredo sobre a jornada do gentio. DH-BN, vol. X, p. 148.

menos acompanharem a V. M. Ao capitão-mor e a Câmara encarrego muito particularmente brevidade com que despachem a V. M.³⁴⁸

Além da participação de indígenas aldeados – por particulares ou sob administração de missionários -, do fornecimento de farinha proveniente da povoação do Rio das Caravelas, o conteúdo da carta alertou para alto nível de investimento para se aparelhar uma entrada tão ambiciosa. As fontes de receita foram diversas e provinham desde o financiamento particular quanto da administração colonial. No caso dos quinhentos alqueires de farinha que deveriam ser comprados em Caravelas, o governo-geral se valeu da prática de descontar o custo da transação de um donativo que na questão em tela foi o do dote da Rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda, conforme carta destinada aos oficiais da Câmara de Porto Seguro onde determinou que,

da carta que com esta envio a V.Ms lhe será presente que está essa capitania devendo os donativos do dote da Sereníssima Rainha da Grã-Bretanha, e paz de Holanda \$288de que agora convém que V. Ms. deem logo que se esta se lhe presentar ao ajudante Manuel Ferreira da Fonseca a forma da ordem que há que mostrar a V. Ms. para comprar de farinhas no Rio das Caravelas, e dali levar infalivelmente quinhentos alqueires ao porto de Santos para a gente que dali [mandei] vir à Guerra do Gentio.³⁴⁹

Em outras duas cartas o governador pediu urgência na compra e envio dos quinhentos alqueires de farinha para o porto de Santos, “necessários para a gente que mando vir de São Paulo a fazer guerra ao gentio bárbaro desta Capitania”.³⁵⁰ Finalmente, a Câmara da capitania ordenou o pagamento com urgência a dinheiro de contado.³⁵¹

Na última carta da série a justificativa para a compra da farinha em Caravelas foi econômica e apresentou como fator de impacto à produção de farinha em centros produtores mais próximos a Capitania da Bahia as ações indígenas no Sul do Recôncavo. Segundo uma carta destinada aos oficiais da Câmara de São Paulo,

[Alexandre de Sousa Freire] já [tinha] respondido a V. Ms. pelas embarcações que daqui tem partido; agora faço esta para de novo agradecer a V. Ms. o zelo que tem mostrado neste serviço de que hei de dar conta a S. A. Vão nesta sumaca 500 alqueires de farinha que mandei comprar a Capitania de Porto Seguro por ficar também caríssima a das Villas de Boypeba, e Cairú, donde perpetuamente fazem os Bárbaros maior dano. Por esta causa torno a

³⁴⁸ CARTA que se escreveu a Estevão Ribeiro Bayão Parente Capitão-mor da Entrada. DH-BN, vol x, pp. 151-152.

³⁴⁹ CARTA que se escreveu aos oficiais da Câmara da Capitania de Porto Seguro sobre o que se deve ao donativo do dote e paz 80& para farinhas. DH-BN. Vol. X, p. 154.

³⁵⁰ CARTA que se escreveu ao capitão-mor do Rio das Caravelas. DH-BN. Vol. X, p. 161.

³⁵¹ CARTA que se escreveu ao capitão-mor da Capitania de Porto Seguro sobre as farinhas que se hão de comprar no Rio das Caravelas. DH-BN. Vol. X, p. 155.

encomendar a V. Ms. a brevidade com que importa essa gente venha. E este povo a fica esperando com grande alvoroço.³⁵²

Segundo o documento produzido pelo governador, o preço fora o elemento definidor da busca pela farinha de Caravelas. Todavia, o que poderia ser uma relação comercial esporádica determinada por uma necessidade eventual e específica se conectou a uma teia de interesses e necessidades forjados pelo contexto em tela. Assim, a atividade de sertanistas e os impactos que elas geraram para a Capitania de Porto Seguro foram percebidos até a última década do século XVII.

5.3 – “E se por aquele sertão tem eles notícia de haver prata, ouro, ou pedraria alguma”: das campanhas ao sertão a elevação da Vila de Caravelas.

Se as campanhas nos sertões da Bahia e Pernambuco estiveram intimamente ligadas à expansão da pecuária, o mesmo contexto também atingiu outros interesses econômicos sobretudo no governo de Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça (ano). Como assinalado anteriormente, o governador moveu esforços para descobrir metais e pedras preciosas. Na Capitania de Porto Seguro, a pecuária não foi alternativa à produção de riqueza ao longo de todo o nosso recorte temporal. Ao invés da pecuária, o maior interesse observado nas fontes, depois da produção e distribuição de farinha de mandioca, foi o sertanismo.

A partir da década de 1670 o alinhamento dos objetivos de Affonso Furtado, governador-geral, recobrou o sonho do ouro e das esmeraldas e conseqüentemente reativou as entradas. A mobilização em torno do objetivo de se estabelecer atividade mineradora reativou os caminhos percorridos por diversas entradas realizadas na segunda metade do século XVII. Os principais pontos de penetração ao interior continuaram sendo seguidos pelos cursos dos principais rios em que se destacou o rio Grande, o Caravelas, o Mucuri e o Doce.

Contudo, o efeito que pôde mais ser notado como consequência da circulação dos sertanistas pelos caminhos em direção aos sertões da capitania foi o deslocamento de milhares de indígenas para as povoações do litoral. Ademais, à medida que os agentes envolvidos no processo estabeleciam contato com os grupos indígenas descidos buscava-se informações sobre a localização de suas aldeias e se na região havia indícios de minerais geralmente com a ajuda de um intérprete. Conforme carta do governador-geral,

³⁵² CARTA que se escreveu aos oficiais da Câmara da Vila de São Paulo. DH-BN. Vol. x, p. 162.

Convém ter-se entendido a qualidade das terras donde habitavam esses bárbaros e quanto distavam do mar e se por aquele sertão tem eles notícia de haver prata, ouro ou pedraria alguma. Vossa Mercê se informe muito particularmente de tudo por um Tupi que o capitão do Rio das Caravelas me avisou vinha entre eles, e lhe sabia a língua, e de tudo me avise Vossa Mercê com a brevidade possível.³⁵³

O mesmo documento elucidou a ação dos paulistas nos sertões entre o rio Caravelas e o Doce valendo-se de escravos Carijós. Em uma das ocasiões os indígenas que vieram com os paulistas atacaram grupos Jê que circulavam pela região. Affonso Furtado relatou que,

[Viu] a carta de Vossa Mercê de 6 de julho corrente sobre o aviso que me faz do gentio que desceu ao Rio das Caravelas; temor com que aqueles moradores estavam e excesso que usara Manuel Ferreira da Fonseca, e vi também o escrito do Capitão Agostinho Coelho de que Vossa Mercê acompanhou a carta e jornada que fazia pessoalmente a socorre-los; e pareceu-me dizer a Vossa Mercê que procedeu como devia. Já considero que com a sua presença estarão os moradores sossegados, e que haverá preso o carijó que Manuel Ferreira buscou para perturbar os Tapuyas. De Manuel Ferreira se entende que é perdido, mas se chegar será bem castigado. Do que o carijó tiver obrado faça Vossa Mercê um auto e com ele me remeta preso a bom recado para se lhe dar o castigo que merece.³⁵⁴

Temos, pois, dois elementos apontados acima que colocaram a complexidade das relações experienciadas no contexto. O primeiro deles é de que a ação dos paulistas acompanhou, intrinsecamente, a violação da legislação indigenista da Coroa portuguesa. Nesse sentido, embora a convocação fora feita para realizar a conquista de territórios específicos (sertões da Bahia e Recôncavo), o número de paulistas que circularam bem como as suas práticas fugiram ao controle das autoridades coloniais e abriu espaço para uma caça desenfreada por escravos Jê que habitavam os sertões de capitânicas adjacentes como a de Porto Seguro. Contudo, é importante ressaltar que nas tratativas para a vinda do grupo liderado por Estevão Ribeiro Baião Parente as condições postas pelos sertanistas e aceitas pelo Governo-geral incluíram concessões a escravização de povos conquistados, conforme a lista abaixo:

Que se lhes daria a campanha franca

Que as presas seriam suas

Que os cabos de gente receberiam os soldos que recebem os militares

Que o mesmo se entenderia com os capitães e soldados.

³⁵³ [CARTA] PARA o Capitão-Mor de Porto Seguro. DH-BN. Vol. X, pp. 90-91.

³⁵⁴ *Ibidem*.

Que da mesma maneira seriam aparelhados e socorridos

Que se lhes dariam embarcações e carroças para conduzir os mantimentos e conduzir os aprisionados a sua terra.

Que por este serviço dariam atos para haver de Sua Alteza todas as Mercês que, conforme sua qualidade a eles coubessem.³⁵⁵

O segundo elemento assinalado foi a atuação de um índio, já inserido na sociedade colonial, provavelmente cativo de Manuel da Matta. Em relação direta a ação do carijó emergiu o temor das possíveis reações dos grupos apossados em direção a povoação portuguesa. Nesse caso, a pressão provocada pelos fatos pode ter implicado no cuidado e urgência na tomada de medidas para fazer valer a legislação indigenista da Coroa portuguesa. A determinação de se instaurar investigação, a punição dos responsáveis e a atenção a necessidade de negociação com os descidos comprovou a condição contextual, determinada pelas especificidades dos fatos, do tempo e do espaço para a sua aplicação ou ignorá-la. Logo, a observação atenta a cada caso, centrada em análise empírica, demonstrou ser mais precisa por evitar escapar detalhes, principalmente no que toca à prática de escravização dos indígenas, do que o que se pensou enquanto a política indigenista centrada nas leis e decretos de liberdade.

Os detalhes da carta ainda descortinaram que a compreensão das autoridades coloniais da situação de vulnerabilidade da povoação diante da enorme quantidade de indígenas descidos para a povoação de Rio das Caravelas, conforme continuou argumentando o governador-geral que

Procur[asse] Vossa Mercê desarmar todos os Bárbaros, como já ordenei ao Capitão Agostinho Coelho, o qual me deu conta de haverem descido cento e tantos arcos e agora pelo seu escrito vejo serem trezentos, ou quatrocentos, que podem dar grande cuidado, se se lhe não tomarem as armas dizendo-lhe que se eles como amigos se vem amparar de nós não (devem) andar entre nós como inimigos. E visto ser tão grande o número de arcos, supponho ser muito maior o das famílias³⁵⁶

Finalmente, o direcionamento dado pelo governador a situação fora mais para se dissolver o problema atendendo de forma prática à carência de mão de obra por parte dos moradores e dispersando o potencial ofensivo da manutenção de um grande grupo de indígenas reunidos. Segundo Affonso Furtado,

E assim os deve Vossa Mercê repartir pelos moradores daquele Rio [das Caravelas] e por todos os dessa Capitania [de Porto Seguro] conforme for o

³⁵⁵ SCHWARTZ Stuart B. e PÉCORA, Alcir. (orgs.). **As excelências do governador**: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676). São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 102-103.

³⁵⁶ CARTA para o Capitão-mor de Porto Seguro. DH-BN. Vol. X, pp. 88-89.

cabedal de cada um, porque divididos e desarmados estarão os moradores de uma e outra parte mais seguros, e estarão mais capazes de os poderem sustentar e recebendo todos o benefício de terem quem os ajude em suas lavouras. Esta repartição se há de fazer com toda a proporção e igualdade para se evitarem as queixas, e se há de lançar em um livro donde separadamente se declare quantos se dão a cada pessoa com distinção dos machos, fêmeas, grandes e pequenos, e seus nomes ainda que bárbaros: assim para constar a todo o tempo que tocaram a cada um para eu lhes mandar passar cartas de administração. E para este efeito me mandará Vossa Mercê um treslado de tal repartição com toda a clareza: e a todos advertirá Vossa Mercê que esse gentio é livre, e como tal há de ser tratado, e nunca pode ser vendido, e como esta obrigação e declaração se há de fazer o assento no dito livro dos que se dão conta a cada morador, e ele se há de assinar, como Vossa Mercê ao pé do mesmo assento.³⁵⁷

Foi possível perceber que as orientações do governador buscaram atender a interesses diversos e contraditórios. O primeiro deles foi garantir o controle sobre possíveis conflitos entre indígenas e moradores/colonos que certamente estavam em desvantagem numérica em relação aos indígenas, se aceita como certo ou aproximado o número de descidos. Depois, a medida procurou resolver a carência de mão de obra em atendimento aos pedidos de mais investimento e maior oferta de braços para o trabalho dividindo os indígenas entre os moradores para que realizasse jornadas de trabalho que deveria ser paga. Por último, confirmou o direito à liberdade e assinalou que os indígenas eram livres, não podiam ser vendidos, obedecendo a política indigenista da Coroa portuguesa.

O outro caso que se tratou no mesmo contexto foi a ação do sertanista Manuel da Matta, desta vez no rio Mucuri. Affonso Furtado assinalou que,

Veio Manuel da Matta, e me fez petição que estando com uma embarcação sua no Rio de Macuri rendera com seus escravos, e familiares sessenta bárbaros destes, e trazendo-os em boa paz, para sua casa Vossa Mercê lhos tomara, e os repartira com Vossa Mercê parceira de que presentou uma justificação, pedindo-me a administração deles e que se lhe restituíssem donde quer que estivessem e ainda que eu lhe acho razão pois ele teve o perigo, e o trabalho de os reduzir, quis primeiro que lhe deferisse, que Vossa Mercê me informasse. Vossa Mercê me diga com a verdade que deve o que há neste particular: e enquanto eu não mando a resolução lhe torne Vossa Mercê a entregar todos os ditos índios por depósito, que ele os sustentará até ir a determinação.³⁵⁸

A exposição da ação de Manuel da Matta no rio Mucuri escancarou a centralidade da escravidão indígena para aquela sociedade. De forma muito clara foi possível detectar que o sertanista não só possuía escravos como também os mobilizava para a aquisição de outros. Ademais, a participação direta do capitão-mor como investidor e beneficiário da partilha pode ser entendida como exemplo da plasticidade da aplicação da legislação

³⁵⁷ *Ibidem.*

³⁵⁸ *Ibidem.*

indigenista. Logo, o que determinou o alcance da lei foi a relação entre as necessidades de manutenção ou expansão da colonização, ou seja, quanto maior o desenvolvimento econômico e proximidade do aparelho burocrático o recurso a captura e escravização, forçando a flexibilização ou desobediência da lei.

Na perspectiva dos indígenas, a busca por amparo legal na povoação como meio de garantir a integridade do grupo e sobreviver aos ataques dos sertanistas não os poupou da violência representada pela necessidade de adaptação a valores socioculturais muito distantes dos seus. Em suma, o aporte legal e o aparelho burocrático do Estado português instrumentalizaram as relações entre indígenas e não indígenas a partir dos interesses apresentados pelos contextos orientados a assimilar os indígenas à experiência colonial.

Em decorrência dos conflitos, sobretudo os de interesse voltados à exploração do trabalho indígena apresentados pelo contexto, o capitão da povoação solicitou ao governador-geral que os concedesse juiz pedâneo e escrivão. Em resposta, o governador afirmou que

[viu] o segundo aviso que Vossa Mercê me fez sobre o gentio, e excesso de Manuel Pereira, ele se entendo que é perdido, e será mui bem castigado se ainda chegar. Ao Capitão-mor de Porto Seguro, mando a ordem do que se há de obrar assim para segurança dos moradores, como para a distribuição que por ele se há de fazer, e administrações, que se lhes hão de dar. E para se poder conceder juiz pedâneo, escrivão e meirinho a essa povoação é necessário que m' o peça também a Câmara de Porto Seguro. Eu o ordeno também ao Capitão-mor para que venha logo, e se concederá o que Vossa Mercê pede.³⁵⁹

De acordo com Maria Fernanda Bicalho, após a Restauração portuguesa de 1640, houve certa tendência a expansão de maior controle sobre a administração colonial justificada pelas necessidades financeiras impostas pela guerra contra a Espanha.³⁶⁰ No processo em tela, as evidências descortinaram práticas diferentes da oposição entre legislação indigenista e exploração da mão de obra e escravização. Inversamente, a lei acompanhou e regulamentou as formas de administração dos indígenas em função de evitar conflitos por disputas, excessos dos colonos e rebeliões dos indígenas. Porém, o objetivo mais fundamental era garantir a permanência de colonos e indígenas na povoação assim como a manutenção das atividades produtivas e defesa.

Assim, revimos as condições reais do que se conheceu por administração particular. Foi possível notar e confirmar que a autorização para a administração não significava, necessariamente, a posse dos indígenas aldeados enquanto propriedade e sim

³⁵⁹ [CARTA] PARA o Capitão do Rio das Caravelas Agostinho Coelho. DH-BN. Vol. X, p. 380.

³⁶⁰ BICALHO, Maria Fernanda B. **A cidade e o império**: o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 351.

o direito de dispor de sua mão de obra por tempo limitado e cumprir com uma série de regras que foram apresentadas nos regimentos.

Outro detalhe observado é que a burocracia colonial atuou em todo o processo não somente por meio da política indigenista. O processo de circulação e conquista dos sertões provocador do efeito de grande intensidade de descimentos de grupos indígenas para as povoações litorâneas sofreu ação da fiscalidade compatibilizando as práticas de aquisição de cativos no sistema de arrecadação, como qualquer escravo que chegava às alfândegas da América portuguesa. Conforme apontou uma carta do governador-geral a Marcos Malheiro Pereira a autoridade régia confirmou ter

[visto] a carta que Vossa Mercê me escreveu a favor de Manuel Fernandes, e Manuel da Motta sobre os bárbaros, que haviam trazido do Rio Macury. Sobre este particular tenho escrito ao capitão-mor desta Capitania o que pareceu conveniente, para se determinar o despacho de uma petição, que aqui se me fez. Quanto ao que Vossa Mercê me pergunta sobre os quintos que se deva pagar a Fazenda Real desses bárbaros que tem descido. Eles são livres, que como esses vieram buscar a nossa proteção, e como tais ordeno se repartam pelos moradores do Rio das Caravelas e dessa Capitania para eu lhes mandar passar cartas de administração e como os quintos se devam só das presas, e dos que são cativos não deva destes coisa alguma à Fazenda Real.³⁶¹

O documento também diferenciou a condição dos indígenas e, conseqüentemente, seu enquadramento enquanto aliados, que vieram livremente em busca de aliança, e dos que foram produto da captura em combate. Aos primeiros, a condição de livre não permitiu a cobrança do quinto à Fazenda Real. Aos últimos, a condição de cativo, portanto, escravo, possibilitava a cobrança da taxa por se tratar de uma propriedade dos que os capturaram, segundo a própria legislação indigenista. Não obstante, não ficou claro os critérios utilizados para o reconhecimento dos que eram cativos ou livres, o número dos que foram escravizados e tampouco se os sertanistas se utilizaram de estratégias para ampliar o número de escravizados.

A intensidade da circulação de sertanistas concentrados entre os rios Caravelas e Doce certamente teve relação direta com as informações da existência de ouro e pedras preciosas trazidas pelo Tupi que acompanhava os indígenas que desceram até a povoação do Rio das Caravelas. Associada às intenções do governador Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, a informação do indígena pode ter sido amplificada pelas necessidades do contexto e recebido estímulo e investimento para a descoberta.

³⁶¹ [CARTA] PARA Marcos Malheiro Pereira. DH-BN. Vol. X, pp. 381-382. O grifo foi nosso.

Infelizmente, a classificação genérica e imprecisa produzida pelos colonizadores não possibilitou a identificação de quantos e quais grupos específicos foram atingidos e chegaram até as povoações portuguesas da Capitania de Porto Seguro. As denominações genéricas de gentio, bárbaro, brabo, tupi ou tapuia presentes na documentação dificultou e até mesmo impossibilitou a elaboração de um quadro preciso da composição étnica das povoações.

A única exceção para a região no mesmo contexto decorreu da entrada do paulista João Viegas Xorte, que posteriormente foi agraciado com mercê de capitão-mor de Porto Seguro. O capitão desceu um grupo de Araraó e recebeu carta concedendo a ele a administração do grupo de indígenas. Registramos também a área em que os Araraó habitava, já conhecida pelos paulistas conforme Leme, como o “sertão dos Araraó”.³⁶² O território que o referido grupo indígena tradicionalmente habitava corresponderia a uma grande faixa que se iniciava entre as nascentes dos rios Jequitinhonha e São Francisco e seguia o curso deste último em direção a região do atual município de São João das Missões, norte do estado de Minas Gerais. Entretanto, não foi possível identificar a que grupo étnico os Araraó se vinculavam. Contudo, a dispersão dos Araraó certamente se deu em direção ao Sul e pode ter sido motivada por uma série de fatores como conflitos internos, busca por alimentos, orientações religiosas ou conflitos estimulados pelo contato com grupos externos. Entretanto, as ações dos sertanistas oriundos de São Paulo e atuantes no processo de conquista dos sertões da Bahia ou anteriormente às investidas da década de 1670, mereceu destaque por proporcionar conexões entre os Araraó e sua presença na povoação do Rio das Caravelas. O mapa abaixo apontou a localização dos Araraó no início do século XVIII. Destacamos a localização no mapa em que se ofereceu o seguinte registro:

Aqui se recolheram os restos de Araraos (sic) e Taboyares (sic) que moravão (sic) o rio das Velhas, e sobre rio das Velhas e o sobre o rio Paraipeba. São estes gentios que infestam (sic) todas essas fazendas de gado desta banda do rio São Francisco, e todos os anos matam gente e principalmente depois do descobrimento das minas, que os paulistas não certanejarão (sic).³⁶³

Outro destaque importante que fizemos no mapa (parte superior, mais à direita) foi o da localização do arraial de Mathias Cardoso.

³⁶² LEME, Luiz Gonzaga da Silva. **Genealogia paulistana**. São Paulo: Casa Duprat, 1903.

³⁶³ Demonstração dos afluentes do rio São Francisco, em Minas Gerais. Autor anônimo. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-virtual-da-cartografia-historica-do-seculo-xvi-ao-xviii/artigos/demonstracao-dos-afluentes-do-rio-sao-francisco-em-minas-gerais/#:~:text=Os%20bandeirantes%20subiam%20o%20rio,rio%20S%C3%A3o%20Louren%C3%A7o%20e%20Cuiab%C3%A1>

Mapa 5 - Demonstração dos afluentes do São Francisco



Demonstração dos afluentes do rio São Francisco, em Minas Gerais. Autor anônimo. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-virtual-da-cartografia-historica-do-seculo-xvi-ao-xviii/artigos/demonstracao-dos-afluentes-do-rio-sao-francisco-em-minas-gerais/#:~:text=Os%20bandeirantes%20subiam%20o%20rio,rio%20S%C3%A3o%20Louren%C3%A7o%20e%20Cuiab%C3%A1.>

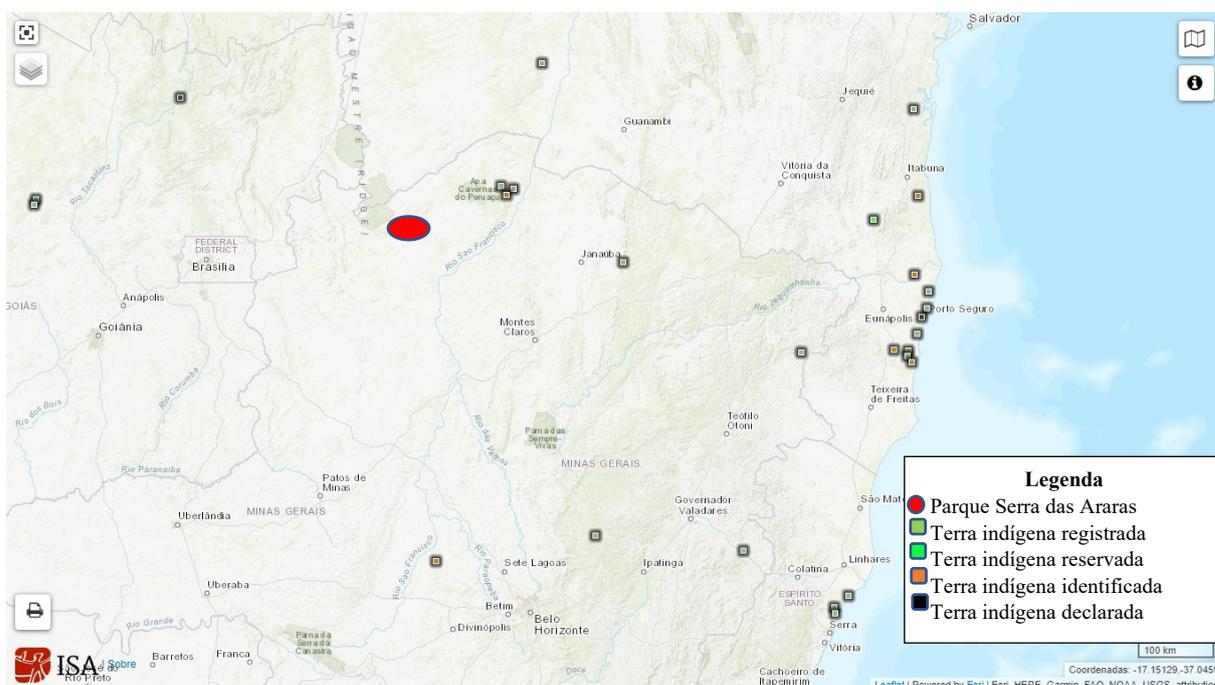
Como foi observado, a fuga à escravidão e a invasão de seu território pelos sertanistas no Rio São Francisco forçou o deslocamento do grupo em direção Sul. De acordo com o mapa sertanista, os Araraós se encontravam a Sudoeste do território tradicional dos Xakriabá.³⁶⁴

Os caminhos mais recorrentes utilizados pelos sertanistas seguiram os cursos dos rios Grande (atual Jequitinhonha), Caravelas, Mucuri e Doce, sendo os três últimos

³⁶⁴ Seguindo o mapa da descrição dos afluentes do Rio São Francisco, tomamos como referência a área de presença e circulação dos Xakriabá. Segundo Maria Hilda Paraíso, “juntamente com os demais Akwên, os Xerente e os Xavante Akwên, ocupavam uma faixa de terra que tinha como limites as bacias dos rios Tocantins, Araguaia, e São Francisco, de Goiás ao Maranhão. Os que se fixaram nas margens do Tocantins passaram a se identificar como Xerente. Os Xavante Akwên localizavam-se nos rios Tocantins, Araguaia e das Mortes. Cf. PARAÍSO, MHB. **Laudo antropológico: Identidade étnica dos Xakriabá.** Dat. 1987. Disponível em: [Identidade étnica dos Xakriabá: laudo antropológico. | Acervo | ISA \(socioambiental.org\)](#). Data do acesso: 12/04/2022.

estimulados pelo mito da Serra das Esmeraldas. Na década de 1670, os paulistas podem ter atingido os Araraó percorrendo o rio Grande (atual Jequitinhonha) até próximo a sua nascente para chegar ao rio das Velhas e posteriormente ao rio São Francisco. Partindo do Sul da Capitania de Porto Seguro, as expedições saídas da povoação do Rio das Caravelas podem ter percorrido o curso do rio Doce até atingir a nascente do rio das Velhas e então chegar ao rio São Francisco. Atualmente, a área identificada com a presença dos Araraós corresponde a unidade de conservação da Serra das Araras, na região norte do atual Estado de Minas Gerais, conforme mapa abaixo.³⁶⁵

Mapa 6 - Localização atual de terras indígenas e do Parque Estadual Serra das Araras



Fonte: Instituto Socio Ambiental – ISA (adaptado pelo autor).

Segundo Orville Derby, os caminhos utilizados pelos paulistas para circular pelos sertões no processo de descoberta do ouro também seguiram os caminhos das antigas entradas que por sua vez seguiram caminhos que eram percorridos pelos indígenas. Nesse sentido, os primeiros relatos sobre os Xakriabá datam do século XVI a partir da entrada capitaneada pelo sertanista Francisco Bruza de Espinoza que contou com a presença do

³⁶⁵ Segundo documento jurídico que consta na página do Instituto Socioambiental-ISA, o Parque Estadual da Serra das Araras foi criado a partir do decreto de número 39.400, publicado no dia 22/01/1998. De acordo com o documento: “fica criado, na região norte do Estado, no município de Chapada Gaúcha, o Parque Estadual da Serra das Araras, que ficará, como os demais, subordinado ao Instituto Estadual de Florestas-IEF”. As informações podem ser consultadas no seguinte endereço virtual: <https://uc.socioambiental.org/es/arp/2917>. Data do acesso: 15/04/2022.

Padre João de Azpilcueta Navarro. Partindo de Porto Seguro, adentrou aos sertões do Rio Grande (atual Jequitinhonha) e atingiu o Rio São Francisco. Conforme o relato do jesuíta (citado anteriormente),

Os dias aqui eram calorosos e as noites frias, as quais passávamos sem cobertura que a do céu. Neste ermo passamos uma serra mui grande, que corre do norte para o meio dia e nela achamos rochas mui altas de pedra mármore. Desta serra nascem muitos rios caudais; dois deles passamos que vão sair ao mar entre Porto Seguro e os Ilhéus; chama-se um Rio Grande, e o outro Rio das Orinas. Daqui fomos dar com uma nação de gentios que se chama Cátiguçú. Daí partimos e fomos até um rio mui caudal por nome Pará, que segundo os índios nos informaram é o rio de São Francisco, e é mui largo. Da parte donde estávamos são os índios que deixei; da outra se chamam Tamoyos, inimigos deles; e por todas as outras partes Tapuyas. Vendo-nos pois neste aperto, pareceu a todos que ordenássemos barcos em que fossemos pelos rio; e assim começou cada um fazer o que entendia porque não tínhamos carpinteiros; e assim nos assentamos em uma aldeia junto da qual passa um rio por nome Monayl, que vai dar no outro, e isto para sermos sentidos dos contrários que estariam daí três léguas. Corremos mui grão perigo, porque os índios que estão da outra banda do rio souberam de nós, e passaram de nos impedir a viagem; e foi o perigo tão grande, que me meti na hermidia, e me pus diante de um crucifixo, que levava comigo. Foi Nosso Senhor servido que ainda que alguns foram mal tratados, nenhum perigou, e eu os curava com mel silvestre e os índios foram mal tratados; pelo que nos embarcamos com muito cuidado, e fomos pelo rio abaixo; mas não podemos continuar a navegação e assim foi necessário tomar conselho de novo acerca de nosso caminho por ser toda a terra povoada em derredor de diversimas gerações de índios mui bárbaros e cruéis. As terras que cercam este rio em trinta léguas ou mais são mui planas e formosas. Saídos do Rio fizemos nosso caminho por terra volvendo-nos.³⁶⁶

De acordo com o missionário, o roteiro da expedição percorreu o rio Grande (atual Jequitinhonha) até a sua nascente de onde rumou para o rio São Francisco, conhecido no período por Pará, de onde contactaram os grupos que habitavam a sua margem esquerda. Para Orville Derby,

O distrito das pedras verdes, como se sabe pelas explorações subsequentes, é na lombada entre os vales dos rios Doce e Jequitinhonha e especialmente na região em redor das cabeceiras dos rios Mucury e Cricaré (São Matheus). Sabe-se também pelas explorações referidas adiante que para alcançar esta região do litoral havia pelo menos dois caminhos de índios, um pelo vale do rio das Caravelas, seguido por Adorno, e outro pelo rio Cricaré pelo qual voltou a expedição de Martin Carvalho. É provável que houvesse também outros caminhos por outros vales que neste trecho da Serra do Mar descem para a costa, entre os quais o do rio Mucuri oferece a garganta mais favorável, hoje aproveitada pela estrada de ferro Bahia e Minas. É também possível que, como na viação moderna, a entrada pela barra do rio das Caravelas fosse para ganhar esta garganta. Na hipótese de serem os dois caminhos conhecidos os únicos então existentes, é mais provável que o seguido pela expedição fosse pelo rio das Caravelas, não somente por ser mais próximo ao ponto da partida, Porto Seguro, como também por ser presumivelmente mais seguro, visto que o

³⁶⁶ Carta do Padre João Azpilcueta Navarro. Cartas avulsas. Belo Horizonte: Itatiaia

caminho pelo Cricaré acompanhava o limite entre os Tupinaquins e uma outra nação, a Guaitacá.³⁶⁷

Perseguindo a análise acima, foi possível delimitar as regiões acessadas pelos paulistas que vieram a contactar os Araraó e a sua relação direta com a caça ao ouro em detrimento da expansão da pecuária como fora nos sertões da Capitania da Bahia, Pernambuco e com grande lugar no vale do rio São Francisco. Como vimos anteriormente, o sertanista João Viegas Xorte, vindo da Vila de São Paulo para as campanhas nos sertões da Bahia, se fixou em Porto Seguro e foi responsável pelo descimento e aldeamento do grupo que já era acochado pelos moradores da Capitania de Porto Seguro. O sertanista recebeu carta de administração dos Araraó e formou o aldeamento na povoação do Rio das Caravelas.³⁶⁸

Contudo, o roteiro que partia do rio Caravelas aos sertões que passava pelo rio das Velhas até o São Francisco continuou a ser percorrido reiteradas vezes pelos sertanistas ávidos para descobrir pedras ou metais preciosos. Um dos casos de destaque fora o da atuação do famoso sertanista Fernão Dias Paes.³⁶⁹ As expedições provocaram o efeito de fazer com que os descimentos de indígenas para a povoação do Rio das Caravelas, sobretudo, continuassem contribuindo para o crescimento demográfico do assentamento português. Os Araraó atuaram não somente como povoadores e trabalhadores na produção de víveres, mas, também, foram importantes para a execução de expedições ao sertão em busca de esmeraldas e outros minerais preciosos por conhecerem a região que seria a principal frente de exploração de mineradores localizada entre as nascentes dos rios Doce, das Velhas e São Francisco. Foi possível registrar a atuação do grupo indígena em algumas cartas como na solicitação ao capitão-mor da Capitania de Porto Seguro, datada de 1676, que transcrevemos abaixo:

Foi Sua Alteza servido encarregar ultimamente ao Donatário, e Governador da Capitania do Espírito Santo Francisco Gil de Araújo que mandasse fazer o descobrimento das minas das Esmeraldas, querendo ele aceitar o fazer este serviço com as mesmas cláusulas, e mercês que Sua Alteza havia mandado declarar nos papéis, que para o mesmo descobrimento, se havia passado a Joseph Gonçalves de Oliveira e entre as ordens que vieram foi uma carta para das Aldeias circunvizinhas a esta cidade lhe mandar este Governo dar os índios que lhe fossem necessários. E porque o dito Donatário aceitou mandar fazer aquela jornada; e nos representou as dificuldades que havia, para das sobreditas

³⁶⁷ DERBY, Orville. Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Geraes. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. Volume V (1899-1900). São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1901, p. 244.

³⁶⁸ CARTA para o Capitão-mor da Capitania de Porto Seguro sobre a carta de administração que leva o Capitão-mor João Viegas Xorte. DHBN, vol. VIII, p. 428 e PATENTE DE CAPITÃO-MOR da Capitania de Porto Seguro, provido em João Viegas Xorte. Salvador, 4 de abril de 1678. DH-BN, Vol. VIII, p. 28 e 29.

³⁶⁹ DERBY, Orville. Op. cit. pp. 260-264.

aldeias circunvizinhas desta praça se conduzirem os índios àquela Capitania pedindo-nos-lh'os concedêssemos das do Rio de Janeiro, Cabo Frio e Porto Seguro: e neste negócio de tanta importância se atende só ao fim de se conseguir com a felicidade, que se deve desejar ao aperto com que Sua Alteza se serviu encarrega-lo: tanto que Vossa Mercê receber esta carta, mande logo à ordem do dito donatário os índios que houver capazes de ir àquela jornada, de todas as Aldeias que houver nessa Capitania assim antigas como novas dos Arará.³⁷⁰

Quinze anos após a assunção de João Viegas Xortes, sertanista vindo de São Paulo, como capitão-mor, um documento da Junta das Missões relatou o número de indígenas e a necessidade de missionários para gerir o aldeamento “para se evitar o perigo e prejuízo [...] de tornarem ao sertão”. Segundo a carta da junta destinada à Coroa portuguesa,

No Rio das Caravelas, Capitania de Porto Seguro, tenho notícia de outra aldeia de gentio bravo. Estou esperando monção do norte para os mandar catequisar, para o que estou já concertando com os Padres da Companhia. Dizem-me que passam de mil e quinhentas almas, espero em Deus reduzi-los, porque como é

³⁷⁰ **CARTA** que se escreveu ao Capitão-mor do Porto Seguro. DH-BN, vol. XI, p. 61. Conferir também. **CARTA** que se escreveu ao Capitão-mor da Capitania de Cabo Frio. DH-BN, vol. XI, p. 62; **CARTA** que se escreveu ao Governador do Rio de Janeiro Mathias da Cunha sobre Francisco Gil de Araújo e se lhe mandarem dar os índios daquela Capitania para a jornada das Esmeraldas. DH-BN, vol. XI, p. 64. Sobre o mesmo contexto, todavia, partindo da Capitania do Espírito Santo e percorrendo os rios Doce e São Mateus, cf. **PROPOSTA** (treslado) de Agostinho Barbalho Bezerra sobre haver de descobrir a Serra das Esmeraldas pelo Rio Doce ou São Mateus. 1666, abril, 28, [Espírito Santo]. AHU_ACL_CU_007, cx. 01, doc. 67; **CARTA PATENTE** (minuta) do Rei [D. Afonso VI] a conceder nomeação a João Correia de Sá no posto de Governador da descoberta das Minas no sertão do Espírito Santo. 1660, maio, 11, Lisboa. AHU_ACL_CU_007, cx. 01, doc. 57, **PROPOSTA** (treslado) de Agostinho Barbalho Bezerra sobre haver de descobrir a Serra das Esmeraldas pelo Rio Doce ou São Mateus. 1666, abril, 28, [Espírito Santo]. AHU_ACL_CU_007, cx. 01, doc. 67, **CERTIDÃO** a declarar que o Capitão-Mor da Capitania do Espírito Santo Diogo Seixas Barraca impediu Agostinho Barbalho Bezerra na jornada das minas das esmeraldas não atendendo as suas necessidades de armas e gente. 1667, janeiro, 19, Espírito Santo. AHU_ACL_CU_007, cx. 01, doc. 68, **CARTA** dos oficiais da Câmara da Vila da Vitória ao Rei [D. Pedro II] a informar a intenção do Capitão-Mor, José Francisco Grizante de Oliveira de fazer uma expedição em busca das esmeraldas. 1675, junho, 06, Espírito Santo. AHI_ACL_CU_007, cx. 1, doc. 81, **CARTA** do Donatário da Capitania do Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo, ao Rei [D. Pedro II] a informar do estado miserável que se encontra a dita Capitania, e de intentar fazer a jornada ao descobrimento das minas de esmeraldas. 1675, julho, 06, Espírito Santo. AHU_ACL_CU_007, cx. 1, doc. 71, **CARTA** de José Gonçalves de Oliveira, ao Rei [D. Pedro II] a informar que o Coronel Francisco Gil de Araújo o impediu da sua ida na jornada das minas de esmeraldas. 1676, março, 15, Espírito Santo. AHU_ACL_CU_007, cx. 01, doc. 85, **CERTIDÃO** da Câmara da Vila da Vitória sobre os feitos realizados pelo Donatário Francisco Gil de Araújo em favor das fortificações e defesa na Vila da Vitória e em Nossa Senhora da Conceição de Guarapari, onde se erigiu pelourinho, casa de câmara, cadeia e igreja, além de jornadas em busca de esmeraldas. AHU_ACL_CU_007, cx. 01, doc. 90, **ORDENS RÉGIAS** (minuta) do Rei [D. Pedro II] a nomear Garcia Rodrigues Paes para o posto de Capitão-Mor da entrada e descobrimento das minas de esmeraldas. AHU_ACL_CU_007, cx. 01, doc. 92.

serviço seu, não há de faltar com a sua ajuda. Do que suceder avisarei Vossa Magestade.³⁷¹

Passados pouco mais de um ano, a Junta das Missões procurou responder à Coroa portuguesa a pergunta sobre o andamento das missões que se ordenou fundar nas povoações que experimentaram elevado crescimento demográfico de indígenas descidos por causa das campanhas nos sertões.

Por carta de Vossa Magestade de 4 de março deste ano [1693] foi Vossa Magestade servido dizer-me o contentamento com que Vossa Magestade ficava dos progressos das Missões deste Estado assim da conversão dos Índios dos distritos da Vila dos Ilhéus, Rio Grande, e Campos do Assu, como também em ordem ao intento de reduzir o gentio bravo do Rio das Caravelas; e é Vossa Magestade servido por sua grandeza agradecer-me o cuidado que pus na execução deste negócio tão importante ao bem das almas destas Conquistas de que Vossa Magestade é tão zeloso, que ao Padre Provincial da Companhia de Jesus escrevera Vossa Magestade e lhe agradecera o fervoroso ânimo, e eficácia com que ele, e seus Religiosos se empregavam no trabalho das Missões assim dos Índios do Rio Grande, e as que se fizerem, e se tem feito com as igrejas, e ornamentos para elas como a cônica dos Missionários, que assistem nas mesmas igrejas: é Vossa Magestade servido declarar-me donde há de sair a despesa, de que fico entendendo o modo dela. No que toca a Aldeia nova dos Ilhéus de que são administradores os Religiosos da Companhia se conserve da mesma maneira como no princípio sem alteração nenhuma, se vão catequisando, e batizando, sem nenhuma dúvida, e está hoje uma das grandes aldeias, que viveu muitos anos entre aqueles moradores sem serem católicos. Esta não fez dispêndio algum a Fazenda de Vossa Magestade porque eu lhe mandei fazer a Igreja e lhe dei os ornamentos. A dos Campos do Assu' se andam fazendo as diligências para a redução daqueles Barbaros na forma das suas capitulações de que não tive ainda notícias por ser esta distância tão dilatada, que se passam anos sem se saber dela. A Missão do Rio das Caravelas, ainda se não deu princípio a ela; porque tornou a repetir o contágio nesta cidade, e deu no Colégio da Companhia de que são mortos nove, e entre eles o Padre Provincial Manoel Corrêa que veio desse Reino, pessoa de grande virtude, e autoridade, e mui afeto para as Missões, e por esta razão se retardou esta, assim pela sua falta como dos sujeitos que morreram. Entrou a substituir o seu lugar o Padre Alexandre de Gusmão que já foi, Religioso de grande virtude, e mui zeloso do bem das almas. Dele espero que em partindo a frota, me nomeie missionários para o Rio das Caravelas a dar princípio a aquela missão, que tanto desejo para salvação daquelas almas, e a estes religiosos se deve a propagação da fé Católica nestas partes.³⁷²

O conteúdo da carta citada acima é importante por uma série de motivos. Primeiro deles é o de oferecer pistas para o direcionamento dado pela administração colonial aos grupos indígenas após as expedições. Em um panorama geral, o documento expôs a orientação para a constituição de missões, administradas pela Companhia de Jesus. Ademais, além de formar novas missões com o contingente de indígenas descidos para

³⁷¹ CARTA para Sua Magestade sobre as administrações, missão do Seará, e Índios que vieram do Rio Grande a pedirem paz, e notícia de outra Aldeia no Rio das Caravellas. DH-BN. Vol. X, pp. 60-65.

³⁷² CARTA para Sua Magestade sobre as missões da Vila dos Ilhéus, do Assu', e Rio das Caravelas. DH-BN. Vol. X, pp. 175-176.

as povoações do litoral, a tendência foi a de constituir e fixar as missões nos territórios conquistados de cada grupo. Desse modo, se resolvia problemas importantes e determinantes para a sobrevivência das reduções derivados da imposição de deslocamentos de longa distância e da vida no trajeto e nos ajuntamentos onde ficariam expostos sobretudo a fome e a doenças infectocontagiosas.

A segunda questão, que derivou da primeira, foi a noção da significação de uma missão enquanto posse portuguesa. Assim, as missões tiveram o sentido claro de garantia do controle territorial em pontos vulneráveis ou ainda não conquistados.

Finalmente, a exposição do contraste entre as regiões mais próximas aos centros de maior desenvolvimento econômico e administrativo ficou patente e representada na demora em fundar a missão. Apesar de enfrentar uma epidemia, sobretudo por se tratar de indígenas Jê de contato recente e, portanto, mais suscetíveis a doenças infectocontagiosas, o número de sobreviventes ainda pode ter viabilizado a missão. O resultado de todo o processo foi a transformação da povoação do Rio das Caravelas em Vila.

A documentação confirma o pedido para elevação da vila datada do mesmo ano em que a Junta das Missões enviou as notícias sobre o andamento das reduções. Segundo a carta de confirmação autorizada pelo monarca português,

havendo visto a conta que me destes de teres levantado em Vila a povoação do Rio das Caravelas, intitulando-a de vila de Santo Antônio do Rio das Caravelas, nomeando-lhe juizes, Vereadores, Procurador do Conselho, Sargento-mor, e mais Oficiais de Justiça, e ordenança tudo na carta minha de dezembro de 1693, por se achar o dito sítio aumentado de moradores com suas casas, e ruas, e com Pelourinho levantado, e estar distante do Porto Seguro mais de vinte e cinco léguas. Me pareceu confirmar (como por esta confirmo) a criação da dita vila.³⁷³

Assim, ficou claro a relação direta entre a intensificação dos descimentos, a presença em massa de indígenas e a criação da vila. A fundação da missão e a criação da vila no mesmo ano consolidou a mobilização de quase um século para a ocupação permanente, desenvolvimento de atividades produtivas e controle administrativo da fronteira sul da Capitania de Porto Seguro. A experiência de Caravelas resultou de processo mais complexo, de mais participação do Estado e de um aparelho administrativo local como a implantação de Câmara, disposição de ouvidor e aparelhos de fiscalidade e defesa.

³⁷³ CARTA sobre Sua Magestade aprovar a criação da Vila de Santo Antônio do Rio das Caravelas. Lisboa, 7 de junho de 1701. DH-BN. Vol. XXXIV, p. 201.

Sobre a permanência do sertanista na Capitania de Porto Seguro, os fragmentos de informações constantes na documentação não nos permitiram aferir de maneira mais clara e profunda os seus desdobramentos. Contudo, foi possível localizar a sua possível atuação na Capitania de Ilhéus gerenciando aldeamento. Todavia, a notação do documento, impossível de ler na íntegra, pode conter um erro de localização do aldeamento. Sendo assim, a evidência é importantíssima por demonstrar a agência indígena e seu protagonismo ao se valer, inclusive, das instâncias jurídicas portuguesas para reivindicar direitos e denunciar maus tratos. Nesse caso específico, a partir de denúncias e queixas dos indígenas, João Viegas Xorte perdeu o direito de administração que passou para a responsabilidade dos religiosos da Companhia de Jesus.³⁷⁴

Contudo, no mesmo contexto, a ação política de outro grupo étnico que também buscou firmar aliança se deslocando para o litoral teve como desdobramento a fixação de aldeamento só que desta vez sob administração de um Padre. Apesar de religioso, o aldeamento não era de responsabilidade de uma ordem religiosa e muito menos da Coroa portuguesa sugerindo o enquadramento em categoria de particular. Ademais, a aldeia administrada pelo padre Francisco Burjón foi o assentamento que garantiu a ocupação do limite norte da Capitania de Porto Seguro.

³⁷⁴ CARTA (Cópia da) de (D. Pedro II), pela qual faz saber ao Arcebispo da Bahia (D. Frei Manoel da Ressureição), o bem que fez acerca das queixas dos índios da aldeia de Jacoca (Juacoca) da Paraíba, administrada por João Ribeiro e da qual encarregou os religiosos de São Bento; e, por novas queixas que os índios fizeram do capitão João Viegas Xorte, que dirigia a aldeia na Vila de São Jorge dos Ilhéus, as mandou administrar pelos religiosos da Companhia de Jesus. Lisboa, 2 de novembro de 1689. AHU_ACL_CU_023-01. Cx. 7. Doc. 750.

Capítulo 6 - Os Kamakã-Meniã e o aldeamento do Padre Francisco Barjón³⁷⁵

O presente capítulo representa o segundo estudo de caso em que desenvolvemos nossa hipótese que foi demonstrar em primeira instância que a manutenção da colonização da Capitania de Porto Seguro foi viabilizada a partir da intensa atuação de diversos grupos indígenas. Assim, o ponto culminante do trabalho procurou demonstrar que assegurar a ocupação das fronteiras Norte e Sul da capitania foi possibilitado pela intensa prática do sertanismo por parte de agentes da Capitania de Porto Seguro ou a atores externos, como no caso dos sertanistas oriundos da Vila de São Paulo. Produto de impacto de um contexto maior que foi o processo de expansão das fronteiras na Capitania da Bahia e, por sua vez, dos episódios conflituosos com os indígenas dos sertões que foram classificados pela historiografia como Guerra dos Bárbaros, a Barra do Rio Grande (atual Jequitinhonha) e a do Rio das Caravelas foi intensamente povoada pelos grupos Macro-Jê.

Ademais, e certamente o mais importante, os capítulos 5 e 6, respectivamente, tiveram como objetivo evidenciar as políticas indígenas e certo protagonismo dos grupos que buscaram se valer da legislação indigenista da Coroa portuguesa ao fugirem dos ataques dos paulistas e buscarem pactuar com padres ou administradores particulares almejando escapar da escravidão ou extinção. O caso a seguir também expôs indícios de uma política indigenista menos centralizada – no sentido de não depender da autorização ou aval direto do Rei – em que as determinações e regimentos para administração de indígenas foram determinadas a partir da própria colônia, seja do governo-geral, ou até mesmo avalizadas pelos sertanistas, como nos casos dos Araraó em Caravelas e dos Meniã na Barra do Rio Grande.

6.1 – O rio Grande: fronteira, via fluvial em disputa e um vazio demográfico

De acordo com a carta de doação e os demais documentos que trataram, mesmo que brevemente, da delimitação espacial da Capitania de Porto Seguro, o território que pertencera a Pero do Campo Tourinho, primeiro capitão donatário, iniciava-se ao fim das 50 léguas da Capitania dos Ilhéus tendo como referência da fronteira o rio Grande, atual Jequitinhonha. Na carta de doação, a delimitação territorial era vaga e estabeleceu que “se começarão na parte onde se acabarem as cinquenta léguas de que tenho feito mercê a Jorge de Figueiredo Corrêa na dita Costa do Brasil da banda do Sul”.³⁷⁶ O mesmo ocorreu

³⁷⁵ Muito possivelmente o Padre Barjón era jesuíta. Pelo fato de deixar filhos herdeiros acreditamos, também, que pode ter abandonado a ordem religiosa. Entretanto, não foi possível encontrar documentação que comprovasse sua origem e possibilitasse recompor a sua trajetória.

³⁷⁶ **TRASLADO** da doação da Capitania de Pero do Campo. DH-BN. Vol. XXXVI, p. 256.

com a demarcação da Capitania de Ilhéus em que segundo a carta de doação eram “cinquenta léguas de terra na dita Costa do Brasil, e que começarão na ponta da Bahia de Todos os Santos da banda do Sul, e correrão ao longo da costa para o dito Sul quanto couber nas ditas cinquenta léguas”.³⁷⁷

Entretanto, a imprecisão pode ser justificada pela falta de conhecimento detalhado das distâncias e seus respectivos acidentes geográficos que poderia servir de referência mais precisa. Assim, coube a documentação subsequente, produto de maior experiência de contato com a costa do Brasil, construir referências e apontar definições do território. Em finais do século XVI, José de Anchieta e Fernão Cardim situaram a capitania “entre dois rios caudais”.³⁷⁸ Embora tenham oferecido uma referência mais realista, os inicianos não especificaram de quais rios se tratavam repetindo imprecisões.

Todavia, em 1610, Diogo do Campo Moreno marcou em seu relatório que a partir da barra de Santo Antônio, “todos os quais sítios são dos bons daquela costa: esta[vam] a dezesseis até dezessete graus tudo despovoado até o Rio Grande em quinze graus e dois terços donde parte com os Ilhéus esta capitania”.³⁷⁹ Diogo do Campo ofereceu perspectiva mais precisa da delimitação territorial e estabeleceu pontos de fronteiras de acordo com a observação real, tendo como referência o rio Grande.

Não obstante, no mesmo período da elaboração do texto de Diogo do Campo Moreno, um documento escrito por Antônio Simões, procurador de Dom João de Castro, 6º Conde da Castanheira, Jerônimo de Ataíde, destinatário do documento, então donatário da Capitania de Ilhéus, indicou o rio Santo Antônio como limite sul da sua donataria implicando a diminuição do território ao norte da Capitania de Porto Seguro. Assim, todo o território que compreendia desde o rio de Santo Antônio até o rio Grande, assinalado como despovoado, seria incorporado a Capitania de Ilhéus. Segundo o documento, datado de 1626,

[tinha] em [aquela] capitania cinquenta léguas de costa que começam a medida da ponta de Itaparica e barra do Rio de Jaguaripe que é junto da Bahia e pela banda do sul parte por um riacho pequeno chamado de Santo Antônio junto a povoação de Santa Cruz da Capitania de Porto Seguro³⁸⁰

³⁷⁷ **TRASLADO** da doação da Capitania dos Ilhéus, de que é Capitão, e Governador Jorge de Figueiredo Corrêa. DH-BN. Vol. XIII, p. 157.

³⁷⁸ ANCHIETA, José. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J.** (1554-1564) e CARDIM, Fernão. **Tratado da terra e gente do Brasil.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 148

³⁷⁹ MORENO, Diogo do Campo. **REZÃO do Estado do Brasil...** op. cit.

³⁸⁰ **ENFORMASSÃO** da Capitania dos ilheos dada por An.to Simões procurador do snr. Dom João de Castro, Snr. Dela. Biblioteca da Ajuda – BA. Códice 54-XI-26.

A demarcação dos limites entre as capitanias de Porto Seguro e Ilhéus tendo como referência o riacho de Santo Antônio também foi marcado nos mapas de João Teixeira Albernaz. O historiador Francisco Cancela chamou atenção para o suposto equívoco do cartógrafo.³⁸¹ Todavia, segundo o historiador Pablo Magalhães, “devemos recordar que tanto Albernaz quanto Antônio Simões estavam a serviço do poderoso Conde da Castanheira e não surpreenderia se o mesmo desejasse aumentar os limites de sua propriedade”.³⁸²

Na realidade, havia um importante aspecto da região que despertou interesse dos agentes da colonização. O rio Grande (atual Jequitinhonha), era um dos mais importantes rios da região e serviu como principal ponto de acesso e escoamento a áreas do interior que se extraía pau-brasil. Ao longo do século XVII, a atividade extrativista era o principal recurso de inserção da Capitania de Porto Seguro, e do sul de Ilhéus, no mercado internacional e despertou a cobiça de autoridades régias, donatários, oficiais, colonos e grandes mercadores. A maior concentração da atividade extrativista se localizava em diversos pontos do Rio Grande, desde a barra até acima das cachoeiras, conforme quadro que pode ser consultado em anexo.

³⁸¹ CANCELA, F.E.T. **De projeto a processo colonial**: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808). Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

³⁸² MAGALHÃES, Pablo; BRITO, Rosara (2015). A gema do Brasil: a Capitania de Ilhéus em um manuscrito de 1626. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Salvador. v. 110, p. 57.

Assim, a intensidade de circulação ao longo do rio e suas adjacências, somadas às imprecisões na delimitação e despovoamento, motivou conflitos por todo o século XVII. Em 1652, o Conde de Castelmelhor, governador-geral do Brasil, escreveu aos oficiais da Câmara e ao capitão-mor de Porto Seguro uma carta de advertência sob pressão da Condessa de Castro e Castanheira, donatária da Capitania dos Ilhéus. Segundo a carta, o governador informou que,

[tinha] entendido que se tem usurpado grande parte das terras, e jurisdição da capitania dos Ilhéus de que é Donataria a Senhora Condessa de Castro e Castanheira: cujo procurador sou; e que conforme as suas doações e foral, e as demarcações que se tem feito está essa capitania do Porto Seguro em grande restituição a aquela, não só na jurisdição, mas ainda na muita quantidade de pau-brasil que se tem tirado no Rio Grande que está dentro dos limites da mesma capitania. Dela veio provido pela mesma donataria o capitão-mor Vicente Fernandes Pereira; o qual há de enviar esta carta a VMs. e tratar de reduzir logo a capitania a seu primeiro estado conservando a jurisdição, e terras de maneira, que não padeça o detrimento em que ao presente se acha. E a este respeito logo que ele escrever a VMs., ou for pessoalmente tomar posse de tudo o que se lhe tem usurpado encomendo a VMs. lhe deem todo o lugar a isso não lhe pondo a menor dúvida nem contradição alguma; porque o intento não é de adquirir mais jurisdição nem mais termo a capitania dos Ilheus, senão inteira-la da que diretamente lhe pertence por seus títulos, e provisões Reais, a que se não pode pôr o menos embaraço: segurando a VMs. que além de VMs. fazerem nisso o que devem a justiça que são obrigados a guardar, terão particular gosto em todo o favor que o mesmo capitão-mor receber de VMs. a quem ordeno lhe deem certidão de todo o pau que constar se tem tirado do dito Rio Grande porque convém assim à Donataria.³⁸³

A reivindicação revelada em um documento elaborado pelo governador pôde descortinar o grau de influência da Condessa da Castanheira na corte portuguesa por se tratar da tentativa de anexação de uma parte do território já conhecida enquanto pertencente à Capitania de Porto Seguro. O mais interessante, entretanto, é o interesse em controlar a atividade de extrativismo de pau-brasil na região.

Em outra carta, a importância do domínio da região foi reiterada em função do interesse holandês e da possível exposição da localidade ao contrabando. Segundo o Conde de Attouguia,

de Pernambuco tive aviso [que] apareciam quatro fragatas e uma sumaca do inimigo: e agora se verificou entrar um barco a que deram caça duas sobre o Rio Grande. VM. O tenha entendido para se estar em todos os postos dessa capitania com a prevenção necessária e não sair embarcação de algum que não

³⁸³ CARTA para os oficiais da câmara e capitão-mor da capitania do Porto Seguro. DH-BN. Vol. III, pp. 182-183.

venha com grande recato até o Morro, e dali vigiando o mar se venha meter neste porto sem perigo.³⁸⁴

À semelhança do rio Caravelas, a região do rio Grande, limite norte da Capitania de Porto Seguro, esteve em pauta reiteradas vezes e quase sempre se expôs as suas potencialidades para exploração econômica, questões de garantia de domínio e recomendação de cuidados, dada a sua importância. Contudo, o limite sul da capitania sofreu experiência histórica diferente não havendo indícios ou testemunho direto de que houve incentivo da Coroa ou privado para a formação de um assentamento permanente no local. Nesse sentido, não há notícias de povoações na região até, ao menos, o último quartel do século XVII.

Outrossim, à guisa das semelhanças, o deslocamento de um grupo indígena em fuga de sertanistas e em busca de sobreviver adotando como estratégia a aliança estabelecida com os colonizadores foi decisiva para o estabelecimento de um assentamento permanente no Rio Grande.

6.2 – Acossados pelos sertanistas: o deslocamento dos Meniã para o rio Grande

Segundo Urbino Viana, a continuidade dos conflitos após ou decorrente das expedições de Estevão Baião Parente movidas sobretudo pelos “Anaiós, Kiriris e Pimenteiras, no Rio Grande e Ceará”, teria motivado nova procura pelos paulistas resultando na empresa de Mathias Cardoso de Almeida. Conforme Viana, “data de 20 de fevereiro de [1]677 a carta à Câmara de São Paulo, enviando a circular dirigida aos ‘sete’ principais, reclamando novo auxílio, afim de fazer cessar os males que à gente ribeirinha do São Francisco infligiam os índios, principalmente os Anayós”.³⁸⁵ A parte a reprodução da perspectiva do colonizador empregada por Vianna, os males causados pela violência dos sertanistas aos indígenas e o conseqüente revide dos grupos acossados e atacados em seus territórios tradicionais, determinaram, segundo o autor, o marco do início de ações que impactaram não somente os sertões, mas o litoral da Capitania de Porto Seguro determinada pela agência indígena.

No mesmo trabalho publicado por Urbino Vianna há a transcrição de uma carta que revelou a chancela da Coroa portuguesa, por meio do governo-geral, ao processo de

³⁸⁴ CARTA para o Capitão-mor da capitania de Ilhéus. Na mesma forma se escreveu outra ao Capitão-mor de Porto Seguro. DH-BN. Vol. III, p. 267.

³⁸⁵ VIANNA, Urbino. **Bandeiras e sertanistas bahianos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 37.

devassa e conquista dos sertões capitaneado por Mathias Cardoso que, dada a importância ao nosso argumento, reproduzimos abaixo:

Porquanto sendo tão repetidas, e danosas, à conservação deste Estado, as hostilidades, mortes, roubos, desamparo de fazendas, e destruição de famílias, e escravos, que os Bárbaros costumam fazer nos Recôncavos desta cidade, e Vilas circunvizinhas, e estão padecendo há tantos anos sem se poderem reprimir, por cuja causa o Senado da Câmara em nome de todo esse Povo me propôs que para evitar este dano assim para maior segurança do Estado, paz com o Gentio, e bem espiritual dele, como para defesa desta praça, se provesse a Mathias Cardoso de Almeida de governador e administrador de todas as Aldeias das Nações que reduzir e situar desde a Capitania de Porto Seguro até o Rio de São Francisco, para ele e seus descendentes, concedendo-se-lhes o regimento dos administradores das Índias que este governo tem dado com a jurisdição conveniente por concorrerem neste todas as partes e qualidades que o fazem benemérito: Tendo eu respeito a tudo, e as grandes experiências que o dito Mathias Cardoso tem daqueles sertões e perito nas línguas para os persuadir; e havendo ocupado o posto de Tenente General, quando foi com o administrador geral Dom Rodrigo Castelo Branco ao descobrimento das Minas de São Paulo, donde procedeu com satisfação: E a se oferecer fazer a dita redução a sua custa aldeando na parte que parecer mais cômoda todas as nações bárbaras que se achassem e reduzissem: Esperando dele que corresponderá no efeitos a confiança que faço de seu merecimento, e de todas as mais obrigações que lhe tocarem do dito cargo. Hei por bem de o eleger, e nomear como em virtude da presente elejo e nomeio (governador e administrador de todas as aldeias de nações que reduzir e situar desde Porto Seguro, até além do Rio de São Francisco, para ele e seus descendentes) exceto a Capitania dos Ilhéus, e tudo o mais a ela pertencente, de que é donatário o Conde da Castanheira dando-se-lhe terras competentes ao número de casas para sua vivenda, e conservação. Sendo tratados como livres que são na forma dos regimentos, e provisões que há sobre sua liberdade com o dito cargo vencera o soldo (que Sua Magestade a quem se requerera) for servido mandar-lhe dar, e haverá todas as honras, graças, franquezas, preeminências, privilégios, autoridade, e poder que se concederam ao governador da conquista Estevam Ribeiro Baião Parente, e poderá nomear Capitães de todas as aldeias que situar, e capelães necessários para o bem espiritual dos índios, que exerceram no interim enquanto mandam buscar as provisões a este governo geral, e se entregará regimento dos administradores dos Índios, que está registrado nos livros desta secretaria.³⁸⁶

Uma vez nomeado e munido de total poder para não só realizar o intento de expansão, mas de reduzir e administrar os vencidos em guerra ou convencidos a aceitar a redução, Mathias Cardoso atuou em várias frentes e se estabeleceu às margens do São Francisco em região registrada no mapa da página 37.

O percurso de Mathias Cardoso e seus asseclas aos sertões desde a vila de São Paulo até o São Francisco pode ter sido a causa do descimento de um grupo Jê identificado como Kamakã Menian para as proximidades da barra do rio Jequitinhonha a procura de refúgio e aliança com os povoadores da Capitania de Porto Seguro.

³⁸⁶ VIANNA, Urbino. **Bandeiras e sertanistas bahianos**. Op. cit. pp. 41-42.

Baseada nos relatos de viajantes do século XIX como os do príncipe Maximiliano de Wied Nieuwied, que excursionou pela capitania, Maria Hilda Baqueiro Paraíso, profunda conhecedora da trajetória histórica dos grupos Jê que ocupavam os sertões de um vasto território compreendido entre as capitanias de Ilhéus e Espírito Santo, considerou os Menian como um grupo derivado dos Kamakã Mongoió. Conforme Paraíso,

[os Kamakã-Mongoió] era um grupo Macro-Jê, provavelmente agricultor e ceramista, e que realizava migrações cíclicas em busca de terras ainda não esgotadas. Seu território tradicional localizava-se entre os rios de Contas e Pardo, sendo que, neste último rio, limitava-se a leste com o dos Pataxó, na altura do córrego da Piabanha, afluente da margem esquerda do rio Colônia ou Cachoeira.³⁸⁷

Após a perseguição dos sertanistas e o deslocamento de um grupo para o rio Grande se estabeleceram sob administração de um religioso. O grupo assentado no rio Grande passou a ser identificado como Kamakã-Menian. Porém, segundo Paraíso,

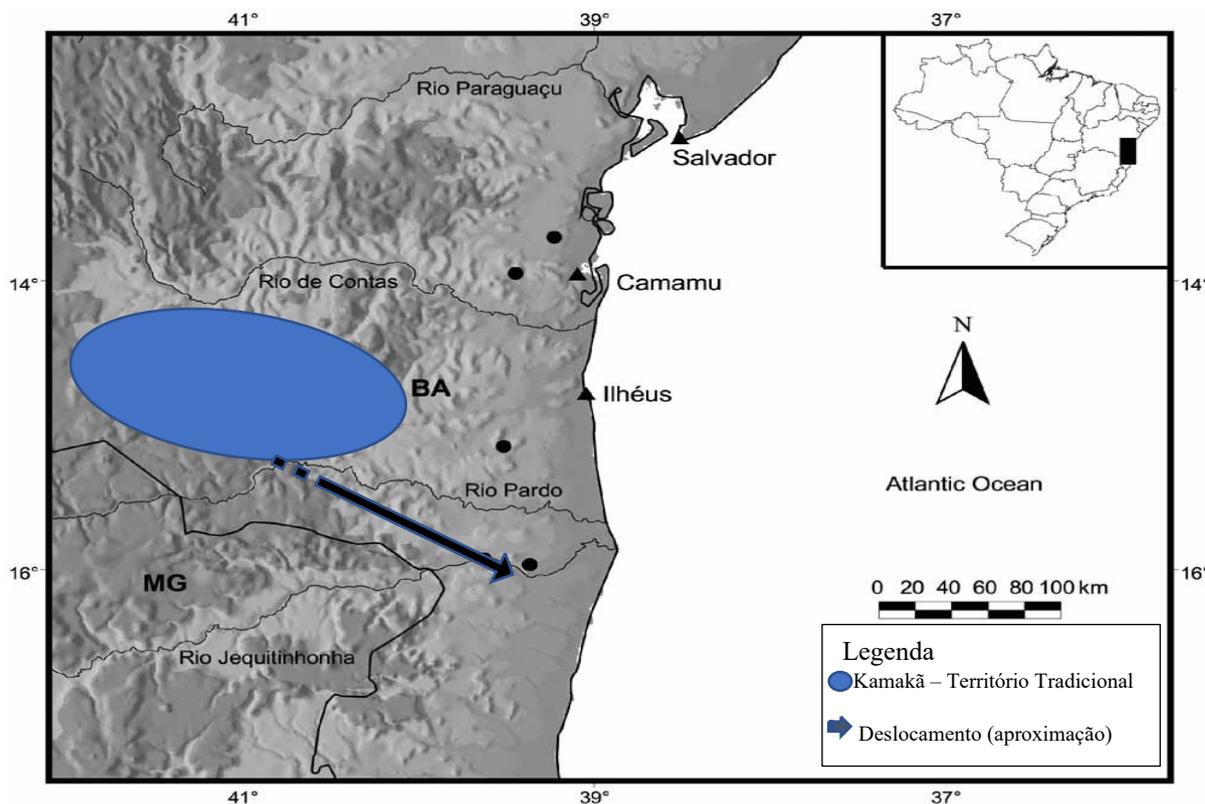
Os dados disponíveis não permitem afirmar se os Kamakã-Mongoió organizavam-se em subgrupos com nomenclaturas próprias, ou se a diversidade de registros pode ser explicada como sendo nomes auto ou heterodenominações. Os Kamakã-Menian, por exemplo, eram descritos pelos colonos como um ramo degenerado, mestiço em termos físicos e culturais dos verdadeiros Kamakã-Mongoió. O fato é que esses grupos são referidos por Kamakã-Mongoió, ao norte do rio Pardo; Kamakã-Menian e Menian na área do Pardo, do rio Colônia e do Mucuri, e por Caranin em Nova Viçosa e Caravelas.³⁸⁸

A localização aproximada do território dos Kamakã e o possível sentido do deslocamento dos Menian pode ser conferida na adaptação do mapa abaixo:

³⁸⁷ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **O tempo da dor e do trabalho**: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste. Salvador: Edufba, 2014, p. 188.

³⁸⁸ *Ibidem*.

Mapa 7 - Região dos rios de Contas, Pardo e Jequitinhonha



Fonte: Pimenta, Bruno V. S., Faivovich, Julian & Pombal, José P., 2007, On the identity of *Hyla strigilata* Spix, 1824 (Anura: Hylidae): redescription and neotype designation for a "ghost" taxon, pp. 35-49 in *Zootaxa* on page 45. DOI:10.5281/zenodo.175995.

As informações contidas na documentação comprobatória derivaram de uma negativa dos herdeiros do religioso que os aldeou ao se verem obrigados a se desfazer do aldeamento para a “incorporação” dos indígenas ao processo das reformas pombalinas em que se fundou a vila de Belmonte, na foz do rio Grande.³⁸⁹

Esse processo produziu uma pequena, porém importante, série documental depositada no Arquivo Histórico Ultramarino e disponibilizada online na página do Projeto Resgate Barão do Rio Branco no site da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A partir da consulta aos manuscritos é possível acessar informações que trataram desde a formação do aldeamento até a sua dispersão na segunda metade do século XVIII.

De acordo com o auto ordenado pelo desembargador e ouvidor geral da Comarca de Porto Seguro, datado do dia 2 de abril de 1764, a administração dos Menian à época estava em disputa entre os herdeiros do Padre Francisco Barjon e Manoel de Araújo.

³⁸⁹ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **O tempo da dor e do trabalho**: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do Leste. Salvador: Edufba, 2014 e CANCELA, FET. **Os índios e a colonização na Antiga Capitania de Porto Seguro**: Políticas Indigenistas e Políticas Indígenas no Tempo do Diretório Pombalino. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

Segundo informações do documento, a síntese do conflito foi apresentada da seguinte maneira:

[influídos] por um Manoel de Araújo [...] do lugar da Imbuquinha [freguesia de Poxim, Ilhéus] se tinham passado haverá três para quatro anos [pendo-se pelo seu sítio] que fica vizinho do mesmo Imbuquinha e por também lhe constar que o Reverendo Padre José de Araújo Ferraz da Freguesia de Santa Cruz era o verdadeiro Administrador dos ditos índios, que quando desceram pelo Rio Grande Abaixo vieram [situar-se] em a dita freguesia de Santa Cruz que é deste tempo que seu pai e avô tinham sido os seus primeiros administradores por provisões e portarias dos senhores governadores da Bahia escrevera ele dito ministro uma carta para certificar da maior verdade ao dito Reverendo Padre mandando-lhe pedir os documentos que tivesse a esse respeito, e vendo o mesmo reverendo padre falar-lhe com os índios que se achavam situados da parte da porção do mesmo rio digo do dito Rio termo desta dita cidade, lhe afirmara o mesmo com os mesmos índios, e lhe apresentara vários documentos porque se mostrava pertencerem os ditos índios a esta Capitania e terem sido administrados desde o tempo da sua descida pelo Avô do dito reverendo padre, por seu pai, e por ele sempre por Provisões e despachos dos ditos senhores governadores [...] desde o ano de mil seiscentos e oitenta e [três] até ao presente os mesmos índios.³⁹⁰

O Padre José de Araújo Ferraz, neto de Francisco Barjon, revelou que o avô fundou o aldeamento e recebeu carta de administração dos indígenas em 1683. Ademais, José de Araújo Ferraz requereu o direito de continuidade da administração dos Menian alegando que os indígenas foram administrados pelos seus familiares desde a fundação do aldeamento. O pedido do padre foi fundamentado por uma série de documentos oficiais expedidos pela administração colonial como cartas de administração, requerimentos, provisões e regimento.³⁹¹

³⁹⁰ **AUTO** que mandou fazer o Dr. Desembargador Ouvidor Geral da comarca de Porto Seguro Thomé Couceiro de Abreu, Cavaleiro professo da Ordem de Christo, para por ele inquirir testemunhas acerca dos índios Menhans e dos factos referidos a seu respeito no officio a que está anexo. Vila de Nossa Senhora da Pena, 2 de abril de 1784. Cópia; (*Anexo ao 6508*). AHU-ACL-CU-005, Cx. 35. Doc. 6521.

³⁹¹ A série documental que possibilitou a análise está disponível no Projeto Resgate – Bahia (Coleção Eduardo de Castro e Almeida). Por se estender muito no tempo (até a segunda metade do século XVII) selecionamos somente os trechos que descreveram a situação da formação do aldeamento e os referente ao século XVII. A série completa está organizada como anexos ao documento 6508, caixa 35. Para um panorama da série listamos as referências a seguir: **AUTO** que mandou fazer o Dr. Desembargador Ouvidor Geral da comarca de Porto Seguro Thomé Couceiro de Abreu, Cavaleiro professo da Ordem de Christo, para por ele inquirir testemunhas acerca dos índios Menhans e dos factos referidos a seu respeito no officio a que está anexo. Vila de Nossa Senhora da Pena, 2 de abril de 1784. AHU_ACL_CU_005. Cx. 35. Doc. 6521; **REQUERIMENTO** dos Padres licenciados Sebastião de Araújo Barjon e José de Araújo Ferraz em que pedem a certidão da seguinte provisão que concede a seu avô D. Francisco Barjon a administração do gentio Menhãa, registado nos livros da Câmara de Porto Seguro. 23 de novembro de 1728. Certidão. AHU_ACL_CU_005. Cx. 35. Doc. 6522; **PROVISÃO** de 29 de agosto de 1681, pela qual o Governador do Estado do Brasil, Roque da Costa Barreto, concede a D. Francisco Barjon a administração dos índios Menhans, que estavam ao seu serviço e do Capitão Simão da Silva, José de Oliveira Corrêa, André de Brito de Almeida e Francisco de Oliveira Rego, moradores na Capitania de Porto Seguro. Certidão. AHU_ACL_CU_005. Cx. 35. Doc. 6523; **REQUERIMENTO** de D. Francisco Barjon, no qual pede a certidão do Regimento da Administração dos Índios. AHU_ACL_CU_005. Cx. 35. Doc. 6524; **REGIMENTO** que hão de usar os administradores das Aldeias dos Índios do Estado do Brasil. Bahia, 29

Porém, embora a argumentação tenha atendido aos critérios da “boa conservação dos índios” e da continuidade da manutenção da instrução na fé e nos valores católicos, transpareceu sentido imperativo para o controle do grupo indígena em função da dependência da exploração do trabalho dos aldeados. Por outro lado, no caso que envolveu Manoel de Araújo e a disputa pela administração de um grupo Menian, os aldeados podem ter se utilizado da possibilidade de buscar melhores condições na outra margem do rio Grande, mesmo que seguindo promessas sem concretização. Assim, a passagem a outro administrador pôde ter sido opção dos indígenas como também não

de julho de 1678. AHU_ACL_CU_005. Cx. 35. Doc. 6525; **REQUERIMENTO** do Padre José de Araújo Ferraz, no qual alegando ser administrador de uma Aldeia de Gentios Menhans e ter licença para armar altar portátil e nele dizer missa, pede para ser nomeado Administrador Missionário dos mesmos gentios e que o Vigário de Porto Seguro fosse autorizado a benzer um certo terreno, destinado a cemitério. (1753). AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6526; **PROVISÃO** pela qual é nomeado o Padre José de Araújo Ferraz Administrador Missionário da Aldeia do Gentio Menhã e é concedida a autorização pedida no requerimento antecedente, acerca do cemitério. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1753. AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6527; **ATESTADO** do Padre José de Araújo Ferraz sobre a prisão que fizera o Capitão do Mato Ignacio do Couto Arez do Índio Raimundo Barbosa. Santa Cruz, 4 de fevereiro de 1759. AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6528; **REQUERIMENTO** do Padre José de Araújo Ferraz, pedindo para ser conservado na administração e posse da Aldeia dos Índios Menhãs. (1750). AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6529; **REQUERIMENTO** do Padre José de Araújo Ferraz, no qual pede que os oficiais de milícias e de justiça da Vila dos Ilhéus, lhes prestem auxílio na administração da referida aldeia e que lhes fosse ordenada a entrega de todos os índios que dela fugissem. (1764). AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6530; **REQUERIMENTO** do Padre José de Araújo Ferraz sobre o mesmo assunto dos documentos antecedentes. (1739). AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6531; **INFORMAÇÃO** dos Oficiais da Câmara de Porto Seguro sobre o requerimento anterior e a competência do Padre José de Araújo Ferraz para exercer a administração da Aldeia dos Gentios Menhãs. Porto Seguro, 26 de dezembro de 1739. AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6532; **ATESTADO** do Padre Roberto de Brito Gramacho, Vigário Colado da freguesia de São Boaventura do Poxi, sobre os serviços prestados pelo Padre José de Araújo Ferraz. Poxi, 10 de janeiro de 1758. AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6533; **ATESTADO** do mesmo Vigário Roberto de Brito Gramacho, sobre a fuga de diversos moradores da Aldeia administrada pelo Padre José de Araújo Ferraz. Poxim, 25 de maio de 1746. AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6534; **ATESTADO** do Juiz Ordinário da freguesia de S. Boaventura de Poxim, João Coelho Machado, sobre os serviços do Padre José de Araújo Ferraz e a fuga dos referidos Índios. AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6535; **ATESTADO** do Ajudante Simão da Costa Pereira, idêntico ao antecedente. Poxim, 26 de maio de 1746. AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6536; **REQUERIMENTO** de D. Francisco Barjon, no qual pede que se ordene aos Oficiais da Câmara de Porto Seguro a observância da provisão que nomeara o suplicante administrador de uns índios que tinha em casa e a prisão de Jorge Peres, caso este pretendesse fazer qualquer violência aos mesmos índios. (1681). AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6537; **AUTOS** de justificação em que os Padres Sebastião de Araújo Barjon e José de Araújo Ferraz, pretendem provar serem netos de D. Francisco Barjon e ter sido este seu avô administrador de uma aldeia de Gentio Menhã, em cuja administração sucederam. N. S. da Pena de Porto Seguro, 24 de outubro de 1738. AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6538; **REQUERIMENTO** do Padre José de Araújo Ferraz pedindo providências para evitar que seus sobrinhos Domingos Borges Ferraz e José Ferraz, continuassem a impedir que os índios transportassem os mantimentos que carecia para seu sustento e de sua família. AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6539; **REQUERIMENTO** do Padre José de Araújo Ferraz, pedindo que ninguém pudesse fazer plantação dentro da área de uma lagoa em torno da aldeia que administrava. (1742). AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6540; **PORTARIA** na qual se ordena ao Padre José de Araújo Ferraz que forneça ao capitão-mor Manoel Coelho de Magalhães 12 índios da sua confiança, para o acompanharem na missão de subjugar o gentio bárbaro e castiga-lo pelas atrocidades e roubos que estava continuamente praticando. Bahia, 7 de janeiro de 1744. AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6541; **CARTA** particular do Arcebispo eleito D. Fr. Manuel para Francisco X de Mendonça Furtado, instando pelo pagamento da sua cõgrua, sem a qual não podia sustentar-se. Bahia, 25 de junho de 1764. AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6541-A.

deve ter significado para eles de fidelidade perene ao possível novo administrador. Conforme o documento citado acima,

[...] Balthazar Ramos, que subornado pelo dito Manoel de Araújo, e enganado com promessas de o fazer [capitão-mor] se passara do Rio para o Norte houvera quatro anos pouco mais ou menos com os seus parentes e amigos sujeitando-se a serem administrados pelo dito Manoel de Araújo, que por si mesmo e sem jurisdição alguma nomeou o dito Balthazar Ramos por capitão-mor só afim de os [conservar debaixo] do seu domínio, e servir-se deles por gotas de água ardente e pedaços de fumo, nas pescarias, que costuma fazer para ir vender a Cidade da Bahia, e em tiradas de madeira, com que tem feito uma lancha e várias canoas umas para si e outras para vender. E que vendo o dito ministro os ditos documentos e as informações que lhe fiava o dito padre e os mesmos índios, lhes recomendou que dissessem ao dito Balthazar Ramos, e a alguns mais que se achavam da parte do Norte lhe viessem falar, como com efeito vieram, e informando-se com eles mesmos sobre os seus administradores, e o mais que fica referido confirmaram o mesmo, o que vendo [...] lhes disse que como eles pertenciam a esta Capitania, deviam passar-se para ela [voltasse] a viver com os mais e cuidarem todos em fazer suas lavouras digo suas lavouras, e plantas de algodão.³⁹²

Se a ação de procurar uma povoação portuguesa e aceitar se aldear, se fixando e inserindo na sociedade colonial pôde ter relação com a estratégia de garantia de sobrevivência do grupo, sob os possíveis impactos da lei indigenista, a persistência de uma situação dúbia imposta pelo interesse e dependência da exploração do trabalho indígena, por outro lado, respondeu a continuidade de uma existência ameaçada. Sem dúvidas, o volume considerável de documentação oficial produzida sobre a questão foi testemunha de uma realidade marcada pela exploração e precariedade da remuneração, condições de vida e da pobreza dessa população aldeada. Logo, a reiterada produção de documentos diversos sobre a questão fora mais efeito da permanência da exploração do que da busca por melhor regulação, regulamentação ou vontade de contemplar os indígenas com direitos sociais. Dialeticamente, o que evidenciou as normas e regulamentos da lei foram os conflitos em torno da administração dos indígenas.

De acordo com a provisão de administrador dos Menian passada a Dom Francisco de Barjon, datada de 1681, registrada nos livros da Câmara da Vila de Porto Seguro, a certidão fora passada pelo capitão-mor João Viegas Xorte, o mesmo sertanista responsável por aldear os Araraó na povoação do Rio das Caravelas.³⁹³ O documento apontou que os suplicantes (Dom Francisco Barjon, Simão da Silva, José de Oliveira Correa, André e Francisco de Oliveira), poderiam converter em seu poder “alguns índios

³⁹² **AUTO** que mandou fazer o Dr. Desembargador Ouvidor Geral da comarca de Porto Seguro Thomé Couceiro de Abreu, Cavaleiro professo da Ordem de Christo, para por ele inquirir testemunhas acerca dos índios Menhans e dos factos referidos a seu respeito no officio a que está anexo. Vila de Nossa Senhora da Pena, 2 de abril de 1784. Cópia; (*Anexo ao 6508*). AHU-ACL-CU-005, Cx. 35. Doc. 6521.

³⁹³ Conferir a imagem com o recorte do documento em que consta a assinatura do paulista nos anexos.

que deram por pessoas entre machos e fêmeas que voluntariamente se entregaram” e andavam trabalhando em suas lavouras “e porquanto [aqueles] suplicantes queriam ter os ditos índios por administração para estarem com quem entenda com eles” e também “para os terem prontos para tudo o que se servir”.³⁹⁴

A provisão, elaborada após a certidão passada pelo capitão-mor João Viegas Xorte, ainda considerou que,

os ditos índios sejam instruídos na nossa santa fé católica [...] como seu administrador assim para a sua conservação como para tudo o que se oferecer do serviço dos moradores daquela capitania e o dito administrador Dom Francisco [fez e dará] o [juramento] na Câmara [dela] pela dita administração e com esta o fará de tudo o que diretamente toca dos mais administradores a cujo cargo está do governo temporal dos índios em todas as capitanias deste Estado e ser obrigado o dito Administrador ter Regimento de como se há de haver com os ditos índios o qual está registrado nos livros da secretaria deste Estado. [E já que ordeno] que nenhuma pessoa de qualquer qualidade e condição que seja lhe possa induzir nem perturbar os ditos índios e [ausentando-se] [as quem] [o mandar [...] entrar de qualquer casa e fazenda em que se recolher e o restituirá com efeito dos mais para assim se poderem conservar.³⁹⁵

Além da justificativa de instrução religiosa para a expansão da fé Católica, ficou evidente a orientação para a prestação de serviço aos moradores. Portanto, a conservação do grupo, a introdução ao catolicismo e a administração dos indígenas deveria oferecer como contrapartida mão de obra para suprir as necessidades das povoações e vila da capitania.

A importância da experiência dos Menhans é a de por em evidência que a explicação tradicional de que os indígenas foram vítimas passivas dos processos de violência colonial a que foram submetidos já não dá conta de oferecer uma análise satisfatória a partir do cotejamento de documentação primária que trata da temática. A evidência do protagonismo indígena ficou evidente com a fuga da zona no rio Pardo e na busca por acordo/aldeamento como estratégia para preservar o grupo. Assim, conforme Cancela,

Mais que tipificar esse comportamento como ‘resistência’, deve-se entender essas ações políticas elaboradas e executadas pelos povos indígenas no enfrentamento da situação colonial como políticas indígenas. Elas não foram únicas para todos os povos, pois as conjunturas, os interesses em jogo, os sujeitos em cena, o tempo de contato e o estágio da colonização contribuíram para alterar a forma de relacionamento dos índios com os colonos e vice-versa. No complexo mundo colonial, um grupo indígena podia optar em se abrigar

³⁹⁴ **PROVISÃO** de 29 de agosto de 1681, pela qual o Governador do Estado do Brasil, Roque da Costa Barreto, concede a D. Francisco Barjon a administração dos índios Menhans, que estavam ao seu serviço e do Capitão Simão da Silva, José de Oliveira Corrêa, André de Brito de Almeida e Francisco de Oliveira Rego, moradores na Capitania de Porto Seguro. Certidão. AHU_ACL_CU_005. Cx. 35. Doc. 6523.

³⁹⁵ *Ibidem*.

num aldeamento jesuítico diante da ameaça de ser capturado por expedições escravistas dos bandeirantes e, após alguns anos, quando o aldeamento já não oferecesse as condições de vida satisfatória para o grupo, este podia migrar para outro local em busca de melhores condições.³⁹⁶

Nesse sentido, a experiência dos Menian na região do rio Grande demonstrou de forma clara a ação política indígena consciente e necessária para a sobrevivência do grupo.

6.3 – O “Regimento que aonde fizeres administradores das Aldeias dos Índios deste Estado”: diferenças, semelhanças e continuidades da regulação da exploração do trabalho indígena.

O destaque dado ao Regimento para administração dos indígenas foi importante para esclarecer a existência de uma normatização por parte da política indigenista da Coroa portuguesa do que poderia ser enquadrado como um aldeamento particular. Assim, diferente do que o nome sugeria, o ato de fundar um aldeamento e receber carta para administração de indígenas não pode ser confundido com a posse do grupo aldeado, ainda que a prática se distancie da norma legal. Para se manter o direito de administração de um aldeamento o administrador deveria obedecer a uma série de regras estabelecidas pelo regimento que era concedido pelo governo-geral. Nesse sentido, as normas pretendiam garantir a melhor forma de se estabelecer relações entre o aldeamento, e os indígenas, com os demais agentes da sociedade colonial a fim de evitar conflitos pelo controle da mão de obra, a garantia da conversão e manutenção dos indígenas no catolicismo, da condição de liberdade dos indígenas e da garantia de alguns direitos como o de remuneração pelos serviços prestados.

Infelizmente, o Regimento recebido por Dom Francisco Barjon referente aos Kamakã-Menian não está em perfeitas condições para a leitura integral contendo trechos com manchas, tinta trespassada e alguns parágrafos com a grafia apagada. Todavia, foi possível ler parte considerável de seu conteúdo e extrair as diretrizes centrais.

O regimento estabelecia uma série de normas que deveriam ser observadas e postas em prática pelo administrador nas aldeias. Foi organizado em artigos que determinavam as exigências da política indigenista de acordo com os trechos em destaque que foram inseridos em anexo.

³⁹⁶ CANCELA, FET. Manuel Rodrigues de Jesus: uma liderança indígena da vila de Belmonte no final do século XVIII. In: **Os brasis e suas memórias**. Disponível em: [Manuel Rodrigues de Jesus – Os Brasis e suas Memórias](#). Data do último acesso: 29/04/2023.

Observados os princípios do documento regimental, ficou claro e em suma, a intervenção religiosa de forma direta no interior dos aldeamentos e determinante para a imposição de práticas cotidianas alinhadas à imposição de uma sociedade cristã e católica. Ademais, é importante notar a influência do Bispo que detinha o poder de confirmar a indicação do vigário para o aldeamento. Ainda sobre o aspecto religioso, o pagamento do vigário deveria ser retirado de uma parte do pagamento sobre os serviços prestados pelos indígenas, embora o religioso devesse pagar caso necessitasse do serviço de um ou mais aldeado.

Da parte dos administradores, é importante perceber a necessidade de residirem no aldeamento e cuidar para mitigar conflitos entre indígenas e destes com os colonos. Para tanto, apesar de estarem subordinados ao capitão-mor da capitania onde se localizava a redução, cabia aos administradores a repartição e distribuição dos indígenas para o serviço aos moradores sob a possibilidade de se fazer queixa do capitão por excesso. Além disso, o administrador deveria registrar e ser responsável pela garantia de pagamento dos serviços dos indígenas e de que não realizassem trabalhos que comprometessem a sua sobrevivência. Por fim, era necessário garantir que os moradores não deixassem de pagar com pontualidade pelos serviços prestados pelos indígenas e de que os aldeados não fossem violentados garantindo com que todos fossem tratados como qualquer outro súdito.

Finalmente, era necessário garantir a liberdade dos indígenas e o direito que eles tinham sobre as suas terras não permitindo que fossem deslocados contra a vontade deles e muito menos as suas terras serem exploradas pelos colonos.

Não obstante, de acordo com Leda Maria Cardoso Naud, foi possível observar no regimento de 1681 algumas discordâncias com a lei de liberdade de 1611. De forma geral, o regimento deixou “brechas” que favoreceram a limitação da liberdade dos indígenas sobretudo em aspectos aos direitos de locomoção, trabalho e educação.³⁹⁷ Assim, todos os indígenas do aldeamento eram obrigados a trabalhar para os moradores. Embora o regimento determinasse a obrigação de se pagar pelos serviços dos indígenas, não estipulava tempo de jornada de trabalho e os valores deveriam ser entregues ao administrador. Quanto a educação, a obrigatoriedade de haver uma capela na aldeia tinha como função prática a de obrigar aos índios a ouvir missa e serem doutrinados diariamente, como ficou estipulado no item 1 do regimento.

³⁹⁷ NAUD, Leda Maria Cardoso. O índio brasileiro: apontamentos desde o descobrimento do Brasil até a época do Império. In: **Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Volume XII. Curitiba, 1970, p. 11.

Conforme Naud, o item 9 se diferenciou da lei de 1611, que concedia direito a terra aos indígenas, uma vez que concedeu direito de mudar de terras “com aprovação de seu administrador [...] porém sempre se dar[ia] primeiro conta ao governo-geral que poder[ia] aprovar ou não segundo a conveniência que desta se segui[sse] aos índios e aos moradores”. Finalmente,

Os itens 3, 12, 13 e 15 do regimento trata[vam] do trabalho dos índios. Não considera[vam] estes itens, entretanto, a questão do constrangimento dos índios a serviço ou coisa contra a sua vontade. O item 3 diz[ia] que o ‘Cura ou Vigário terá de seu salário três vinténs por mês de cada índio que for trabalhar nomeado pelo Administrador e das Índias que pelo mesmo modo forem nomeados para trabalharem com algumas pessoas terão trinta réis por mês pagos à custa dos ditos índios’.³⁹⁸

Assim, “o Regimento não só estipulou nomeação de índios e índias para trabalho (portanto não livre à escolha) como ainda, à custa deste mesmo trabalho conced[ia] lucro ao Cura ou Vigário da aldeia”.³⁹⁹

Nesse sentido, levando em consideração o que determinava o regimento e as considerações expostas acima, a análise do documento descortinou as principais funções do aldeamento: estabelecer assentamento permanente e garantir a oferta de mão de obra para a manutenção da produção econômica dos colonos.

A participação direta do sertanista oriundo da vila de São Paulo e integrante da expedição de Estevão Ribeiro Parente não se limitou a Povoação do Rio das Caravelas. Além do mais, a experiência dos Araraó em Caravelas sob ação direta do paulista não foi um processo específico daquela localidade. As impressões produzidas são a de que o processo de ataque aos grupos que habitavam os sertões foi seguido de uma política de formação de assentamentos permanentes composto pelos sobreviventes dos grupos atacados ou dos que buscaram se submeter aos valores socioculturais da sociedade colonial.

Assim, a análise sob a perspectiva dos regimentos descortinou a prática de “terceirização” da administração de grupos indígenas sob tutela do Estado português distanciando-se do que poderia ser considerado como *status* de posse direta do administrador. Logo, os aldeados sob administração particular não se enquadraram na mesma condição de escravo, ou seja, como propriedade do administrador sendo obrigado a obedecer ao regimento e estar submetido a uma hierarquia tanto religiosa quanto político-administrativa. Nesse sentido, a presença de um padre nomeado pelo governador-geral residindo no aldeamento era um mecanismo de controle e, em certa medida, de

³⁹⁸ Idem.

³⁹⁹ Ibidem.

fiscalização do administrador. Ademais, o capitão-mor e o governador-geral tinham poderes para instituir ou destituir o direito de administração dos indígenas, conforme o que estava disposto nos artigos 6 e 7 do Regimento.⁴⁰⁰

O sentido da formação dos aldeamentos particulares, nesse contexto, foi o da tentativa de incorporação dos indígenas dos sertões à sociedade colonial como trabalhadores, católicos e súditos do monarca português. Ademais, foi recurso imprescindível para garantir a ocupação e o controle territorial em regiões de fronteira. O aldeamento dos Kamakã-Menian cumpriu o papel de garantir o povoamento da região da barra do rio Grande, limite Norte da Capitania de Porto Seguro e perdurou por um longo período após a sua fundação como foi relatado por viajantes do século XIX. A seguir um mapa datado de 1756 registrou a sua localização.

⁴⁰⁰ Ver em anexo

Mapa 8 - Aldeamento dos Kamakã-Menian (c. 1756)



Fonte: Carta da Costa da Bahia, desde a Barra do Rio Grande até a Barra do Rio Una. Disponível em: <http://acervo.redememoria.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/301876>

Outro dado de suma importância é que a experiência de genocídio dos Tupinikin que habitavam o litoral da capitania e a longa ação e atuação dos sertanistas oriundos da vila de São Paulo ao longo da segunda metade do século XVII já pode ser considerado um marco para a configuração atual da presença indígena na região Extremo Sul da Bahia determinada pela presença massiva de grupos Macro-Jê com aldeias no litoral, a exemplo dos Pataxó de Porto Seguro, e nos sertões mais próximos.

7. Considerações finais

O período estudado foi caracterizado por intensa mobilização dos diversos agentes coloniais em direção aos sertões da América portuguesa. Em todo o processo, os investimentos estavam voltados para atender as necessidades de provisões e logística em geral. Quanto à arregimentação de pessoal para a viabilização das campanhas fora protagonizada por setores da elite colonial, com grande atuação e poder de articulação das Câmaras, em especial a da Bahia, e do governo-geral. Assim, a leitura da documentação indicou grande interesse e ação local e demonstrou uma condição intestina do contexto.

Não obstante, de acordo à nossa análise, todo o processo contou com a anuência da Coroa portuguesa e acompanhamento das leis e instituições portuguesas em diversas instâncias. A pressão pela conquista dos sertões e dos diversos grupos indígenas se agravou desde a saída de Portugal da monarquia hispânica em 1640 e tomou impulso até 1668 após o reconhecimento da independência portuguesa pelo Papa. No ano seguinte ao arrefecimento dos conflitos, em 1669, os efeitos dos encargos da guerra, dos pactos acordados com a Holanda e Espanha e da percepção da necessidade de ampliar o controle sobre o território forçou maior impulso a busca por outras fontes de riqueza, como a mineração e pecuária. Tanto as estratégias para garantir a integridade do território por parte da Coroa quanto o investimento em maior diversificação econômica, levando em consideração o que mais se investiu, provocou enorme impacto sobre os indígenas ameaçando a sobrevivência de muitos povos e, por outro lado, forçando alianças e maior contato.

A principal marca de todo o contexto em tela foi a resistência indígena sob diversas formas de agência. As muitas idas e vindas entre alianças e conflitos com colonos e oficiais da administração colonial sobreveio dos ataques derivados das expedições organizadas pelo governo-geral e articulada pela Câmara da Capitania da Bahia, a partir de 1670. Em processo de mobilização na Capitania de Porto Seguro, a partir da segunda metade do século XVII, os principais agentes, em larga medida, por outro lado, foram sertanistas da vila de São Paulo, Capitania de São Vicente, que convocados a conquistar os sertões abriram caminho para ascensão pessoal, influência e maior acesso a cativos.

Segundo carta do início do século XVIII, os paulistas reivindicaram lugar de importância na sociedade colonial ao alegarem a sua intensa participação no processo de conquista e povoamento no contexto em tela. De acordo com os oficiais da Câmara e moradores da Vila de São Paulo,

Os oficiais do Senado da Câmara desta cidade de São Paulo como cabeça da República pelo bem comum de todos os moradores desta capitania [expõe] a [...] cento e noventa anos com pouca diferença, ou o que na verdade [secular] que se povoou este Estado do Brasil sendo a primeira capitania a de São Vicente de que hoje é cabeça esta dita cidade estes moradores sempre se conservaram na administração do gentio da terra por que entraram conquistando a toda a gentildade bárbara e indômita nestas capitânicas a [custo] de suas vidas e muito trabalho, assim pela costa do mar, como pelo interior dos sertões que estão talados em grandes distâncias; e por sua inteligência se o tem feito as conquistas no Brasil povoando-se as terras Rio de Janeiro, Bahia, e Pernambuco, e Maranhão e este fim as mais com grande favor para o serviço de Deus e de Sua Majestade que Deus guarde. O primeiro acharem-se reduzidos a fê tantas mil almas que em todo este longo tempo saíram dos sertões e suas descendências [...] e melhor cumprimento das leis [divinas] e humanas.⁴⁰¹

Ficou evidente que o discurso dos paulistas tinha como finalidade garantir a autorização para administração de indígenas e a continuidade da prática de captura, descimento e exploração da mão de obra indígena em suas atividades produtivas. Finalmente, a alegação dos paulistas se utilizou da referência ao contexto da convocação para a conquista dos sertões da Bahia articulada pelo governo-geral, com aprovação da decretação da guerra justa pelo Tribunal da Relação e que, como vimos, concedeu a administração dos indígenas conquistados aos sertanistas. Portanto, o processo tratou de se colocar como prova da pressão pela flexibilização da política indigenista da Coroa portuguesa que defendia a liberdade dos indígenas. Todavia, por outro lado, a documentação acumulada ao longo do tempo, demonstrou também a sua condição contextual, variável ao longo dos interesses e necessidades da situação colonial em que a política se fazia valer com mais contundência e em outros momentos se flexibilizava chegando ao ponto de fazer “vistas grossas” a ampliação das práticas de escravização dos indígenas.

Assim, da mesma maneira que o distanciamento do centro permitiu certos desvios entre as práticas dos agentes coloniais que burlavam as normas e leis da Coroa portuguesa, a adoção de algumas exceções foi acolhida para atender as vicissitudes de determinados contextos. Conforme Laura de Melo e Souza, os paulistas que cativavam indígenas contra as provisões da Coroa tiveram a oportunidade de fazê-lo contra os indígenas da Bahia a serviço do Rei levando em consideração que “há por fim os que percebem que o caráter

⁴⁰¹ **REQUERIMENTO** dos oficiais do Senado da Câmara de São Paulo, expondo ao (governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses), que há cento e noventa anos, pouco mais ou menos, se povoou o Estado do Brasil, sendo a primeira capitania, a de São Vicente, e os moradores sempre se conservaram na administração do gentio da terra, porque eles o conquistaram em prejuízo de suas vidas. São Paulo, ant. a? 1725, outubro 26). AHU_ACL_CU_023-21. Cx. 7. Doc. 750.

infrator pode se transformar em baluarte da ordem, captando com argúcia o contraditório das ações humanas em contextos marcados pela indefinição e pelo imprevisito”.⁴⁰²

Não obstante, em meio ao processo de idas e vindas entre a aceitação das ações dos paulistas e o combate às mesmas, a desconfiança das autoridades com os sertanistas permeou todo o processo indicado pela documentação pelos reiterados pedidos de “cuidado com os excessos” com os indígenas nas campanhas e ações individuais pelos sertões.

Na realidade, ficou claro que no contexto de maior investimento na conquista dos sertões da Bahia até Porto Seguro (território objeto da análise), o lugar que os paulistas ocuparam foi de importância considerável. Apesar de a maior visibilidade dos sertanistas estar relacionada as campanhas e guerras aos indígenas do interior, os paulistas desempenharam funções oficiais, inclusive de governança e, no caso de Porto Seguro, atuaram nos descimentos, negociações, organização de aldeamentos, regulamentação e concessão da administração de grupos sobretudo do tronco Macro-Jê nas proximidades das povoações portuguesas na capitania. Foi o que demonstrou a trajetória do capitão João Viegas Xorte que, após atuar em entradas aos sertões da Capitania de Porto Seguro assumiu o cargo de capitão-mor, organizou e concedeu certidão de administração do aldeamento do Kamakã-Menian e administrou o aldeamento dos Araraó em Caravelas.

Contudo, a intensa atuação e conseqüente ascensão dos sertanistas pode ter amplificado a desconfiança da Coroa portuguesa em função da possibilidade da perda do controle em algumas situações, principalmente da legislação indigenista. Por outro lado, conscientes de sua importância para a implementação dos objetivos da administração colonial naquele contexto específico encorajou-os a ampliar o número de cativos indígenas refletida em uma série de pedidos e alegados, como no exemplo citado acima.

Somados a casos de excessos não somente com os indígenas, mas também com colonos e autoridades coloniais, a resposta da Coroa e do governo-geral foi o recrudescimento e a ofensiva aos paulistas no intuito de impor maior controle e interromper as ações dos sertanistas da vila de São Paulo. Todo esse processo foi documentado e acessamos para elucidar melhor as conclusões da análise em tela.

Assim, o primeiro processo que nos despertou atenção e interesse pelo seu desdobramento foi a ação de um grupo vindo de São Paulo que atacou povoações entre a

⁴⁰² SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra**: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 113.

Capitania do Espírito Santo e a vila de Camamú, na Capitania dos Ilhéus. Segundo Sebastião da Rocha Pita,

Tiranizavam a Província de Porto Seguro cinco homens naturais da mesma capitania, que sendo nobres por nascimento, se tinham feito vis por exercício. Juntaram alguns foragidos, e formaram uma esquadra de bandoleiros, sendo capitão dela um dos cinco principais. Cometiam por todos aqueles distritos, e dentro da mesma vila, roubos, homicídios, estupros, adultérios, e todo o gênero de insolências, e delitos, sem ficar fazenda, casa, honra, nem lugar seguro dos seus insultos. Não excetuava a sua tirania os seus próprios parentes, e andavam os moradores tão temerosos, por se acharem os cabos da milícia, os juizes, e os oficiais de justiça, com tão poucas forças para os sujeitar, que apenas se podiam defender, vivendo todos no temor de um perigo contínuo, que por instantes lhes ameaçava a última ruína. Nesta opressão recorreram ao governador, e capitão-geral do Estado Antônio Luiz, pedindo-lhe ajuda de gente, com que pudessem buscar aqueles ladrões, e extingui-los de toda a província.⁴⁰³

Embora contenha dose considerável de exagero e alguns equívocos no relato de Rocha Pita, o autor nos forneceu os primeiros indícios do processo de repulsão dos paulistas.⁴⁰⁴ O autor apresentou o desfecho do processo da seguinte maneira:

Chegou este aviso ao governador Antônio Luiz, e encomendando aos mensageiros o tivessem oculto, fez com o próprio segredo preparar cinquenta soldados, escolhidos entre os valorosos dos dois Terços do Presídio da Bahia, e dois sargentos da mesma suposição, dando-lhes por cabo um ajudante prático, e alentado, e os fez embarcar à ordem do Doutor Dionísio de Ávila Vareiro, desembargador atual da Relação, a quem encarregou esta empresa. Chegado este ministro àquela capitania, antes de entrar no porto, fez aviso ao capitão-mor, que lhe foi falar à embarcação com o juiz ordinário, juntando-se-lhe ambos para o conflito e informando-o do modo, com que o havia de executar, e da parte por onde podia acometer aos delinquentes. Desembarcaram de noite, e marchando pelos espessos matos daqueles distritos, encaminhados por guia fiel, e fortuna favorável, deram na estancia dos culpados, e prenderam logo aos cinco, que não puderam resistir, posto que o intentaram com grande valor, à custa de muitas feridas, que deram, e receberam. Os outros da quadrilha não foram achados, porque havendo-os mandado o seu capitão a uma facção do emprego detestável daquela miserável vida, conhecendo por alguns sinais, e conjecturas a desgraça de seus companheiros principais, penetraram as asperezas daqueles sertões e nunca mais apareceram. Os cinco presos foram conduzidos à Bahia pelo ministro, oficiais, e soldados, trazendo com eles as devassas, que das suas culpas se haviam tirado, e achando-se nelas inteiramente provados aos réus atrocíssimos crimes, foram sentenciados pela Relação à morte de força, e a serem esquartejados, e remetidas as cabeças aos principais lugares, em que cometeram os delitos.⁴⁰⁵

⁴⁰³ PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa, desde o ano de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro**. Lisboa Ocidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1730, pp. 446-447.

⁴⁰⁴ Há menção ao processo dos paulistas em SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil Colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

⁴⁰⁵ PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa...op. cit.** 1730, pp. 447-448.

Apesar da boa indicação para descortinar o desfecho da presença dos paulistas na Capitania de Porto Seguro, a leitura dos papéis de Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, evidenciadas pelo conteúdo de duas de suas cartas, clarificou os erros contidos no que escrevera Sebastião da Rocha Pita. O principal deles estava relacionado as origens dos revoltosos em que, diferentemente do que apontou Rocha Pita, tratava-se dos paulistas que permaneciam na capitania após pouco mais de vinte anos levando em consideração a documentação citada anteriormente. Outro detalhe importante foi a tramitação do julgamento que se deu na Bahia e sob responsabilidade da Relação. Na primeira carta, datada do dia 20 de junho de 1692 e destinada ao mamosteiro-mor, Câmara Coutinho relatou o seguinte:

Na Vila de Porto Seguro havia três anos que se haviam levantado uns quarenta Paulistas como lá, de maneira que governavam como sua, sem conhecerem superior algum, mandando matar a quem queriam, confiscando os bens, e fazendo outros insultos inauditos, e como era tão distante desta cidade e se não poder ir se não por mar (donde por força havia de ser sentida a qualquer embarcação, que ali chegasse) e seriam de qualquer resolução que se tomasse neste governo esperei a monção, e busquei práticos capazes daquele porto, e com todo o segredo embarquei em uma sumaca cinquenta soldados, dois ajudantes, e dois sargentos a ordem do Doutor Dionísio de Ávila, levando ordem desta Relação, para devassar, e prender os delinquentes, que o fez de maneira com o seu costumado zelo do serviço de S. Majestade, que dentro nos matos prendeu a todos, e os trouxe a esta cidade donde foram sentenciados os cabeças (como V. S. verá pela sentença que lhe remeteu e verá V. S. as insolências daquelas culpas). Os outros sócios que deviam de ser trinta e tantos, foram sentenciados, um por dez anos, e outros por toda a vida para Angola, com que se restaurou aquela capitania que estava quase despovoada, e agora a torno a mandar povoar, e faço tudo o que posso, pela quietação deste governo.⁴⁰⁶

Como foi possível observar, o levante fora realizado pelos paulistas que, segundo o governador, teriam tomado o controle da capitania e submetido os moradores ao seu governo representando uma ameaça à soberania da Coroa portuguesa naquele território. Em outra carta, Câmara Coutinho reiterou as informações comentando que,

por haver dois anos (quando cheguei a este Estado) que se havia amotinado uma quantidade de Paulistas com aquela Vila, de maneira que levantavam forcas e davam leis sem conhecerem Rei, nem justiça; matando a quem lhes parecia, confiscando-lhes as fazendas para si, e fazendo os mais enormes delitos que podiam ser, e o capitão-mor entrincheirado em sua casa sem poder obrar coisa alguma com o temor da morte. Tendo eu notícia deste negócio, depois de partida a frota o ano passado, o propus em Relação com todo o segredo, e se assentou que se devia acudir, mandando um ministro dela, com infantaria a devassar dos delinquentes, e prendê-los: para o que nomeei ao

⁴⁰⁶ CARTA para o momposteiro-mor. In: **Livro de cartas que escreveu o Senhor Antônio Luiz Gonçalves da Camera Coutinho sendo governador e Capitão Geral do Estado do Brasil aos Ministros de S. Magde. sobre negócios tocantes ao seu Real serviço, as quais foram as primeiras na frota que no princípio do seu governo partiu em 17 de julho de 1691.** Biblioteca da Ajuda – BA. Códice 51-V-42.

Desembargador Dionísio de Ávila Vareiro, o qual foi em uma sumaca com cinquenta soldados, dois ajudantes e dois sargentos, e o fez de maneira que foi mui igual ao que eu esperava de suas letras, prudência, e valor; porque lhe não os escapou nenhum que não prendesse, que lhes não valeu a espessura dos matos, e pareceu coisa milagrosa este sucesso, e os trouxe presos a esta praça, donde os cabeças se justiçaaram, como V. M. verá da sentença que remeto, e V. M. o fará presente aos ministros desse tribunal. E me parece deve S. Mgde. por ele agradecer ao dito Desembargador o bem com que o serviu nesta ocasião como entendo o fará em todas em que for ocupado, e creia V. M. que se restaurou aquela capitania como se de novo a conquistaram aos inimigos.⁴⁰⁷

Mas o que queriam os paulistas? Na realidade, o desrespeito à lei, os delitos e ataques às fazendas relatados pelo governador tiveram como objetivo central a apropriação de indígenas para serem feitos cativos. Assim, o principal conflito dos paulistas foi com a legislação indigenista e a série de decretos e regimentos que reiteravam a liberdade dos indígenas. A prova concreta da atuação pôde ser verificada a partir de trechos de uma cópia da sentença dos paulistas. A sentença atribuiu a liderança dos ataques aos presos Domingos Leme de Moraes, Veríssimo Moraes da Silva, Matheus Lacosta e Salvador Bicudo. De acordo com o documento,

Domingos Leme e Veríssimo de Moraes, vindo de São Paulo com outro seu irmão chamado Pedro de Moraes no sertão antes de chegarem ao Rio das Caravelas, mataram [...] André Dias, Antônio Soares e seus camaradas e a um índio chamado Pantaleão [e] fizeram assim de roubarem como roubaram todo o gentio que os mortos tinham em sua guarda e poder; pertencente a André Furtado de Mendonça seu companheiro e capitão da tropa assim se prova por quatro testemunhas de vista da querela app^a e devação app^a que destas mortes se deve tirar na Vila de Nossa Senhora da Vitória, Capitania do Espírito Santo assim o confirmam também nesta devassa; muitas testemunhas de fama pública [clareza] notória onde também se acham o testemunho da vista a e outra da confissão de Domingos Leme.⁴⁰⁸

O que foi possível notar após análise das séries documentais que trataram dos trinta últimos anos do século XVII para o território estudado é que, em paralelo às informações acerca das negociações, autorizações para expedições, descrição das entradas e das guerras movidas aos indígenas do interior se produziu considerável documentação indigenista da administração colonial e de diversas instancias administrativas portuguesas. Em sua quase totalidade, os documentos buscaram reiterar a legislação indigenista da Coroa portuguesa ratificando a liberdade dos indígenas e

⁴⁰⁷ CARTA para André Lopes de Lara sobre a impossibilidade com que fica a terra, e a prisão dos negros levantados, e paulistas. In: **Livro de cartas que escreveu o Senhor Antônio Luiz Gonçalves da Camera Coutinho sendo governador e Capitão Geral do Estado do Brasil aos Ministros de S. Magde. sobre negócios tocantes ao seu Real serviço, as quais foram as primeiras na frota que no princípio do seu governo partiu em 17 de julho de 1691.** Biblioteca da Ajuda – BA. Códice 51-V-42. Fols. 13-13v.

⁴⁰⁸ **CÓPIA** das sentenças dadas aos paulistas. (Anexo). Bahia, 18 de agosto de 1692. AHU_ACL_CU_005. Cx. 30. Doc. 3734.

estabelecendo os critérios para a formação de aldeamentos, de como se administrar as aldeias, do modelo de exploração do trabalho, integração dos indígenas à sociedade colonial e da exceção que permitia a escravização (guerra justa).

Por outro lado, entre as práticas dos agentes da colônia, todo o processo de comunicação no contexto de expansão do sertanismo se inseriu no contraditório das ações humanas na situação da colonização marcada por interesses conflitantes sobretudo entre sertanistas, indígenas, administração colonial e missionários.

Assim, uma vez investidos de um protagonismo autorizado pela administração colonial, conquistado territórios aos indígenas em nome do Rei, os paulistas se confrontaram com a legislação indigenista assim como a política indigenista da Coroa portuguesa se esbarrou nos interesses os conquistadores. Logo, uma vez que se realizou devassa aos sertões da capitania e a posterior acomodação dos maiores grupos em aldeamentos com regimento a administradores, a postura da administração colonial foi a de restringir cada vez mais as expedições de captura e aquisição de cativos. Nesse sentido, as ações dos paulistas podem ser compreendidas como reações às dificuldades de ampliação dos números de cativos pelos sertanistas como evidenciou a sentença da Relação da Bahia e que encontrou ressonâncias na alegação dos moradores da vila de São Paulo contida no requerimento citado no início dessas considerações finais.

Por fim, a descrição oficial do destino desse último grupo de paulistas que foi possível acessar até o final do século XVII apresentou o seguinte desfecho:

[a Relação] nomeou ao desembargador Dionísio de Ávila Vareiro para que fosse em uma sumaca fazer esta diligência mandando com ele dois ajudantes, dois sargentos e cinquenta soldados, com ordem para que as ordenanças daquela capitania, e os índios das aldeias dela estivessem a sua ordem assim para a sua guarda como para as execuções das prisões a que ia; ele o fizera de maneira que ainda que os réus tiveram aviso, a todos prendera, dentro no mato, sem lhe escapar nenhum em o mais oculto dele [...] a que admirar a todos os que conheciam paulistas embrenhados, donde são mais destros que os próprios bichos; finalmente os trouxera a cadeia daquela cidade em duas sumacas, repartida nelas a infantaria por não caber em uma e foram sentenciados naquela Relação que passaram de trinta e seis. Cinco deles enforcados por serem os principais agressores e os mais foram sentenciados com degredo para Angola; que mandara(va) os sentenciados (manchado) que se deram aos que padeceram pela justiça para que V.Mgde. visse os crimes e insolências que se fazem no Ultramarino, que ele tinha remediado com estes e outros castigos que ficava hoje aquele Estado com tanto temor que havia muitos tempos se não faziam brigas nem mortes.⁴⁰⁹

⁴⁰⁹ CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre as sentenças que se deram na Relação do Brasil aos negros levantados na vila do Camamú e aos Paulistas, pelas mortes e crimes que cometeram. Lisboa, 9 de novembro de 1692. AHU_ACL_CU_005. Cx. 30. Doc. 3733.

Após a intervenção do Governo-Geral e da Relação da Bahia a retomada do controle da capitania a influência dos paulistas na Capitania de Porto Seguro soçobrou. Outro fato que definiu a situação do contexto a partir da década de 1690 foi a descoberta de ouro e, posteriormente, a criação da Capitania de Minas Gerais. Associado ao maior interesse nas localidades de extração aurífera, a Coroa portuguesa, juntamente com a administração colonial, adotou medidas de restrição à circulação das rotas que partiam da capitania em direção aos sertões das minas restringindo a área de ação do sertanismo.

Por uma série de fatores que foram observados, o processo de colonização da Capitania de Porto Seguro se deu de forma muito lenta. A intensificação da ocupação territorial bem como da dinamização da economia só ocorreu a partir da segunda metade do século XVIII, como demonstrou o competente trabalho do Doutor Francisco Cancela em sua tese de doutorado e em outra série de artigos publicados nas mais importantes revistas científicas especializadas. Até às vésperas de sua anexação pela Capitania da Bahia e do início do período de reformas pombalinas, um mapa de Terços de Ordenança datado do ano de 1757 assinalou apenas as duas vilas (Santo Antônio do Rio das Caravelas e Nossa Senhora da Pena de Porto Seguro) compondo um total de 6 distritos conforme quadro abaixo:

Fig. Mapa do terço da Ordenança da Vila de Nossa Senhora da Pena e da Vila de Santo Antônio do Rio das Caravelas.

N.º 32

Mapa do Terço da Ordenança da Cappitania da 2^a de N.ª Sr.ª da Pena de Porto Seguro, e da 2^a de S.ª Sr.ª do Rio das Caravelas, de q^{ta} he Capp^m M^{or} Franc^o Gomes de Brito B^e de Novbr^o 23 de 1757

S ^m ª Plana	Cappitam M ^{or}		Cappitães	Alferezes	Sarg ^{to} do Num ^o	Sarg ^{to} Sup ^{ta}	Soldados	Famobres	Total
	Sargentos	Dois 3.							
	Ajudantes 3.								
Companhias	Miguel de Monsanto Sobáo.....	Porto Seguro.....	5	5	5	5	68	5	78
	Alanoel Frz ^o Silva.....	Passage.....	5	5	5	5	68	5	68
	Mão tem Cappitam.....	Coroa Vermelha Brago	5	5	5	5	68	-	66
	João Borges de Figueiredo.....	Santa Cruz.....	5	5	5	5	26	5	30
	Jerônimo de Figueir ^o Cast ^o	Rio de S.ª Sr.ª.....	5	5	5	5	20	5	26
	Miguel Coelho da Silva.....	2 ^a de S.ª Sr.ª.....	5	5	5	5	24	5	63
	Pedro de Alvim Coelho.....	Tapera.....	5	5	5	5	24	5	63
	Alanoel Frz ^o Chaves.....	Peruype.....	5	5	5	5	22	5	57
Somma total.....			7	7	7	7	127	5	166

Fonte: MAPA do terço da Ordenança da Capitania da vila de Nossa Senhora da Pena de Porto Seguro e da Vila de Santo Antônio do rio das Caravelas. AHU_ACL_CU_005. Cx. 130. Doc. 10123(2).

Apesar de não descrever minuciosamente as localidades, entre vilas, distritos ou freguesias e suas respectivas localizações, o quadro pôde demonstrar a situação de pouco desenvolvimento dos assentamentos portugueses e a anotação da existência de apenas duas vilas foi referência para compreender esse processo. Ainda assim, a marcação dos seis distritos (Peruype, Tapera, Rio de Santo Antônio, Santa Cruz, Coroa Vermelha e Passage) pode ilustrar diferenças do quadro apresentado até o início do século XVIII.

Ademais, a formação de povoações entre o rio São Francisco e o rio das Velhas a partir da última década do século XVII, por estarem relacionadas a descoberta do ouro na região do rio das Velhas e da pecuária ao longo do São Francisco, gerou redefinição de fronteiras e domínio jurisdicional entre as capitanias da Bahia e Rio de Janeiro e da vila de São Paulo já evidenciadas no início do século XVIII, conforme assinalou o documento a seguir:

Ilustríssimo Senhor, Diz o Promotor do juízo eclesiástico que a sua notícia veio que nas Minas Geraes pertencentes ao território deste Bispado de São Sebastião do Rio de Janeiro, se achavam muitos religiosos principalmente da ordem do Patriarca São Bento os quais estavam nas ditas Minas confessando e ministrando os sacramentos a aqueles moradores com muito escândalo por não terem para isto expressa licença e comissão de Vossa Ilustríssima como ordinário daquelas Minas que são deste território no que obram os ditos

religiosos em grande prejuízo da jurisdição de Vossa Ilustríssima e excessivo dano espiritual daquelas almas e para efeito de se obviarem os ditos danos e prejuízo [...] provará que a jurisdição episcopal de Vossa Ilustríssima compreende todo aquele território das Minas e passa além do Rio das Velhas lugar e sítio em que estão os mineiros, estavam os ditos religiosos confessando e ministrando os sacramentos sem licença nem aprovação de Vossa Ilustríssima. Provam que da fundação desta Diocese em que os prelados administradores eclesiásticos e o Ilustríssimo Senhor Dom Joseph de Barros primeiro bispo deste Bispado tiveram legítima administração e domínio espiritual até a Vila de Porto Seguro por Costa com todo o Sertão que lhe pertence. Provara que os Campos Geraes onde se descobriram as Minas e todo o sertão do Rio chamado das Velhas ainda não está nem chega a altura do Espírito Santo, capitania sujeita a esse Bispado, e sendo isso certo e sem controvérsia alguma não podem os tais religiosos de outras cidades lugares deste Estado do Brasil confessar nem ministrar sacramentos a aquelas almas sem especialíssima licença de Vossa Ilustríssima.⁴¹⁰

Embora a jurisdição eclesiástica não obedecesse diretamente a justiça temporal, sendo as duas de abrangências diferentes, o documento ofereceu pistas da imprecisão da delimitação espacial que ainda vigorava no início do século XVIII e se tornou mais complexa com a descoberta e exploração das minas. Assim, se considerarmos a dimensão territorial da Capitania de Porto Seguro delimitada entre os rios Jequitinhonha ao Norte e o Doce ao Sul a área das minas do rio das Velhas estaria entre o limite Sul de Porto Seguro e o Norte do Espírito Santo.

Ademais, o conflito derivado da atividade dos religiosos de São Bento que vieram da Bahia deixou nas entrelinhas a percepção do cenário real da região das minas. Logo, os sertões das capitanias de Porto Seguro e do Espírito Santo já eram entendidos, de forma prática, como um território a parte das duas ainda que sem delimitação oficial o que veio a ocorrer nos anos seguintes. A carta do Bispo D. Francisco de S. Jeronymo fez referência às minas do rio das Velhas e, ao mesmo tempo, em que pulverizou as coordenadas que relacionavam o território às respectivas capitanias. Conforme a carta,

Às Minas chegaram uns Religiosos da Ordem do Patriarca São Bento e outros do Carmo, entrados do sertão da Bahia ao Ribeiro, chamado das Velhas, dizendo traziam jurisdição da Sé Vacante daquele Cabido para administrar os sacramentos aos assistentes naquele ribeiro por pertencer à Bahia; e sabendo da sua chegada e exercício o Vigário da Vara que me assiste nas Minas me participou esta notícia e com ela me fez requerimento o Promotor desta Mitra alegando a violência que se me fazia à posse em que estou em todo este tempo por meus antecessores de com a comissão dos Prelados desta Diocese se levantarem os altares portáteis, e se administrarem os sacramentos e curarem as almas de todos os habitantes das Minas do Sul e do Rio das Velhas, que está descoberto desde o princípio do descobrimento das Minas: e também a usurpação de minha jurisdição, que sempre se exercitou naquele sítio. Além de que estas Dioceses não estão demarcadas pelos seus sertões; mas lançando-se

⁴¹⁰ **PETIÇÃO** do Promotor do Juízo eclesiástico do Rio de Janeiro, em que requer procedimento contra os referidos religiosos e contra todas as pessoas que impugnassem a jurisdição episcopal. (*Annexa ao n. 2662*). AHU_ACL_CU_017-1. Cx. 13. Doc. 2663.

linha mental do distrito de Porto Seguro (que é o termo deste Bispado pela marinha) ao sertão, assentam as pessoas práticas nas Minas, que o dito Ribeiro das Velhas fica muitos dias de jornada para dentro do distrito do Espírito Santo.⁴¹¹

Nesse sentido, ainda que algumas porções do território a Oeste das capitanias de Porto Seguro tenham sido ocupados entre os últimos anos do século XVII e inícios do XVIII, houve um enquadramento próprio por parte dos conquistadores da região e da Coroa portuguesa que a definiu a partir da criação de uma outra capitania para melhor controlar e administrar a exploração aurífera. Assim, os sertões de Porto Seguro se comprimiram em uma faixa mais estreita entre o que se classificou como sertões do leste e a costa do mar.

Do ponto de vista dos indígenas, entre pactos e conflitos que se faziam e se desfaziam, os indígenas atuaram de forma ativa e decisiva ao longo da experiência histórica da Capitania de Porto Seguro. Partindo de uma perspectiva mais tradicional, os ataques às povoações e vilas portuguesas ocuparam lugar de destaque nas memórias refletindo e refletidas na produção historiográfica hegemônica até a década de 1970.

De fato, a resistência indígena impactou o processo de colonização sobretudo até a primeira metade dos seiscentos limitando avanços do impulso conquistador e colonizador. Contudo, as diversas outras formas de relação estabelecida com o processo de conquista e colonização também foi decisiva. A documentação compulsada demonstrou um quadro complexo e, até mesmo contraditório, composto pela simultaneidade da considerável população nos aldeamentos jesuíticos e, ao mesmo tempo, a intensidade de conflitos, a rápida e drástica redução da população do litoral atingidas por epidemias de doenças infectocontagiosas e da exploração da mão de obra em engenhos e demais serviços das povoações portuguesas.

Por outro lado, o elemento mais impactante entre as diferenças notadas no contexto do início da primeira metade do século XVII, aproximadamente cem anos após o início da chegada dos inácianos, foi o quadro de penúria dos aldeamentos contando com uma população reduzidíssima de indígenas e a raridade cada vez maior de grupos Tupi nas povoações. Em contrapartida, o contexto forçou maior contato entre grupos Jê que ocupavam e circulavam em territórios do interior, nos sertões próximos ou distantes da

⁴¹¹ CARTA do Bispo D. Francisco de S. Jeronymo, na qual informa que tinha mandado proceder contra os Religiosos da Ordem de São Bento e do Carmo que tinham ido administrar sacramentos, sem sua autorização, aos moradores do Ribeiro das Velhas, pertencentes à sua jurisdição. Rio de Janeiro, 21 de Agosto de 1703. (*Anexa* ao n. 2661). AHU_ACL_CU_017-1. Cx. 13. Doc. 2662.

Vila de Nossa Senhora da Pena de Porto Seguro e das povoações de Caravelas e Santa Cruz.

Contudo, apesar de apresentados reiteradas vezes sob o signo da selvageria e barbárie, ao menos dois grupos Jê (os que foram possíveis de localizar os registros documentais) se articularam e buscaram ativamente aliança viabilizando a ocupação do litoral da Capitania de Porto Seguro e estabelecendo a permanência de assentamentos nos extremos Norte e Sul a partir da formação do aldeamento dos Kamakã-Menian na barra do rio Grande e dos Araraó no Rio Caravelas.

Por todo o período de intensificação de entradas aos sertões e, portanto, maior contato entre conquistadores a serviço do governo-geral e dos indígenas que habitavam o sertão, a partir da segunda metade do século XVII, a denominação Aimoré raramente é citada na documentação e quando muito faz referência ao passado belicoso de inícios dos seiscentos. Essa constatação ajudou a compreender a imprecisão e falta de adequação do termo para designar uma variedade de povos motivadora da construção de uma ideia geral, homogênea e limitada dos povos indígenas.

Assim, se os conquistadores do litoral não conseguiram fazer-se colonos em povoações nos sertões da Capitania de Porto Seguro, grupos do sertão ocuparam o litoral.

ANEXOS

Quadro – Lista de moradores, quantidade de pau-brasil e localização - 1645

Nome	Localização	Quantidade em quintais ou árvores
Gaspar de Oliveira Vidigueira	<i>Cachoeiras do Rio Grande</i>	1.000 quintais + 300 com os padres da Companhia de Jesus
Manoel Lopes com Pedro Cerqueira	<i>Acima das cachoeiras do Rio Grande</i>	150 quintais
Simão Barbosa com Antonio Soares	<i>Acima das cachoeiras do Rio Grande</i>	100 quintais
Domingos da Costa com Simão Barbosa	<i>Cachoeiras do Rio Grande</i>	140 quintais
Matheus Alvares	Rio do Frade Rio da Vila	100 quintais 70 árvores
Manoel de Miranda Barbosa	<i>Acima das cachoeiras do Rio Grande</i>	500 árvores
Antonio Malheiro Pereira	<i>Barra do Rio Grande</i>	130 quintais
Gaspar Borges de Novais	Rio desta Vila	500 árvores derrubadas + 400 quintais com Domingos Rodrigues
Paulo da Fonseca Amarin	<i>Rio Grande abaixo das cachoeiras</i>	40 quintais
Paulo de Siqueira	<i>Pé da cachoeira do Rio Grande</i>	100 quintais
Francisco de Magalhães com Pedro João	Rio desta Vila	50 árvores
Francisco de Magalhães com Antonio Rodriguez B de Faria	Rio Jucuruçu	15 quintais

Daranió de Pina	Rio desta Vila	40 árvores
Francisco Gramaxo	<i>Rio Grande abaixo das cachoeiras</i>	400 quintais
Rui Coelho de Pina com Pascoal Falcao e Pedro Teixeira	Rio desta Vila	300 árvores
Baltazar Luis	<i>Rio Grande</i>	100 quintais
Belchior Gomes	<i>Rio Grande</i>	200 quintais
Diogo Correa de Brito	<i>Rio Grande</i>	50 quintais
Reverendo Mathias Gonzales	Rio da Vila	130 quintais
Amador Penelle	Rio da Vila	60 árvores
Salvador G. Mealhada	<i>Rio Grande</i>	250 quintais
Gaspar Pires Delgado com Agostinho Coelho	Rio da Villa Rio Mucuri	600 árvores + 50 quintais 35 árvores
Pedro Alvares	Rio da Vila	57 árvores
Pedro Cerqueira	Aldeia do Espírito Santo	200 árvores
Paulo da Fonseca Amorin	Rio de São João na aldeia de mesmo nome	370 árvores com ordem do reverendo superior
Manoel Gonçalves da Silveira	Aldeia do Espírito Santo	60 quintais
Domingos Nunes Peixoto e Diogo Luiz	Não especifica	200 árvores de pau-brasil mirim
Reverendo Mathias Gonzales	Rio da Vila	100 árvores

Fonte: **AUTO**, bando e declaração de moradores da Vila de Nossa Senhora da Pena, da capitania de Porto Seguro sobre ter de manifestar o pau brasil nos sítios ou derrubado. Junho de 1645. AHU_ACL_CU 005, Cx. 10, Doc. 1161.⁴¹²

⁴¹² O quadro foi reproduzido de nosso trabalho de mestrado em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Cf. SANTOS, Uíá F. D. **Negociação e conflito na administração do pau-brasil: a Capitania de**

Regimento que aonde fizeres administradores das Aldeias dos Índios deste Estado⁴¹³

- 1- Haverá em cada Aldeia uma pequena capela com a dependência necessária em que se diga missa aos índios e um clérigo que sirva de cura ou vigário o qual residirá na mesma aldeia para nos domingos e dias santos dizer [a língua confessa] e sacramentar dos índios [como] [...] doutrinando-os [nas orações] o qual cura ou vigário será [apresentado] [...] dito [...] nome pelo governador-geral do Estado confirmado pelo Bispo [da] diocese em que aldeia pertencer.
- 2- Junto a dita aldeia se fará casa para [lhe ser toda de] clérigo que [há de] morar nela.
- 3- Será esse cura ou vigário [de seus índios] [tirando] [três vinténs] [por que] declare [onde] que for trabalhar nomeado pelo administrador e das índias que pelo mesmo modo forem nomeadas para trabalharem para algumas pessoas terão [...] pagos [a ou o?] [custo ou custa?] dos ditos índios [...] terá cuidado de saber se o dito cura ou vigário [...] [certa] por[cap] que se lhe nomeia para seu sustento e querendo o dito cura ou vigário servir-se de alguns índios pedindo-os ao administrador lhes dará pagando-se [o seu salário] como o hão de fazer os mais moradores que para os seus serviços os pedirem.
- 4- As pessoas que forem providas nas administrações destas aldeias hão de morar nelas com suas casas e família tendo muito cuidado e vigilância sobre a quietação dos índios tratando de [...] e repreender nas dúvidas que entre as tiver [...] não seja feito por [...] em razão [pelos pelo morador] livre em serviço alguma como tais.
- 5- Os ouvidores serão responsáveis pela observância da lei e Estes ouvidores não [cabendo] em sua alçada [darão] e agravo para o provedor-mor dos defuntos que residir [...] deste Estado.
- 6- Os ditos administradores serão sempre subordinados aos capitães-mores que governarem as praças em cujo distrito estiverem situadas as aldeias para que eles ordenarem tocante ao serviço de sua [Alteza], aos que os ditos administradores obedecerão com todo o cuidado e diligência [não consentindo] que para outros particulares e intrometam os ditos capitães-mores no governo dos índios nem poderão mandar ordens sobre trabalhar com estas ou aquelas pessoas por mais ou menos salários porquanto aos ditos administradores toca nomear os ditos índios às pessoas que os vierem pedir para seu serviço não os capitães-mores e somente para o serviço de sua [Alteza] como acima declaro.
- 7- E sucedendo que os ditos capitães-mores contra o disposto neste regimento e contra o dito senhor por suas leis declarado sobre este particular continuar na [repartição] dos índios mandando para isto [...] afim de que os índios [Va...] [...] que não forem aquelas a quem o administrador tiver dado ordem [...] lhe requererão com o disposto neste regimento de que darão também [...] [excesso] [...] capitães-mores.

Porto Seguro (1605-1650). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

⁴¹³ **REGIMENTO** que hão de usar os administradores das Aldeias dos índios do Estado do Brasil. Bahia, 29 de julho de 1678. Certidão. (anexo ao n. 6508). AHU_ACL_CU_005, Cx. 35/Doc. 6525.

- 8- Terá outrossim o dito administrador grande cuidado em conservar os índios [...] aldeias [...] consintam, digo, e não consentir que eles sejam tomados [...] que lhes forem assinadas para a sua [habitação], porquanto os ditos índios hão de ser tratados como quaisquer dos outros moradores deste Estado e hão de ter o domínio das terras que se lhe deram em nome do dito senhor para a sua vivência, e achando o administrador que não tenha posse e senhorio das terras que lhe tem dado, procurarão que se emancipe [pela via e meios] que o direito concede.
- 9- Não consentirá o dito administrador que os ditos índios sejam mudados das terras de suas aldeias contra suas vontades porém eles o poderão fazer com aprovação de seu administrador, melhorando este sítio em que mais comodamente possam viver, porém sem que se dará primeiro conta ao governo geral que poderá aprovar [...] a dita mudança segundo a conveniência que dela se seguir aos índios, aos moradores circunvizinhos.
- 10- As pessoas e moradores das capitâneas onde estiverem situadas as aldeias tendo necessidade de índios para os servirem os irão pedir ao dito administrador e o mesmo será quando necessitarem de índios para se [ir as vilas?] e se lhe pagarão aos índios a respeito de [não da para ler o valor] tostões por mês e as e as índias a cinco tostões por mês, e será pelo tempo que lhes for necessário porém não poderão ser violentados a que sirvam a certas pessoas contra suas.
- 11- Terão porém os ditos índios [segue ilegível][...] para as cumprirem darão conta ao administrador, o qual ouvido, digo, ouvindo as partes determinará o que lhe parecer justo.
- 12- Os moradores com quem os índios trabalharem serão obrigados a lhes pagar pontualmente seus serviços conforme ao preço disposto neste regimento naquelas coisas em que [se convenham pagar], e pelos preços convenientes que geralmente [correrem] e fazendo o contrário o administrador como juiz destes ditos índios lhes fará pagar protestando contra os devedores a com efeitos serem pagos os ditos índios do que se lhes deverem.
- 13- Os administradores que forem das aldeias não poderão obrigar dos seus índios a trabalharem em seu serviço particular sem lhe pagar seu salário como qualquer dos outros moradores porque não podem ter sobre eles mais vassalagem, poder ou jurisdição do que tem os mais capitães sobre [as pessoas] livres, nem poderá por esta causa [se der] contra eles ou molestados [ou ofendê-los] pelos índios o não quererem servir não lhes pagando e fazendo os ditos administradores o contrário do disposto nestes capítulos procederá contra ele segundo o excesso de que usarem neste capítulo.

[E porquanto convém que os administradores] assistam nas suas aldeias e para [para sempre fazerem] devem ter relatório [conveniente] [com quem lhes] [...] e particularmente [...] [as dívidas]

Fontes

Manuscritos

Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB

ALVARÁ passado ao capitão João Viegas Xortes para exercer o cargo de capitão-mor da capitania de Porto Seguro durante a ausência de Sebastião de Moura, capitão-mor daquela capitania. Bahia, 28 de setembro de 1677. Anais do Arquivo Público e Museu do Estado da Bahia – AAPEB, vol. 13

CARTA PATENTE de Sargento-Mor da Aldeia do Camamú da administração dos Religiosos da Companhia de Jesus, provido na pessoa de Estevão Pedrozo índio da mesma aldeia. APEB-Seção colonial e provincial, maço 336, doc. 30

CARTA PATENTE de capitão-mor da Aldeia do Camamú provido em João Javeira Xavier. APEB-Seção colonial e provincial, maço 336, doc. 57.

CARTA PATENTE de capitão-mor dos Payaya que habitam na Jacobina e Morro dos Chapeos provido em Antonio Gonçalves índio da mesma Aldeia. APEB-Seção colonial e provincial, maço 336, doc. 79.

CÓPIA manuscrita de uma carta que se escreveu ao Governador da Conquista Estevão Baião Parente. 1664-1672. Livro 4º das O.R. Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB. Seção Colonial/Provincial. Maço 201-62.

PATENTE de capitão-mor da Aldeia dos índios Urumarus concedida a Cosme Moreira. APEB-Seção colonial e provincial, maço 336, doc. 223.

PATENTE de capitão dos índios da Aldeia de Tujupeba provido na pessoa de Pedro Galvão índio da mesma aldeia. APEB-Seção colonial e provincial, maço 336, doc. 225.

CARTA PATENTE de capitão-mor dos Payaya que habitam na Jacobina e Morro dos Chapeos provido em Antonio Gonçalves índio da mesma Aldeia. APEB-Seção colonial e provincial, maço 336, doc. 79.

PATENTE de capitão-mor dos Payayazes das Jacobinas e Morro dos Chapéus, provida em Paulo Gonçalves. APEB-Seção colonial e provincial, maço 336, doc. 226.

PATENTE de capitão-mor da aldeia dos índios “Parnaquiús” na pessoa de Cristovão Afonso. APEB-Seção colonial e provincial, maço 336, doc. 234.

PATENTE de capitão dos índios Parnaquiús provido na pessoa de Jacinto Afonso. Índio da mesma nação. APEB-Seção colonial e provincial, doc. 235.

REGISTRO de uma provisão de S. Magestade passada aos Padres da Companhia de Jesus sobre as esmeraldas. APEB. Seção Colonial/Provincial. Maço 256, doc. 33.

REGISTO da provisão que passou o governador Dom Luís digo o governador Diogo Luiz de oliveira sobre o cruzado que se tirou pelos moradores para a entrada do sertão. Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB. Seção Colonial e Provincial. Maço 264, fol. 71.

Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Projeto Resgate Barão do Rio Branco

ATESTADO do Padre José de Araújo Ferraz sobre a prisão que fizera o Capitão do Mato Ignacio do Couto Arez do Índio Raimundo Barbosa. Santa Cruz, 4 de fevereiro de 1759. AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6528.

ATESTADO do Padre Roberto de Brito Gramacho, Vigário Colado da freguesia de São Boaventura do Poxi, sobre os serviços prestados pelo Padre José de Araújo Ferraz. Poxi, 10 de janeiro de 1758. AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6533.

ATESTADO do mesmo Vigário Roberto de Brito Gramacho, sobre a fuga de diversos moradores da Aldeia administrada pelo Padre José de Araújo Ferraz. Poxym, 25 de maio de 1746. AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6534.

ATESTADO do Juiz Ordinário da freguesia de S. Boaventura de Poxim, João Coelho Machado, sobre os serviços do Padre José de Araújo Ferraz e a fuga dos referidos Índios. AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6535.

ATESTADO do Ajudante Simão da Costa Pereira, idêntico ao antecedente. Poxim, 26 de maio de 1746. AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6536.

AUTO, bando e declaração de moradores da Vila de Nossa Senhora da Pena, da Capitania de Porto Seguro sobre ter de manifestar o pau-brasil nos sítios ou derrubado. Junho de 1645. AHU_ACL_CU_005, cx. 10, doc. 1161.

AUTO que mandou o capitão e sargento-mor Diogo do Campo Moreno, sobre a visita que fez a capitania dos Ilhéus e diligências do pau-brasil, por ordem do governador-geral D. Diogo de Menezes. Vila de São Jorge, Rio dos Ilhéus, 5 de abril de 1610. AHU_ACL_CU_005, Cx. 10, Doc. 1.

AUTO que mandou fazer o Dr. Desembargador Ouvidor Geral da comarca de Porto Seguro Thomé Couceiro de Abreu, Cavaleiro professo da Ordem de Christo, para por ele inquirir testemunhas acerca dos índios Menhans e dos factos referidos a seu respeito no ofício a que está anexo. Vila de Nossa Senhora da Pena, 2 de abril de 1784. Cópia; (*Anexo ao 6508*). AHU-ACL-CU-005, Cx. 35. Doc. 6521.

AUTOS de justificação em que os Padres Sebastião de Araújo Barjon e José de Araújo Ferraz, pretendem provar serem netos de D. Francisco Barjon e ter sido este seu avô administrador de uma aldeia de Gentio Menhã, em cuja administração sucederam. N. S. da Pena de Porto Seguro, 24 de outubro de 1738. AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6538.

CARTA do capitão da nau Santo Antonio, de Aveiro, ao rei [D. João IV] dando conta do carregamento de pau-brasil na nau Santo Antônio, de Aveiro. Porto Seguro, 20 de setembro de 1648. AHU_ACL_CU_005, Cx. 1, Doc. 91.

CARTA do governador do Brasil Antonio Telles da Silva, para S. Magde. sobre a falta de escravos de Angola e de dinheiro de prata, pedido que fez para se levantar o preço das patacas e bater moedas de prata dos moradores, negócio do pau brasil dos jesuítas, comércio que procura com os castelhanos do Rio da Prata, etc. Bahia, 30 de janeiro de 1643. AHU_ACL_CU_005, Cx. 09, Doc. 1002.

CARTA do governador do Brasil, Antônio Teles da Silva, para S. Magde. sobre a falta de patacas, licença que tem os moradores para plantarem gengibre e anil e navega-lo livremente para o reino, estado da galé e embarcações que fez o Marques de Montalvão,

devasse que se ficava tirando dos três governadores do Brasil, terras de canas que tem o Conde de Linhares, cujos bens foram confiscados no reino, dinheiro da obra pia, licença que tem os jesuítas para tirarem pau brasil, sustento da infantaria, estado de penúria em que os governadores passados deixaram os cofres do governo; louva o procedimento do provedor Sebastião Parvi de Brito. Bahia, 29 de novembro de 1642. AHU_ACL_CU_005, Cx. 8/Doc. 994.

CARTA do [Capitão-Mor da Capitania do Espírito Santo], Antônio do Canto de Almeida, ao Rei [D. João IV] a informar da serra das esmeraldas, dos holandeses e engenhos de Marcos Fernandes Monsanto. 1646, outubro, 25, Espírito Santo. AHU_ACL_CU_005, cx. 01, doc. 29.

CARTA PATENTE (minuta) do Rei [D. Afonso VI] a conceder nomeação a João Correia de Sá no posto de Governador da descoberta das Minas no sertão do Espírito Santo. 1660, maio, 11, Lisboa. AHU_ACL_CU_007, cx. 01, doc. 57.

CARTA particular do Arcebispo eleito D. Fr. Manuel para Francisco X de Mendonça Furtado, instando pelo pagamento da sua cômgrua, sem a qual não podia sustentar-se. Bahia, 25 de junho de 1764. AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6541-A.

CARTA do Bispo D. Francisco de S. Jeronymo, na qual informa que tinha mandado proceder contra os Religiosos da Ordem de São Bento e do Carmo que tinham ido administrar sacramentos, sem sua autorização, aos moradores do Ribeiro das Velhas, pertencentes à sua jurisdição. Rio de Janeiro, 21 de Agosto de 1703. (*Anexa* ao n. 2661). AHU_ACL_CU_017-1. Cx. 13. Doc. 2662.

CARTA dos oficiais da Câmara da Vila da Vitória ao Rei [D. Pedro II] a informar a intenção do Capitão-Mor, José Francisco Grizante de Oliveira de fazer uma expedição em busca das esmeraldas. 1675, junho, 06, Espírito Santo. AHI_ACL_CU_007, cx. 1, doc. 81.

CARTA do Donatário da Capitania do Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo, ao Rei [D. Pedro II] a informar do estado miserável que se encontra a dita Capitania, e de intentar fazer a jornada ao descobrimento das minas de esmeraldas. 1675, julho, 06, Espírito Santo. AHU_ACL_CU_007, cx. 1, doc. 71.

CARTA de José Gonçalves de Oliveira, ao Rei [D. Pedro II] a informar que o Coronel Francisco Gil de Araújo o impediu da sua ida na jornada das minas de esmeraldas. 1676, março, 15, Espírito Santo. AHU_ACL_CU_007, cx. 01, doc. 85.

CARTA de Paulo Barbosa defendendo-se das acusações que lhe fazem. Bahia, 21 de fevereiro de 1646. AHU_ACL_CU_005, cx. 10, doc. 1137.

CARTA do capitão Paulo Barbosa, feitor do pau-brasil da capitania de Porto Seguro, para S. Mgde., dando conta da sua viagem desde Setúbal, a 29 de dezembro de 1644, Ilha da Madeira até a Bahia, onde chegou na véspera de entrudo, e informando do negócio, de coisas da terra, das qualidades de madeiras, etc. (Cópia). S.d.n.l. AHU_ACL_CU_005 Cx. 10, Doc. 1160.

CARTA de Paulo Barbosa, feitor do pau-brasil da Capitania de Porto Seguro, para S. Mgde., sobre as necessidades daquela capitania e queixando-se contra os oficiais da

Câmara que o prenderam e afrontaram; refere-se aos jesuítas e negócio que fazem do pau-brasil. Porto Seguro, 8 de fevereiro de 1647. AHU_ACL_CU_005, cx. 10, doc. 1239.

CERTIDÃO (treslado) de Domingos de Azeredo Coutinho sobre a jornada das esmeraldas que foi incubido. 1646, outubro, 23. AHU_ACL_CU_007, cx. 01, doc. 27.

CERTIDÃO a declarar que o Capitão-Mor da Capitania do Espírito Santo Diogo Seixas Barraca impediu Agostinho Barbalho Bezerra na jornada das minas das esmeraldas não atendendo as suas necessidades de armas e gente. 1667, janeiro, 19, Espírito Santo. AHU_ACL_CU_007, cx. 01, doc. 68.

CERTIDÃO (treslado) do Capitão do Forte Nossa Senhora da Vitória, Francisco Garcia Santiago, a declarar que o capitão Domingos de Azeredo Coutinho e o padre Luís de Siqueira da Companhia de Jesus foram ao sertão em descobrimento da serra de esmeraldas. Anexo: documentos comprovativos (24 docs. 45 fls.). Espírito Santo, 6 de outubro de 1646. AHU_ACL_CU_007, cx. 1, doc. 26.

CERTIDÃO (treslado) de Domingos de Azeredo Coutinho sobre a jornada das esmeraldas a que foi incumbido. Espírito Santo, 23 de outubro de 1646. AHU_ACL_CU_007, cx. 1, doc. 28.

CERTIDÃO da Câmara da Vila da Vitória sobre os feitos realizados pelo Donatário Francisco Gil de Araújo em favor das fortificações e defesa na Vila da Vitória e em Nossa Senhora da Conceição de Guarapari, onde se erigiu pelourinho, casa de câmara, cadeia e igreja, além de jornadas em busca de esmeraldas. AHU_ACL_CU_007, cx. 01, doc. 90

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D. João IV sobre a carta dos moradores e povoadores do Rio das Caravelas em que solicitam prelado que os governe, e ajuda para a compra de escravos para a extração de pau-brasil. Lisboa, 30 de outubro de 1645. AHU_ACL_CU_005, cx. 1, doc. 94.

CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre uma carta de Paulo Barbosa feitor do pau-brasil em Porto Seguro, acerca do que tem obrado no serviço real. AHU_ACL_CU_005. Cx. 11. Doc. 1254.

CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre o capitão Paulo Barbosa, que, nomeado capitão-mor, ouvidor e administrador do pau-brasil na capitania de Porto Seguro, arribara a Setubal por causa do mau tempo e foi por isso destituído e dado o lugar a Nicolau de Brito; pede para ser restituído ou melhorado em outro posto, para não pereça a sua honra e crédito. Lisboa, 31 de outubro de 1644. AHU_ACL_CU_005, cx. 09, doc. 1082.

CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a vinda para Lisboa, por ordem do Conselho, do capitão Paulo Barbosa, arribado a Setubal. Lisboa, 17 de setembro de 1644. AHU_ACL_CU_005, cx. 09, doc. 1083.

CONSULTA (minuta) do Conselho Ultramarino ao Rei [D. João IV] a informar da busca para o descobrimento das minas de esmeraldas. [Ant. a. 1647, julho, 14] Espírito Santo. AHU_ACL_CU_005, cx. 01, doc. 35.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D. João IV sobre a partida dos capitães Domingos de Azeredo Coutinho e Antônio de Azeredo Coutinho que vão para as minas de esmeraldas. 1647, setembro, 13, Lisboa. AHU_ACL_CU_007, cx. 01, doc. 36.

CONSULTA (Minuta da) do Conselho Ultramarino sobre a carta de 25 de março 1728, do juiz da Vila de Cuiabá, acerca de não se poder alargar as minas desta vila, e da ordem que se deu ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo (Rodrigo César de Meneses), para que este reprimisse, por todos os meios que estivessem a seu alcance, as hostilidades dos índios. AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 7/Doc. 750.

CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre as sentenças que se deram na Relação do Brasil aos negros levantados na vila do Camamú e aos Paulistas, pelas mortes e crimes que cometeram. Lisboa, 9 de novembro de 1692. AHU_ACL_CU_005. Cx. 30. Doc. 3733.

CÓPIA das sentenças dadas aos paulistas. (Anexo). Bahia, 18 de agosto de 1692. AHU_ACL_CU_005. Cx. 30. Doc. 3734.

DECRETO de minuta de consulta do Conselho Ultramarino sobre o procedimento do capitão Paulo Barbosa, feitor do pau-brasil da Capitania de Porto Seguro. Alcântara, 7 de junho de 1646. AHU_ACL_CU_005. Cx. 10. Doc. 1193.

INFORMAÇÃO dos Oficiais da Câmara de Porto Seguro sobre o requerimento anterior e a competência do Padre José de Araújo Ferraz para exercer a administração da Aleia dos Gentios Menhães. Porto Seguro, 26 de dezembro de 1739. AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6532.

ORDENS RÉGIAS (minuta) do Rei [D. Pedro II] a nomear Garcia Rodrigues Paes para o posto de Capitão-Mor da entrada e descobrimento das minas de esmeraldas. AHU_ACL_CU_007, cx. 01, doc. 92.

PARECER do Conselho Ultramarino sobre uma carta de Gaspar de Brito Freire acerca dos efeitos do pau-brasil, falta de escravos, aumento e conservação do Brasil. Lisboa, 14 de dezembro de 1644. AHU_ACL_CU_005, Cx. 1, Doc. 61.

PETIÇÃO do provincial da Companhia de Jesus, queixando-se do capitão Paulo Barbosa, seu inimigo, que o injuriou e lhe tirou os índios, e chamou aos padres da mesma Companhia sismáticos e velhacos; pede que se proceda contra ele. S. l. n. d. AHU_ACL_CU_005. Cx. 10. Doc. 1136.

PETIÇÃO do Promotor do Juízo ecclesiastico do Rio de Janeiro, em que requer procedimento contra os referidos religiosos e contra todas as pessoas que impugnassem a jurisdição episcopal. (*Annexa ao n. 2662*). AHU_ACL_CU_017-1. Cx. 13. Doc. 2663.

PORTARIA na qual se ordena ao Padre José de Araújo Ferraz que forneça ao capitão-mor Manoel Coelho de Magalhães 12 índios da sua confiança, para o acompanharem na missão de subjugar o gentio bárbaro e castiga-lo pelas atrocidades e roubos que estava continuamente praticando. Bahia, 7 de janeiro de 1744. AHU-ACL-CU-005. Cx. 35.

PROPOSTA (treslado) de Agostinho Barbalho Bezerra sobre haver de descobrir a Serra das Esmeraldas pelo Rio Doce ou São Mateus. 1666, abril, 28, [Espírito Santo]. AHU_ACL_CU_007, cx. 01, doc. 67.

PROVISÃO de 29 de agosto de 1681, pela qual o Governador do Estado do Brasil, Roque da Costa Barreto, concede a D. Francisco Barjon a administração dos índios Menhans, que estavam ao seu serviço e do Capitão Simão da Silva, José de Oliveira Corrêa, André

de Brito de Almeida e Francisco de Oliveira Rego, moradores na Capitania de Porto Seguro. Certidão. AHU_ACL_CU_005. Cx. 35. Doc. 6523.

PROVISÃO pela qual é nomeado o Padre José de Araújo Ferraz Administrador Missionário da Aleia do Gentio Menhã e é concedida a autorização pedida no requerimento antecedente, acerca do cemitério. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1753. AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6527.

REPRESENTAÇÃO que os oficiais da Câmara de Porto Seguro fazem contra o capitão Paulo de Barbosa, feitor do pau-brasil, que os trata mal, e persegue os padres da companhia e se irmanou com o seu vigário, clérigo degredado pelo Santo Ofício e por uma morte, etc. AHU_ACL_CU_005. Cx. 10. Doc. 1134.

RELAÇÃO da viagem que fez o capitão Paulo Barbosa no navio Santo Antonio de Aveiro de Sua Mgde. que Deus guarde a vila de Porto Seguro com escala pela Ilha da Madeira e pela Bahia. AHU_ACL_CU_005. Cx. 1. Doc.78.

REPRESENTAÇÃO dos Oficiais da Câmara de Vitória ao Rei [D. Pedro II] a pedirem a permanência pelos serviços prestados na defesa desta Capitania e dos donativos enviados no descobrimento das minas de esmeraldas do Capitão Antônio Mendes de Figueiredo na dita Vila. [Ant. a 1668, novembro, 13], Vila da Vitória. AHU_ACL_CU_005, cx. 01, doc. 72.

REQUERIMENTO que o padre Mathiaz Gonzalez da Companhia de Jesus superior da Casa do Salvador de Porto Seguro fez aos senhores oficiais da Câmara desta vila. (Anexo). AHU_ACL_CU_005, cx. 10, doc. 1136.

REQUERIMENTO dos Padres licenciados Sebastião de Araújo Barjon e José de Araújo Ferraz em que pedem a certidão da seguinte provisão que concede a seu avô D. Francisco Barjon a administração do gentio Menhã, registado nos livros da Câmara de Porto Seguro. 23 de novembro de 1728. Certidão. AHU_ACL_CU_005. Cx. 35

REQUERIMENTO de D. Francisco Barjon, no qual pede a certidão do Regimento da Administração dos Índios. AHU_ACL_CU_005. Cx. 35. Doc. 6524

REGIMENTO que hão de usar os administradores das Aldeias dos índios do Estado do Brasil. Bahia, 29 de julho de 1678. Certidão. (anexo ao n. 6508). AHU_ACL_CU_005, Cx. 35/Doc. 6525.

REQUERIMENTO do Padre José de Araújo Ferraz, no qual alegando ser administrador de uma Aldeia de Gentios Menhãns e ter licença para armar altar portátil e nele dizer missa, pede para ser nomeado Administrador Missionário dos mesmos gentios e que o Vigário de Porto Seguro fosse authorisado a benzer um certo terreno, destinado a cemitério. (1753). AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6526.

REQUERIMENTO do Padre José de Araújo Ferraz, pedindo para ser conservado na administração e posse da Aldeia dos Índios Menhãns. (1750). AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6529.

REQUERIMENTO do Padre José de Araújo Ferraz, no qual pede que os oficiais de milícias e de justiça da Vila dos Ilhéus, lhes prestem auxílio na administração da referida

aldeia e que lhes fosse ordenada a entrega de todos os índios que dela fugissem. (1764). AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6530.

REQUERIMENTO do Padre José de Araújo Ferraz sobre o mesmo assunto dos documentos antecedentes. (1739). AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 653.

REQUERIMENTO de D. Francisco Barjon, no qual pede que se ordene aos Oficiais da Camara de Porto Seguro a observância da provisão que nomeara o suplicante administrador de uns índios que tinha em casa e a prisão de Jorge Peres, caso este pretendesse fazer qualquer violência aos mesmos índios. (1681). AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6537.

REQUERIMENTO do Padre José de Araújo Ferraz pedindo providencias para evitar que seus sobrinhos Domingos Borges Ferraz e José Ferraz, continuassem a impedir que os índios transportassem os mantimentos que carecia para seu sustento e de sua família. AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6539.

REQUERIMENTO do Padre José de Araújo Ferraz, pedindo que ninguém pudesse fazer plantação dentro da área de uma lagoa em torno da aldeia que administrava. (1742). AHU-ACL-CU-005. Cx. 35. Doc. 6540.

REQUERIMENTO dos oficiais do Senado da Câmara de São Paulo, expondo ao (governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses), que há cento e noventa anos, pouco mais ou menos, se povoou o Estado do Brasil, sendo a primeira capitania, a de São Vicente, e os moradores sempre se conservaram na administração do gentio da terra, porque eles o conquistaram em prejuízo de suas vidas. São Paulo, ant. a 1725, outubro 26). AHU_ACL_CU_023-21. Cx. 7. Doc. 750.

TERMO do assento que os oficiais da Câmara fizeram com os moradores de Porto Seguro sobre o preço do pau-brasil. AHU_ACL_CU_005. Cx. 3, Doc. 311.

Biblioteca da Ajuda – BA – Portugal

CARTA de El-Rei respondendo a duas consultas do Conselho da Índia, uma sobre os danos e furtos que os escravos dos engenhos do Brasil, fazem nos gados e frutos da terra por lhe faltarem seus donos com a sustentação. Outra, sobre a licença que o Conde de Linhares, pede para poder fazer vir de Paraíba ou de Pernambuco, quinhentos ou seiscentos índios com suas famílias, para estarem nas fazendas que tem na Baía e nos Ilhéus, oferecendo-lhes para trazê-los a sua custa e ensiná-los na doutrina cristã, em que manda que seja indeferido o seu pedido e que os índios possam ir por sua livre vontade povoar aquelas partes. S.l. 10 de abril de 1607. Biblioteca da Ajuda, códice 51 – VII – 15, f. 139.

CARTA de El-Rei ao governador do Brasil Diogo Botelho, aprovando a resolução e a cura das almas do gentio ser entregue aos religiosos da Companhia, repartindo por eles duzentos mil réis; enquanto ao pedido de se mandar ordenar o governo daquele gentio na forma que se usa nos índios de Castela, que só depois de ver o Regimento se tomará resolução; agradecendo o acerto das pazes com os Aimorés, e o socorro que mandou à Capitania de Porto Seguro, e devassas do levantamento que os moradores fizeram contra seu capitão. Tocante ao descobrimento das terras do Maranhão por Pedro Coelho de Sousa, se ficam vendo os papéis. Sobre a verificação das minas de S. Vicente, se faça

verdadeira relação delas. As plantas das fortificações se ficam vendo. Pagamento da imposição dos vinhos para a fábrica da Sé da Bahia e Igreja Matriz de Pernambuco. Mandando que a alfândega de Pernambuco que está na Vila de Olinda passe para o Recife. LISBOA, 19 de maio de 1605. Biblioteca da Ajuda. Códice 51-V-48, f. 9-10-v.

CARTA do Bispo D. Pedro de Castilho a El-Rei, acerca da consulta do Conselho da Índia, sobre a diligência que o Governador do Brasil Diogo Botelho, mandou fazer no descobrimento dos baixos dos Abrolhos, com que vai um debuxo do que por ela constou. Lisboa, 2 de junho de 1605. Biblioteca da Ajuda – BA. Códice 51-VIII-19, fol. 181v.

CARTA do Duque de Aveiro [D. Raimundo de Lencastre] para o Secretário de Estado expondo os motivos que o levaram a fugir, e pedindo para lhe alcançar de S. M. licença para se casar a seu prazer, remetendo-a ao Conde de Soure [D. João da Costa], em França. Cota: BA 54 – XIII – XVI, nº 171, f. 10-10v

CARTA do Conde de Odemira [7º, D. Francisco de Afro e Noronha] para [o Visconde de Vila Nova da Cerveira, D. Diogo de Lima] sobre a jornada do Duque de Aveiro [D. Raimundo de Lencastre] que se diz vai casar a França. Cota: BA 51 – VIII – 44, f. 466.

CARTA do Conde de Odemira [7º, D. Francisco de Afro e Noronha] [o Visconde de Vila Nova da Cerveira, D. Diogo de Lima] sobre os discursos que tem causado a ida do Duque de Aveiro [D. Raimundo de Lencastre]. Cota: BA – 51 – VIII – 44, f. 467.

CARTA de Fr. Juan B. para seu primo sobre a chegada do Duque de Aveiro [D. Raimundo de Lencastre] a Madrid, sendo recebido por S. M., sendo-lhe assinalados 2 mil ducados de mesada para o seu sustento. Cota: BA – 51 – VIII – 41, f. 595 – 595v

CARTA para a S. Mgde. sobre o salitre. Julho de 1699. Biblioteca da Ajuda. Códice 50-IX-46 e NOTÍCIAS do Brasil, principalmente a destruição dos Palmares e gentio do cabelo corredio. E parecer sobre isto. Biblioteca da Ajuda, códice 50-V-37, folha 168.

CARTA para o momposteiro-mor. In: **Livro de cartas que escreveu o Senhor Antônio Luiz Gonçalves da Camera Coutinho sendo governador e Capitão Geral do Estado do Brasil aos Ministros de S. Magde. sobre negócios tocantes ao seu Real serviço, as quais foram as primeiras na frota que no princípio do seu governo partiu em 17 de julho de 1691.** Biblioteca da Ajuda – BA. Códice 51-V-42.

CARTA para André Lopes de Lara sobre a impossibilidade com que fica a terra, e a prisão dos negros levantados, e paulistas. In: **Livro de cartas que escreveu o Senhor Antônio Luiz Gonçalves da Camera Coutinho sendo governador e Capitão Geral do Estado do Brasil aos Ministros de S. Magde. sobre negócios tocantes ao seu Real serviço, as quais foram as primeiras na frota que no princípio do seu governo partiu em 17 de julho de 1691.** Biblioteca da Ajuda – BA. Códice 51-V-42. Fols. 13-13v.

ENFORMASSÃO da Capitania dos ilheos dada por An.to Simões procurador do snr. Dom João de Castro, Snr. Dela. Biblioteca da Ajuda – BA. Códice 54-XI-26.

[Em] CARTA de S. Mgde. de 31 de julho de 1605. Biblioteca da Ajuda – BA. Códice 51-VII-15, fol. 35.

[EM] CARTA de S. Mgde. de 29 de outubro [1605]. Biblioteca da Ajuda – BA. Códice 51-VII-15, fol. 47.

INFORMAÇÃO dos cativeiros que governando Diogo Botelho este Estado do Brasil se fazem contra muitas cartas, alvarás e lei impressa de V. Magde. feita em novembro de 1605. Biblioteca da Ajuda. Códice 51-V-37, fols. 168-169.

PAPÉL que fez Manoel David Souto Mayor, sendo mandado à corte em 1663 pelo governador Rui Vaz de Siqueira, sobre o Estado do Maranhão e seu governo e causas que se sucedem com a administração dos índios e como foi a expulsão dos padres da Companhia, vindo tratar da dita prudência e da restituição dos mesmos padres àquele Estado. Biblioteca da Ajuda – BA. Códice 54-VIII-4.

PAPÉL feito a S. A. contra Estevão Ribeiro Baião sobre a insolências homens de S. Paulo fazia ao gentio para os cativar, e vender. Códice 50-V-37, folha 228-228v.

RELAÇÃO das Capitánias do Brasil. BA. Códice 51-IX-25, fol. 136v.

REPRESENTAÇÃO ao Padre Antônio Vieira pela Câmara do Pará. 1661. Biblioteca da Ajuda – BA. Códice 54-XI-27. 12a.

SENTENÇA contra D. Raimundo Lencastre, Duque de Aveiro. Cota: BA – 50 – V – 30, f. 29-30v.

SOBRE o Maranhão e Pará e cativo dos índios, e forma de os haver com aumento do Estado. Biblioteca da Ajuda. Códice 50-V-37. Número 137.

SOBRE a liberdade dos índios do Brasil. Fosse no Regimento o que diz esta carta. Biblioteca da Ajuda. Códice fol. 169.

Biblioteca Pública Municipal do Porto

MORENO, Diogo do Campo. **Rezão do Estado do Brasil no governo do Norte somete asi como o teve dō Diogo de Meneses até o anno de 1612** [c. 1616]. Biblioteca Pública Municipal do Porto, manuscrito, códice 126

Biblioteca Nacional de Portugal – Microfilmes

LEI sobre os índios do Brasil que não podem ser captivos. Legislação vária. Cartas, consultas, informações, pareceres, notícias históricas, etc. BNP. Manuscrito, cota: microfilme 7075, fol. 370.

Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo – IANTT

ALVARÁ. Administrador do pau-brasil da Capitania de Porto Seguro, no Brasil. IANTT – Registro Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo. Livro 6, f. 382v – 383v.

ANTT. Registro Geral de Mercês. Mercês da Torre do Tombo. Livro 6, f. 376v-377v.

ANTT. Registro Geral de Mercês. Mercês da Torre do Tombo. Livro 6, f. 382v-383v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cartório Jesuítico. Maço 54, doc. 6, fol. 5-8v.

CARTA de doação da Capitania de Porto Seguro. Évora, 27 de maio de 1537. ANTT, Chancelaria de D. João III, livro 7, fol. 103.

CARTA de Felipe Guilhem dando conta à Rainha que o governador Mem de Sá, depois de vencer e desbaratar os franceses que foram ao Rio de Janeiro sossegar o gentio do Porto Seguro e restaurar a Capitania dos Ilhéus, passara com cem homens e alguns negros ao sertão para descobrir ouro. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cota atual: corpo cronológico, parte I, mç. 104, nº 83

EXPULSÃO dos jesuítas e causa que tiveram para ele os paulistas, desde o ano de 1611 até o de 1640 em que os lançaram para fora de toda a capitania de São Paulo e São Vicente, por Pedro Jaques de Almeida Pais Leme. IANTT. Armário Jesuítico, mç. 29, nº 62, fols. 3-3v.

PROVISÃO para tornarem para as fazendas dos Ilhéus certos índios que dela se haviam ausentado. Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT, Cartório Jesuítico, maço 16, nº 24.

PARECER sobre os índios do Brasil. Arquivo Nacional da Torre do Tombo – IANTT. Cota atual: Manuscritos da Livraria, nº 1116 (52).

PARECER do Padre Antônio Vieira impugnando a resposta de Pedro Francisco Monteiro, procurador da fazenda. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Microfilme 5522, fol. 61v.

PAPÉIS sobre a terra de Mem de Sá. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cartório Jesuítico, maço 66, nº 7.

PAPEL não autêntico em que se mostra a razão que tinha Francisco de Sá para requerer mercês de Sua Majestade. Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT, Cartório dos Jesuítas, maço 19, nº 22.

MEMORIAL que apresentam os religiosos Capuchos que ora estão no Pará, os quais pedem a S. Mgde. lhes mande dar resolução de como se hão de haver no serviço de Deus e de S. Mgde. sobre algumas dúvidas que se lhes oferecem, as quais são as seguintes. Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo - IANTT. Manuscritos da Livraria, nº 1116, fol. 593-593v.

MERECIMENTO e serviços de Mem de Sá. Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT, Cartório dos Jesuítas, maço 65, nº 22.

NOTAS de Mello Moraes sobre o assalto dos índios Aimorés à Capitania de Ilhéus e pretenções do Colégio de Stº Antônio sobre o engenho do Sergipe. In: Arquivo Nacional da Torre do Tombo - IANTT, Microfilme 75.

ROTEIRO do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauí. S.l.n.d. Disponível em: <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=4248600>.

Real Academia de História – Espanha

INFORMAÇÃO sobre cousas do Brasil. Real Academia de Historia. Colección Jesuitica. Tomo CLXXXV fol. 11.

Impressos

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional – DH-BN

CARTA para os oficiais da câmara e capitão-mor da capitania do Porto Seguro. DH-BN. Vol. III, pp. 182-183.

CARTA para o Capitão-mor da capitania de Ilhéus. Na mesma forma se escreveu outra ao Capitão-mor de Porto Seguro. DH-BN. Vol. III, p. 267.

CARTA para Sua Magestade sobre as administrações, missão do Seará, e Índios que vieram do Rio Grande a pedirem paz, e notícia de outra Aldeia no Rio das Caravellas. DH-BN. Vol. X, pp. 60-65.

CARTA para Sua Magestade sobre as missões da Vila dos Ilhéus, do Assu', e Rio das Caravelas. DH-BN. Vol. X, pp. 175-176.

CARTA sobre Sua Magestade aprovar a criação da Vila de Santo Antônio do Rio das Caravelas. Lisboa, 7 de junho de 1701. DH-BN. Vol. XXXIV, p. 201.

CARTA para o Capitão-mor da Capitania de Porto Seguro sobre a carta de administração que leva o Capitão-mor João Viegas Xorte. DHBN, vol. VIII, p. 428.

[CARTA] PARA Marcos Malheiro Pereira. DH-BN. Vol. X, pp. 381-382.

CARTA para o Capitão-mor de Porto Seguro. DH-BN. Vol. X, pp. 88-89.

[CARTA] PARA o Capitão do Rio das Caravelas Agostinho Coelho. DH-BN. Vol. X, p. 380.

[CARTA] PARA o Capitão-Mor de Porto Seguro. DH-BN. Vol. X, pp. 90-91.

CARTA que se escreveu aos oficiais da Câmara da Villa de São Paulo sobre a mesma jornada. DH-BN, vol. X, p. 150.

CARTA que se escreveu ao capitão-mor de São Vicente Agostinho de Figueiredo sobre a jornada do gentio. DH-BN, vol. X, p. 148.

CARTA que se escreveu aos oficiais da Camara da Villa de São Paulo sobre a mesma jornada. Bahia, 18 de setembro de 1670. DHBN, Vol. VI, p. 150 e 151.

CARTA que se escreveu ao Capitão-mor de São Vicente Agostinho de Figueiredo sobre a jornada do gentio. Bahia, 19 de setembro de 1670. DHBN, Vol. VI, p. 148 e 149.

CARTA que se escreveu a Estevão Ribeiro Bayão Parente Capitão-mor da Entrada. DH-BN, vol x, pp. 151-152.

CARTA que se escreveu aos oficiais da Câmara da Capitania de Porto Seguro sobre o que se deve ao donativo do dote e paz 80& para farinhas. DH-BN. Vol. X, p. 154.

- CARTA que se escreveu ao capitão-mor do Rio das Caravelas. DH-BN. Vol. X, p. 161.
- CARTA que se escreveu ao capitão-mor da Capitania de Porto Seguro sobre as farinhas que se hão de comprar no Rio das Caravelas. DH-BN. Vol. X, p. 155.
- CARTA que se escreveu aos oficiais da Câmara da Vila de São Paulo. DH-BN. Vol. x, p. 162.
- [CARTA] PARA Marcos Malheiro Pereira. DH-BN, vol. VIII, pp. 381-382.
- CARTA para o Capitão-Mor da Capitania de Porto Seguro João Viegas Xorte sobre o cabo que mandou preso, e outros particulares. DH-BN, vol. VIII, pp. 405-406.
- CARTA que se escreveu ao Capitão-Mor da Capitania de Porto Seguro Sebastião de Moura, sobre as dúvidas que têm os Oficiais da Câmara. DH-BN, vol. VIII, p. 299.
- CARTA que se escreveu ao Provedor da Capitania de Porto Seguro Marcos Malheiro Pereira. DH-BN, vol. VIII, p. 300.
- CARTA PATENTE DO POSTO de Capitão-Mor da Capitania de Porto Seguro, provido na pessoa de Sebastião de Moura. DH-BN, vol. XII, p. 97.
- CARTA que se escreveu ao Capitão-Mor da Capitania do Espírito Santo Antônio Mendes de Figueiredo. DH-BN, vol. VI, p. 103.
- CARTA de Sua Majestade sobre não haver nas aldeias administrador secular. DH-BN, vol. LXVIII, p. 247.
- PARA o Capitão-mor de Porto Seguro Sebastião de Moura. Bahia, 22 de julho de 1673. DHBN, vol. VIII, p. 382.
- PATENTE DO CARGO de Capitão-Mor da Capitania de Porto Seguro, provido em Sebastião de Moura. DH-BN, vol. XII, p. 141.
- PATENTE DE CAPITÃO-MOR da Capitania de porto Seguro, provido em João Viegas Xorte. Salvador, 4 de abril de 1678. DHBN, Vol. VIII, p. 28 e 29.
- PORTARIA que se passou ao escrivão dos feitos da Coroa para trasladar por duas vias todas as provisões e ordens tocantes aos índios. DHBN, vol. VIII, p. 249.
- PORTARIA que se passou sobre os registos dos papeis dos religiosos da Companhia. DHBN, vol. VIII, p. 262.
- PROPOSTA que o Senhor Alexandre de Sousa Freyre fez em Relação sobre os Tapuyas e assento que sobre ela se tomou. DH-BN, vol. V, p. 208.
- TRASLADO da doação da Capitania de Pero do Campo. DH-BN. Vol. XXXVI, p. 256.
- TRASLADO da doação da Capitania dos Ilhéus, de que é Capitão, e Governador Jorge de Figueiredo Corrêa. DH-BN. Vol. XIII, p. 157.
- TRASLADO da provisão para se pagar salário ao Capellão da Villa da Conceição Capitania de Porto Seguro. DHBN. Provimientos Seculares e Eclesiásticos, vol. XXXV, p. 82.

Anais do Arquivo Público e Museu do Estado da Bahia - AAPEB

ALVARÁ passado ao capitão João Viegas Xortes para exercer o cargo de capitão-mor da capitania de Porto Seguro durante a ausência de Sebastião de Moura, capitão-mor daquela capitania. Bahia, 28 de setembro de 1677. Anais do Arquivo Público e Museu do Estado da Bahia – AAPEB, vol. 13, p. 96.

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

INFORMAÇÃO sobre as Minas do Brasil. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol. LVII. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação. 1939, p. 167.

Cartas Jesuíticas – *Monumenta Brasiliae*

CARTA do Irmão António Blázquez aos padres e irmãos de Coimbra. Bahia, 8 de julho de 1555. In: LEITE, Serafim. *Monumenta Brasiliae*

CARTA de Mem de Sá Governador do Brasil a D. Sebastião Rei de Portugal. In: LEITE, Serafim. *Monumenta Brasiliae*. Roma: Monumenta Historica Societatis Jesu. 1956

CARTA do Padre Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa. Baía, [10? de abril] de 1549. In: LEITE, Serafim. *Monumenta Brasiliae*.

CARTA do Padre Manuel da Nóbrega ao P. Miguel de Torres, Lisboa. Baía, 8 de maio de 1558. In: LEITE, Serafim. *Monumenta Brasiliae*. Roma: Monumenta Historica Societatis Jesu. 1956, vol. 2,

Cartas Jesuíticas – *Avulsas*

CARTA do Padre Leonardo Nunes aos Padres e irmãos de Coimbra. Cartas Avulsas. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

CARTA de João Azpilcueta Navarro. Salvador, 1551. Cartas Avulsas. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

História da Colonização Portuguesa do Brasil

CARTA del Rey D. João III para Martim Afonso de Sousa quando passou ao Brasil, para povoar aquela Costa, e tomou huns Cossarios Francezes, que andavão naquella Costa. Trala D. Luiz Lobo, no tomo I. Porto: Litografia Nacional, 1924, vol.3, p. 161.

CARTA de D. João III para o conde da Castanheira. Évora, aos 3 de fevereiro de 1533. In: DIAS, Carlos Malheiro. Porto: Litografia Nacional, 1924, vol. 3, p. 162.

CARTA de Duarte de Lemos escrita de Porto Seguro a D. João III. Porto Seguro, 14 de julho de 1550). Porto: Litografia Nacional, 1924, vol. 3.

Mapas

REIMÃO, Gaspar Ferreira. **Roteiro da carreira da Índia com seus caminhos e derrotas, sinais e aguages e diferenças dagulha tirado dos que escreveu Vicente Roiz e Diogo A.** Lisboa: Pedro Crasbeeck. BNP. COD. 6651.

BERTIUS, Petrus. **Brasília.** 1616. Jesuítas – Missões – Mapas – Obras anteriores a 1800. BNRJ. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart551649/cart551649.pdf.

Atlas da Costa do Brasil [Post. 1646]. Autor desconhecido. Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=301:apresentacao&catid=135:biblioteca-da-ajuda&itemid=330&lang=pt.

Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ Fundação Nacional Pró-Memória, 1981. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=214278&view=detalhes>.

Demonstração dos afluentes do rio São Francisco, em Minas Gerais. Autor anônimo. Disponível em: [http://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-virtual-da-cartografia-historica-do-seculo-xvi-ao-xviii/artigos/demonstracao-dos-afluentes-do-rio-sao-francisco-em-minas-gerais/#:~:text=Os%20bandeirantes%20subiam%20o%20rio,rio%20S%C3%A3o%20Louren%C3%A7o\)%20e%20Cuiab%C3%A1](http://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-virtual-da-cartografia-historica-do-seculo-xvi-ao-xviii/artigos/demonstracao-dos-afluentes-do-rio-sao-francisco-em-minas-gerais/#:~:text=Os%20bandeirantes%20subiam%20o%20rio,rio%20S%C3%A3o%20Louren%C3%A7o)%20e%20Cuiab%C3%A1).

Pimenta, Bruno V. S., Faivovich, Julian & Pombal, José P., 2007, On the identity of *Hyla strigilata* Spix, 1824 (Anura: Hylidae): redescription and neotype designation for a "ghost" taxon, pp. 35-49 in *Zootaxa on page 45*. DOI:10.5281/zenodo.175995.

Carta da Costa da Bahia, desde a Barra do Rio Grande até a Barra do Rio Una. Disponível em: <http://acervo.redememoria.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/301876>

HEMMING, John. **Ouro Vermelho: A Conquista dos Índios Brasileiros.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, p. 26.

Referências

ABREU, Capistrano. **O descobrimento do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. **Capítulos de História Colonial.** Rio de Janeiro: M Orosco & C. (impressores), 1907.

ACIOLI, Inácio de Cerqueira e AMARAL, Braz do. **Memórias históricas e políticas da Bahia.** Salvador: Imprensa Oficial, 1919.

ALENCASTRO, Luís Felipe. **O trato dos viventes.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA PRADO, J. F. **A Bahia e as capitanias do centro do Brasil (1530 – 1626)**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1945.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 15, 1995.

AMANTINO, Marcia. Fazendas, engenhos e haciendas: Os bens materiais e os escravos dos jesuítas na Capitania do Rio de Janeiro e na Província Jesuítica do Paraguai, século XVIII. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

AMSELLE, Jean-Loup. Etnias e espaços: por uma antropologia topológica. In: AMSELLE, Jean-Loup e M'BOKOLO, Elikia (organizadores). **No centro da etnia: etnias, tribalismo e Estado na África**. Petrópolis: Vozes, 2017.

ANCHIETA, José. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1564)**...

ANTONIL, J. A. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1982.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios Jesuíticos: O cotidiano da Administração dos Bens Divinos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

BARLÉU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo Joao Maurício Conde de Nassau**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.

BENCI, J. (S. J.). **Economia crista dos senhores no governo dos escravos**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

BEOZZO, J. O. **Leis e regimentos das missões: política indigenista no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1983.

BERNARDES, M. **Obras completas do Padre Manuel Bernardes**. São Paulo: Anchieta, 1945.

BARICKMAN, Bert J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARROS, Francisco Borges de. **Penetração das terras baianas**. Anais do Arquivo Público e do Museu do Estado da Bahia. Salvador, 1918.

BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (orgs.). **A expansão marítima portuguesa, 1400 – 1800**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BICALHO, Maria Fernanda B. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOCCARA, Guillaume. **Mundos nuevos em las fronteras del Nuevo Mundo**, Nuevo Mundo Mundos Nuevos [em línea]. Debates, Puesto en línea el 08 febrero 2005, consultado el 12 marzo 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/426>. Acesso em: 25 mar. 2021.

BOXER, Charles Ralph. **Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola 1602-1686**. Brasileira, 1973.

BRITO, Rossana. **A saga de Pero do Campo Tourinho: o primeiro processo da Inquisição no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a El Rey D. Manuel*. São Paulo: Ediouro, 2000.

CANCELA, Francisco. **De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808)**. Tese. (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CARRARA, Ângelo Alves. Fiscalidade e estruturas agrárias: Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, séculos XVI-XVIII. In: DIAS, Marcelo Henrique e CARRARA, Ângelo Alves (orgs.). **Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau**. Ilhéus: Editus, 2016.

CARDIM, Fernão. **Tratado da terra e gente do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

CARDIM, Pedro. Os povos indígenas, a dominação colonial e as instâncias de justiça na América portuguesa e espanhola. In: DOMINGUES, Ângela, CHAVES, Maria Leônia e CARDIM, Pedro. **Os Indígenas e as Justiças no Mundo Íbero-Americano (Secs. XVI – XIX)**. Lisboa: Atlântica Lisbon Historical Studies/CHAM, 2019.

CARVALHO, Guilherme Amorim de. Discursos memoriais lusitanos: representação e instrução das elites (século XVII). In: **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. 46, n. 2

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte. **Operários de uma vinha estéril. Os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil – 1580 – 1620**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

COARACY, Vivaldo. **O Rio de Janeiro no século 17**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

CONCEIÇÃO, Héli da Santos. **O sertão e o império: as vilas de ouro na capitania da Bahia, 1700-1750**. Tese (Doutorado em História) – PPGHIS/UFRJ. Rio de Janeiro, 2018.

CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas: da economia do açúcar e a conquista holandesa (Tomo II)**. Imprensa Nacional. Casa da Moeda: Lisboa, 2009, p. 59.

COSENTINO, Francisco Carlos. Construindo o Estado do Brasil: Instituições, poderes locais e poderes centrais. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, M. F. **O Brasil Colonial**, v. 1 (Ca. 1443 – 1580). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

KOK, Maria da Glória Porto. **Sertão itinerante**: Expedições da Capitania de São Paulo no Século XVIII. São Paulo: HUCITEC, 2004.

DERBY, Orville. Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Geraes. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. Volume V (1899-1900). São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1901.

DIAS, Camila Loureiro. **Os índios, a Amazônia e os conceitos de escravidão e liberdade**. Estudos Avançados [online]. 2019, v. 33, n. 97 [acessado 20 de Dezembro 2021], pp. 235-252. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3397.013>>. Epub 2 Dez 2019. ISSN 1806-9592.

DIAS, Carlos Malheiros. **História da colonização portuguesa do Brasil**. Porto: Litografia Nacional, 1924.

DODGE, Cameron J. G. A Forgotten Century of Brazilwood: The Brazilwood Trade from the Mid-Seventeenth Century. **E-JP**, Porto, v. 16, n. 1, p. 1-27, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326493338_A_Forgotten_Century_of_Brazilwood_The_Brazilwood_Trade_from_the_Mid-Sixteenth_to_Mid-Seventeenth_Century. Acesso em: 25 mar. 2021.

FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. São Paulo: Globo, 2006.

FREIRE, Felisbello. **História territorial do Brasil** (Bahia, Sergipe e Espírito Santo), 1º vol. Rio de Janeiro: Ed. Jornal do Comércio e Rodrigues & C., 1906.

GALINDO, Marcos. **O governo das almas**: a expansão colonial no país dos tapuias (1651 – 1798). São Paulo: Hucitec, 2017.

GARCIA, Elisa Frühauf. Troca, guerras e alianças na formação da sociedade colonial. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro e GOUVEIA, Maria de Fátima (orgs.). **O Brasil colonial**. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HEMMING, John. **O ouro vermelho**: a Conquista dos Índios Brasileiros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos do descobrimento do Brasil.

_____. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HERZOG, Tamar. **Fronteiras da posse**: Espanha e Portugal na Europa e nas Américas. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2019.

JOHNSON, H. B. La colonización portuguesa del Brasil, 1500 – 1580. In: BETHELL, Leslie (editor). **História de America Latina – Vol 1 – América Latina Colonial: La America Precolombina y La conquista.** Barcelona: Editorial Crítica, 1990

LEITE, Serafim. **Monumenta Brasiliae.** Roma: Monumenta histórica Societatis Lesu, 1956.

_____ **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Tomo VI.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. **Genealogia paulistana.** São Paulo: Casa Duprat, 1903.

LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

LÔPO DE ARAÚJO, Érica. **De golpe a golpe: política e administração nas relações entre Bahia e Portugal (1641-1667).** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, 2011.

MAESTRI, Mário. **Senhores do litoral. A conquista portuguesa e a agonia Tupinambá.** Porto Alegre: UFRGS, 1995.

MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias. **Equus Rusus.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História/PPGH, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

MAGALHÃES, Pablo; BRITO, Rosara (2015). A gema do Brasil: a Capitania de Ilhéus em um manuscrito de 1626. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.** Salvador. v. 110.

MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. **Revista de Antropologia**, vol. 40, nº 2, São Paulo: 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/WcXgTvGzsPhd7hhYmj7hbCk/?format=pdf&lang=pt>.
Data do acesso: 21/01/2022.

MARCHANT, Alexander. **Do escambo a escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580.** São Paulo: Ed. Nacional, 1980, p. 16.

MARCOCCI, Giuseppe. Escravos ameríndios e negros africanos: uma história conectada. Teorias e modelos de discriminação no império português (ca. 1450-1650). **Revista Tempo.** 2011, vol. 16, n. 30.

MARQUES, Guida. Do índio gentio ao gentio bárbaro: usos e deslizes da guerra justa na Bahia seiscentista. In: **Revista de História**, São Paulo, n. 171, p. 15-48, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/89006>. Acesso em: 14 fev. 2021.

MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva Atlântica. In: **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI-XVIII).** Org. Fragoso, Bicalho e Gouvêa, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste**. (1630-1654). São Paulo: Ed. 34, 2007.

METCALF, Alida. The entradas of Bahia of the sixteenth century. **Américas**, 61 nº3 (jan. 2005).

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. As “castas de gentio” da América Portuguesa Quinhentista: unidade, diversidade e a invenção dos índios no Brasil. In: **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. Revista da História, Campinas, n. 149, p. 109-2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2850/285022858005.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2021.

_____. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **Índios no Brasil**. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 2000.

NEVES, Luís Felipe Baêta. **O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

NOVAIS, Fernando Antônio. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1983.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro e GOUVEIA, Maria de Fátima. **O Brasil colonial**. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

OLIVEIRA, Ricardo Batista de. **Povos indígenas e ampliação dos domínios coloniais: resistência e assimilação no Vale do Rio Doce e Zona da Mata, séculos XVIII e XIX**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. PPGH. 159f. 2009, p. 7.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Índios, náufragos, moradores, missionários e colonos em kirimure. In: CAROSO, Carlos; TAVARES, Fátima; PEREIRA, Cláudio. (Org.). **Baia de Todos os Santos? Ambiente Humano**. Salvador: Edufba, 2011.

_____. De como obter mão de obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. In: **Revista de História**. São Paulo, n. 129 – 131, 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18728/20791>. Acesso em: 01 fev. 2021.

_____. **Laudo antropológico: Identidade Étnica dos Xakriabá**. Dat. 1987. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/identidade-etnica-dos-xakriaba-laudo-antropologico>. Data do acesso: 12/04/2022.

Revolta indígena no Engenho de Santana na Capitania de Ilhéus: o Atlântico Açucareiro e o trabalho indígena (1602). In: **Cadernos de História**, v. 16, n. 24, p. 103-123, 2015. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2015v16n24p103/7991>. Acesso em: 01 mar. 2021.

Os botocudos e sua trajetória histórica. In: CUNHA, Maria Manuela Carneiro da. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP, 1992.

Revoltas indígenas, a criação do Governo-geral e o regimento de 1548. **Clio – Revista de pesquisa histórica**. Recife: UFPE, nº 29.1, 2011. Disponível em: <https://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/165>. Acesso em: 2 fev. 2022.

O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do Leste. Salvador: Edufba, 2014.

PÉCORA, Alcir. **A escravidão nos sermões do Padre Antonio Vieira**. Estudos Avançados [online]. 2019, v. 33, n. 97 [acessado em 20 de Dezembro de 2021], pp. 151-170. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3397.009>>. Epub 2 Dez 2019. ISSN 1806-9592.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios e índios escravos: os princípios da legislação indigenista no período colonial. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PINHEIRO, Joely Aparecida Ungaretti. **Conflitos entre jesuítas e colonos na América portuguesa: 1640-1700**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. 2007.

PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa, desde o ano de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro**. Lisboa Ocidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1730.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial**. São Paulo: Alameda, 2014.

REBORATTI, Carlos E. **Fronteras agrarias em America Latina**. Scripta Vetera – edición electrónica de trabajos publicados sobre geografia y ciencias sociales. (Reproducido de GEO CRITICA, Cuadernos Críticos de Geografia Humana. Nº 87, mayo de 1990). Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/geo87.htm>. Data do acesso: 20/01/2022.

REIS, Fábio Paiva. **A Serra das esmeraldas: cartografia, imaginário e conflitos na Capitania do Espírito Santo (Séc. XVII)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

RENARD, J-P. Population et frontières: problématiques et méthodes. **Espace Populations Societes**. Vol. 2, 1992.

RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial: Brasil, c. 1530 – c. 1630**. São Paulo: Alameda, 2009.

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. **Histórias do Atlântico português**. São Paulo: Editora Unesp, 2014

_____. Padrões de Colonização no Império Português, 1400-1800. In: BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (org.). **A expansão marítima portuguesa, 1400-1800**. Lisboa: Edições 70, 2020.

SALES SOUZA, Evergton. Missionários, índios e sociedade colonial no nordeste da Bahia: Natuba, séculos XVII e XVIII. **Revista de Indias**. LXXIX/276 (Madrid, 2019): 339-367. <https://doi.org/10.3989/revindias.2019.010>.

SAMPAIO, Teodoro. A sertão antes da conquista (século XVII). In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1901, vol. V – 1899-1900.

SANTOS, Marcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750**. Tese (Doutorado em História Social). FFCH/USP, São Paulo, 2010.

SANTOS, Jamille Macedo Oliveira. **Ecos de liberdade: profetismo indígena e protagonismo Tupinambá na Bahia quinhentista**. Salvador: EDUFBA, 2019.

SANTOS, Solon Natalício Araújo dos. **Conquista e resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: Tapuias, tupi, colonos e missionários (1651-1706)**. Dissertação (mestrado). PPGH/UFBA. Salvador, 2011.

SANTOS, Uiá F. D. **Negociação e conflito na administração do pau-brasil: a Capitania de Porto Seguro (1605-1650)**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós Graduação em História – Universidade Federal da Bahia. Salvador: FFCH/UFBA, 2015.

_____. Experiências e ação política indígena na Capitania de Porto Seguro (séc. XVII). In: **Perspectivas e diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino**. v. 1, n. 1, p. 237-256, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/nhipe/article/view/5283>. Acesso em: 01 mar. 2021

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Burocracia e sociedade no Brasil Colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico**. São Paulo: Companhia das Letras; Bauru: Edusc, 2009.

SCHWARTZ Stuart B. e PÉCORA, Alcir. (orgs.). **As excelências do governador: o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SIERING, Friedrich Câmara. **Conquista e dominação dos povos indígenas: resistência no sertão dos Maracás (1650-1701)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil (1500-1820)**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1937.

SILVA, Ignácio Acioli de Cerqueira e AMARAL, Braz do. **Memórias históricas e políticas da Bahia**. Volume 1. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919.

SILVA, Tharles Souza. **O escandaloso contrabando praticado em Porto Seguro: comércio ilegal, denúncia e ação régia no fim do período colonial**. Dissertação (mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas – Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus, 2014. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434420841_ARQUIVO_SOCIEDADECONTRABANDO.pdf. Acesso em: 14 mar. 2021

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TAUNAY, Afonso de E. **História das bandeiras paulistas**. São Paulo: Edições Melhoramentos, vol. 1, 1953.

VAINFAS, R. **Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial**. Petrópolis: Vozes, 1986.

VARNHAGEN, F. A. **História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal**. Rio de Janeiro: Em casa de E. H. Laemmert, 1877.

VIANA, Urbino. **Bandeiras e sertanistas baianos**. São Paulo: Nacional, 1935; CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

VILARDAGA, José Carlos. As controvertidas minas de São Paulo (1550-1650). **Varia História** [online]. 2013, v. 29, n. 51 [Acessado 15 Fevereiro 2022], pp. 795-815. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-87752013000300008>>. Epub 18 Feb 2014. ISSN 1982-4343. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752013000300008>.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (Org.). **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

XAVIER, Luiz Furquim Werneck; MAGALHÃES, Pablo A. Inglesias. El Estado de Brasil en los albores del siglo XVII. Uma carta inédita del gobernador-general Diogo Botelho (Olinda, 1602). In: **Revista De Estudios Brasileños**, v. 6, n. 13, 2020.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reb/article/view/166289/159024>. Acesso em: 25 mar. 2021.

ZERON, Carlos Alberto Ribeiro de Moura. **Linha de fé**: a Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI e XVII). São Paulo: Edusp, 2011.